

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

**OS CADERNOS DO HISTORIADOR BRASIL PINHEIRO MACHADO:
REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS, TENSÕES E DEBATES (1964-1988)**

FLORIANÓPOLIS

2024

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

**OS CADERNOS DO HISTORIADOR BRASIL PINHEIRO MACHADO:
REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS, TENSÕES E DEBATES (1964-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial da obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues.

FLORIANÓPOLIS

2024

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Almeida, Leticia Leal de

Os cadernos do historiador Brasil Pinheiro Machado: : reflexões
historiográficas, tensões e debates (1964-1988) / Leticia Leal de
Almeida. -- 2024.

202 p.

Orientador: Rogério Rosa Rodrigues

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação , Florianópolis, 2024.

I. Brasil Pinheiro Machado. 2. Historiografia paranaense. 3.
Historiografia brasileira. 4. Arquivos pessoais. 5. História do Tempo
Presente. I. Rosa Rodrigues, Rogério. II. Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação . III. Título.

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

**OS CADERNOS DO HISTORIADOR BRASIL PINHEIRO MACHADO:
REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS, TENSÕES E DEBATES (1964-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Rogério Rosa Rodrigues - Orientador
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professora Doutora Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professora Doutora Maria Julieta Batista de Almeida Weber
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Professora Doutora Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Doutor Walderez Simões Costa Ramalho
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 02 de julho de 2024.

Ao meu filho Gustavo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter sido a esperança e amparo nos dias mais difíceis, mas também nos dias felizes da elaboração da tese.

Ao meu filho, Gustavo, e ao meu companheiro, Jean, por terem sido meu suporte/abrigo. Ambos precisaram adequar suas vidas às minhas atividades acadêmicas, procurando compreender meus momentos de recolhimento e ausências ao longo deste processo. A vida da mãe acadêmica quase sempre é cercada de culpa, mas preciso registrar que ter ingressado no doutorado também foi um incentivo do Gustavo, que insistia para que eu realizasse o meu sonho, pois, desde pequeno, sempre me acompanhou. O meu amor por ele sempre me moveu academicamente e fico feliz por através da vida acadêmica poder proporcionar tantas coisas maravilhosas para ele.

Ao querido Marley (*in memoriam*), que deixou um vazio enorme na nossa família. Ele foi meu “cãopanheiro” fiel por 16 anos, e ter finalizado a tese sem a sua presença ao lado da minha escrivadinha foi muito difícil. Meu amor eterno a você!

À minha família, principalmente aos meus pais, Maria Elete e Osmar, que, além de me proporcionarem uma educação humanista, possibilitaram que eu fosse livre para fazer minhas escolhas e sempre me incentivaram a estudar. Fui a primeira da família a ingressar na Universidade e, em termos materiais, o acesso ao ensino universitário descortinou a possibilidade de uma vida melhor para mim e minha própria família, e nisso incluo os meus irmãos Leandro, Leonardo e Millena. Esta conquista também é dedicada àqueles que vieram antes de nós, meus avós, Aurora, Joaquina, Cirino (*in memoriam*) e Laura. Enfim, a neta de trabalhadores rurais e braçais chegou aonde eles não puderam estar. Dedico também aos meus avós do coração, Marlene (*in memoriam*) e Semi. A presença de mulheres fortes na minha formação foi imprescindível para que eu pudesse entender desde cedo que, para escolher o meu destino, eu precisava agir.

Aos meus sogros, Tânia e Pedrinho, que, mesmo sem entender muito bem a carreira acadêmica, sempre me incentivaram e apoiaram.

E a mim mesma, a mãe adolescente que ingressou na Universidade em 2009 e quis ser pesquisadora num país que sequer valoriza a pesquisa, quem dirá pesquisa na área de Humanas. Foi dolorido, teve muito lágrima, vontade de desistir. Enfim, encerrar esse ciclo não foi nada fácil (e nem é clichê), mas continuo defendendo e acreditando que a Universidade pública precisa ser um espaço mais acessível, principalmente aos trabalhadores.

Como disse a inesquecível jornalista Glória Maria (*in memoriam*) em entrevista a Mano Brown, em dezembro de 2021, às vezes não dá tempo de pensar sobre as consequências e nem sobre os caminhos a seguir, pois, precisamos agir mesmo diante de todas as condições desfavoráveis, abrir portas, apontar caminhos e possibilidades para outros que virão depois de nós. A Universidade continua indicando muitas possibilidades de mudança para a sociedade em que vivemos, para que mais pessoas possam ter acesso aos códigos e às ferramentas elaboradas pelo conhecimento acadêmico que nos foram negadas por tanto tempo.

Lembrar de todo o percurso entre 2018 e 2023 me emociona, pois, ao longo da tessitura da tese, muitas pessoas me ajudaram e, sem elas, eu não teria conseguido. Várias pessoas acreditaram que este sonho maluco de fazer doutorado na UDESC fosse possível, pois, parte da tese é um trabalho coletivo, por isso, talvez eu esqueça de algum nome.

À professora Helena Isabel Mueller, por ter aceitado conversar comigo sobre uma possível tese e que, em 2017, me sugeriu a pesquisa sobre Pinheiro Machado. Ela sempre será para mim uma grande referência como historiadora e agradeço imensamente a oportunidade de ter sido sua orientanda e ter aprendido tanto com ela.

Ao meu amigo, Rodrigo Milleo, por ter me acolhido recém-formada em História, para dar aulas no cursinho popular Imaculada Conceição; foi lá que me descobri professora e que pude me “reencontrar”, principalmente nos dias mais difíceis da vida professoral e da escrita da tese.

Agradeço às políticas públicas na área da educação, tanto em nível estadual como o Universidade Sem Fronteiras, como em federal, a partir das bolsas de iniciação científica e mestrado. Mediante as bolsas de fomento, pude dedicar vários anos à pesquisa em História, participar de projetos de extensão universitária, pelo menos até 2016, antes do golpe contra a presidente eleita Dilma Rousseff. Após isso, o investimento nas pesquisas declinou consideravelmente, o que inviabilizou abandonar meu emprego para ser bolsista, não só pela instabilidade das bolsas, mas também pelo valor de sua defasagem. Em 2018, com o avanço da extrema-direita que acabou assumindo a presidência do país, as projeções de futuro eram muito desanimadoras, o que colocou as universidades públicas sob uma constante pressão, principalmente durante a pandemia de COVID-19, em que pudemos ver um cenário de guerra contra um inimigo invisível, sofrimento, dor e tensão, uma das experiências mais difíceis desse doutorado. Em 2022, a esperança voltou a aparecer no horizonte.

Ao meu orientador, professor Rogério, por ter acreditado no potencial deste trabalho, mesmo após a minha insistência em trabalhar com a história e a historiografia regionais. A

conclusão da tese só foi possível devido às suas orientações e correções. Aprendi muito, pois pela primeira vez fui orientada por um professor da área de teoria da História, o que contribuiu de forma imensurável para a minha formação acadêmica.

Agradeço especialmente às professoras Janice Gonçalves e Maria Teresa, da UDESC, que fizeram uma leitura gentil no momento da qualificação deste trabalho. Deram contribuições valiosas às quais espero ter correspondido ao longo da tese. Além disso, são historiadoras por quem tenho enorme admiração.

Agradeço também aos professores Walderez Ramalho e Maria Julieta Weber, que aceitaram o convite para a avaliação da tese e que, sem dúvidas, contribuirão para a sua versão final.

Aos colegas da turma de 2018, do PPGH da UDESC. Foram tantos aprendizados e alguns perrengues também; mas esse processo foi menos doloroso porque vocês estavam lá. Desde partilhar as angústias e demandas como professora na educação básica (Karla), às conversas acolhedoras no ônibus voltando para o Paraná (Patrick), a amizade e o olhar sensível para me ajudar a guardar minhas malas no LIS (Adriano), me apresentar aos demais colegas da turma e ao Airbnb (Luciana), ter oferecido um lugar para ficar (Iara), partilhar conversas no café e alguns seminários (Kadu, Magno). Enfim, a vocês minha admiração e carinho.

Em especial ao presente deste doutorado, à minha querida amiga Adriana, que não só me acolheu em sua casa durante os créditos do doutorado, mas criou para mim um lar provisório, repleto de amizade e amor. Meus agradecimentos também à sua filha Lara e ao seu companheiro Abelardo.

Aos professores do PPGH, em especial: Janice Gonçalves, Luiz Felipe Falcão (*in memoriam*), Viviane Borges, Cristiani Bereta, com os quais tive o privilégio de aprender, seja por meio de disciplinas ou de outras atividades acadêmicas.

Aos funcionários/as da UDESC, principalmente ao Piter Kerscher, secretário do PPGH, pela presteza, gentileza e auxílio nos trâmites administrativos.

Aos que apoiaram o meu trabalho, como o professor Niltonci Chaves, que coordenava o curso de especialização *lato sensu*, História, Arte e Cultura, modalidade EAD da UEPG, no qual eu atuava como técnica administrativa e tutora durante as provas de ingresso do doutorado. Aos coordenadores dos colégios em que lecionei neste período, Waldir Uller e Tiago Barbosa do Colégio Integração de Ponta Grossa (2018-2021); às diretoras Irmãs Ivani e Luciane; e coordenadoras Loreci e Camila do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Ponta Grossa, que além de ajustarem meus horários, foram compreensivas com meus atrasos nas demandas

pedagógicas. Além disso, diversas vezes me dispensaram de atividades para que eu pudesse me dedicar à pesquisa, participar de congressos, cursos, apresentar trabalhos, enfim, me ajudaram a conciliar as atividades acadêmicas à docência. A eles, minha gratidão.

Aos professores do Departamento de História da UEPG, que desde 2018 me acolheram como professora temporária. Ter sido estudante, técnica administrativa e, por fim, professora na instituição, é para mim um motivo de orgulho. Agradeço em especial aos professores Marco Stancik, Elizabeth Johansen, Janaína de Paula e Erivan Karvat, que sempre foram muito compreensivos, procurando me ajudar, principalmente, a conciliar meus horários. Mais do que professores e colegas de trabalho, são referências na minha trajetória acadêmica.

Aos colegas da UEPG, em especial às que se tornaram amigas: Milena, Sissi, Emilly, Juliana, Luciana e Zilda. Desde 2018 elas deixaram a minha jornada na UEPG mais leve e agradável, sempre aprendo muito com elas.

À querida Lorena, por ter me apresentado a UDESC, me dando várias dicas de como nela ingressar; além disso, me emprestou vários livros para a elaboração do projeto de doutorado. Minha gratidão e admiração!

Às minhas amigas/irmãs de longa data: Aline, Andrelize, Bárbara e Thamires, por terem compreendido minhas ausências e correrias, não soltaram minha mão ao longo deste processo. Elas foram importantes redes de escuta e afeto.

À minha querida amiga, Bruna Lopes, historiadora brilhante, se prontificou a ler alguns trechos do trabalho. Obrigada pelas dicas, escuta, recomendações, trocas, cafés, bolo de chocolate em um dia ruim, enfim, por ter me ajudado a enfrentar este processo.

Aos amigos que desde a graduação compartilham as angústias/alegrias da vida acadêmica: Bruna Ximarelli e César Saad.

Ao Antonio Benatte, que em 2013 me apresentou a historiografia paranaense, além de ser um dos historiadores que eu mais admiro, pela sua capacidade teórica, mas além disso, pela sua amizade e generosidade. Ele me socorreu em meio ao desespero dos ajustes finais da tese, foi escuta e leitor. Minha gratidão eterna!

Às alunas/alunxs/alunos do ensino fundamental à graduação. A sala de aula muitas vezes serviu de refúgio nos piores dias e continua sendo um dos meus lugares favoritos. Obrigada por me ensinarem todos os dias, por vocês procuro dar o meu melhor.

Aos amigos/colegas de trabalho, em especial: Tayná, Sérgio, Gabriela, Ana Carolina, Cristiane, Luana, Simone, Ana, Isabelle, Vanessa e Giuly.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no

contexto internacional (GEPHIED) da UEPG, organizado pelos professores Névio e Julieta, do qual faço parte desde 2013. Apesar de estar mais ausente nos últimos meses para concluir a tese, as discussões realizadas por eles sempre me motivam academicamente.

Às psicólogas Érica e Keila, essenciais para que eu pudesse concluir esta tese, me ajudaram a me organizar mentalmente. Por intermédio delas consegui vencer os preconceitos que tinha com o tratamento psiquiátrico.

À Katja Augusto e Ruhama Sabião pela revisão deste trabalho de escrita.

Vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Não sei, não posso saber
Quem segura o dia de amanhã na mão?
Não há quem possa acrescentar um milímetro a cada estação
Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
Seria, sim, seria se não fosse o amor
O amor cuida com carinho, respira o outro, cria o elo
No vínculo de todas as cores, dizem que o amor é amarelo
É certo na incerteza
Socorro no meio da correnteza
Tão simples como um grão de areia
Confunde os poderosos a cada momento
Amor é decisão, atitude
Muito mais que sentimento
Alento, fogueira, amanhecer
O amor perdoa o imperdoável
Resgata dignidade do ser
É espiritual
Tão carnal quanto angelical
Não tá no dogma, ou preso numa religião
É tão antigo quanto a eternidade
Amor é espiritualidade
Latente, potente, preto, poesia
Um ombro na noite quieta
Um colo para começar o dia
Filho, abraça sua mãe
Pai, perdoe seu filho
Pais é reparação, fruto de paz
Paz não se constrói com tiro
Mas eu o miro, de frente, na minha fragilidade
Eu não tenho a bolha da proteção
Queria guardar tudo que amo
No castelo da minha imaginação
Mas eu vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho para viver?
Eu não sei, eu não posso saber
Mas enquanto houver amor
Eu mudarei o curso da vida
Farei um altar para comunhão
Nele eu serei um com o mundo
Até ver o ubuntu da emancipação
Porque eu descobri o segredo que me faz humano
Já não está mais perdido o elo
O amor é o segredo de tudo
E eu pinto tudo em amarelo (Vieira, 2019).

RESUMO

Esta tese visa analisar a contribuição do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) para a história da historiografia. Ao refletir sobre o seu fazer historiográfico, é possível compreender sua constituição como professor e pesquisador, a partir de seus aprofundamentos acerca da metodologia, da teoria da história e da historiografia brasileira. Foram utilizados como fontes os cadernos manuscritos que compõem o arquivo pessoal do historiador, parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná. Os cadernos possuem planos de aula, reflexões, fichamentos de leituras e memórias, elaborados pelo historiador entre 1964 e 1988. O conjunto documental revela aspectos singulares de sua atuação, destacando sua contribuição na organização da historiografia acadêmica na Universidade Federal do Paraná (UFPR), ao elaborar as bases científicas para a formação da primeira geração de historiadores acadêmicos. Além da atuação acadêmica, Pinheiro Machado possui uma trajetória reconhecida na política paranaense, foi deputado estadual, deputado federal, interventor e procurador-geral. Ao longo de suas reflexões e apontamentos, apresentou parte de suas percepções acerca das mudanças que ocorriam na ciência histórica a partir dos anos 60 com a chegada de novas metodologias, como o Marxismo, a História Econômica e a Nova História. Ao historiar a contribuição de Pinheiro Machado na consolidação e reconhecimento da produção historiográfica paranaense, que passou a ser desenvolvida na Universidade, percorri parte de seus posicionamentos acerca dos debates historiográficos entre os anos 60 e 70. Em seus textos, Pinheiro Machado estabeleceu uma relação particular entre o passado e o presente, o que possibilita reconhecer a sua importância na organização de uma determinada cultura histórica paranaense, que procurava se relacionar à História do Brasil, sem perder de vista as individualidades e particularidades históricas. Além disso, suscita a compreensão de como a experiência historiográfica de Pinheiro Machado se construiu no tempo e elaborou uma determinada compreensão de história, que, se um por um lado era desejosa em apreender as mudanças do seu tempo, por outro vivenciou as tensões da constituição do campo acadêmico no Brasil.

Palavras-chave: Brasil Pinheiro Machado; Historiografia paranaense; Historiografia brasileira, Arquivos pessoais; História do Tempo Presente.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the relation established by Paraná-born historian Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) with methodology, History theory and Brazilian historiography. The sources used for such were the handwritten notebooks that integrate Machado's personal archive and are part of the collection belonging to the History Research and Documentation Center from Ponta Grossa State University, in Paraná. The notebooks contain lesson plans, thoughts, reading annotations and memories, and were crafted by the historian between 1964 and 1988. The document ensemble reveals singular aspects of his work, being particularly noteworthy his contribution for the organization of academical historiography at Paraná Federal University (UFPR), by elaborating the scientific ground for the formation of the first generation of academic historians. Beyond his academic performance, Pinheiro Machado had a well-known path on Paraná politics, acting as a state deputy, federal deputy, intervenor and general prosecutor. Through his thoughts and notes, he presented his observations regarding the changes that occurred in History Science from the 60s on, with the arrival of new methodologies, like Marxism, Economical History and New History. By logging Pinheiro Machado's contribution in the consolidation and recognition of Paraná's historiography production, which started being developed at University, I was able to navigate through his stances regarding the historiographic between the 60s and 70s. In his writings, Pinheiro Machado established a particular relation between past and present, which enables recognition of his importance on the organization of a particular Paraná's historical culture that tried to relate to Brazil History, while keeping sight of its historical individualities and particularities.

Keywords: Brasil Pinheiro Machado; Historiography of Paraná; Brazilian historiography; Personal archives; History of the Present.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do tempo de Brasil Pinheiro Machado	28
Figura 2 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Caderno manuscrito, Notas, Apontamentos, Anotações (1964-1973).....	48
Figura 3 - Capas e contracapas dos cadernos de Brasil Pinheiro Machado em ordem cronológica da esquerda para direita, conforme tabela acima.....	49
Figura 4 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Caderno Notas e Apontamentos. 23 de setembro de 1967, p. 44-45.....	50
Figura 5 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Caderno Notas e apontamentos. 23 de setembro de 1967, p. 52-53.....	51
Figura 6 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Sugestões. 28 de janeiro de 1977, sem paginação.....	53
Figura 7 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Tradição e modernidade. 11 de maio de 1971, sem paginação.....	54
Figura 8 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. “Notas, apontamentos”, 1976 a 1988.....	55
Figura 9 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. “Notas, apontamentos”, 1976 a 1988, sem paginação	56
Figura 10 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. “Notas, apontamentos e Sugestões”. 2 de outubro de 1967, p. 100.	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cadernos selecionados para a pesquisa e distribuição de temas e categorias	42
Quadro 2 - Lista de cadernos a partir das assinaturas.....	48
Quadro 3 - Lista de publicações de Brasil Pinheiro Machado em ordem cronológica	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa em História
CEB	Círculo de Estudos Bandeirantes
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
DEHIS-UFPR	Departamento de História da Universidade Federal do Paraná
FFCL-PR	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná
FFCL-USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
GRAFIPAR	Gráfica Editora Paraná Cultural LTDA
HCGB	História Geral da Civilização Brasileira
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IHGEP	Instituto Histórico Geográfico Etnográfico do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PSD	Partido Social Democrático
PSD – PR	Partido Social Democrático do Paraná
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A TRAJETÓRIA DE BRASIL PINHEIRO MACHADO E A CONSTITUIÇÃO DO SEU ARQUIVO PESSOAL	25
2.1	BRASIL PINHEIRO MACHADO: DO PROFESSOR AO HISTORIADOR	25
2.2	A TRAJETÓRIA DO ARQUIVO PESSOAL DO HISTORIADOR	36
2.3	A MATERIALIDADE DOS CADERNOS PESSOAIS	47
2.4	O USO DE ARQUIVOS PESSOAIS NA PESQUISA EM HISTÓRIA	59
2.5	O GESTO DE ARQUIVAMENTO DO HISTORIADOR PARANAENSE	64
2.6	A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE BRASIL PINHEIRO MACHADO E O DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	71
3	ENSAIOS SOBRE METODOLOGIA E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	86
3.1	HISTORIOGRAFIA E A HISTÓRIA SOCIOLÓGICA: APROXIMAÇÕES COM OLIVEIRA VIANA E GILBERTO FREYRE	87
3.2	AS PARTICULARIDADES DA PESQUISA EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE: PREOCUPAÇÕES DO PROFESSOR E DO PESQUISADOR	105
3.3	PINHEIRO MACHADO: EXERCÍCIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E A GEO-HISTÓRIA	119
4	PINHEIRO MACHADO E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR	131
4.1	DIÁLOGOS E DIFERENCIAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA	131
4.2	PROBLEMAS SOCIAIS E A LEITURA DO MATERIALISMO HISTÓRICO	138
4.3	AS APROXIMAÇÕES COM MAX WEBER	145
4.4	DIÁLOGOS COM A ECONOMIA	151
4.5	VELHOS HISTORIADORES <i>versus</i> NOVOS HISTORIADORES	160
4.6	A CRÍTICA À <i>NOUVELLE HISTOIRE</i>	163
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
	REFERÊNCIAS	192

1 INTRODUÇÃO

O historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) teve uma trajetória singular: como filho de uma rica família tradicional paranaense, ligada às atividades agrárias, era advogado de formação, mas atuou como professor, deputado estadual e interventor do estado do Paraná. Ao longo de sua trajetória procurou conciliar as atividades acadêmicas, relacionadas ao seu gosto pessoal, às atividades políticas e ao *habitus* de classe.

O historiador foi estudado por: Maria Julieta Weber Cordova, em sua tese na Sociologia, intitulada *Tinguís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*, defendida em 2009; pela historiadora Tatiana Dantas Marchette, em tese sob o título *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*, defendida em 2013. Além disso, fez parte dos projetos de pesquisa continuada de Helena Isabel Mueller (2011), que também publicou o artigo *Fragmentos de construção de subjetividade: Brasil Pinheiro Machado*, no livro *História da historiografia paranaense*, organizado por Antonio Paulo Benatte e César Saad (2019). Em 2018, Maria Julieta Weber realizou sua pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Paraná, utilizando alguns dos cadernos pessoais do acervo Brasil Pinheiro Machado, sob o título *Brasil Pinheiro Machado: um estudo de história intelectual* (Cordova, 2018).

No estudo referido acima, Maria Julieta trabalhou com a documentação do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) a partir do método indiciário de Carlo Ginzburg, articulando os conceitos da História Intelectual e a teoria de Pierre Bourdieu, mediante os quais analisou a trajetória de Pinheiro Machado e a organização do discurso regional paranaense. De acordo com a pesquisadora, desde o início a postura do historiador foi marcada pela aversão aos provincianismos regionais, relacionada à experiência dele com o Movimento Modernista.

Marchette (2013, p. 109) destaca as experiências intelectuais de Pinheiro Machado durante a sua passagem pelo Rio de Janeiro entre 1926 e 1930, momento em que cursou Direito na Faculdade Nacional de Direito, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Naquele contexto, havia uma divisão entre o corpo discente acerca das teorias sociais e políticas, que se expressa na organização do Centro Acadêmico Jurídico Utilitário (CAJU), que promoveu conferências e debates sobre a realidade social do país. Pinheiro Machado se aliou ao grupo católico do CAJU, ao lado de nomes importantes, entre os quais estava Américo Jacobina Lacombe (1909-1993). Mais tarde, Pinheiro Machado integrou à

revista *A Ordem*, do Centro Dom Vital. Ou seja, no Rio de Janeiro Pinheiro Machado estabeleceu uma rede importante de contatos que incluía o poeta Augusto Frederico Schmidt, mais tarde editor do movimento Modernista no Rio de Janeiro. Foi nesse período que Pinheiro Machado publicou o livro *4 Poemas*, única publicação do autor em poesia, a partir de uma estética modernista, obra prefaciada por Schmidt. Mais tarde outros dois textos de Pinheiro Machado foram publicados nos números 2 e 7 da *Revista de Antropofagia*, sob o título “Brazil” e “Paizagem da minha terra”. Os textos foram reunidos e publicados no livro “Poemas seguidos de dois ensaios”, editado pela Imprensa Oficial do Paraná em 2001 e é considerado o primeiro texto de autoria de Pinheiro Machado (Marchette, 2013, p. 109-115).

Ou seja, apesar de Pinheiro Machado ter ido ao Rio de Janeiro para se tornar bacharel em Direito, a passagem pela capital da República naquele contexto lhe oportunizou aproximar-se com grupos intelectuais significativos e publicar seu primeiro texto na mesma revista que mais tarde foi publicado o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade.

Anos mais tarde, publicou outro texto, desta vez na revista católica *A Ordem*, em 1930, intitulado *Instantaneos Paranaenses*. Neste texto, segundo a historiadora, Pinheiro Machado já se preocupava com o “lugar do Paraná” na História do Brasil, problemática que percorreria até o final dos anos 80 (CORDOVA, 2019).

Maria Julieta Weber reiterou a importância política e intelectual do historiador pontagrossense, devido à publicação do texto considerado um marco da historiografia regional, o *Esboço de uma sinopse de História Regional do Paraná*, texto originalmente publicado em 1951, na separata do *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, e do qual falaremos mais adiante.

Tatiana Dantas Marchette¹ tratou da trajetória de Pinheiro Machado até 1953, a partir de fontes como suas publicações, fontes do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense (IHGEP), do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) e documentação da UFPR; a partir delas, construiu um quadro bastante detalhado das ocupações do historiador até sua morte, em 1997. Em seu trabalho alega que havia fontes ainda não exploradas, talvez se referindo aos documentos pessoais mais tarde doados ao CDPH da UEPG; também lamenta que a produção do historiador não era tão volumosa como a dos demais historiadores do período.

¹ Tatiana Dantas Marchette escreveu a tese: *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953*, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Paraná. Este trabalho foi recentemente publicado sob a forma de livro. Ver: MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Esboço para dois Brasis, um**: a trajetória político-intelectual do historiador Brasil Pinheiro Machado. Curitiba: Editora UFPR, 2023.

Na tese, Marchette (2013) analisou a trajetória intelectual do historiador, desde a sua passagem como estudante no Rio de Janeiro, sua filiação ao movimento católico na revista *A Ordem*, bem como sua relação com o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, que lhe rendeu a produção seminal do que mais tarde se tornou um referencial para os estudos de história regional paranaense.

O acervo pessoal de Pinheiro Machado foi objeto de estudo de Helena Isabel Mueller entre 2011 e 2015. A historiadora publicou algumas reflexões em eventos como o XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH (São Paulo), realizado em 2011, como é possível verificar no texto intitulado: “Tensão intelectual entre tradição e modernidade: Curitiba 1921-1950”. Além da comunicação intitulada: “Memória, biografia: entre razão e imaginação”, apresentada no II Congresso Internacional de História UEPG-Unicentro de 2015. Ambos os textos foram publicados em anais. Nas referidas comunicações, a historiadora rememorou a sua relação pessoal com a família Pinheiro Machado, apresentando parte de suas recordações como sua aluna na Universidade Federal do Paraná, bem como amiga íntima da família Pinheiro Machado; suas análises tomaram como referência os autores Fernando Catroga e Alberto Baeza.

A partir desta breve incursão nos trabalhos realizados sobre o historiador Brasil Pinheiro Machado, qual seria a contribuição desta tese que proponho? O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a produção do historiador; para tanto, vale-se não apenas de sua produção propriamente historiográfica como percorre suas reflexões teórico-metodológicas acerca da pesquisa em História, bem como sua relação com a historiografia brasileira.

Ademais, a tese é um desdobramento dos trabalhos que venho desenvolvendo desde 2013 sobre a historiografia paranaense, os quais resultaram em duas dissertações: a primeira defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, intitulada *Regionalismo Paranaense: do Esboço de uma sinopse de História Regional do Paraná à História do Paraná (1951-1969)*; e a segunda, *A Construção da História Demográfica na Historiografia Paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana*, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em História na mesma Universidade.

Na dissertação de Ciências Sociais Aplicadas, sob orientação da professora Maria Julieta Weber, problematizei a construção da identidade regional paranaense a partir da proposição de Brasil Pinheiro Machado, no texto *Esboço de uma sinopse de história regional*

do Paraná (1951) e como este havia influenciado a produção de outros livros, tais como *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968) e *História do Paraná* (1969). Neste trabalho havia notado que Pinheiro Machado possuía uma posição diferenciada na UFPR, se comparado às outras historiadoras que o auxiliaram na organização do Departamento de História, tais como Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Estudando mais profundamente, conclui que a atuação de Pinheiro Machado foi ofuscada pela atuação de Westphalen. Essa historiadora foi objeto da tese de doutorado de Daiane Vaiz Machado intitulada *Por uma ciência histórica: o percurso intelectual de Cecília Maria Westphalen, 1950-1998*, defendida na Universidade Estadual Paulista, em 2016. A projeção de Westphalen no campo acadêmico, como liderança do grupo paranaense de historiadores, também se sobrepôs à atuação de sua colega e amiga Altiva Pilatti Balhana, historiadora igualmente importante, que também contribuiu na consolidação da historiografia da UFPR.

Ao analisar a trajetória de Balhana, pude compreender parte da sua produção historiográfica, o que possibilitou identificar o seu lugar social e a sua contribuição na organização da historiografia paranaense a partir da História Quantitativa, sobretudo a História Demográfica. Neste trabalho, fui orientada pela professora Helena Isabel Mueller, historiadora aposentada pela Universidade Federal Fluminense e, naquele momento, professora no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi ela quem me incentivou a pesquisar Pinheiro Machado no doutorado, pois, durante sua passagem pela UEPG, intermediou a doação do arquivo pessoal do historiador para a Universidade, era amiga pessoal de Maria Célia Pinheiro Machado Paoli, professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), uma das filhas de Pinheiro Machado e guardiã desse rico material composto por manuscritos inéditos de seu pai. Helena Mueller frequentou a casa da família Pinheiro Machado durante a infância. Sobre a produção do historiador e professor, Helena considera que

Sua carreira acadêmica não se caracterizou por uma volumosa produção publicada, mas principalmente por abrir um importante espaço de discussão e de orientação não só para com seus alunos, mas, em especial, com seus pares no Departamento de História e na Faculdade de Filosofia, da qual foi diretor por longo período. Foi também vice-reitor da UFPR, bem como reitor em exercício pouco antes de sua aposentadoria (Mueller, 2011, p. 7).

Mueller (2011) apresenta um pouco da memória da família sobre Pinheiro Machado, bem como os sentidos atribuídos pelos seus alunos, destacando a sua importância intelectual para o campo acadêmico paranaense. Até então, o material havia sido higienizado e passado

por arrolamento. Além disso, Helena Isabel Mueller mencionou que parte da documentação recebida por ela havia passado por uma seleção e alguns documentos estavam sob sua posse, alegando que eram documentos muito pessoais dele e da família, que ela achou por bem não incluir no acervo. Alguns documentos foram guardados por ela provisoriamente para que pudesse escrever a seu respeito. Esse material é composto por fichários que contêm parte dos apontamentos produzidos por Pinheiro Machado durante a produção do texto do *Esboço*, ou seja, datavam dos anos 50.

Conforme mencionei acima, desde o final da graduação, em 2013, tenho estudado a história da historiografia paranaense. Na verdade, no projeto de doutorado que submeti ao processo seletivo em 2018, pretendia seguir outro caminho: problematizar a escrita de si e sua relação com a memória. Muito disso tinha sido influenciado pela leitura da tese de Raphael Guilherme de Carvalho, *Sergio Buarque de Holanda, do si mesmo ao outro: escrita de si e memória (1969-1986)*, defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, em 2017. Encantada por esse trabalho, acreditei ser possível fazer algo semelhante com a documentação pessoal de Pinheiro Machado.

A submissão ao Programa de Pós-Graduação em História da UDESC atendia a uma das coisas que gostaria de fazer no doutorado, continuar pesquisando a História do Paraná e a historiografia sobre ela produzida; mas desejava fazer isso fora da minha “zona de conforto”, de certa forma apartada das universidades e dos corpos docentes que Pinheiro Machado formou e, em grande medida, influenciou. Eu desejava pensar o Paraná fora do Paraná, ter novas experiências acadêmicas fora da UEPG, universidade em que estudei desde a graduação.

O meu primeiro contato com a UDESC foi em 2017, momento em que participei do III Seminário Internacional de História do Tempo Presente, no simpósio do professor Reinaldo Lohn. Naquele momento já pensava em submeter um projeto de doutorado, mas apresentei um trabalho sobre relações familiares e as eleições para governador no Paraná em 2014, reflexão que havia desenvolvido na disciplina de Análise de Conjuntura, no Mestrado de Ciências Sociais Aplicadas, ou seja, nada relacionado à história da historiografia. Não sabia ao certo como isso seria possível, mas decidi submeter o projeto ainda em vias de construção ao processo seletivo. O professor Rosa Rodrigues se tornou meu orientador a partir da seleção.

Durante as disciplinas do doutorado, Seminário I e II, ministradas pelos professores Viviane Trindade Borges e Luiz Felipe Falcão (*in memoriam*), fiz a reestruturação do projeto de pesquisa, ainda voltado para a história regional. Naquele momento, elaboramos um sumário

comentado que perdurou até a leitura mais profunda dos cadernos de Pinheiro Machado, e, após diversas orientações, alterei o projeto e seu objeto de pesquisa.

Se os anos 2018 e 2019 não tinham sido fáceis, 2020 foi avassalador, devido à pandemia do COVID-19. Havia a necessidade de uma imersão nas fontes, conforme o professor Rogério havia me solicitado; eu terminaria de fotografá-las e escreveria o material da qualificação. Tudo isso foi atropelado pela pandemia. Não foi fácil “conciliar” o medo de morrer, de transmitir a peste, de perder alguém da família ou amigo e ainda dar conta das demandas como professora, principalmente no ensino fundamental e médio. Muitas horas em frente ao computador, isolamento social, impossibilidade de concluir o acesso às fontes. A vacinação só começou a chegar efetivamente no início de 2021. Os meses se passaram, questões pessoais surgiram e isso me afetou bastante emocionalmente. Foi um período de muita tensão, mas mesmo diante do cenário de 2020, me esforcei para escrever o primeiro capítulo para qualificação, em 2020. No entanto, a tese claramente já tinha tomado outro rumo durante as leituras dos colegas nos seminários de tese, a partir das disciplinas e discussões coletivas.

A minha experiência com a história regional paranaense fez com que eu insistisse em seguir esse caminho. No entanto, após várias conversas com o orientador, chegamos à primeira versão da problemática sobre a construção discursiva em torno de Pinheiro Machado, as memórias em disputa e o processo de consagração de um único texto do historiador, transformado em texto fundacional de uma geração de estudos regionais.

A partir da pesquisa em repositórios digitais, encontrei diversos artigos acadêmicos, dissertações, teses, textos de jornais, homenagens etc. O objetivo então era construir uma genealogia do conceito de história regional e identificar o processo de consagração de Pinheiro Machado por pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas ou sociais (Geografia, História, Sociologia, Economia). No entanto, todos eram unânimes ao tratar do conceito de região como uma categoria fundamental nas pesquisas de história regional. Eu mesma tinha apre(e)ndido, desde a graduação, que Pinheiro Machado era um autor clássico da historiografia *paranaense*. Decidi analisar historicamente sua obra e trajetória ou “curso de ação” a partir da construção discursiva que foi elaborada pelas gerações que ele formou na UFPR.

Um objetivo e um problema foram então colocados ao trabalho: entender como Pinheiro Machado se relacionou com a historiografia brasileira. Diante disso, escrevi várias versões do primeiro capítulo. No entanto, entre idas e vindas da correção, o texto ficou muito fragmentado, e, tendo em conta os prazos e as demandas acadêmicas, me vi obrigada a reestruturá-lo e

reordená-lo, sobretudo a partir de uma análise mais aprofundada dos cadernos manuscritos de Pinheiro Machado, entre 1964 e 1973. Nesse sentido, elaborei um novo ordenamento da tese para a qualificação. A leitura dessas fontes me surpreendeu, sobretudo no que se refere à crítica de Pinheiro Machado à historiografia marxista. E, mediante uma leitura mais atenta de suas reflexões, ficou evidente que Pinheiro Machado não se preocupava apenas com a história regional, mas procurou estabelecer diálogos e aproximações com a História e outras ciências sociais como a Sociologia e a Economia, em escala nacional e internacional.

Este percurso me levou à elaboração de uma nova problemática, que resultou em um novo sumário, com o objetivo de estudar a relação de Pinheiro Machado com a historiografia brasileira e seu diálogo com a historiografia internacional, com ênfase na historiografia francesa e estadunidense. Além disso, trataria da crítica do historiador à recepção do pensamento marxista na historiografia.

Em outubro de 2021, o trabalho foi qualificado por banca composta pelas professoras Janice Gonçalves e Maria Teresa Santos Cunha. Sob o título provisório *Entre o Político e o Historiador: Brasil Pinheiro Machado e a Historiografia (1964-1988)*, propus a organização da tese em quatro capítulos. No primeiro deles, apresentaria o historiador e sua obra, bem como o processo de consagração de um de seus textos como referência para os estudos de história regional paranaense; no segundo capítulo, abordaria a relação de Pinheiro Machado com a historiografia brasileira; no terceiro, trataria do seu diálogo com a historiografia francesa, estadunidense e latino-americana, com o intuito de compreender as tensões e embates políticos e sociais de seu tempo; e, por fim, no quarto e último capítulo, discutiria a crítica de Pinheiro Machado à historiografia marxista dos anos 60 e 70, com o enfoque na relação entre memória e historiografia. Além disso, ainda tentava relacionar tudo isso à sua atuação política.

O trabalho passou por uma nova delimitação, levando em conta as valiosas contribuições das professoras examinadoras. A sugestão da professora Maria Teresa foi que eu aprofundasse a discussão em torno dos arquivos pessoais, o que culminou no primeiro capítulo, no qual discuti as particularidades desse tipo de fonte. A professora Janice sugeriu que eu elaborasse mais claramente o problema, focando no tratamento da relação entre fontes, método e teoria na obra do historiador; e, a partir dessas relações, como se deu a sua aproximação com a historiografia brasileira. A partir das sugestões da banca e das orientações subsequentes, o objetivo da tese é problematizar como o historiador, em seus cadernos pessoais, tratou a relação

da História com as fontes, métodos e teorias, procurando a partir de suas análises entender suas contribuições para a consolidação da disciplina acadêmica.

Diferentemente de pensar Pinheiro Machado apenas pelo que ele produziu e publicou no meio acadêmico, os cadernos de anotação, até pela sua natureza mais informal, deixam evidentes suas preocupações, anseios e como tratou as tensões entre objetividade e subjetividade na escrita da História, o que o texto acadêmico em geral procura esconder ou deixar o menos evidente possível, como observado por Certeau (1982, p. 67): “Nada dos ruídos de uma fabricação, de técnicas, de imposições sociais, de posições profissionais ou políticas perturbava a paz desta relação: um silêncio era o postulado desta epistemologia”.

Após esses anos pesquisando Pinheiro Machado, consegui, enfim, compreender uma fala da professora Helena Isabel Mueller, que, em uma das orientações do Mestrado, por volta de 2015, referiu-se à primeira geração de professores da UFPR: “Letícia, eles não querem ser periféricos, eles querem participar dos centros de produção historiográfica”. Após a leitura atenta e sistemática dos cadernos, aos poucos percebi que isso se deveu, em grande parte, aos esforços da primeira geração de professores do curso de História da UFPR e da atuação do mestre intelectual formador dessa geração: o historiador Brasil Pinheiro Machado.

Na transcrição das fontes mantive a grafia original, o que pode gerar certa estranheza ao leitor, tanto devido às reformas ortográficas da língua portuguesa quanto aos momentos em que Pinheiro Machado priorizou suas reflexões e deixou a desejar na escrita formal. Um exemplo disso pode ser verificado em algumas palavras sem acentuação, evidência de que suas anotações nem sempre acompanhavam o fluxo do seu pensamento. No entanto, esses lapsos não comprometem a leitura de seus manuscritos, quase sempre bastante claros e inteligíveis. Ademais, ao longo dos cadernos é possível reconhecer que Pinheiro Machado era um historiador muito rigoroso em suas análises, elaboradas a partir de muita leitura e reflexão críticas, mas alguns cadernos não eram paginados.

Foi possível identificar, nos cadernos do historiador, o descompasso entre os anseios intelectuais das elites e as condições da sociedade paranaense. As elites paranaenses tinham muito claro o projeto de Paraná que desejavam: as três regiões (Norte, Sudoeste e Campos Gerais), convergindo para a capital Curitiba, que contribuiriam para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

As anotações de Pinheiro Machado também revelam diferentes estratos temporais, compostos por suas memórias familiares, pelas demandas do (seu) tempo presente a partir das

quais mobilizava sua interpretação do passado, e por uma forte expectativa de futuro ligada ao progresso.

Pinheiro Machado procurava destacar as particularidades da organização capitalista no Brasil, marcada por outras temporalidades e particularidades históricas em relação ao modelo “clássico” da evolução capitalista europeia. Para tanto, analisou parte das transformações ocorridas no Paraná na passagem do século XIX ao XX, tentando entender como estas convergiriam para a História do Brasil.

O início do século XX apresenta um novo regime de historicidade, o que, segundo Henry Rousso, significa que

[...] o presente se constituiu hoje, sem constatação, uma categoria dominante e mesmo invasiva, se ele influi particularmente na maneira pela qual encaramos as lembranças do passado próximo, acontece também que essas lembranças, essa memória, se exprimem, em sua essência, sob o regime assaz tradicional de um fardo, de uma assombração do passado, ainda quando as soluções trazidas para o enfrentar pertencem, com efeito, a uma forma de presentismo (Rousso, 2016, p. 23-24).

Os processos referidos acima, podem ser relacionados ao conceito de historicidade, que, na historiografia alemã, remete à variabilidade do conhecimento que os indivíduos elaboram sobre si mesmos, mobilizando na sua narrativa categorias temporais. A concepção de historicidade auxilia o entendimento de como os sujeitos refletem sobre as suas experiências, mobilizando sua compreensão acerca da relação entre passado, presente e futuro (Rousso, 2016).

A viabilidade da pesquisa que toma a historiografia como objeto de estudo no tempo presente é destacada por Ferreira (2013), pois os historiadores não estão fora ou acima dos processos históricos, mas são ao mesmo tempo atores e testemunhas, o que possibilita relacionar a história da historiografia como objeto, ao refletir como se deu o processo de constituição da ciência histórica a partir da experiência do historiador.

Ao observar o seu tempo, Pinheiro Machado deixou pistas dessas tensões. À medida que o historiador se preocupou em instaurar um lugar para o passado no presente, mediante a proposição de projetos de pesquisas e a organização de arquivos, visava entender como os processos sociais se relacionavam com o passado e o presente. Para Rousso (2016), o historiador pode ser situado entre dois polos: o primeiro, o da experiência vivida; e o segundo, o da construção narrativa. O autor reconhece que as tensões do vivido atuam sob as reflexões do historiador e a partir delas é possível perceber como os sujeitos elaboraram sentidos à sua própria experiência. Ou seja, ao mapearmos suas inquietações teórico-metodológicas, podemos

estabelecer relações que ajudam a entender como os discursos produzidos pelos historiadores podem ser tratados pela História do Tempo Presente. A concepção de tempo presente está atrelada à problemática da temporalidade, que reconhece o presente com uma espessura temporal, o que inclui tradições, vestígios, silenciamentos e lembranças (Rouso, 2016). Ou seja, o passado não é algo “acabado” ou encerrado, mas ainda vigente e atual.

A partir da concepção de tempo presente é possível compreender como o passado ainda é contemporâneo. Nas palavras de Dosse: “A noção do ‘tempo presente’ se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas” (Dosse, 2012, p. 11).

Apesar da produção historiográfica ser temporalmente datada, a partir dela a primeira geração de professores elaborou toda uma tradição historiográfica. Pinheiro Machado pode ser entendido como o elo entre duas gerações, pois, ao mesmo tempo que teve sua formação ligada às elites letradas “tradicionais”, passou para um “outro lado”, o da historiografia acadêmica que, amparada em paradigmas de cientificidade, visava ser reconhecida a partir da segunda metade do século XX.

A produção dos historiadores pode ser compreendida como um sintoma da mudança no regime de historicidade, compreendendo desde o lugar de enunciação dos sujeitos até as maneiras que os levaram à pesquisa.

A produção de Pinheiro Machado não atende aos parâmetros que mais tarde definiriam a produção acadêmica a partir dos anos 60, tais como graduação, mestrado e doutorado, ou processos de seleção para professores. Pinheiro Machado tornou-se professor dado o seu interesse pelo ensino, além de ter sido recrutado para o ambiente acadêmico pelo seu capital político, vinculado aos principais centros de produção intelectual paranaense, como o Círculo de Estudos Bandeirantes e o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

A partir de propostas interdisciplinares, diversos projetos foram organizados, o que demonstra que os anos 60 e 70 foram um período de grande produtividade acadêmica, em que a história regional procurava se consolidar a partir da organização de instrumentos teóricos e metodológicos.

Devido aos esforços teórico-metodológicos dos historiadores da UFPR, obtiveram a aprovação do Programa de Pós-Graduação em História, criado em 1972. Mediante a organização de arquivos documentais em diferentes instituições (tais como listas nominativas de habitantes, registros paroquiais e cartorários) priorizaram o estudo das populações que

compunham o estado, desenvolvendo projetos em linhas de pesquisa em História Demográfica e Econômica. Esta última se detinha em estudos sobre a industrialização, o desenvolvimento ferroviário, a dinâmica de preços de escravos e as estruturas agrárias. No que tange às temporalidades, a maioria das pesquisas se detiveram nos séculos XVIII e XIX (Boni *et al.*, 1993, p. 139-140).

Os historiadores procuravam consolidar a História como uma disciplina científica, caracterizando um estatuto de trabalho para o historiador. Nos anos 70, chegam novas perspectivas à UFPR, como a Nova História, a aproximação com outras ciências humanas como a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia. Essas interações levaram a uma certa crise, pois colocaram sob tensão as estruturas epistemológicas da disciplina histórica na UFPR.

De modo geral, o trabalho a seguir procura compreender a importância da produção de Pinheiro Machado na organização de um lugar de produção acadêmica na UFPR; identificar as correlações do seu pensamento com os intérpretes e a historiografia brasileira do início do século XX; refletir sobre a relação entre a teoria e o método histórico, a partir das suas aproximações com a Sociologia e a Economia.

No primeiro capítulo, intitulado “A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a constituição do seu arquivo pessoal”, discorro sobre os seus cadernos manuscritos pessoais, problematizando a sua materialidade como ego-documentos; considero a potencialidade desse tipo de fonte para análise da história da historiografia, desde a doação da família Pinheiro Machado à professora Helena Isabel Mueller, até à chegada de sua documentação no CDPH da UEPG; dialogo com as historiadoras que também pesquisaram Pinheiro Machado em universidades do Paraná, na Sociologia e na História. As referências principais deste capítulo são: Luciana Heymann, Maria Teresa Cunha, Philippe Artières, Regina Abreu e Sue McKemmish.

No segundo capítulo, intitulado “A busca pelo método”, me proponho a refletir sobre a relação do autor com a historiografia brasileira, a partir de possíveis aproximações com clássicos como Oliveira Viana e Gilberto Freyre; analiso as interpretações de Pinheiro Machado acerca da chegada da historiografia francesa dos *Annales* no Brasil, orientação teórico-metodológica esta assumida pelo Departamento de História da UFPR, a partir dos interesses das historiadoras Cecília Westphalen e Altiva Balhana; discuto as aproximações com a historiografia uspiana, em especial com o trabalho de Alice Piffer Canabrava; busco compreender as tensões entre as tradições historiográficas produzidas pelos centros de produção

intelectual, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a historiografia acadêmica na Universidade; trato da organização de seminários de pesquisa, a organização e participação em eventos acadêmicos e a elaboração de um espaço de produção da historiografia acadêmica na UFPR, que dialoga com produções sobre a América Latina publicadas em revistas internacionais, como *Hispanic American Historical Review*, *Economia y Sociedad* e *Comparatives Studies in Society and History*; reflito sobre as mudanças no ofício do historiador, que se dava a partir da constituição disciplinar, diante do aumento das demandas do professor universitário e as tensões para conciliar os ofícios de pesquisador e de professor; pondero como Pinheiro Machado entendia as relações entre objetividade e subjetividade na produção historiográfica, a partir de exercícios filosóficos e das demandas do tempo presente. Assim, à leitura dos cadernos manuscritos somou-se a análise de outras fontes, como a Ata da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 (registrando sua constituição em princípios de maio de 1959), publicada na revista *História: Questões & Debates* em 2009, bem como documentos da UFPR do fundo documental de Cecília Maria Westphalen, do Arquivo Público do Paraná.

Por fim, no último capítulo, intitulado “Escrever história: temporalidade e regime historiográfico”, trato das concepções do autor sobre as relações interdisciplinares entre a História e as demais ciências humanas. Nesse sentido, analiso as reflexões de Pinheiro Machado acerca da chegada de novas metodologias entre os anos 60 e 70, acerca do Marxismo e da Nova História; e considero a sua preocupação com a historiografia, que passou a dialogar com as metodologias das outras ciências sociais, como a Economia, a Psicologia e a Antropologia.

2 A TRAJETÓRIA DE BRASIL PINHEIRO MACHADO E A CONSTITUIÇÃO DO SEU ARQUIVO PESSOAL

Neste capítulo, analisarei parte da trajetória de Brasil Pinheiro Machado, pensando-o como um intelectual ligado às elites agrárias paranaenses dos séculos XIX e XX. Abordarei a sua formação acadêmica como bacharel em Direito, suas primeiras atividades profissionais como professor no antigo ginásio Regente Feijó na cidade de Ponta Grossa, sua filiação política ao Partido Social Democrático (PSD) do Paraná, sua nomeação como prefeito e deputado estadual, seu ingresso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e sua nomeação como interventor do Paraná em 1946.

2.1 BRASIL PINHEIRO MACHADO: DO PROFESSOR AO HISTORIADOR

A fim de elucidar o processo de constituição do seu arquivo pessoal, neste primeiro tópico apresentarei a trajetória do historiador, desde a sua formação acadêmica até a sua entrada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), mais tarde integrada à Universidade Federal do Paraná, e sua contribuição nesta instituição. Brasil Pinheiro Machado nasceu em 1907, em Ponta Grossa, Paraná, em uma família tradicional paranaense, ligada aos negócios agrários (Oliveira, 2001); e, devido às demandas da sua classe, foi estudar o secundário no Colégio Liceu dos Padres Salesianos, no Rio de Janeiro. Ainda na capital carioca, graduou-se também em Direito na Universidade do Rio de Janeiro (Cordova, 2009).

Esse distanciamento regional fez com que ele, respirando os ares cosmopolitas da então capital da República, entrasse em contato com a produção artística e intelectual modernista. Segundo Cordova, foi a partir de então que ele procurou criticar a produção dos eruditos locais, caracterizando-a como “provinciana”. Essa análise pode ser observada em sua primeira publicação, intitulada “Instantâneos paranaenses”, publicada na revista católica *A Ordem*, texto em que já problematizava o lugar do Paraná na história nacional (Cordova, 2019, p. 14-15).

Conforme observado por Marchette (2013), a família Pinheiro Machado era ligada a outra família da estirpe tradicional paranaense, os Guimarães e o irmão de sua mãe, Flávio Carvalho Guimarães, foi secretário da Fazenda do Estado do Paraná e um dos principais políticos do PSD-PR. A orientação político-ideológica de Pinheiro Machado estava relacionada a um novo grupo social, filho das elites econômicas que teve acesso à formação acadêmica. Em

outras palavras, a sua constituição como sujeito tem suas raízes na estrutura das famílias tradicionais paranaenses ligadas à grupos politicamente dirigentes. Respondendo às demandas dessas elites locais e regionais, Pinheiro Machado ocupou diferentes cargos políticos, como prefeito, interventor, deputado estadual e procurador-geral.

Desde o início de sua carreira, é notável a tensão entre a prática docente e o envolvimento político. A sua formação de bacharel em direito, além de suas relações familiares com a oligarquia paranaense, possibilitou-lhe ocupar cargos públicos no Estado depois de seu retorno à cidade de Ponta Grossa, em 1932. Além do trabalho docente no prestigiado Ginásio Regente Feijó (onde mais tarde seria diretor), foi nomeado prefeito da cidade de Ponta Grossa. Foi eleito deputado estadual pelo PSD-PR, em 1935² e teve o mandato cassado pelo Estado Novo. Em 1936, retornou de Curitiba a Ponta Grossa, casando-se com Suzana Diez Jeart. Nesse mesmo ano, foi novamente deputado estadual pelo PSD-PR. Entre 1937 e 1938, continuou atuando como docente do colégio Regente Feijó, indo residir em Curitiba em 1939 (Marchette, 2013).

Nos anos 30, Pinheiro Machado foi coordenador da Ação Integralista Brasileira no Paraná, entre 1933 e 1934. Para Marchette (2013, p. 135), ao filiar-se ao Integralismo, Pinheiro Machado o enxergava como uma via alternativa a outros dois caminhos em voga nos anos 30: o Comunismo e o Liberalismo. Ou seja, ao interpretar a sociedade dos anos 30, Pinheiro Machado, que era católico, temia as transformações da sociedade, que ao se tornar liberal, poderia se tornar cada vez mais individualista; ou ao adotar uma perspectiva comunista, podia se tornar ateu. Segundo Ricardo Benzaquen de Araújo, pesquisador do Integralismo, a doutrina nos anos 30 propunha uma forma de “revolução espiritual”, que organizaria uma sociedade que eliminaria o individualismo e a exploração do homem pelo homem, a partir de uma concepção de sociedade igualitária (Araújo, 1987). O que leva a crer que Pinheiro Machado tenha se vinculado à Ação Integralista nos anos 30, devido às suas orientações políticas assumidamente conservadoras. No entanto, na medida que a doutrina desenvolvida

² Conforme tratou Gomes R. (2013), o Partido Social Democrático do Paraná (PSD-PR) foi um partido que durou entre 1933 e 1937. Destaca que o partido era considerado governista durante a década de 30 e que Pinheiro Machado era membro do partido. No entanto, sua profissão naquele contexto foi identificada como advogado e membro e coordenador da Ação Integralista Brasileira (AIB) de Ponta Grossa. Ou seja, a trajetória de Pinheiro Machado nos anos 30 era bastante complexa, tanto na relação com o movimento Modernista, quanto no que se refere ao Integralismo.

por Plínio Salgado passou a ser identificada com o totalitarismo, Pinheiro Machado e outros intelectuais acabaram se afastando do movimento (Marchette, 2013, p. 137).

Pinheiro Machado era uma figura muito atuante na política paranaense e conforme observou Cordova (2016), algumas demandas se colocaram para Pinheiro Machado desde muito jovem, pois, aos 24 anos de idade, foi nomeado prefeito da cidade de Ponta Grossa pelo então interventor Manoel Ribas³, em 1931, ao mesmo tempo que atuava como docente do então Ginásio Regente Feijó, na mesma cidade. Em 1937, foi eleito deputado estadual pelo PSD-PR, e, em 1939, ingressou na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. O entrecruzamento dos afazeres do “homem público” e do “homem acadêmico” lhe gerou um acúmulo de atividades; e, ao insistir conciliá-las ao longo de sua trajetória, ficou claro que a atividade acadêmica poderia representar um refúgio dos compromissos que possuía com a sua classe, ao mesmo tempo que o ajudava a compreender a estrutura social do grupo ao qual pertencia.

Em suma, a trajetória de Brasil Pinheiro Machado articula dois campos, o político e o acadêmico. Sua atuação se deu em diferentes instâncias de poder universitário a partir do ingresso, em 1939, como professor da cátedra de História do Brasil na recém-fundada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná, em que ocupou o cargo de diretor nos anos 50. Atuou como professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná até 1977, momento da sua aposentadoria compulsória. Participou ativamente da organização do Programa de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, em 1972, um dos primeiros do país.

Ao longo da sua carreira, Pinheiro Machado assumiu cargos políticos como Procurador Geral da Justiça do Paraná, Deputado Federal, Juiz do Tribunal de Contas e Presidente do Tribunal de Contas, e foi nomeado interventor do estado do Paraná em 1946. De 1947 a 1951, foi deputado federal pelo PSD⁴. Em 1950, assumiu a cátedra de História do Brasil na

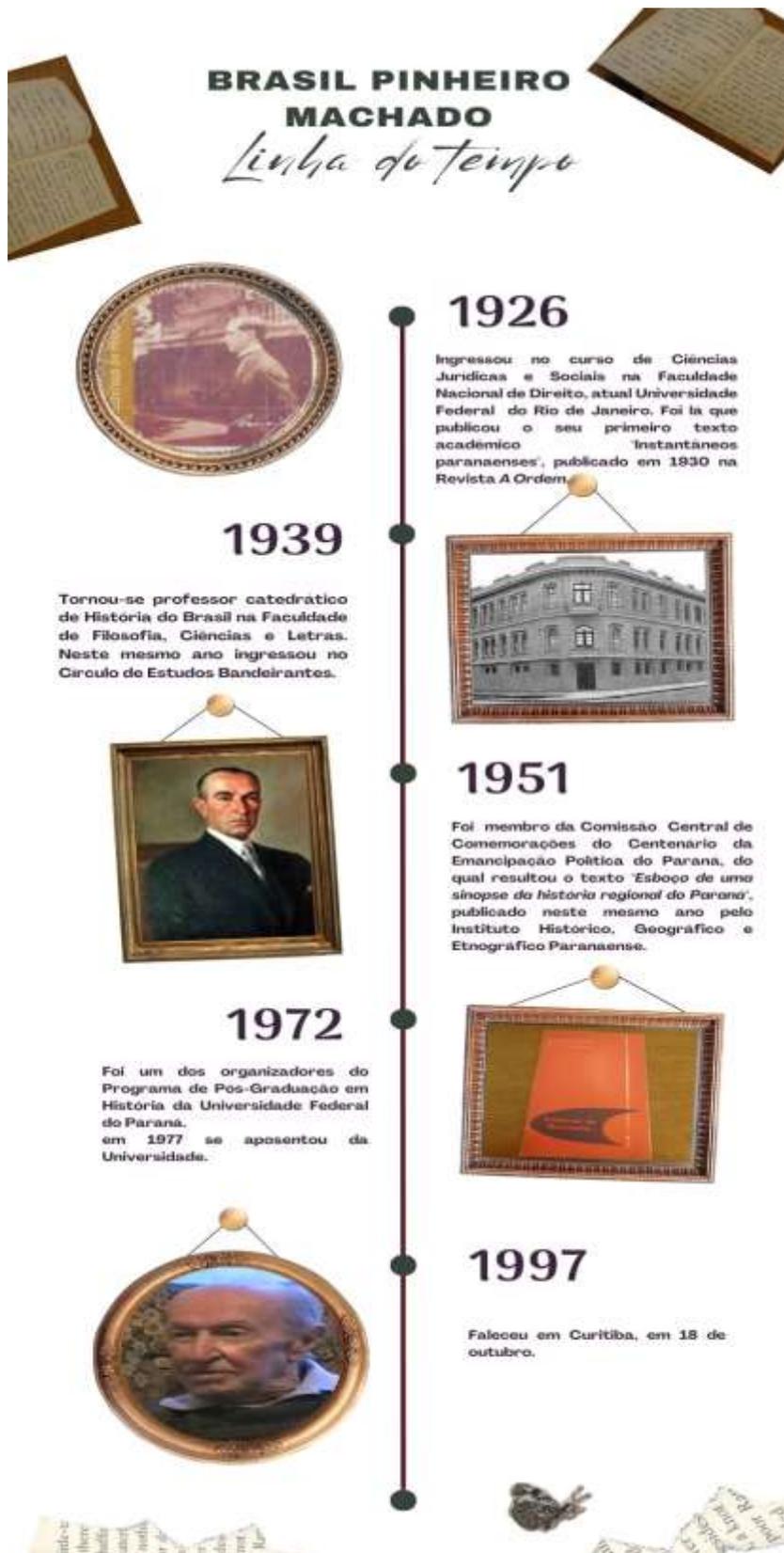
³ Manoel Ribas (1873-1946) foi o fundador do PSD-PR em 1933. Natural de Ponta Grossa, atuou muitos anos como administrador ferroviário no Rio Grande do Sul e foi prefeito da cidade de Santa Maria (RS). Quando Getúlio Vargas foi empossado presidente pela Revolução de 1930, Ribas foi nomeado interventor do estado do Paraná em 1932. Foi Manuel Ribas que nomeou Pinheiro Machado como procurador-geral da Justiça do Paraná (CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. História biográfica da república no Paraná. Curitiba: Banestado, 1994).

⁴ Como dito na nota anterior, o PSD-PR foi anterior ao Partido Social Democrático (PSD) fundado em 1945 pelos interventores nomeados por Vargas, durante o processo de redemocratização do Brasil. Nos estados, o PSD reuniu lideranças que recebiam o apoio de proprietários rurais, comerciantes, industriais e funcionários públicos. Nas eleições de 1945, conseguiram eleger Eurico Gaspar Dutra, com mais de 55% dos votos. Além disso, obteve a maioria das cadeiras na Assembleia Constituinte. Nas eleições de 1955 conseguiu emplacar mais um presidente, desta vez Juscelino Kubistchek de Oliveira. Seu principal aliado político era o Partido Trabalhista

Universidade do Paraná. A seguir elaborei uma linha do tempo da trajetória intelectual do historiador, enfatizando momentos importantes do seu percurso acadêmico.

Figura 1 - Linha do tempo de Brasil Pinheiro Machado

Brasileiro (PTB). Segundo Oliveira (2011), o partido representava os interesses da média burguesia, com vieses do Liberalismo conservador.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em 1939, ingressou no Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), espaço de debate da intelectualidade católica paranaense. A atuação de Pinheiro Machado e dos demais intelectuais católicos reunidos no CEB resultou na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL-PR), em 1938. O principal objetivo do CEB era formar uma elite dirigente para o Paraná que ocupasse diversos postos políticos no Estado. A FFCL-PR tinha como objetivo a formação de professores para os níveis secundário e superior, afinados com os preceitos católicos (Campos, 2008). Sobre a geração de professores vinculados à FFCL-PR, Fagundes (2014) destaca que a sua característica “[...] foi a de um profissionalismo bastante permeável a injunções políticas explícitas, num tempo em que a política universitária nacional abrangente ainda estava em gestação (Fagundes, 2014, p. 300-301).

As demandas que se colocaram na organização da Faculdade visavam profissionalizar os docentes para o ensino primário e secundário, além de alinhar os discursos destes à identidade regional.

Foi membro do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico do Paraná (IHGEP), escolhido para ser o representante da instituição na comissão organizadora das comemorações alusivas ao primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, em 1951. As comemorações foram articuladas pelo governador e professor da Universidade Federal do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Netto⁵. Foi nesse contexto que o historiador produziu o seu *Esboço de Uma Sinopse de História Regional* (1951), texto programático que visava servir como diretriz para a produção de uma obra sobre a História do Paraná. “Aí estão os fundamentos da história interna do Brasil, que é um conjunto de histórias regionais, isto é, história que se faz, ao mesmo tempo, em diferentes pontos do território e por múltiplos estímulos” (Pinheiro Machado, 1997, p. 181).

Este texto é indispensável para a compreensão dos processos de consagração de Pinheiro Machado como um dos fundadores de uma linhagem historiográfica paranaense, e que tem a história local como um dos eixos privilegiados.

⁵ Engenheiro (1926), filho de famílias tradicionais ligadas à produção da erva-mate. Filho de Caetano Munhoz da Rocha Netto, governador do Paraná. Participante do Centro de Estudos Bandeirantes (CEB), foi professor na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras a partir de 1940. Seus interesses intelectuais centraram-se na demografia, formação social e cultural paranaense. Foi deputado federal em 1946 e governador do estado do Paraná de 1951 a 1955. Durante sua vida, em meio à atuação política, escreveu diversos prefácios e ensaios (Kunhavalick; Salles, 2004).

Na lembrança mais antiga da historiadora Cecília Maria Westphalen, esta invocou Pinheiro Machado como modelo teórico e referência política. Sobre a importância acadêmica do historiador, menciona:

Paranaense dos campos verdes de Ponta Grossa, na encruzilhada dos destinos que se abriam para o Norte e para o Oeste, acostumado à contemplação de horizontes sem fins, pela primeira vez, entre todos, soube compreender a formação histórica do Paraná. E nos deu, a nós, seus discípulos, na *Sinopse de História do Paraná*, publicada em 1953, o modelo teórico pelo qual temos podido penetrar e conhecer a história das comunidades paranaenses (Westphalen, 1978, grifo do autor).

Assim, referenciou o autor a partir de um texto fundador da historiografia paranaense, visa produzir sentidos para essa produção, preocupada em compreender a “formação histórica paranaense”. Segundo Chartier (1988), as obras não possuem um sentido estático, mas são construídas a partir das relações que os leitores estabelecem com elas. O texto do Sinopse foi construído como um marco inaugural da História regional, que acabou conferindo uma identidade à produção acadêmica da UFPR. Ou seja, a própria apreensão de Westphalen enaltecendo o texto como um marco teórico permite compreender as subjetividades que foram tecidas a partir desse texto, que extrapolaram a produção e intenções do autor.

Ao tentar recompor o processo de construção de Pinheiro Machado como marco teórico, percorri diversos artigos e dissertações e muitos utilizavam o conceito de história regional do historiador como modelo teórico. Nesses registros acadêmicos, pude perceber que a primeira referência ao conceito de “história regional”, atribuída a Pinheiro Machado, foi escrita por Cecília Maria Westphalen, no livro *Pequena História do Paraná*, publicado pela Edições Melhoramentos em 1953. Conforme menciona a autora:

A ideia e a publicação deste livro são devidas ao Exmo. Sr. Dr. Newton Carneiro, D.D. Presidente da Comissão de Festejos do Primeiro Centenário do Paraná e ao Prof. D. João Xavier Vianna, D.D. Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná, dos quais a Autora recebeu inteiro apoio (Westphalen, 1953).

Portanto, não é à toa que a publicação de Westphalen também fazia parte dos festejos do primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná e foi a partir dela que foi elaborada toda uma tradição de pesquisas em História do Paraná, que tomaram o texto da Sinopse como modelo teórico. Por isso, Westphalen inseriu o texto no item “Sugestões Bibliográficas”, como parte dos textos consultados na elaboração do livro didático. Mais do que isso, Westphalen

conferiu a ele um lugar de destaque, no subitem “Em especial: Pinheiro Machado, Brasil – Sinopse da História Regional do Paraná” (Westphalen, 1953, p. 100).

Pinheiro Machado pode ser entendido como um historiador que está em um tempo de entremeio, entre as lembranças do passado tradicional paranaense ligado às atividades agrárias e o processo de organização do estado a partir da lógica capitalista. O Paraná tradicional, formado por Curitiba e Campos Gerais, estava sendo substituído em importância econômica por outras regiões, como o Norte e o Sudoeste⁶. Entre o passado que não existe mais, mas ainda é residual em sua formação e na organização da classe dominante paranaense, e o futuro, foi tecendo suas impressões acerca da constituição da História como disciplina, método e técnicas de pesquisa.

A partir dos anos 60, diversos historiadores tomaram o texto de Pinheiro Machado como referência, seja para enaltecê-los como proposição teórica, a partir das produções dos historiadores formados pela UFPR⁷, ou para criticá-los, reconhecendo os silenciamentos que essa perspectiva propunha, como no caso dos “vazios demográficos”, analisados por Lúcio Tadeu Mota em sua dissertação de Mestrado intitulada: *A construção do vazio demográfico e retirada da presença indígena da história social do Paraná*, defendida em 1992 (Mota, 1992).

Deste modo, a obra pode ser pensada a partir das práticas discursivas que foram sendo construídas a partir dele, na organização de temas de pesquisa e da instituição, ou seja, parte do processo de institucionalização da História disciplinar, preocupada com métodos e técnicas “científicos” de pesquisa. Dali em diante os processos de significação só se multiplicaram, construindo uma comunidade de leitores para esse texto tido como fundador da primeira geração de historiadores formados pela UFPR.

No *Esboço*, Pinheiro Machado argumentava que a história do Paraná deveria ser organizada em 22 capítulos; pois, para ele, compreender a história nacional significava relacioná-la às histórias regionais, que se organizariam a partir de cada região, devido aos interesses comunitários de convívio e parentesco (Pinheiro Machado, 1997).

Dialogando com Oliveira Viana, a história do Paraná de Pinheiro Machado seria pensada a partir da organização da colonização portuguesa no século XVII, e apenas um dos

⁶ Segundo Ricardo de Oliveira (2001), entre 1940 e 1950, o Paraná sofreu uma espécie de crise regional, a partir da qual se procurou elaborar uma unidade cultural para o regionalismo paranaense, preocupação enunciada no início do século XX, a partir da invenção de tradições e de uma identidade regional.

⁷ O primeiro uso acadêmico do conceito de história regional de Pinheiro Machado está na dissertação de mestrado de Carlos Roberto Antunes dos Santos, intitulada *Preço de escravos na província do Paraná 1861-1887*, defendida em 1974.

capítulos seria dedicado à ocupação espanhola. Na perspectiva de Pinheiro Machado, o Paraná possuiria um regionalismo particular, mas não se distinguiria do regionalismo de outras regiões no que se refere ao domínio econômico e político que algumas famílias exerceram e continuam exercendo no campo político. Entre as intenções que podemos verificar, está a preocupação com a modernização do estado, na qual a História foi mobilizada para a compreensão do presente:

Tendo a profunda consciência de que é um ser histórico, o homem moderno cada vez mais perde a atitude de venerador do passado para fazer de centro de suas aspirações vitais as esperanças no futuro, e se convencer, cada vez mais, de que a construção do futuro é uma libertação do passado, que depende de seu discernimento, de seu esforço, de sua ação e, consequentemente, da compreensão da própria história. Assim o passado se lhe apresenta como uma experiência que é preciso superar (Pinheiro Machado, 1987, p. 178)⁸.

Ao refletir sobre o passado, o historiador paranaense evocava uma determinada compreensão histórica, assumindo uma atitude ativa no presente. Para ele, problematizar o passado paranaense possibilitaria orientar um futuro, relacionando o processo de constituição do estado à História nacional, o que indica a preocupação de Pinheiro Machado em pensar o Paraná a partir da História do Brasil. Elaborava, assim, uma linha de compreensão da história regional, que passaria dos empreendimentos portugueses e culminaria na colonização europeia do século XIX.

Para construir sua proposição, Pinheiro Machado buscou referências em João Ribeiro, Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo de Varnhagen, propondo uma forma do regionalismo paranaense que convergisse para o nacionalismo brasileiro. Nas palavras de Pinheiro Machado: “É, pois, do passado, das experiências do passado, da sua compreensão e interpretação, que extraímos os valores nacionais que movem os dínamos para o futuro” (Pinheiro Machado, 1997, p. 178).

A partir de um ponto de vista de que a História poderia produzir prognósticos, ainda trazia no seu cerne muito da *História Magistra Vitae* ao regime de historicidade, pois Pinheiro Machado interessava-se em refletir sobre os pressupostos que orientariam a produção historiográfica. Conforme observado por Koselleck (2006), a experiência histórica, ao ser orientada para frente, busca a partir do passado adquirir conhecimento para o tempo presente e para o futuro. Afinal, ao confrontar o processo de constituição colonial do Paraná, que se

⁸ A edição consultada do texto de 1951 é o de 1987, publicado na Revista *Questões & Debates*.

desenvolveu a partir de diferentes temporalidades e conjunturas, procurava relacioná-la a uma única experiência, isto é, a da História do Brasil.

Nesse processo, Pinheiro Machado objetivava entender qual seria o papel da ciência histórica no presente. Por isso, além da preocupação em organizar uma história orgânica do Paraná, também se voltou para o reconhecimento da produção universitária que se desenhou a partir dos anos 60. Como ela se diferenciaria da historiografia produzida pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), mesmo que parte dos intelectuais que integraram a UFPR também fizesse parte desses centros de produção. Uma saída encontrada por ele para diferenciar a produção que seria desenvolvida seria atualizar-se diante das novas metodologias e da historiografia brasileira, reconhecendo as diferentes formas de representação do passado em relação com o presente.

A produção de Pinheiro Machado correspondia às transformações econômicas e sociais do Paraná, antes organizado em torno das fazendas de criação de gado, passa a se modernizar, a partir da construção de estradas e da diversificação econômica. Até mesmo a modernização foi utilizada como arma de disputas, ao que Pinheiro Machado atribui uma característica de organização “feudal”, que procurava se adaptar às novas estruturas sociais:

Lembro-me de um outro fato, no mesmo lugar, mas na década de 1930. Um jovem que fizera uma carreira política, ou melhor, que estava, fazendo ainda, numa dessas reviravoltas de política municipal, ficou seriamente ameaçado nas suas pretensões políticas e me confessou: se eu perder a luta, não faz mal, eu volto para a fazenda de minha família, lá esse governo não pode me fazer nada [...] (Pinheiro Machado, 1967, p. 87-88).

A disputa mencionada acima deve referir-se às disputas pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, haja vista que Machado foi prefeito da cidade entre 1932 e 1933. Além disso, permite identificar como as estruturas familiares não estavam sujeitas às inferências governamentais, mas possuíam uma dinâmica própria, relacionadas à estrutura de poder oligárquica dos grandes proprietários. Interessa observar que a reflexão sobre 1930 foi realizada mais de três décadas depois, na análise realizada sobre o nono capítulo do livro de Celso Furtado *Formação econômica do Brasil*, em que explorou a estrutura fundiária. Pinheiro Machado reconhecia que essas estruturas sociais eram evidentes no Paraná e procurava, assim, entender as particularidades do processo de expansão do capitalismo no estado, em que as estruturas sociais precisariam se desagregar ou se adaptar à conjuntura.

Pinheiro Machado faleceu em 1997, não sem antes ver seu texto consagrado como um clássico da historiografia paranaense, pois os professores do Departamento de História da UFPR construíram uma representação para essa produção em particular, que até os anos 80 foi tida como diretriz a ser seguida, conferindo a partir dela uma identidade para a historiografia paranaense. A tradição remetida ao modelo elaborado por Pinheiro Machado pode ser identificada na reedição do texto “Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná” na revista *História: Questões e Debates*, da UFPR, em 1987:

Várias gerações de professores e estudantes de História têm utilizado a idéia de um modelo explicativo da história regional, tanto na investigação como no ensino de História do Paraná. Esta Revista já publicou textos que tratavam explicitamente da questão, além de artigos do próprio professor Brasil Pinheiro Machado; a referência a ele é constante em dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, e suas hipóteses fundamentais testadas obrigatoriamente em trabalhos que resultam de pesquisas sobre o Paraná tradicional. Portanto, quase quarenta anos após a sua primeira publicação, seu conteúdo continua atual, além de sua importância para a historiografia paranaense. (Pinheiro Machado, 1987, p. 177).

O trecho acima não indica a autoria, mas a republicação visou, em alguma medida, atualizar os leitores acerca da contribuição do conceito de história regional e ressaltava que as orientações teórico-metodológicas de seu texto conferiam a ele um caráter atemporal, devido à sua importância conceitual e explicativa. Conforme caracterizado acima, o texto de Pinheiro Machado não tinha esse objetivo inicial, pois, como o próprio nome sugere, tratar-se-ia de um “esboço” do que uma História do Paraná deveria contemplar, e não uma obra conceitual.

Pinheiro Machado deixou uma vasta documentação que pode ser verificada nos centros de produção de pesquisa mencionados, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) e documentos administrativos e do departamento de História, da Universidade Federal do Paraná.

Tratarei, em especial, do arquivo pessoal de Pinheiro Machado, que, desde 2013, está no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A doação foi mediada pela então professora do Departamento Helena Isabel Mueller. Pinheiro Machado teve muito cuidado ao organizar seu arquivo, dividido em categorias como “Notas de leitura” “Notas e apontamentos”, “Sugestões”, o que demonstra o processo de constituição do seu pensamento em diferentes fases do trabalho do historiador, entre pesquisa, fichamentos, notas de leitura e planos de aula. Este *corpus* documental é formado por um total de 15 cadernos, dos quais selecionamos seis. O critério se deve ao fato de que estes cadernos expressam um pouco de cada face do ofício do historiador envolvido em práticas de pesquisa e docência, seja

a partir de notas de leitura, fichamentos, até elaboração de pareceres para concurso, planos de aula e anotações pessoais. Os cadernos me permitiram percorrer parte de suas preocupações historiográficas e temas de interesse, identificando seus esforços no aprofundamento e atualização em torno das discussões teórico-metodológicas da História, sem perder de vista sua relação com as demais ciências sociais, em especial a Sociologia.

2.2 A TRAJETÓRIA DO ARQUIVO PESSOAL DO HISTORIADOR

Nesta seção, apresentarei o arquivo pessoal de Pinheiro Machado e como este revela nuances do seu processo de escrita e constituição do seu “eu historiador”, procurando caracterizar sua escrita e refletir sobre a natureza dos textos de cunho próprio que ele preservou em seu arquivo pessoal.

Seu arquivo pessoal, como abordado, está sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Os documentos foram inventariados e acondicionados em 15 caixas. Segundo o termo de doação disponível pelo Centro de Documentação, o material doado possui: revistas, recortes de jornais, cadernos de anotações, correspondências, livros de poemas, artigos publicados, manuscritos, relatórios e crônicas.

Conforme pude perceber, a maioria dos cadernos trata de seu percurso acadêmico. Apesar disso, em vários momentos Pinheiro Machado deixou transparecer parte de suas preocupações pessoais e posicionamentos diante de diferentes referências teórico-metodológicas da historiografia e das ciências sociais, procurando, a partir delas, um melhor entendimento dos processos que ocorriam no Paraná.

Entre 2011 e 2015, Mueller (2011) produziu sobre Pinheiro Machado, buscando problematizar a memória produzida sobre o historiador. No relato, é possível entender a relação familiar que teceu com a família Pinheiro Machado, bem como os sentidos atribuídos ao historiador pelos seus alunos:

Seguidamente ia para a casa ‘dos Pinheiro Machado’, como dizíamos em família, brincar com Maria Célia explorando os muros da vizinhança procurando frutas e desvendando mistérios por nós criados. Dentro da casa pouco ficávamos, pois naqueles idos dos anos 1950 nada havia que nos interessasse. Para mim, no entanto, tinha um cômodo que sacralizei pela pessoa que o habitava durante muitas horas do dia: o escritório do Dr. Brasil. Espiava pela porta aberta, mas não me atrevia a entrar, mesmo que estivesse vazio, pois sentia uma aura de sabedoria e de conhecimento que não podia ser invadida. Por vezes ele estava lá sentado na escrivaninha lendo, tomando

seu chimarrão ou olhando pensativo pela janela. Aquilo me fascinava, me fazia pensar como é que uma pessoa podia ler tanto, ter tanta sabedoria. Mais velha conheci o porquê dessa sabedoria e qual a direção que seguia: fui sua aluna no curso de História da UFPR quando recebi o estímulo que uma estudante precisa para incrementar sua curiosidade e ampliar seus horizontes (Mueller, 2015, p. 2).

Mueller indica como a figura de Pinheiro Machado foi “sacralizada” (autorizada), tanto pela sua trajetória acadêmica como pela política. A partir do relato, reconhecemos o processo de produção dos seus escritos, visto que, segundo ela, o historiador passava longas horas em seu escritório, lendo e escrevendo. Além disso, sugere que essa prática era estimulada por ele como docente na UFPR.

É possível notar o destaque dado à persona do historiador na fala de Helena Isabel Mueller, ao mencioná-lo como “Doutor Brasil”. A sua construção como referência para os estudos históricos paranaenses pode ser relacionada aos diversos capitais do qual ele era portador, como o cultural e político. Assim sendo, o êxito acadêmico não é algo natural, mas é produto das relações sociais que foram construídas ao longo de sua trajetória. Ademais resulta de iniciativas, de sua aceitação perante os pares e muitas vezes pelo poder advindo das instituições cursadas e mesmo pela consagração popular. Circunstâncias que podem favorecer ou atrapalhar.

A partir do relato supracitado, é presumível que em sua casa havia um escritório com uma vasta biblioteca, o que denotava parte da aura intelectual construída por Pinheiro Machado, que em parte advinha do capital cultural e econômico de sua família, ligada aos negócios agrários paranaenses desde o século XVIII (Oliveira, 2001). O início do século XX possibilitou a ascensão de valores da burguesia e o gabinete se tornou um espaço de refúgio, o que geralmente não era possível a intelectuais das classes trabalhadoras, principalmente mulheres, que não possuíam condições materiais e residenciais que lhes garantissem a intimidade ou isolamento (Cunha, 2019).

Como mencionado na introdução, Pinheiro Machado já havia sido estudado por outras pesquisadoras, como Maria Julieta Weber Cordova (2009) e Tatiana Dantas Marchette (2013), e de projetos de pesquisa continuada de Mueller (2011). Em 2018, Cordova utilizou o arquivo pessoal em sua pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Paraná, na qual procurou aprofundar questões da História Intelectual e História da Educação, a partir de alguns dos cadernos do historiador. A pesquisa que resultou nesta tese pretende ampliar o recorte temporal analisado pelas pesquisadoras, refletindo sobre outra perspectiva teórica, o da contribuição de Pinheiro Machado para a Historiografia brasileira.

As professoras Helena e Julieta, realizaram pesquisas no arquivo pessoal de Pinheiro Machado e reafirmam que a maior parte dos documentos são materiais de estudo e pesquisa do historiador. No entanto, também relatam as tensões do sujeito entre os campos político e acadêmico, procurando em diferentes momentos da sua vida refletir sobre suas memórias, o que nos permite entender como ele tentou relacionar o passado individual ao coletivo. A professora Helena selecionou dois cadernos para análise, um de 1950 e outro de 1970:

A leitura dos dois cadernos em seqüência evidencia as mudanças que se passaram na pessoa que os escreveu no decorrer dos anos. O primeiro caderno, de 1950, nos apresenta uma pessoa cheia de desejos, de utopias, de projetos políticos dentro da ‘governança’ para usar suas palavras. Conta de sua iniciação à política, das críticas que fazia a políticos paranaenses que considerava despreparados para exercer oposição; de sua vinculação quase que visceral à política e das dificuldades que encontrou para seguir esse caminho (Mueller, 2015, p. 3).

Segundo Mueller, ao rememorar parte da experiência entre a juventude e a velhice, revelam parte de suas sensibilidades, recordações, uma relação particular entre memória e história, ao passo que Pinheiro Machado procurava elaborar sentidos para o passado no tempo presente, inclusive sentidos para sua trajetória desde a genealogia da sua família. O nome Brasil foi dado a muitos homens da sua família, inclusive ao seu pai, que se casou com uma moça de uma linhagem de outra família tradicional do Paraná, os Ribas, que possuíam fazendas na região que mais tarde foi chamada de Campos Gerais. Para a historiadora, as memórias foram analisadas a partir de uma característica importante para Pinheiro Machado, a de tradição familiar (Mueller, 2015).

Conforme apontado pela historiadora, após a morte de Pinheiro Machado, em 1997, os documentos ficaram guardados, provavelmente relacionado ao luto familiar:

Em nenhum momento a família se recusou a disponibilizar essa documentação a pesquisadores; apenas circunstâncias que pertencem à intimidade dos familiares fizeram com que os documentos não fossem disponibilizados ao público. Em 2012 eles me foram entregues e, com a autorização familiar foram doados ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde estão para livre acesso de pesquisadores (Mueller, 2019, p.10).

Fica claro que houve algumas tensões na disponibilização inicial do arquivo ao público; as ditas “circunstâncias” podem ser interpretadas como os problemas de saúde de Maria Célia.

No trabalho da professora Julieta Weber, prefaciado pela professora Helena Mueller, a historiadora reconhece o esforço de Pinheiro Machado em aprofundar estudos sobre o método

histórico e apresenta diversas possibilidades de pesquisa a partir dos cadernos. Como nos cadernos intitulados *Jornal I* (1946-1949) e *Jornal II* (1949-1950), em que Pinheiro Machado apresenta as particularidades da sua infância, que, após a morte precoce do pai, ele e seus irmãos foram enviados a um colégio dos padres Salesianos, permanecendo em regime de internato, entre 1918 e 1923. A sua pesquisa no arquivo visou aprofundar parte dos estudos desenvolvidos no doutorado, relacionados aos estudos de História Intelectual e História Regional, contrastando o historiador como leitor e professor. Além dos embates entre história e ciências sociais, é transparente parte de suas preocupações na elaboração de uma “história sociológica”, identificando uma das especificidades da análise de Pinheiro Machado (Cordova, 2019, p. 18-20).

Maria Célia me chamou, me chamou não, eu tava sempre com ela, eu tava visitando ela, estávamos juntas apesar dela morar em São Paulo e eu morar aqui, ai ela disse: ‘Helena, eu tenho uma caixa aqui que tem uma série de coisas de papai [...]. Tem uma série de coisas de papai, você não queria vir aqui, não gostaria de vir aqui um dia pra gente organizar isso tudo, pra gente ver o que que a gente pode fazer?’. Eu disse: ‘É lógico Maria Célia, sem dúvida’ (Mueller, 2022).

Antes da morte de Pinheiro Machado, a configuração dos documentos seguia um ordenamento particular, decorrente dos seus usos e interesses. Após a morte do seu titular, em geral, os documentos passaram por uma triagem antes de serem doados para um acervo. Na sequência, receberam um ordenamento por parte do profissional que fez o tratamento da documentação, passando por uma (re)organização. Os objetos arquivados induzem a uma determinada leitura, que está ligada à imagem que seu produtor buscou elaborar de si mesmo.

Nesse caso, a professora Helena foi a responsável por fazer a triagem inicial da documentação antes de levá-la ao CDPH, um total de 15 cadernos manuscritos, seis apostilas datilografadas, cartas e bilhetes. O documento mais antiga data de 1918, um bilhete escrito à família, e o mais recente data de 1987, seu último caderno.

Passados alguns anos da morte do historiador, Maria Célia confiou a ela o papel de selecionar e entregar a documentação do mesmo a alguma instituição de guarda⁹:

Maria Célia residia em São Paulo e, naquele contexto, devido ao agravamento dos seus problemas de saúde, o tratamento da documentação foi sendo adiado, pois, como foi relatado pela professora Helena, desfrutar da companhia da amiga era mais importante e que, por isso, não se sentiu à vontade para falar da documentação.

⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 28 de outubro de 2022, na cidade de Curitiba (on-line).

Em outro momento, Mueller voltou a tocar no assunto. Mas, como em toda relação de amizade, durante as conversas outros assuntos surgiam e a separação dos documentos foi ficando de lado. “A gente falava, mas ela não dizia nada. [Eu] dizia: ‘vamo ver o arquivo?’ Ela dizia: ‘Vamo, vamo’ e enfim, a gente conversava outras coisas e íamos em outros lugares e as coisas... O tempo passou” (Mueller, 2022).

Outro aspecto a ser levado em conta é uma possível demanda da família em destinar um espaço para os documentos pessoais do historiador, o que nos permite perceber a representação que a própria família construiu para ele. Os membros da família reconheciam a sua importância acadêmica e não desejavam que essa documentação se tornasse uma relíquia restrita à unidade familiar.

Eu queria que você soubesse por que a história do arquivo... ela se constitui em Ponta Grossa. A história da documentação desse arquivo, eu trouxe, me foi cedida pela família, eu consultei a família, eu consultei a família através da minha cunhada, Suzana Pinheiro Machado, filha. Consultei o Marcos Pinheiro Machado e Brasil Pinheiro Machado [Filho], se eles autorizavam a cessão dessa documentação para Ponta Grossa. Eles autorizaram (Mueller, 2022).

Mueller deu ênfase à autorização da família para que a documentação fosse doada a um centro de documentação universitário em Ponta Grossa, cidade natal do historiador. O termo de doação foi assinado pela família e, conforme relatou, a documentação foi trazida para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2013, em uma mala pessoal e ficou algum tempo no mesmo lugar. Passados alguns meses, a professora solicitou a mala e o material foi acondicionado em uma caixa de papelaria, aquelas que contêm pacotes de papel A4. Foi apenas em 2018 que a documentação foi acondicionada em 15 caixas de arquivo.

Como funcionária da UEPG, acompanhei a situação do Centro de Documentação e Pesquisa em História, que, como a grande maioria das instituições similares, era bastante “complicada”, com poucos recursos humanos e espaço físico inadequado e insuficiente para a guarda de documentos históricos. O espaço conta com três salas e em 2023 apenas uma técnica concursada, Luciana Cristina Pinto. A outra técnica, Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes, se aposentou em 2020. O espaço conta com dois estagiários do curso de Bacharelado. Quando acabei a documentação, Ananda Cristina de Freitas e Rafael Fogaça Sabino eram os estagiários.

Heymann (2010) chama a atenção para as relações pessoais que permeiam o arquivo, pois a doação da documentação não anula as expectativas que os titulares ou “herdeiros” possuem sobre ela, bem como as relações subjetivas presentes desde o processo de doação até

a chegada da documentação à instituição de guarda. No caso em tela, os documentos não são apenas vestígios deixados pelo político ou pelo historiador, mas pelo pai, avô, enfim, está repleto de outros valores subjetivos e afetos familiares. Estas nuances da subjetividade podem ser observadas no trecho a seguir:

Infelizmente, Letícia, jamais foi enviada uma carta à família Brasil Pinheiro Machado, agradecendo pela cessão da documentação. Sim, veio uma carta pra mim, muito genérica, agradecendo a mim, como se eu, eu tivesse alguma coisa. Eu levei a documentação que eu havia trazido da casa de Maria Célia Pinheiro Machado, que tinha pego a documentação após a morte de Brasil Pinheiro Machado (Mueller, 2022).

No trecho acima é possível identificar as demandas do tempo presente que atuaram sobre a entrega da citada documentação à Universidade. Em geral, ao tratar da documentação na pesquisa em História, em recortes temporais mais recuados, o historiador não se vê diante de expectativas familiares em relação à sua produção ou em relação ao tratamento do arquivo, o que já é esperado em pesquisas que tratam do tempo presente ou mais imediato. Tal situação releva como o arquivo é construído por alguns estratos temporais, desde a sua produção por Pinheiro Machado, como pela família ao eleger Maria Célia Pinheiro Machado como “guardiã” da documentação paterna, até a seleção realizada por Helena Isabel Mueller, antes de doá-la ao CDPH.

O arquivo de Pinheiro Machado, em um primeiro momento, pode ser lido como uma série de fontes elaborada, parte do ofício do historiador. E confesso o quanto é sedutor tratá-lo como mera acumulação desse ofício. No entanto, ao estudar mais a fundo, é possível identificar a construção de categorias para a documentação tais como: Notas, Apontamentos, Sugestões, Jornal do Leitor, Intermesso etc. A disposição das ideias, sua organização e recorrência, indica que muitas vezes ele procurou revisitar suas ideias e estabelecer novas relações, o que indica que a escrita não encerrava seu uso, pois, diversas vezes, inseriu outras observações, usando outras cores de caneta. Como podemos verificar no Quadro 1:

Quadro 1 - Cadernos selecionados para a pesquisa e distribuição de temas e categorias

(continua)

CADERNO	ANO	TEMA PRINCIPAL	CATEGORIAS/TEMAS	OBSERVAÇÕES
1. NOTAS PARA AULAS	1960	Cultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Materialismo histórico. 2. Liberalismo. 3. Seminário de História (Mercantilismo). 4. Anotações sobre métodos de pesquisa. 5. Notas de leitura do livro Asian Drama. 	Sem paginação.
2. NOTAS, APONTAMENTOS E ANOTAÇÕES	1964-1973	Comunidades históricas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunidades históricas. 2. Notas de viagem. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Primeira República. 5. Fichamento de Celso Furtado (Formação econômica do Brasil). 6. História Econômica. 7. Tradição e modernidade (Bendix). 8. Marxismo (137). 9. Tradição e modernidade (139). 10. Tipo ideal (141). 11. Modernização numa perspectiva comparativa (153). 12. Teoria do Conflito (165). 13. História da Escravidão. 14. História da Escravidão (195). 15. A escravidão no continente americano (210). 16. Continuidade e descontinuidade em História (217) 17. Continuidade (227) 18. Revolução, Ideologia, Ciência História (231). 19. Sugestão metodológica (243). 	<p>Citação de Oliveira Viana, “Populações meridionais”, página 69.</p> <p>Pág. 97: observação sobre Freyre.</p> <p>Pág. 115</p> <p>Nota de leitura “Recherches: Réflexions sur la pertinence d’une théorie de l’histoire des échanges” (antropologia econômica).</p>

Quadro 1 - Cadernos selecionados para a pesquisa e distribuição de temas e categorias

(continuação)

CADERNO	ANO	TEMA PRINCIPAL	CATEGORIAS/TEMAS	OBSERVAÇÕES
3. NOTAS, APONTAMENTOS E ANOTAÇÕES			20. Teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento. 21. Análise dos métodos da História Econômica (272) 22. Longa duração/Braudel (275). 23. História positivista. 24. New Economy History (281). 25. Funcionalismo (287) 26. Reificação. 27. Sobre História e sobre métodos (301). 28. Revolução de 30 – aula (309).	
4. APONTAMENTOS – NOTAS	1970-1976		29. Hegel. 30. Kant. 31. Idealismo (Schelling). 32. Filosofia da História. 33. Idealismo alemão, Nicolai Hartman (15). 34. Estudos sobre a América Latina. 35. Crítica à nouvelle história (50).	Continua noutro caderno (A fuga 3)
5. TRADIÇÃO E MODERNIDADE NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO.	1971-	Modernidade	36. Banca de examinador de concurso.	Sem paginação.
6. SUGESTÕES	1972-1977	Historiografia.	37. Metodologia. 38. Capistrano; Varnhagen; 39. Teoria da História. 40. Diferença geracional. (S. 14) 41. Projeto de pesquisa sobre a 42. Primeira República.	Sem paginação. Posicionamento em relação à história das ideias. (S. 19) 55495

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O estudo em arquivos pessoais procura historicizar a produção dos objetos materiais, institucionais e intelectuais, pois, como conceitua Belotto (2014), o arquivo pessoal é um conjunto de documentos acumulados durante uma vida e sua construção no tempo se dá no arquivo.

As lembranças conectam os indivíduos a redes de filiação identitária e a construção da memória pessoal também emerge da memória familiar, sendo por meio dela que se preservam conhecimentos, responsabilidades e sentimentos de pertencimento.

Ainda sobre as expectativas familiares, Heymann argumenta que o percurso da documentação produz uma determinada identidade para o conjunto documental, a qual integra a construção do documento a que o pesquisador tem acesso:

Iluminar o caráter construído dos arquivos, institucionais ou pessoais, investir na sua historicidade, não equivale a negar sua legitimidade, mas a examinar as práticas e os discursos por meio dos quais o ‘monumento’, o arquivo-fonte, encobre o ‘fragmento’, os gestos – múltiplos, diacrônicos, descentralizados – que constituíram concretamente os conjuntos documentais (Heymann, 2010, p. 72).

Dito isso, o arquivo pessoal é abundante de gestos de separação, o que significa reconhecer as práticas discursivas que o constituíram e possibilitaram transformá-lo em fonte, o que confere uma determinada especificidade aos arquivos pessoais. No caso aqui analisado, isso fica evidente desde a particularidade da sua acumulação, na tipologia dos documentos, bem como na relação que os documentos estabelecem entre si. Isso também se verifica na mediação de Helena Isabel Mueller:

Ofereci, me ocorreu que seria importante pro arquivo de Ponta Grossa, o arquivo lá da história, eu não me lembro do nome do arquivo. O [professor] Cláudio De Nipotti disse ‘é interessante, sim’. Eu insisti e um dia levei pra Ponta Grossa a mala e entreguei pro arquivo. Eu já tinha olhado o que que tinha, tinha separado algumas coisas, inclusive três cadernos, que eu não sei se estão no arquivo ou não estão, se não estiverem eu recoloco no arquivo com o maior prazer. E fiz o meu trabalho (Mueller, 2022).

Existe uma tensão nas testemunhas dos arquivos, pois remetem a um passado que ainda se faz presente. Tanto na (re)existência do arquivo, nos usos que fazem e fizeram dele, mas também nas possibilidades de interpretação dos múltiplos sentidos e subjetividades construídas pelo seu produtor. Mesmo diante da sua proximidade com a família Pinheiro Machado, Helena Isabel Mueller deu ênfase à importância de que a documentação tivesse um destino arquivístico público.

Ao concluir a ação de levar a documentação a Ponta Grossa, confiada a ela para torná-la parte de um acervo institucional, Mueller demonstra a preocupação de historiadora em estar

fazendo o seu trabalho, disponibilizando aquela documentação para pesquisa, tendo em vista que a doação dos documentos ao Centro de Documentação é uma ação que atualiza a obra e possibilita preservar o legado do historiador. No entanto, devido às inúmeras demandas que o CDPH-UEPG tem (não diferente de outros centros de documentação no Brasil que também enfrentam a mesma situação), a documentação de Pinheiro Machado demorou para ser inventariada:

A minha mala ficou num canto do arquivo por algum tempo, até que eu achei por bem conversar de que as coisas deveriam... Bom, Josélia [Maria Loyola Gomes] falou comigo, que ela ia organizar o arquivo; assim eu peguei a mala de volta e o arquivo foi organizado, creio eu, creio eu até por grande interesse da Julieta [Weber Cordova], da Maria Julieta. Eu acho que ela que estimulou a organização do arquivo Brasil Pinheiro Machado e lá está ele (Mueller, 2022).

Ao doar o arquivo ao CDPH, Mueller sentia que havia completado a missão dada pela família, pois, tornar pública parte da documentação de Pinheiro Machado o retiraria de um possível esquecimento:

É por isso também, Letícia, que eu acho maravilhoso que Julieta, você e eu tenhamos, vocês continuando e eu fazendo a minha parte, tenhamos, estejamos trazendo à tona a importância acadêmica de Brasil Pinheiro Machado. Eu acho isso importantíssimo! (Mueller, 2022).

A ênfase dada por ela com a palavra “importantíssimo” é digna de nota. É possível notar um sentimento de “dever cumprido”, ao acompanhar os usos do arquivo de Pinheiro Machado, tanto nos trabalhos desenvolvidos por Cordova (2019) a partir da história intelectual, quanto no trabalho em que me proponho a tratar da contribuição de Pinheiro Machado para a história da historiografia, como um agente importante na consolidação da ciência histórica.

Ao se expressar através da escrita, Pinheiro Machado apresenta diferentes faces que o compunham. No caderno de 1964 a 1973, “Notas e apontamentos”, Brasil Pinheiro Machado trouxe parte das suas memórias para compor a narrativa. Entre as fontes selecionadas, este é o único caderno em que ele mencionou a sua infância e juventude. Ao falar do desenvolvimento agrário dos Campos Gerais, paisagem que compõe as memórias da infância e de parte da juventude, entendo que ele compara os fazendeiros aos senhores feudais. A partir da sua experiência, Pinheiro Machado expõe como se davam tais relações:

Lembro-me, quando moço, que duas famílias de fazendeiros, em Ponta Grossa, se desaviam por questões de política municipal, e sendo vizinhas nas suas fazendas, uma delas, a mais poderosa pelas relações com o governador do Estado, influía sobre este para que uma estrada planejada passasse bem pela fazenda de seus desafetos, o que, afinal, só traria benefícios porque possibilitaria ligação da fazenda com os

mercados urbanos. Mas representava uma diminuição interna de poder (Pinheiro Machado, 1967, p. 86).

A narrativa em tom memorialístico evidencia como a propriedade territorial não era apenas um instrumento econômico, mas parte de um sistema de relações simbólicas das classes dominantes paranaenses, que eram travadas nas disputas pelas relações de prestígio e poder. Por isso, tomar uma posição passiva, como expectador das mudanças, lhe gerava certa preocupação, pois, por muito tempo, esteve na linha de frente das mudanças que ocorriam no Paraná da primeira metade do século XX.

O documento enquanto monumento, nos termos de Le Goff (2011), é atravessado por relações de poder, que asseguram o que deve ser recordado. Ao historiador, resta lê-lo em sua incompletude e tentar extrair o que for possível, reconhecendo as diversas possibilidades de leitura e as suas condições de produção. Ou seja, o trabalho, antes, é de desconstrução, procurando, a partir de diferentes documentos, estabelecer relações, sentidos e, assim, desmistificar o seu significado aparente.

As representações em torno dos sujeitos são, em geral, construções póstumas, idealizadas tanto pela família quanto pelos grupos sociais ao qual o indivíduo pertence. A morte não encerra as criações em torno do indivíduo; assim, o fim da vida do autor não representa um estágio acabado, mas pode ser acessado a partir de diferentes usos, apropriações e representações.

No caso da documentação de Pinheiro Machado, o gesto de doação reconhece a importância do sujeito como um intelectual, tanto a partir das suas relações institucionais na constituição do campo acadêmico na Universidade Federal do Paraná quanto como político que atuou nas esferas municipal, estadual e federal.

Conforme observado por Abreu (1996), o arquivo pessoal possibilita uma forma de celebração do indivíduo, que é capaz de imortalizá-lo. O gesto de doação da documentação para o arquivo possui significados, relações sociais e valores. O acervo documental de Pinheiro Machado remete a uma fase importante da sua constituição como historiador, ao evidenciar parte da sua formação acadêmica.

A tarefa assumida por Helena Isabel Mueller, a de destinar o material recebido para um centro de documentação, oferece uma forma de homenagem tanto ao legado de Pinheiro Machado como à sua amiga de uma vida, Maria Célia Pinheiro Machado Paoli, a filha familiarmente escolhida (por também ser historiadora) para dar um destino às memórias do pai.

Nesta breve incursão sobre a chegada do arquivo ao CDPH-UEPG, percebe-se que o arquivo não é estático, mas apresenta evidências que sugerem o seu manuseio em diferentes

momentos da vida, e não é desprovido de interesses políticos. O arquivamento possibilita monumentalizar uma figura pública, um intelectual e político. A partir do gesto de separar o que é pessoal do que é profissional, configura certas abordagens e representações sobre o sujeito. Há, por fim, a própria lógica da instituição custodiadora do acervo, neste caso o CDPH que ao classificar e descrever a documentação, subsidia instrumentos de pesquisa para dar acesso aos pesquisadores.

2.3 A MATERIALIDADE DOS CADERNOS PESSOAIS

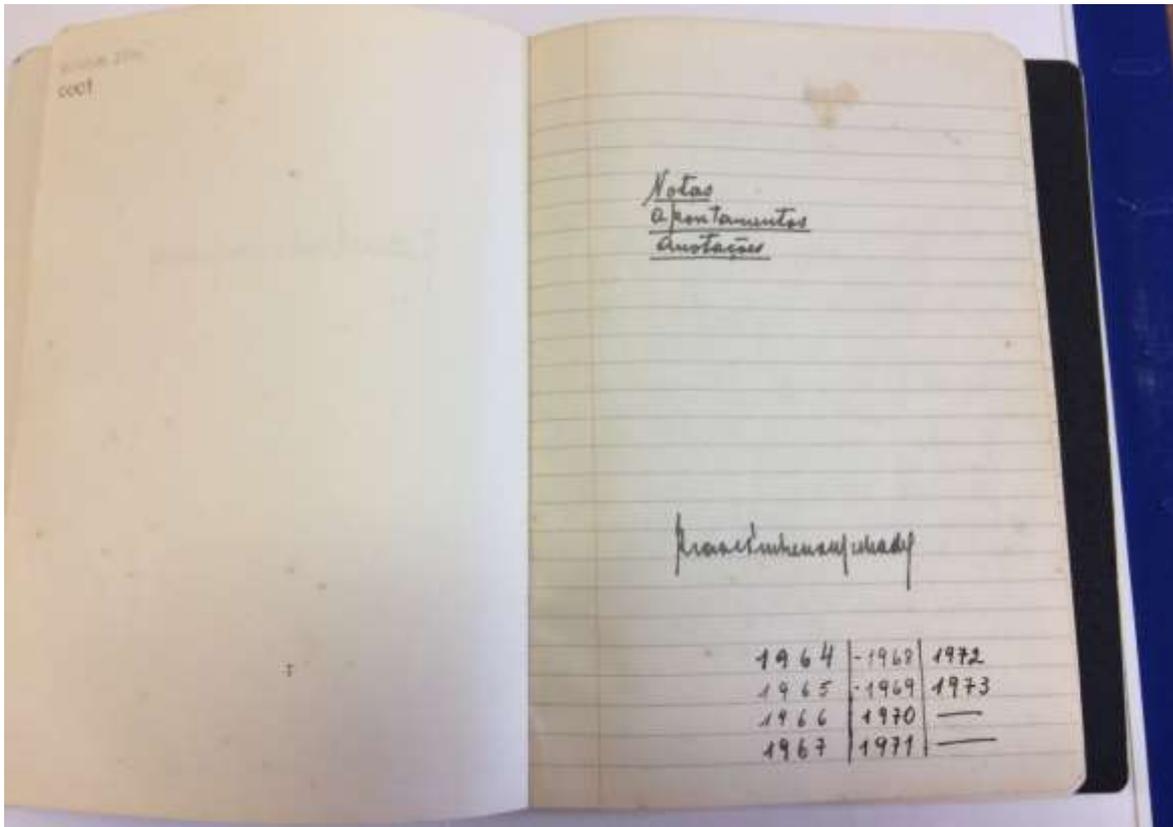
Nesta seção aprofundarei as particularidades que residem nos cadernos, pois, do total de quinze, separei seis para análise. Ao identificar a relação que estabelece com os conteúdos e o seu uso, recorrências e a relação que o autor pode ter estabelecido entre eles, busco refletir sobre a sua importância no arquivo pessoal do historiador.

O estudo de arquivos pessoais reconhece que a materialidade faz parte do gesto de arquivamento. Desse modo, analisarei as particularidades físicas dos cadernos, desde o formato, a sua disposição temática e as transformações da materialidade ao longo do tempo, ou seja, procurando entender como Pinheiro Machado dispôs seu arquivo pessoal.

Os seus cadernos de anotações variavam quanto à materialidade: alguns eram cadernos de brochura simples, outros em material mais durável. Possuía uma caligrafia bonita, de fácil leitura e entendimento; utilizava canetas em suas anotações, alternando entre azul, preta e vermelha. Diversas vezes circulava seus escritos, indicando a recorrência a eles durante suas pesquisas.

O arquivo pessoal de Pinheiro Machado possui algumas anotações pessoais que o remete ao ego-documento, ou seja, como aquele que possui como função expressar sentimentos e experiências do indivíduo, termo elaborado em 1958 pelo historiador holandês Jacob Presser. No entanto, a maior parte da documentação doada são cadernos de fichamentos, anotações para aulas e reflexões acadêmicas. Como observado por Britto e Corradi (2018), o conceito de ego-documento remete à origem, isto é, não são documentos institucionais. Outrossim, podem identificar traços da presença do “eu” do autor, revelam traços biográficos, em geral preservados em arquivos familiares.

Figura 2 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Caderno manuscrito, Notas, Apontamentos, Anotações (1964-1973)



Fonte: Registro da pesquisadora (2018).

Ao olhar para a página acima, observa-se a organização do sujeito. Os primeiros cadernos possuem uma escrita mais ordenada e direcionada por temas, provavelmente porque estão mais relacionadas ao ofício de historiador/professor, às aulas ou às pesquisas que vinha desenvolvendo. Além disso, alguns cadernos possuem relação entre si, que ele mesmo fazia questão de ressaltar. Um exemplo disso é o caderno de 1970 a 1977, que é relacionado ao caderno de 1976 a 1988.

Outro dado importante: em alguns cadernos ele fez questão de inserir sua assinatura, em outros não assina e em um dos cadernos ele carimbou, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Lista de cadernos a partir das assinaturas

Ano do caderno	Assinatura / carimbo
1960	Carimbo e sem assinatura
1964-1973	Com assinatura
1970-1977	Com assinatura
1971-1975	Sem assinatura / com carimbo
1972-1977	Sem assinatura, mas com seu nome na capa.
1976-1988	Sem assinatura e sem nome na capa

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

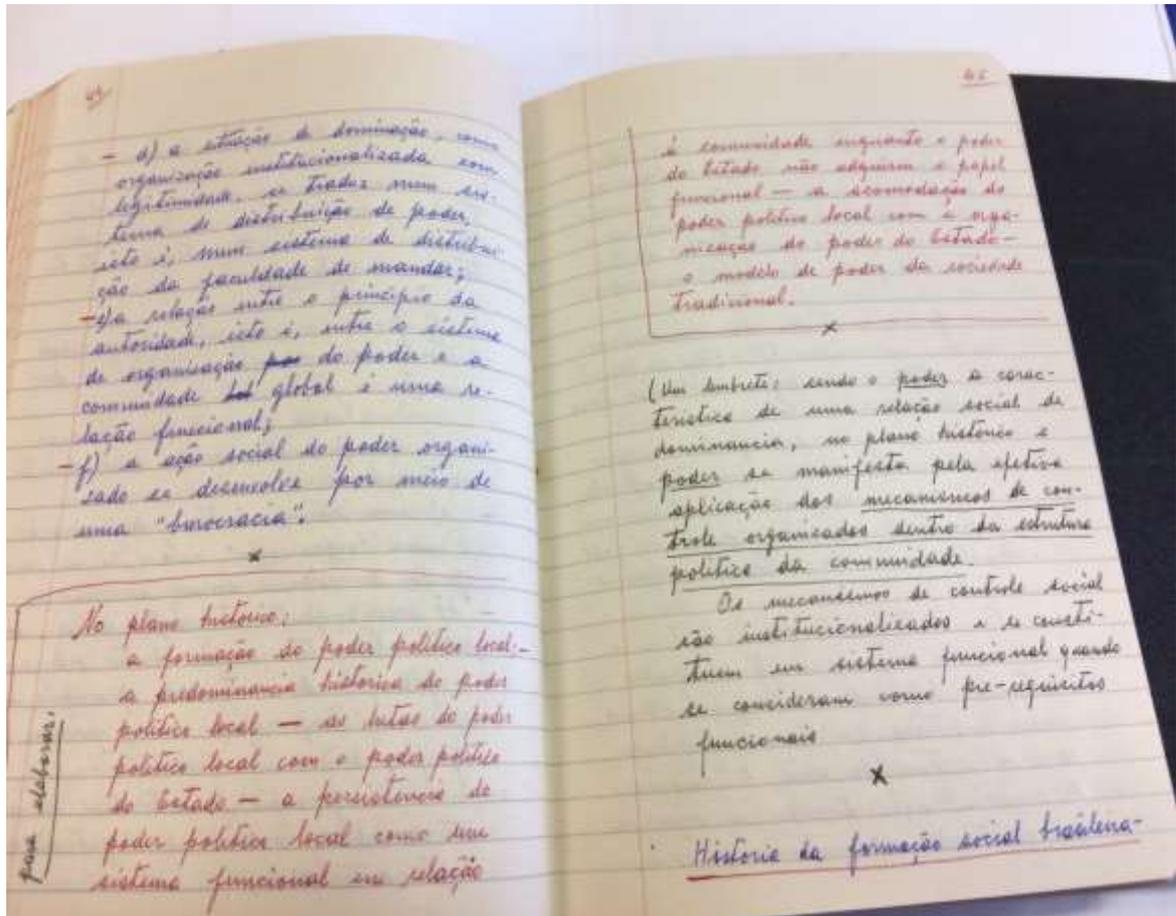
Figura 3 - Capas e contracapas dos cadernos de Brasil Pinheiro Machado em ordem cronológica da esquerda para direita, conforme tabela acima



Fonte: Registro da pesquisadora (2023).

A delicadeza e o cuidado na sua organização possibilitam entender a produção de si em diferentes dimensões da vida docente, entre o ler, escrever, interpretar fontes, escolher referências teórico-metodológicas, facilitando as suas próprias releituras *a posteriori*. Isso demonstra o processo de elaboração da sua documentação, a partir da disposição dos seus registros organizados em datas, títulos ou temas de interesse, e que constituem o processo de sua operação historiográfica.

Figura 4 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Caderno Notas e Apontamentos. 23 de setembro de 1967, p. 44-45



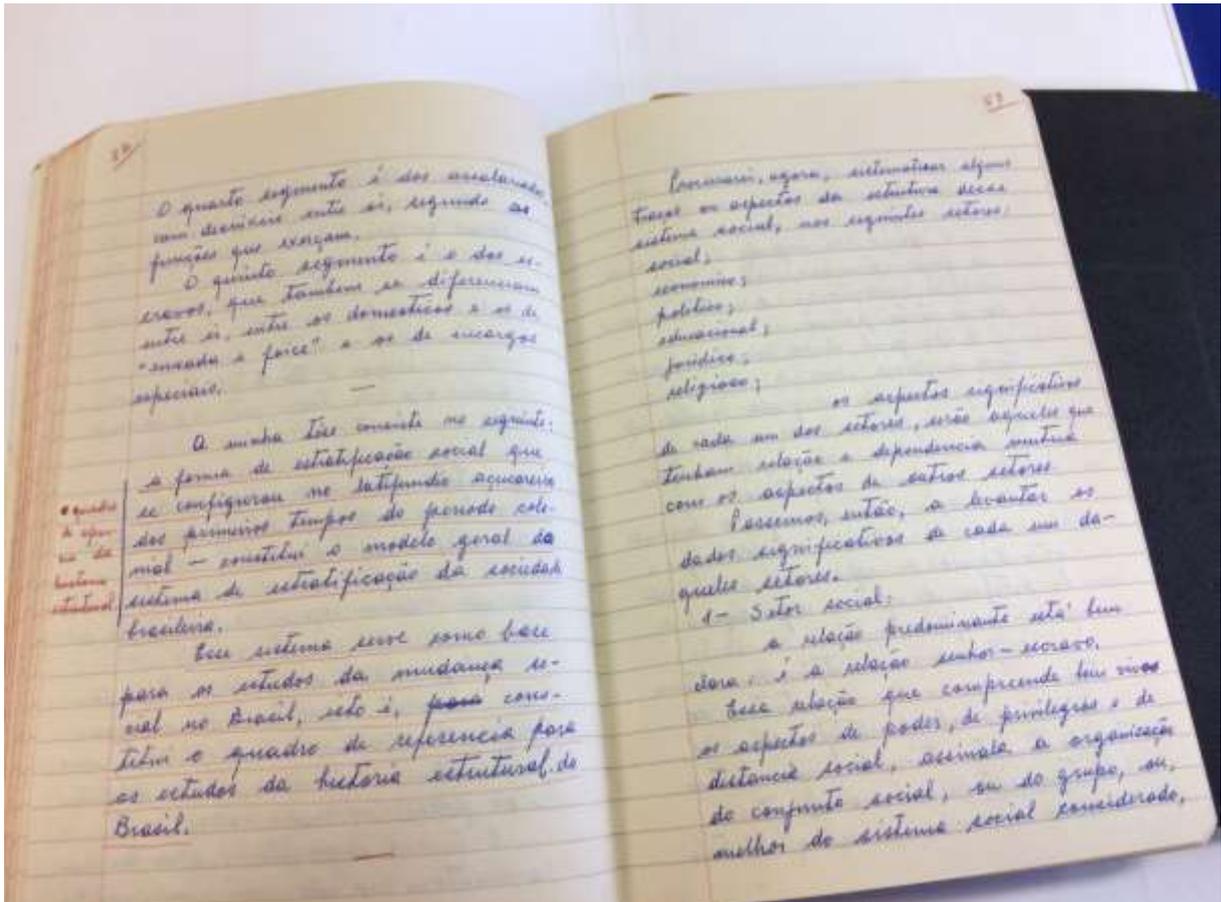
Fonte: Registro da pesquisadora (2018)¹⁰.

No trecho acima, Pinheiro Machado estava trabalhando o conceito de comunidade histórica, que ele elaborou em outros estudos sobre os Campos Gerais no livro, Campos Gerais: Estruturas Agrárias de 1968. Em alguns cadernos, ele utilizou canetas de outra cor para dar destaque a algumas reflexões. Dando continuidade à sua reflexão sobre a organização

¹⁰ “d) a situação de dominação, como organização institucionalizada com legitimidade, se traduz num sistema de distribuição do poder, isto é, numa distribuição da faculdade de mandar;
 e) a relação entre o princípio da autoridade, isto é, entre o sistema de organização do poder e da comunidade global é uma relação funcional;
 f) a ação social do poder organizado se desenvolve por meio de uma ‘burocracia’;
 No plano histórico: a formação do poder político local; - a predominância histórica do poder político local – as lutas do poder local – as lutas do poder político local com o poder político do Estado – a persistência do poder político local com o seu sistema funcional em relação à comunidade enquanto o poder do Estado não adquiriu o papel funcional – a acomodação do poder político local – a acomodação do poder político local com a organização do poder do Estado – o modelo de poder da sociedade tradicional.
 (Um lembrete: sendo o poder a característica de uma relação social de dominação, no plano histórico o poder se manifesta pela efetiva aplicação dos mecanismos de controle organizados dentro da estrutura política da comunidade. Os mecanismos de controle social são institucionalizados e se constituem em sistema funcional quando se consideram como pre-requisitos funcionais.
História da formação social brasileira”.

socioeconômica do Brasil, fez uma outra anotação, que pode ser associada à história estrutural braudeliana. Esse texto provavelmente fazia parte de suas preparações para as aulas de História do Brasil, ministradas por ele no curso de graduação em História da Universidade Federal do Paraná entre 1959 e 1977, ano da sua aposentadoria compulsória.

Figura 5 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Caderno Notas e apontamentos. 23 de setembro de 1967, p. 52-53



Fonte: Registro da pesquisadora (2018)¹¹.

¹¹ “O quarto segmento é dos assalariados com desníveis entre si, segundo as funções que exerçam. O quinto segmento é dos escravos, que também se diferenciam entre si, entre os domésticos e os “enxada e foice” e os encargos especiais”.

“A minha tese consiste no seguinte: a forma de estratificação social que se configurou no latifúndio açucareiro dos primeiros tempos do período colonial – constitui o modelo geral do sistema de estratificação da sociedade brasileira.

Esse sistema serve como base para os estudos da mudança social no Brasil, isto é, constitui o quadro de referência para os estudos de história estrutural do Brasil.

Procurarei, agora, sistematizar alguns traços ou aspectos da estrutura desse sistema social, nos seguintes setores:

social;
econômico;
político;
educacional;
jurídico;

Alguns cadernos possuem anotações que indicam as releituras de Pinheiro Machado acerca de suas reflexões. Os cadernos de 1960, 1970 a 1977 não possuíam observações. Outro indício verificado foi que, a partir de 1969, a letra ficou mais trêmula, talvez indicando o seu processo de envelhecimento. Desde os anos 60 ele já apresentava sinais de cansaço e um provável distanciamento das novas gerações e demandas do trabalho historiográfico. Talvez um prelúdio da possibilidade de aposentadoria ou do desaceleramento de suas atividades acadêmicas.

No caderno de 1971 a 1975, intitulado “Tradição e modernidade numa perspectiva de desenvolvimento”, fez algumas anotações na discussão sobre desenvolvimento econômico, sem paginação. Esse caderno possui mais rasuras que os demais e evidencia uma maior regularidade na escrita, com algumas anotações denominadas “Refazendo”, demonstrando parte do seu fluxo de ideias, como podemos perceber nesse trecho datado de 11 de maio de 1971 na figura 6.

Nas reflexões referidas acima, produzidas em diferentes momentos, por exemplo, ele fez uma anotação na sugestão de nº 6, datada de 13 de abril de 1972, sobre a análise estrutural. Nesta, Pinheiro Machado discutia o caráter da mudança, que segundo ele seria o substrato da História. No entanto, em uma anotação abaixo do trecho, inseriu a data de 30/05/1973, ou seja, indicando que havia voltado às anotações procurando aprofundá-las posteriormente, o que exprime o esforço dele em complementar e aprofundar os resultados da problematização anterior.

A última anotação no caderno de sugestões data de 28 de janeiro de 1977, intitulada “Observações esparsas (de leituras)”. Ele fez questão de grifar alguns trechos para dar ênfase à sua argumentação. Ademais, é perceptível a preocupação de Pinheiro Machado em ressaltar determinados pontos.

religioso;

os aspectos significativos de cada um dos setores, serão aqueles que tenham relação e dependência mútua com os aspectos de outros setores.

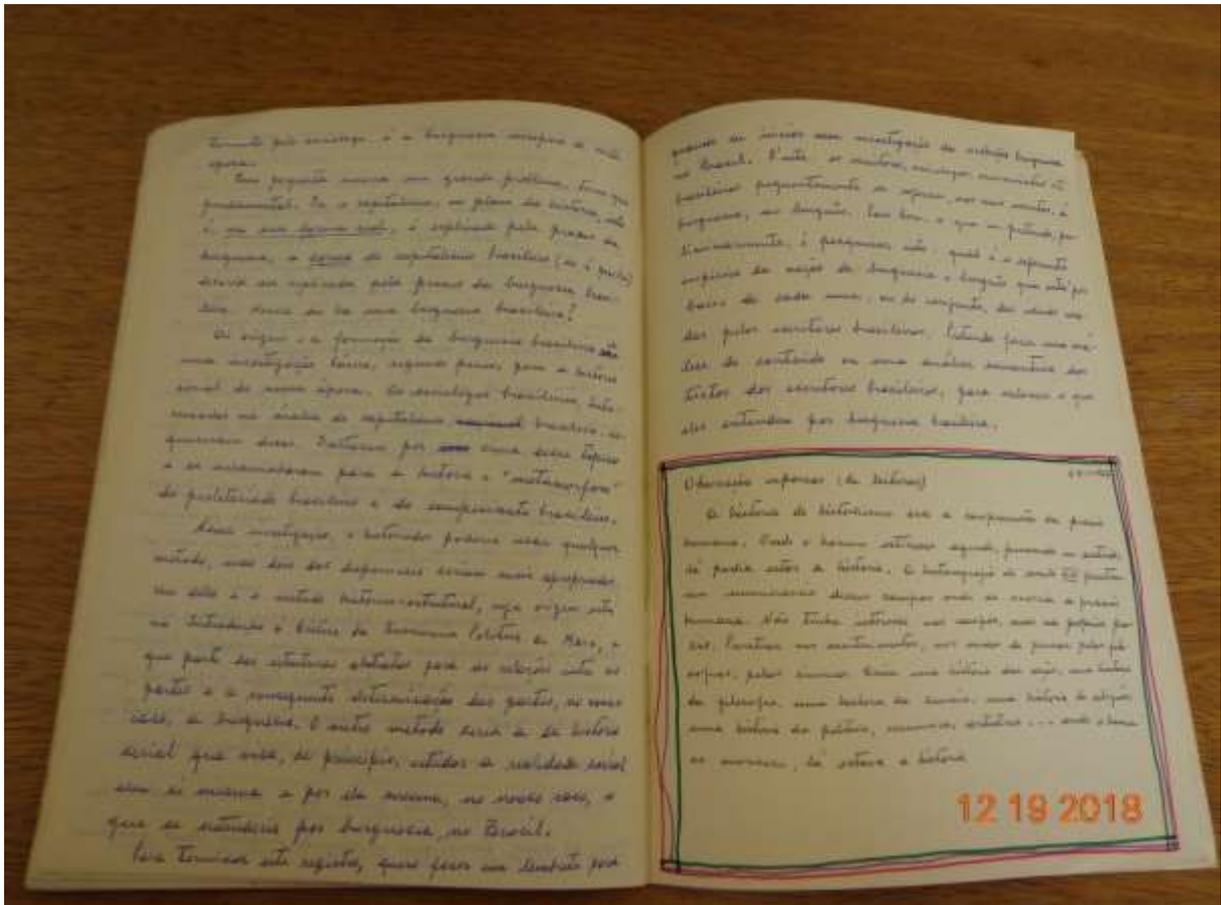
Passemos, então, a levantar os dados significativos de cada uma daqueles setores:

1 – Setor social:

a relação predominante está bem clara: é a relação senhor-escravo.

Essa relação que compreende bem vivos os aspectos de poder, de privilégios e de distância social, assinala a organização do conjunto social, ou do grupo, ou melhor do sistema social considerado, [...]”.

Figura 6 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Sugestões. 28 de janeiro de 1977, sem paginação



Fonte: Registro da pesquisadora (2018)¹².

¹² “Essa pergunta encerra um grande problema, temo que fundamental. Se o capitalismo, no plano da história, isto é, na sua forma real, é explicado pela praxis da burguesia, a forma do capitalismo brasileiro (se é que ha) deveria ser explicada pela praxis da burguesia brasileira. Houve ou ha uma burguesia brasileira?

As origens e a formação da burguesia brasileira são uma investigação básica, segundo penso, para a história social de nossa época. Os sociólogos brasileiros, interessados na análise do capitalismo brasileiro, esquecerem disso. Saltaram por cima desse tópico e se encaminharam para a história e “metamorfose” do proletariado brasileiro e do campesinato brasileiro.

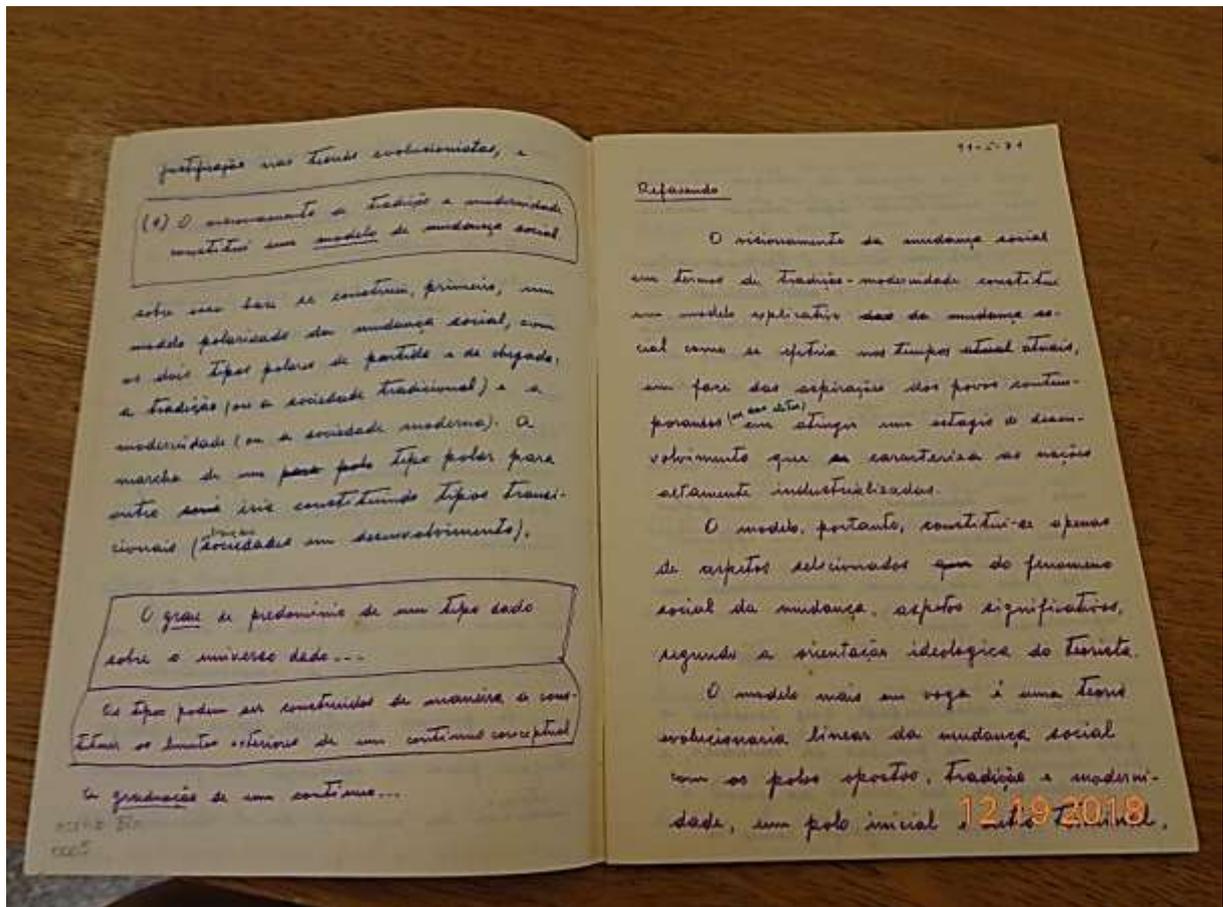
Nessa investigação, o historiador poderia usar qualquer método, mas dois dos disponíveis seriam mais apropriados. Um deles é o método histórico-estrutural, cuja origem está na Introdução à Crítica da Economia Política de Marx, e que parte das estruturas abstratas para as relações entre as partes e a consequente determinação das partes, no nosso caso, a burguesia. O outro método seria a da história serial que visa, de principio, estudar a realidade social em si mesma e por ela mesma, no nosso caso, o que se entenderia por burguesia, no Brasil.

Para terminar este registro, quero fazer um lembrete para quando eu iniciar essa investigação da revolução burguesa no Brasil. É esta: os escritores, sociólogos, economistas etc brasileiros frequentemente se referem, nos seus estudos, á burguesia, ao 120 | Brasil Pinheiro Machado: um estudo de história intelectual. Pois bem, o que eu pretendo, preliminarmente, é pesquisar isto: qual é o referente empírico da noção de burguesia e burguês que está por baixo de cada uma, ou do conjunto, das ideias usadas pelos escritores brasileiros. Pretendo fazer uma análise de conteúdo ou uma análise semântica dos textos dos escritores brasileiros, para esclarecer o que eles entendem por burguesia brasileira.

21-1-1977 – Observações esparsas (de leituras)

A história do historicismo era a compreensão da praxis humana. Onde o homem estivesse agindo, pensando ou sentindo, lá podia estar a história. A historiografia do século XIX penetrou em inumeráveis desses campos

Figura 7 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. Tradição e modernidade. 11 de maio de 1971, sem paginação



Fonte: Registro da pesquisadora (2018).¹³

onde se exercia a praxis humana. Não tinha interesse nos campos, mas na própria praxis. Penetrou nos acontecimentos, nos modos de pensar pelas filosofias, pelas ciencias. Criou uma historia das ações, uma historia da filosofia, uma historia da ciencia, uma historia de religião, uma historia da politica, economica, artistica ... onde o homem se movesse, lá estava a historia”.

¹³ “(...) justificação nas teorias evolucionistas, e

(1) O visionamento de tradição e modernidade constitui um modelo de mudança social.

sobre essa base se construiu, primeiro, um modelo polarizado da mudança social, com os dois tipos polares de partida e de chegada: a tradição (ou a sociedade tradicional) e a modernidade (ou a sociedade moderna). A marcha de um tipo polar para outro iria constituindo tipos transicionais [estágio das] (sociedades em desenvolvimento).

O grau de predomínio de um tipo dado sobre o universo dado ...

Os tipos podem ser construídos de maneira a constituir os limites exteriores de um continuo conceptual

A gradação de um continuo ...

Refazendo

11/05/1971

O visionamento da mudança social em termos de tradição e modernidade constituiu um modelo explicativo da mudança social como se efetiva nos tempos atuais, em face das aspirações dos povos contemporâneos [ou das elites] em atingir um estágio de desenvolvimento que se caracteriza as nações altamente industrializadas.

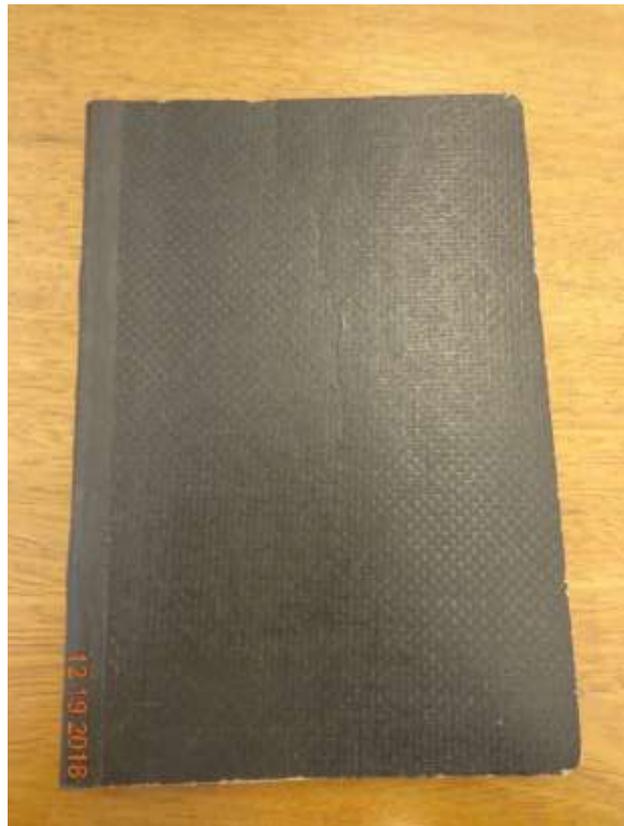
O modelo, portanto, constitui-se apenas de aspectos selecionados do fenomeno [sic] social da mudança, aspectos significativos, segundo a orientação ideologica do teorista.

O modelo mais em voga é uma teoria evolucionaria linear da mudança social com os polos opostos, tradição e modernidade, um polo inicial e outro terminal”.

O último caderno do arquivo pessoal de Pinheiro Machado teria sido escrito entre 1976 e 1988, intitulado “Notas, apontamentos”. Nele, é possível perceber que o historiador já não possuía mais o hábito de recuperar suas anotações, o que confere a ele um caráter mais pessoal, voltado aos seus interesses de pesquisa e não mais registros de suas obrigações acadêmicas. A desobrigação da escrita, antes em função das suas atividades de professor, tornou o texto mais informal, talvez por isso também não inseriu paginação nesse caderno. Afinal, após a sua aposentadoria já não tinha mais tantas obrigações acadêmicas a cumprir; podia aprofundar sem pressa seus interesses de pesquisa e desvencilhar-se dos protocolos acadêmicos.

A materialidade desse caderno o diferencia dos demais, visto que os outros eram de uma brochura simples, capa mole. O seu último caderno possui uma capa preta, o que lhe confere uma aura de “diário”, embora não o seja na prática. Logo na apresentação da primeira anotação, ele diz que se trata de uma continuidade do caderno de 1970 a 1977.

Figura 8 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. “Notas, apontamentos”, 1976 a 1988



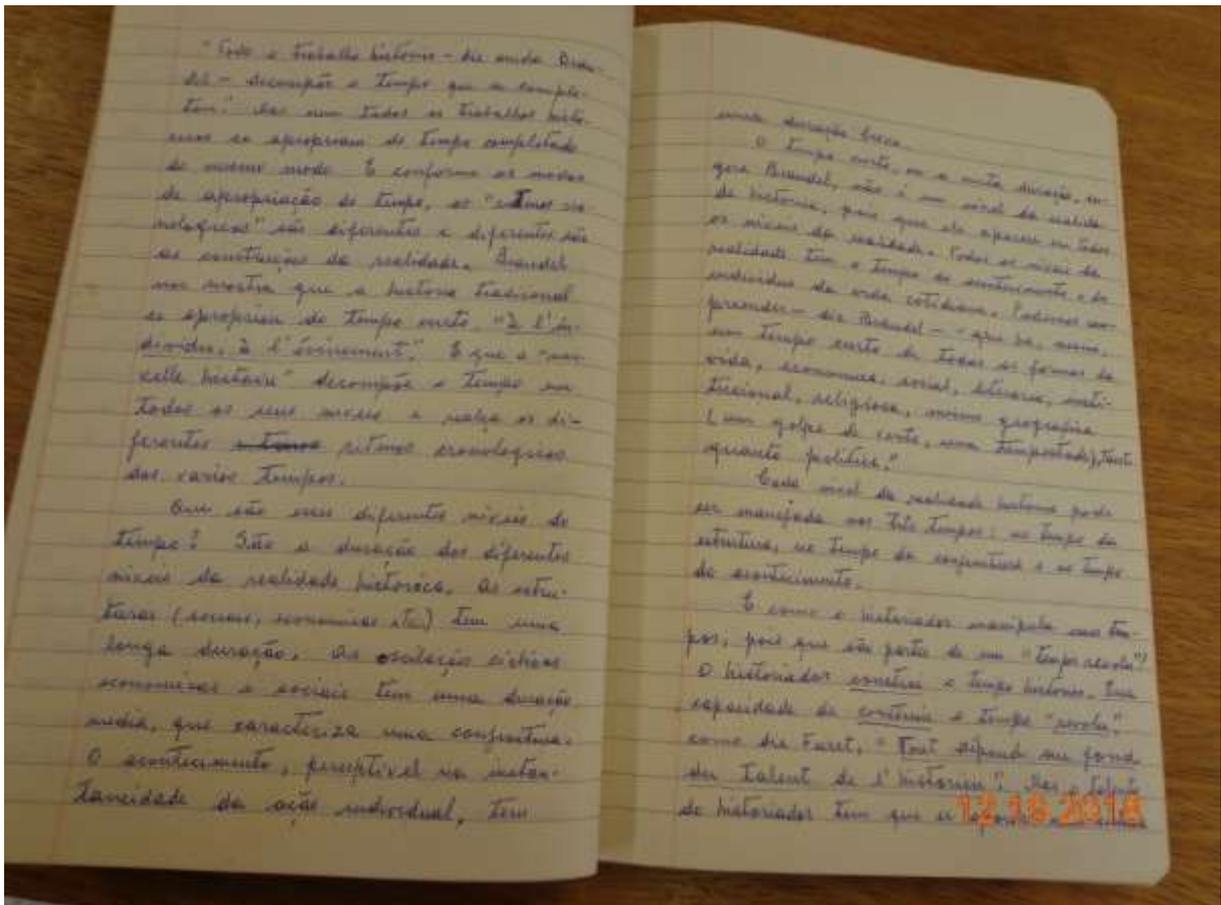
Fonte: Registro da pesquisadora (2018).

O caderno em que Pinheiro Machado aprofundou suas análises teórico-metodológicas indica seu posicionamento em relação às novas tendências historiográficas, encerrando suas

atividades de auto-arquivamento profissional, tal como aparece na documentação de arquivo disponibilizada para os pesquisadores/as.

No trecho “A fuga – 3”, datado de 6 de outubro de 1976, a letra parece mais trêmula, inclusive com mais rasuras do que nos outros cadernos, o que sugere uma despreocupação formal com os detalhes da escrita.

Figura 9 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. “Notas, apontamentos”, 1976 a 1988, sem paginação



Fonte: Registro da pesquisadora (2018).¹⁴

¹⁴ “Todo o trabalho histórico – diz ainda Braudel – decompõe o tempo que se completou”. Mas nem todos os trabalhos históricos se apropriam do tempo completado do mesmo modo. E conforme os modos de apropriação do tempo, os “ritmos cronológicos” são diferentes e diferentes são as construções da realidade. Braudel nos mostra que a história tradicional se apropria do tempo curto, “à l’individu, à l’événement”. E que a “nouvelle histoire” decompõe o tempo em todos os seus níveis e realça os diferentes ritmos cronológicos dos diferentes tempos.

Que são esses diferentes níveis do tempo? São a duração dos diferentes níveis da realidade histórica, as estruturas (sociais, econômicas, etc.) tem uma longa duração. As oscilações econômicas e sociais tem uma duração média, que caracteriza uma conjuntura. O acontecimento, perceptível na instantaneidade da ação individual, tem uma duração breve.

O tempo curto, ou a curta duração, sugere Braudel, não é um nível da realidade histórica, pois, que ele aparece em todos os níveis da realidade tem o tempo do acontecimento e do indivíduo da vida cotidiana. Podemos

Nesse caderno, nota-se também uma despreocupação com as formalidades da escrita. Em um trecho, redigido em 27 de outubro de 1987, o historiador começou uma frase com letra minúscula, questionando a possibilidade de uma ciência política cujos conceitos pudessem ser utilizados pela História. Essa reflexão revelou uma face do historiador pouco conhecida, a do pai que acompanhava a trajetória acadêmica de sua filha, Maria Célia Pinheiro Machado Paoli. Não por acaso, foi ela a escolhida pela família como herdeira do espólio acadêmico do pai, o que sugere a sua relação de proximidade.

Nesse período, Maria Célia estava concluindo sua tese de doutorado em História Social na University of London (1979-1987), sob a orientação do renomado historiador marxista Eric Hobsbawm. A tese de Maria Célia é intitulada *Labour, Law and the state in Brazil, 1930-1950*¹⁵. Nesse trecho, Pinheiro Machado indica que estava tentando compreender as escolhas teórico-metodológicas da filha:

Anotações (1)

duvidando de uma possibilidade atual de existencia de uma Ciencia Politica, cujas noções e conceitos sejam possiveis de conhecimento pela pesquisa historica, imaginei que a primeira tarefa logica é a procura de uma delimitação da área política. A área só pode se definir pela diferença com as áreas continguas (Pinheiro Machado, 1987).

A partir da sua citação, é possível perceber o esforço de Pinheiro Machado em poder dialogar com as pesquisas que a filha vinha desenvolvendo. Ao que tudo indica, essa inquietação o impulsionou a procurar entender as relações que a História estava estabelecendo com as Ciências Sociais, principalmente sob um viés marxista:

Anotação (2)

No trabalho da Maria Celia, aparece um endereço atual da historiografia brasileira. E pode-se dizer, a historia [sic] dos dominados. A historia [sic] do silencio dos dominados. Eis o trecho do artigo da Maria Celia (‘Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos outros’, in: ‘Cultura & Identidade Operaria [sic], coletivo, coordenação de J. S. L. Lopes – Marco Zero – UFRJ etc 1987):

‘Se hoje a tarefa de uma historia dos dominados aparece como uma tarefa de fazer visível aquilo que se ocultou, de escutar o que foi emudecido, de entender a dominação como resposta a um interlocutor que pouco aparece, porque suas atividades estão

compreender – diz Braudel – “que ha, assim, um tempo curto de todas as formas da vida, economica, social, literaria, institucional, religiosa, mesmo geografica (um golpe de vento, uma tempestade), tanto quanto politica”.

Cada nivel da realidade historica pode ser manejada nos três tempos: no tempo da estrutura, no tempo da conjuntura e no tempo do acontecimento.

E como o historiador manipula esses tempos, pois que são partes de um “temps revolu”? O historiador constroi o tempo histórico. Essa capacidade de construir o tempo “revolu”, como diz Furet, “Tout dépend au fond du talento de l’ historien”. Mas o talento do historiador tem que se apoiar num sistema ...”.

¹⁵ As informações acadêmicas de Maria Celia Pinheiro Machado Paoli, estão disponíveis na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6818139016806030>. Acesso em: 02 fev. 2023.

obscurecidas, anônimas ou implícitas no texto que as registra' [...] (Pinheiro Machado, 1987, grifo do autor).

Nota-se acima que Pinheiro Machado estava fazendo uma leitura crítica da produção da filha, não sabemos se a convite dela mesma ou movido por uma curiosidade acadêmica. No entanto, ele, que por um longo tempo fez críticas às análises que utilizavam o pensamento marxista, tentava entender a chave de leitura da filha, o que sugere uma relação de autonomia dela em relação à produção do pai. Ademais, Pinheiro Machado manifesta o interesse dele em se manter atualizado acerca das reflexões teóricas emergentes naquele contexto historiográfico:

Diante desse endereço, as minhas interrogações, de um historiador que sempre lidou noutro endereço:

a) como caracterizou essa dominação, que fez dos dominados, de uma determinada época dominados?

b) nessa época (é história, e sempre se refere ao tempo, ao concreto, ao datado), nessa época, o que teria sido silenciado pela fala mais forte dos vitoriosos. Quais devem ser, ou quais, poderão ser os caminhos da pesquisa para se descobrir o que falaria a fala silenciada dos dominados?

Essa fala foi silenciada para os ouvidos de quem?

A fala dos vitoriosos tinham quem como interlocutor? (Pinheiro Machado, 1987).

Maria Celia desenvolveu pesquisas nas Ciências Sociais, discutindo relações de trabalho e cidade. Graduou-se em Ciências Sociais na UFPR, em 1967; em seus primeiros estudos, enfocou o mundo do trabalho, atuando como professora na área da Sociologia na Universidade de São Paulo.

Conforme observado por Palmeira (2010), o arquivo pessoal pode estar relacionado a um patrimônio intelectual que envolve outros pesquisadores. O termo “pessoal” remete à posse de um único titular, sem esquecer o caráter social da sua constituição, o que nos possibilita reconhecer que a construção do sujeito não é apenas resultado de suas escolhas acadêmicas, mas também de um conjunto de relações pessoais que lhe conferem singularidade.

Ou seja, para além da materialidade, nesse caderno percebe-se uma face de Pinheiro Machado, a do pai atencioso que acompanhou as discussões teóricas desenvolvidas pela filha e um seu esforço em compreender a chave de leitura escolhida por Maria Célia. Nessa relação, é possível identificar a coexistência de diferentes estratos temporais que se colocavam ao experiente historiador. O primeiro deles, o do historiador tradicional, que esteve à frente da organização e estruturação do ofício acadêmico, a partir de uma chave teórica marcadamente historicista e de uma sociologia compreensiva de matriz weberiana. Ou seja, eram diferentes níveis de experiências, que se colocava mediante a recepção de novas tendências historiográficas tanto da Nova História quanto de vertentes marxistas. Por fim, uma experiência

mais pessoal, que se estabeleceu na relação entre o pai e a filha, que estava concluindo o processo de doutoramento. Um dilema que provavelmente não seria enfrentado por um pai que não fosse pesquisador, mas que foi estabelecida de forma sensível entre eles.

Em suma, os manuscritos possuem possíveis interpretações nas notas, citações e referências que compõem o processo de construção do historiador em diferentes momentos de sua vida, desde as reflexões exigidas pelo seu ofício de professor, de avaliador de concursos públicos, como pesquisador, e os desdobramentos das relações familiares no campo acadêmico, de alguma forma confrontadas na formação acadêmica de uma de suas filhas, Maria Celia.

2.4 O USO DE ARQUIVOS PESSOAIS NA PESQUISA EM HISTÓRIA

Nesta seção tratarei das particularidades do uso de arquivos pessoais na pesquisa em História, bem como as críticas a este tipo de abordagem, sobretudo, marcada pelos estudos estruturalistas influenciada pela Escola dos *Annales*, que na primeira metade do século XX, privilegiavam séries documentais e abordagens coletivas.

Um dos primeiros intelectuais a tornar públicos seus manuscritos foi o escritor Victor Hugo, documentos que foram enviados para a Biblioteca Nacional Francesa. O uso de manuscritos pessoais na pesquisa histórica começou a ser observado a partir do final do século XIX, o que pode ser relacionado ao poder que a escrita adquiriu na modernidade. Os indivíduos das classes médias e altas arquivavam seus papéis a fim de terem sua identidade reconhecida e permanecerem no tempo (Artières, 1998).

O uso de arquivos pessoais na história da historiografia possibilita investigar os bastidores da produção historiográfica, evidências que o texto acadêmico procura silenciar ou retirar de cena. A historiografia, como saber, procura elaborar suas análises a partir de uma condição objetiva, tentando não manifestar traços da subjetividade, tais como as escolhas realizadas pelos sujeitos e o processo de construção das reflexões. O estudo em arquivos pessoais apresenta um caminho inverso, pois o que atrai é justamente a sua natureza subjetiva, idiossincrática, a visão pessoal e íntima e a sua parcialidade. Os cadernos, mesmo que privilegiem a atuação acadêmica, deixaram nas entrelinhas parte dos posicionamentos políticos, intelectuais e pessoais do autor, ao mesmo tempo em que estabeleceram uma relação entre uma vida vivida, ou seja, como o passado e o presente se constituem no arquivo. De acordo com McKemmish (2010), o arquivo fornece provas individuais, constituídas pelo gesto de arquivamento, como provas de um “nós”. É este “nós” (uma instituição, um grupo) que

relaciona o indivíduo ao campo acadêmico, à circulação de ideias, práticas discursivas que revelam características coletivas incorporadas pelos sujeitos individuais.

As práticas coletivas presentes no escrito possibilitam entender os diferentes posicionamentos dos sujeitos, disponíveis nos diferentes suportes que chegam ao presente, como cadernos, fichamentos, resenhas e notas de leitura. O arquivo pessoal é feito de passados emaranhados, elaborados entre operações controladas pela comunidade científica, o que permite reconhecer a especificidade desse tipo de documentação.

Os arquivos privados aparecem como “fonte” em um dos textos clássicos da escola metódica, a obra *Os arquivos da história da França*, de 1891, de Charles-Victor Langlois e Henri Stein. Como parte da preocupação com a objetividade científica do século XIX, os historiadores tentavam ocultar suas escolhas em suas produções bibliográficas, procurando afirmar uma visão de que a pesquisa em arquivos pessoais era pura interpretação objetiva. Por outro lado, os pesquisadores que tentaram utilizar os arquivos pessoais o tratavam como se ele preservasse o todo da atividade intelectual, pressupostos atualmente questionados pelos pesquisadores de arquivos pessoais (Brandi, 2010).

Os pioneiros das ciências sociais a darem importância a relação entre arquivos e autobiografia, foram os pesquisadores da Escola de Chicago, por iniciativa de Willian Thomas e Robert Park (Artières, 1998). O interesse das ciências sociais pelos arquivos pessoais se intensificou nos anos 1990, momento em que o arquivo passou a ser entendido como parte dos vestígios dos discursos sobre o passado. Conforme apresentado por Heymann (2010), nesse contexto predominavam duas abordagens de pesquisa: a primeira delas tratava o arquivo como um lugar que permitiria atingir a verdade, e a segunda tratava o arquivo como um lugar onde o pesquisador poderia “acessar” os fatos.

O arquivo não pretende ser um enunciador do verdadeiro eu do historiador, mas fornecer subsídios, como adverte Farge:

Não se trata de descobrir nele, de uma vez por todas, um tesouro enterrado, oferecido ao mais esperto ou ao mais curioso, mas de tomá-lo como um suporte que permita ao historiador buscar outras formas do saber que faltam ao conhecimento. O arquivo não é uma reserva na qual se sorveria por prazer, mas é permanentemente uma falta (Farge, 2009, p. 58).

Antes de tudo, a relação com o arquivo se estabelece a partir de ausências instauradas pelos sujeitos ao longo da sua vida. O uso do arquivo pessoal na história da historiografia possibilita ao pesquisador conhecer outras faces do historiador, faces que convencionalmente são “ocultadas” nos textos acadêmicos.

Convém destacar que nem tudo que se encontra em um arquivo pessoal é relato autobiográfico, embora a documentação esteja intrinsecamente relacionada ao indivíduo. Pois, os documentos podem ter natureza variada, podem ser recibos, listas de compras, convocações para reuniões, etc. Ainda assim apresentam uma visão privilegiada das vivências e experiências, a organização de projetos, reflexões, parte de suas frustrações que se constituíram em diferentes contextos, pois o indivíduo apresenta outras faces do eu (Cunha, 2019).

Como pontuou Heymann (2010), nas últimas décadas observa-se a ampliação de pesquisas sobre a dimensão cultural e simbólica do arquivo. Os arquivos pessoais ocupavam um lugar periférico no campo de pesquisas em História, pois tendiam a associá-los apenas à memória individual, o que deixava de lado questões como a prática da acumulação documental e as relações que o arquivo estabelece entre o plano privado e o institucional. A partir dos anos 90, sobretudo a partir das contribuições de Michel Foucault e Jacques Derrida, o arquivo passou a ser problematizado a partir da relação entre memória, saber e poder.

Segundo Heymann (2010), dois trabalhos são essenciais para compreender o estudo de arquivos pessoais. O primeiro deles foi elaborado por Emanuelle Lambert, sobre o arquivo pessoal do escritor Alain Robbe-Grillet. Lambert identifica no autor uma consciência de posteridade, pois todos os documentos eram minuciosamente organizados, desde rascunhos até documentos pessoais, o que indica a intenção do titular em elaborar para si mesmo uma perspectiva (Heymann, 2010). O segundo trabalho se refere ao arquivo da família Bakunin, analisado pelo historiador John Randolph, que apresenta desde o percurso do arquivo até sua chegada no Instituto de Literatura Russa, em São Petersburgo. De acordo com Heymann (2010), o estudo analisou desde as interferências familiares, que escolheu as mulheres como guardiãs dos documentos, até as transformações físicas que o arquivo sofreu ao longo do tempo. Desse modo, demonstra que o arquivo não é um conjunto homogêneo, mas é repleto de discontinuidades, acréscimos e retiradas e que deve ser problematizado a partir de práticas e discursos.

As nossas vidas são individuais e coletivamente construídas, por isso McKemmish (2010) prefere usar o termo “provas de mim” do que arquivos pessoais. Como arquivista, ela diferencia a preocupação do seu campo à do historiador, pois a Arquivística se interessa pela natureza, objetivos e funcionalidades dos arquivos, já a pesquisa histórica trata os registros pessoais como materialidade das vidas individuais e coletivas. Afinal, a nossa individualidade é construída em referência aos outros, tanto para nos diferenciarmos quanto para nos identificarmos como pertencentes a este ou àquele grupo social.

Um exemplo do uso de arquivos pessoais na história da historiografia pode ser observado no estudo de Felipe Brandi sobre o historiador Georges Duby. Brandi (2010) lamenta que geralmente os arquivos dos historiadores não estão organizados e que sua documentação muitas vezes se apresenta de forma dispersa. Além disso, alguns contratempos podem dificultar os estudos de arquivos pessoais: problemas com herdeiros e direitos autorais, o que se relaciona aos desafios compartilhados pelos historiadores do tempo presente, devido à presença de testemunhas que podem contestar os usos e abordagens dos arquivos pessoais. Ainda, alguns historiadores relatam dificuldades de acesso à documentação, como o exposto por Schutz (2020), em sua tese sobre o historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, perante a indisponibilidade dos arquivos pessoais do historiador.

Em outras palavras, o estudo de/em arquivos de historiadores fornece uma via de acesso aos bastidores da historiografia, aquilo que é estaria “fora de cena”. Esse tipo de pesquisa pode nos colocar diante de informações por vezes delicadas do campo acadêmico, o que exige uma utilização cautelosa. Conforme pontuou Brandi (2010), o valor do arquivo se torna ainda mais estimado quando o pesquisador oferece à academia documentos inéditos ou praticamente intactos. Os arquivos pessoais estão relacionados às aspirações de classe, aproximações entre historiadores contemporâneos, como pude perceber na leitura do trabalho da professora Maria Teresa Cunha sobre os professores Victor Marcio Konder, 2015 e Elpídio Barbosa, 2019, os documentos apresentam formas de reconstrução do passado a partir da ótica de quem os elaborou.

Diante do exposto, o arquivo pessoal nos permite tensionar o velho e antigo problema da relação entre história e memória. O arquivo representa um desejo de permanência, uma tentativa de evitar o olvido depois da morte, o que fica evidente nas preocupações do autor em tela. O gesto de arquivamento é próprio do homem de letras, o que, em geral, possibilita a organização de acervos pessoais; este tipo de acervo, composto por cartas, papéis diversos, anotações, diários etc., propicia uma forma de acesso a parte do cotidiano de seus produtores. (Cunha, 2019).

Sobre a natureza dos arquivos pessoais de historiadores, um dos questionamentos colocados por Brandi (2010) é se o historiador teria um cuidado maior com a sua própria documentação se comparado a outros pesquisadores. No caso do arquivo pessoal de Pinheiro Machado, é notável o seu cuidado com a sua própria documentação, sempre elaborada em escrita formal, com datação, quase sempre dividida por categorias de pensamento ou temas como “Notas e apontamentos”, “Sugestões”, “Notas para aula”, “Jornal”, trabalho que

certamente facilitava o seu acesso aos escritos, o que indica o contínuo manuseio pelo seu produtor. Os cadernos foram escritos em primeira pessoa, demonstrando parte da sua consciência autoral.

A vida de um historiador, como a de qualquer pessoa, é construída a partir de dimensões individuais e coletivas. O entendimento de sua trajetória e das relações que ele estabeleceu com a temporalidade pode ser problematizado mediante seus arquivos pessoais (Cunha; Almeida, 2021). A própria titulação e tratamento dos dados por Pinheiro Machado aos seus cadernos revelam que eles possuíam funções diferentes. Alguns cadernos provavelmente serviam de rascunhos e, por isso, possuem escritas menos formais. Em outros, ele mantinha uma regularidade na escrita, escrevendo quase diariamente. Em alguns cadernos, o tempo entre uma reflexão e outra podia chegar a meses ou anos.

O arquivo nos permite compreender as relações que o historiador estabeleceu com seus objetos de pesquisa, a relação com a disciplina histórica. Os cadernos de Pinheiro Machado podem ser divididos em torno de uma série de preocupações que aprofundarei ao longo dos outros capítulos: configuração do campo disciplinar; formação do historiador no tempo presente; tensões entre o ofício de professor e pesquisador; questões em torno da objetividade *versus* subjetividade do historiador; questões teórico-metodológicas da História e conflitos geracionais com as novas tendências historiográficas¹⁶.

Um conceito utilizado por Abreu (1996) ao analisar a coleção de Miguel Calmon é o de semióforo, nos termos tomados ao historiador K. Pomian. O conceito de semióforo, significa que significa reconhecer o processo de atribuição de valor simbólico às coisas, o que ajuda a entender a valorização da documentação: que adquiri uma espécie de “aura mística” que circunda também a própria pessoa de Pinheiro Machado, um “homem-semióforo”. Abreu afirma que alguns homens adquirem o *status* de semióforo, representantes do “invisível”, ao serem colocados à distância dos homens considerados comuns e rodeados de objetos semióforos. Essa característica pode ser observada em outros representantes das oligarquias agrárias que exerceram cargos de poder na primeira metade do século XX (Abreu, 1996).

Ao mencionar o nome dele nos círculos acadêmicos percebi que havia um valor simbólico que relacionava o passado e o presente acadêmico, pois, o reconheciam como portador de um saber diferenciado em relação aos demais historiadores da UFPR. Entender Pinheiro Machado como semióforo significa reconhecer como ele se tornou o símbolo e precursor de uma tradição de estudos acadêmicos regionais.

¹⁶ Por novas tendências na Historiografia nos referimos a recepção da Nova História e do Marxismo.

Os escritos são formas de exteriorização; porém, os sujeitos não podem ser “acessados” de forma integral nos registros deixados, mas demonstram uma forma de ser no mundo. A sua complexidade só pode ser entendida na sua relação com outros contextos e documentos¹⁷, e, de modo geral, com o tempo e o espaço sociais que lhes foram dados viver.

2.5 O GESTO DE ARQUIVAMENTO DO HISTORIADOR PARANAENSE

Nesta seção, busco caracterizar as particularidades do gesto de arquivamento do historiador; gesto pessoal que, ao mesmo tempo em que é relacionado ao indivíduo e seu processo de criação, remete também a um “nós”, a um plural ou coletivo que permeia toda a constituição narrativa; pois a elaboração narrativa e de análise do historiador possui particularidades se comparadas a outros sujeitos como artistas, escritores, dramaturgos etc.

O acervo de Pinheiro Machado expõe uma faceta de sua trajetória profissional, ao mesmo tempo em que oferece indícios das subjetivações do indivíduo, suas preferências, métodos de pesquisa e modos de leitura. Esse tipo de documentação viabiliza a identificação de uma abordagem na compreensão do tempo histórico, a partir da perspectiva pessoal:

Os diários pessoais e as cadernetas de anotação de leitura são documentos que carregam traços ritualísticos, consagrando-se tanto como artefatos culturais quanto como documentos que têm, para o historiador, outros estatutos: abrir um espaço a partir do qual a história pode ser investigada, isto é, buscada em vestígios e problematizada a partir de diferentes ritmos da vida social de uma época (Cunha, 2019, p. 145).

Ao fabricar o seu próprio arquivo, Pinheiro Machado apresenta um gesto de auto arquivamento e, a partir dele, elabora uma narrativa de si, constituída por múltiplas temporalidades, elaboradas por ele mesmo ao tentar relacionar o presente, o passado e o futuro. Conforme analisado por Cunha e Souza:

Os cadernos apontam, também, para a possibilidade de estudos sobre a disposição do escrito na página, cuja ordem e desordem sinalizam para distintas modalidades textuais que descrevem percursos pessoais de um colecionador sedento pela eternização de fragmentos de sua biografia, na formação da sua imagem pública. Ao analisá-los como objetos de memória, o exercício da reflexão propicia o reconhecimento de seu consumo como suportes da cultura escrita, como a produção de significados pelos sujeitos que os produziram (Cunha; Souza, 2015, p. 27).

Os cadernos pessoais podem ser entendidos como escritas ordinárias, pois evidenciam parte da construção de sentidos do seu produtor, ao mesmo tempo que indicam traços de

¹⁷ Categorias presentes nos cadernos de 1960 a 1987.

personalidade, cultura escrita e modos de pensar. Conforme observado pelas autoras acima, são vestígios de memória e possibilitam acessar uma forma de elaboração do sujeito como figura pública.

As pessoas acumulam diversos documentos pessoais, documentos ordinários, isto é, da ordem do dia, que possuem finalidades múltiplas, desde contas de luz, água, contratos, etc. Ademais, nem todos os indivíduos têm interesse na monumentalização e na divulgação de seus registros pessoais.

McKemmish (2010) concebe o arquivo como forma de registro, que pode ser oral, escrito ou literário. O arquivo possui uma natureza probatória, expressa através do seu valor, de suas formas específicas, contexto de criação e gestão documental. Assim sendo, são registros de uma memória social, na medida em que deixam de ser “provas” do indivíduo e passam a ser provas de um “nós”; ou seja, os registros ultrapassam os limites do individual e do particular, pois revelam nuances da construção social do sujeito. No arquivo pessoal, observam-se diferentes coexistências do “eu” e do “nós”. A vida pública e privada às vezes se confunde, pois podem ser pensadas ora separadas, ora articuladas, momento em que a preservação extrapola o uso individual e passa a ser de interesse público.

O arquivo pode ser entendido como parte da construção social do sujeito que se constituiu entre lacunas e vestígios, o que confere uma determinada coesão para a sua documentação. A sua organização assegura uma imagem dos processos de fabricação relativos ao ofício do historiador. Além disso, o arquivo também cumpre uma função autobiográfica, que pode ser relacionada ao interesse do indivíduo em consolidar uma determinada imagem de si que permaneça após a sua morte.

O gesto de arquivamento também pode ser associado a alguns sentidos. O primeiro deles seria a imagem que construímos sobre nós mesmos, e o segundo, a imagem que construímos sobre nós para os outros, pois a seleção e o seu ordenamento visam produzir um sentido para si mesmo e facilitam o acesso do produtor à sua documentação. Essa estratégia pode ser identificada na preocupação de Pinheiro Machado ao organizar a sua escrita em categorias, como notas, apontamentos e sugestões. Além disso, conforme observado por Brandi (2010), nem todos os documentos elaborados por nós são guardados, pois alguns nos remetem a memórias por vezes envergonhadas, como uma participação desastrosa em um evento, um texto nosso do qual não gostamos. Enfim, ao longo do processo de sua criação a documentação sofreu diversas triagens pelo seu produtor, ou seja, alguns documentos foram guardados e outros foram descartados.

Entender a lógica da constituição social dos arquivos pessoais nos leva à necessidade de identificar os elementos deixados pelos indivíduos, relacionada ao gesto de arquivamento e a uma intenção autobiográfica: “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (Artières, 1998, p. 10-11).

Na prática de arquivamento, o indivíduo constrói uma autorrepresentação, possivelmente como forma de refutar a imagem que porventura construiriam dele. Como prática, ela é feita de forma descontínua e não é uma prática exclusiva de letrados, pois, em algum momento de sua existência, de uma forma ou outra, os indivíduos são instigados a esse exercício (Artières, 1998).

O estudo deste tipo de escrita permite ao pesquisador evidenciar modos de fazer-se e compreender-se, além de representações da temporalidade construídas pelos sujeitos. Analisar como o sujeito elabora o seu “eu” é bastante desafiador, pois trata de experiências individuais, íntimas, fragmentos pessoais. O gesto de arquivamento, desde a entrega do arquivo a uma instituição, historiciza uma determinada construção de si. Reconhecer a importância do acervo documental do seu produtor, a começar pela sua produção e acumulação, pode ser relacionada a uma preocupação do seu produtor com um devir histórico e com os possíveis usos e possibilidades de sua documentação no futuro indeterminado.

É interessante ressaltar que, no processo de construção do texto, o historiador instaura um lugar do passado no presente, tensionando o que Michel de Certeau denomina o “limite do pensável” (Certeau, 1982, p. 97). Isto significa que as intenções do autor vão mudando ao longo do percurso, assim como os seus interesses. Ou seja, um arquivo é composto de vários documentos, com funções diversas, e a partir deles é possível entender a relação que o historiador estabelece com seus papéis, suas práticas escriturárias, nos termos de Certeau (1982). No caso, o arquivo contempla a atividade do pesquisador, do professor, do examinador de concursos, do pai de família, da persona, enfim, contempla diferentes dimensões do vivido.

O estudo de arquivos pessoais reconhece as particularidades dos gestos de arquivamento e da natureza dessas anotações, trata-se, portanto, de uma atividade que consiste em extrair um fato, construí-lo como acontecimento e preservá-lo. Artières (2010) exemplifica essa relação por meio de um caso curioso, o do senhor Laurent, que mensalmente guardava e registrava seu cabelo e barba. Um gesto que ele qualifica como o de fazer a própria vida, arquivando-a. Assim, não são os acontecimentos que são importantes, mas os gestos de arquivá-lo, conforme descreve: “É como se o eu estivesse envolvido numa sucessão de camadas de papel que é

preciso desdobrar, uma por uma, para atingir o indivíduo singular” (Artière, 2010, p. 53). Ao folhearmos os cadernos, estamos diante de múltiplas temporalidades que constituem o indivíduo em seu gesto de arquivamento ao construir um retrato de si, que garante uma via de acesso à sua constituição profissional. Pinheiro Machado elabora sua documentação a partir do gesto de organização, datação, paginação, enfim, o que possibilita a compreensão do seu entendimento sobre si mesmo.

Em diálogo com Derrida, McKemmish (2010, p. 21) afirma que o gesto de arquivamento possui uma “pulsão de morte”, ou seja, remete aos sujeitos tanto um sentimento de finitude quanto o temor de que seus rastros se percam no tempo. O gesto de guardar representa um ato de esquecimento, que pode ser verificado nos inúmeros “memoricídios” ao longo da história, pois eliminar os “rastros” em outros contextos significou silenciar/apagar determinados povos e culturas. Os regimes historiográficos não se contentam em eliminar apenas os “vivos”, mas, por vezes, desejam eliminar os “mortos” ao impossibilitar-lhes deixar registros de suas memórias.

Conforme pontuou Artière (1998), o arquivamento se constrói na relação com um futuro possível; um possível leitor, que pode ser outro ou nós mesmos. O gesto de arquivamento revela o processo de construção de uma identidade para si mesmo que resista ao tempo e que varia de acordo com a posição do sujeito, uma atividade indispensável ao ofício de historiador. Não se trata de uma organização meramente pessoal, mas de uma classificação visando pesquisas históricas no futuro, uma forma de arquivar-se a si mesmo.

Ao aproximar a temática do arquivo a um gesto do arquivamento de si, pode-se dialogar com Pierre Bourdieu (2006) e a “ilusão biográfica”. Pois, podem existir possíveis armadilhas contidas no arquivo, na medida que o historiador no arquivo pessoal procura entender as intenções detrás dos testemunhos, pois a sua disposição e organização documental podem induzir a determinadas reflexões. Sob a perspectiva arquivística, convém reconhecer que o gesto de arquivamento se dá no limite entre práticas privadas e públicas. Sendo assim, os arquivos pessoais nos dão indícios de como o indivíduo construiu suas identidades culturais, ao passo que o indivíduo pode reduzir sua personalidade à atividade pública.

A escrita conserva, guarda e preserva parte das vidas, traços de memória que nos permitem compreender o processo de refinamento das ideias ao longo do tempo, elaboradas e reelaboradas diversas vezes. Pinheiro Machado deixou traços de pesquisador, que revisita as suas anotações, confere outros sentidos, atribui novas anotações. Um exemplo dessas relações

que Pinheiro Machado estabeleceu com a sua documentação está na anotação do caderno “Notas e apontamentos”, produzido entre os anos de 1964 e 1973.

A relação entre os cadernos pode ser verificada no trecho abaixo em que Pinheiro Machado diz:

Noutros cadernos e noutros lugares tenho procurado elaborar uma teoria a que, na falta de melhor, tenho dado a denominação de ‘comunidades históricas’. Resumindo apenas para ligar às anotações que já tenha feito noutros cadernos, recordo que essa teoria se apoia no seguinte:

1- que a colonização do Brasil é feita de cinco pontos diferentes, ao mesmo tempo, por motivos diferentes e em áreas diferentes (v. João Ribeiro, Martius, Capistrano) (Pinheiro Machado, 1964).

Na citação acima, fica evidente que ao elaborar conceitos Pinheiro Machado recorreu aos clássicos da historiografia brasileira, em certa medida concordando que a história do Brasil é feita sob diferentes estímulos, mas convergiram para o nacional. Em outras palavras, significa que os cadernos não podem ser tratados individualmente, mas em série; possuem uma lógica interna, que indica o refinamento das ideias e o decurso de sua reflexão teórica. A partir da construção de si nas memórias deixadas por ele, é possível reconhecer como o historiador relacionou seus interesses pessoais às tradições familiares. Para entender seu percurso, ele recorre à infância, momento em que precisou se ausentar de sua cidade natal, Ponta Grossa, entre os anos de 1910 e 1920. Para Pinheiro Machado, essas questões não eram apenas de ordem pessoal, mas fazia parte das demandas familiares e das expectativas de classe:

Vivo, desde há muito, num ambiente que me inoculou uma sensação de decadência. Decadência grupal, decadência de classe, decadência pessoal. Como poderei, nessa atmosfera, que é a minha atmosfera, participar para que os jovens se encaminhem, quando toda a força de qualquer participação está em se poder criar ou manter esperança? (Pinheiro Machado, 1965, p. 11-12, grifo do autor).

De acordo com Gramsci (1991), os intelectuais orgânicos têm como função social construir teorias e difundir valores e ideias de sua classe, produzir consenso e elaborar uma cultura. Pinheiro Machado ocupou cargos políticos no Estado. Como um intelectual orgânico, nos termos de Gramsci (1987), Pinheiro Machado possuía responsabilidades para com seu grupo social. Para ele, romper com as tradições familiares era algo impensável. Sua trajetória, ligada ao grupo católico no Círculo de Estudos Bandeirantes, mais tarde na formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938) e à atuação na Universidade Federal do Paraná, indicam que sua formação intelectual foi orientada para a organização da cultura paranaense.

Em alguns cadernos, Pinheiro Machado revisita algumas particularidades da sua constituição como sujeito, em especial no caderno “Notas e apontamentos e anotações” de 1964 a 1973, demonstra a partir de suas memórias tensões familiares, acadêmicas e pessoais, buscando compreender sua identidade a partir das demandas acadêmicas e sociais que se lhes colocavam. Desta forma, ao reavaliar o seu lugar social no tempo presente, à luz de questões teórico-metodológicas, analisava suas contradições desde as relações que sua família estabeleceu com a política paranaense, como apresentado anteriormente¹⁸. Para ele, a família é um espaço onde depositamos nossas frustrações, e, ao se confrontar com as expectativas familiares, avalia que sua família cerceava suas escolhas. Neste ponto, demonstra um certo pesar em relação às tradições familiares: “Talvez estejamos sentindo o peso daqueles valores que temos que carregar e que os outros não tem. Ou que nos parece que não tem” (Machado, 1965, p. 11). No trecho reproduzido, percebe-se as nuances dessa memória herdada, que, ao mesmo tempo que lhe fornecia os elementos que subsidiavam o seu pertencimento a uma classe e lhe deu condições socioeconômicas para assumir um papel na cena política paranaense, as caracterizava como um fardo. Assim sendo, ele procura jogar o peso de suas decisões pessoais para as condições familiares, uma forma de se eximir da responsabilidade por suas escolhas, ou legitimá-las com base na tradição.

Em diversos trechos desse caderno, Pinheiro Machado lamentou as condições familiares, pois, segundo ele, a carreira política lhe teria sido imposta. A memória não é um acúmulo de lembranças, mas, no processo de constituição da lembrança e da significação do passado, o sujeito utiliza a retórica. A partir disso, observa-se que Pinheiro Machado, ao tratar suas memórias pessoais, constrói uma representação do passado que privilegia uma memória coletiva. Ao arquivar a própria vida, o indivíduo realiza uma atividade memorial, elabora um sentido que relaciona o passado ao presente, ao tratar da sua ipseidade, e efetiva um esquecimento (Ricoeur, 2007, p. 82). Nesse sentido, o arquivo revela parte dos processos de subjetivação da memória.

¹⁸ A estirpe Pinheiro Machado foi analisada por Ciaccia (2000), que reuniu diferentes documentos desde 1784, a partir do capitão José Gomes Pinheiro Vellozo, que apesar de ter nascido na Antiga Ilha de Bom Jesus de Paquetá, naquele contexto província do Rio de Janeiro, passou a sua vida em São Paulo. Herdeiro de bandeirantes, casou-se com Anna Florisbella Machado de Oliveira partir de compra e venda de sesmarias onde atualmente fica a cidade de Botucatu, São Paulo. Segundo o autor, o patrimônio da família teria advindo da venda de gado para corte. A família era possuidora de sesmarias onde atualmente estão as cidades de Sorocaba e Itapetininga. Para a elaboração da sua árvore genealógica, o autor, trisneto de José Gomes, utilizou inventários *post-mortem*, jornais, entre outras fontes, mencionando Brasil Pinheiro Machado como um dos herdeiros ilustres da família.

Ao evidenciar esses sentimentos em relação às demandas familiares, o historiador deixa transparecer sua preocupação com os “deveres”; e que, a partir deles, precisa negociar suas “vontades”, tentando conciliar suas aspirações pessoais e políticas, faces por vezes conflitantes que compunham a sua persona. Ao tratar da sua trajetória, Pinheiro Machado avaliou:

Em vão tento me afastar para não ser dissolvente daqueles a quem tenho o dever de criar esperanças. Mas quando me afasto o vacuo que a minha retirada provoca, perturba ainda mais o ambiente em que eu queria sanar com minha fuga, e essa coisa tremenda que é o martirizador da classe média, o sentimento de dever, me faz voltar novamente como uma barata tonta, ao campo de luta (Pinheiro Machado, 1965, p. 12).

O trecho supracitado indica uma construção de si, evidencia que as condições de classe se sobrepunham ao indivíduo e elabora um sentido de continuidade no tempo, ao construir, a partir de suas memórias, uma continuidade ininterrupta impossível (para ele próprio) de ser quebrada. Ademais, ao lembrar, o indivíduo realiza uma operação de esquecimento, imaginação. Ricoeur, ao tratar da memória como fenômeno, afirma: “Neste sentido, seria preciso distinguir, na linguagem, a memória como visada e a lembrança como coisa visada. Dizemos as memórias e as lembranças. Falando de maneira radical, estamos tratando aqui de uma fenomenologia da lembrança” (Ricoeur, 2017, p. 41). Nós ordenamos a temporalidade a partir das lembranças, por vezes procurando, a partir delas, construir uma forma de justificação ou racionalização. Trata-se de um recurso mobilizado pelo sujeito ao estabelecer uma unidade mediante a experiência anteriormente adquirida, evocada pelas lembranças que compõem sua identidade narrativa.

Ao elaborar sua identidade narrativa, como observado por Gagnebin (2016) ao analisar Paul Ricoeur, o sujeito procura construir para si uma memória exemplar. O autor, ao tratar sua identidade, procura tratar a si mesmo como um outro; entre o esforço de esquecimento e lembrança, o sujeito produz o (seu próprio) passado.

O passado é mobilizado em função dos interesses do presente. Ao tratar suas experiências, Pinheiro Machado procurou referência na infância e na juventude, como um sujeito que foi encaminhado ao colégio interno e que era convidado a internalizar certos valores de classe, que a seu ver requeriam sacrifícios pessoais. Neste momento, o autor deixa evidente um traço de sua escrituralidade, que, ao enredar sua história, utiliza-se de uma retórica memorial. Não são todos os cadernos que deixam esses recursos evidentes; pois, como dito anteriormente, os conteúdos deixados por ele em seus cadernos priorizavam as atividades acadêmicas, o que indica que a dimensão que Pinheiro Machado desejava tornar pública em

seus textos manuscritos era a sua vida profissional. Ele deixou também cadernos de poemas, mas nada discorreu sobre seu próprio labor poético.

2.6 A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE BRASIL PINHEIRO MACHADO E O DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Nesta seção analisarei a relação de Pinheiro Machado com a primeira geração de professores do Departamento de História da UFPR, bem como sua contribuição para a consolidação desse espaço de produção historiográfica, pois ele continuou a ser a referência principal na produção da história regional até os anos 80. Apesar de verificar que, ainda nos anos 2000, o historiador influenciou a produção acadêmica paranaense, as proposições teórico-metodológicas da primeira geração de professores passaram a ser questionadas a partir de 1990, à medida que outras referências começaram a ser incorporadas pelos pesquisadores paranaenses; a partir de várias pesquisas, essa nova geração apontou os limites das análises da historiografia paranaense elaboradas pela primeira geração de professores da UFPR.

Ao observar os discursos produzidos no arquivo de Cecília Maria Westphalen, que assumiu a liderança do Departamento de História a partir da década de 1960, é possível notar que eles reconheciam a importância de Pinheiro Machado na organização da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras em 1938, bem como no departamento de História a partir de 1959. A posição de professor lhe conferia uma espécie de poder pastoral, em parte ligada à sua trajetória política e acadêmica, e lhe permitia uma posição de autoridade. Nos anos 60, ele já tinha uma trajetória bem consolidada na historiografia paranaense, incentivando a prática da pesquisa, e organizara uma comunidade de leitores e produtores de uma tradição acadêmica.

Como destaca Hobsbawm (1997), as tradições, ao serem criadas, procuram ser conhecidas pelo grande público, não sendo fácil identificar o seu marco zero, isto é, como foram elaboradas. A tradição se caracteriza por um conjunto de práticas de natureza simbólica e visam estabelecer uma continuidade no tempo.

Os historiadores da UFPR, não tinham como objetivo tratar o processo de consolidação de Pinheiro Machado como referência em estudos de história regional paranaense. Ao analisar de forma mais profunda essa questão elegem seus textos como uma espécie de matriz teórica, em especial a sua concepção de história regional, caracterizaram-no como o marco zero da historiografia paranaense acadêmica.

Essa escolha teórica pode ser relacionada ao interesse acadêmico dos historiadores da UFPR em consolidar suas produções; fato que, por sua vez, pode ser identificado nos trabalhos da primeira geração de professores que, a partir dele, procuravam relacioná-lo à problematização da organização social paranaense e como ela se integraria à economia nacional.

Em 1970, as heranças ligadas à economia agrária do estado não conseguiam encontrar espaço na economia brasileira que aos poucos tornava-se industrial (Rolim, 1995). Além da questão econômica, segundo o autor, aproximadamente 1,3 milhão de pessoas deixaram o estado, em sua maioria na região Norte, processo que foi relacionado aos impactos da “geada negra”, de 1975. Assim, a questão regional foi mobilizada para a compreensão das singularidades do desenvolvimento econômico regional, buscando apontar soluções e alternativas para o insucesso econômico. O estudo do passado foi pensado como um recurso de interpretação do presente e de elaboração de possíveis prognósticos.

Como podemos verificar no Quadro 3, ao longo da sua trajetória acadêmica não foram poucos os textos e projetos de pesquisa que Pinheiro Machado propôs para estudar a estrutura social do estado do Paraná e o processo de desenvolvimento ao longo do tempo. No entanto, seu texto foi destacado como fundamental.

Quadro 3 - Lista de publicações de Brasil Pinheiro Machado em ordem cronológica

(continua)

ANO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	ESCRITO COM	PUBLICADO POR
1928	Livro	“4 poemas”	Individual	Gráfica do <i>Jornal Diário dos Campos</i>
1928	Artigo	“Instantaneos paranaenses”	Individual	Revista <i>A Ordem</i>
1951	Artigo	Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná.	Individual	Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense.
1954	Artigo	O conceito de serviço público e o Direito Administrativo	Individual	Revista da Faculdade de Direito, Curitiba, ano II, n. 2, 1954, pp. 148-157.
1962	Artigo	A inquietação metodológica da História	Individual	Revista de História, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, n. 1, 1962, pp. 30-50.
1962	Artigo	Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná	Individual	Anais do II Simpósio dos Professores

				Universitários de História
1968	Livro	Campos Gerais, estruturas Agrárias	Com Altiva Pilatti Balhana	Editora da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná.
1968	Introdução	Campos Gerais, estruturas Agrárias	Com Altiva Pilatti Balhana	Editora da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná.
1968	Artigo	Formação Histórica	Individual	Editora da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná.
1969	Livro	História do Paraná	Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen *Prefaciado por Bento Munhoz da Rocha Neto	Grafipar

Quadro 3 - Lista de publicações de Brasil Pinheiro Machado em ordem cronológica

(conclusão)

ANO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	ESCRITO COM	PUBLICADO POR
1974	Artigo	A historiografia de Romário Martins na sua 'História do Paraná'.	Individual	Boletim, Anais do Colóquio de Estudos Regionais – comemorativo do I Centenário de Romário Martins, número 21, 1974, pp. 43-49.
1976	Artigo	Raízes do Brasil: uma releitura.	Individual	Estudos Brasileiros, Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, ano I, vol. 1, n. 2, 1976, pp. 169-193.
1981	Artigo	O Estudo da História Regional (uma nota prévia)	Individual	Revista História: Questões & Debates, Revista da Associação Paranaense de História, ano 2, número 3, dezembro de 1981, pp. 103-108.

1985	Artigo	Problemática da cidade colonial brasileira	Individual	Revista História: Questões & Debates, Revista da Associação Paranaense de História, ano 6, número 10, junho de 1985, pp. 3-23.
1986	Introdução	A. Atlas histórico do Paraná.	Introdução	WESTPHALEN, Cecília M.; CARDOSO, Jayme A. Atlas histórico do Paraná. Curitiba: Livraria do Chain, Editora, 1986.
2002	Coletânea	Três Cadernos	Individual	Três cadernos de história: ideias e reflexões. Curitiba: Arte e Letra, 2002.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A proposto do *Esboço*, como o próprio nome sugere, difere do primeiro texto de Pinheiro Machado que teve repercussão, isto é, o “Instantaneos paranaenses”, publicado no número 5, de fevereiro de 1930, da revista *A Ordem*¹⁹. Este último trata-se da primeira publicação de Pinheiro Machado, e a sua interpretação gerou um certo desconforto nas elites paranaenses, pois afirmava que o Paraná não possuía uma característica marcante como outros estados do Brasil. Ou seja, desde a década de 1930 lhe incomodava a relação do Paraná com a História do Brasil:

O paranaense não existe, dentro do complexo brasileiro, como existe o paulista eloquentemente representado na história por gigantescos homens de acção e pelo brilho dos intelectuais. Não existe como existe o gaúcho, mais ou menos perfeitamente definido nos seus ideais (Pinheiro Machado, 1930, p. 10).

O texto foi rebatido por outros historiadores do período, com destaque para Bento Munhoz da Rocha Netto, mais tarde colega de Pinheiro Machado na UFPR. A resposta pode ser lida na coletânea *O Paraná: ensaios*, escrita por Rocha Netto. A partir disso, é possível verificar que a história regional se relacionava a uma demanda das elites, que procuravam, a partir de um determinado uso do passado, construir uma narrativa que interligasse o Paraná às demais regiões do país, apresentando possibilidades interpretativas para os “insucessos” e “problemas”, e que apontassem soluções para o tempo presente.

¹⁹ A revista era o órgão de publicação do Centro Dom Vital, instituição que reunia intelectuais católicos. A instituição foi fundada por Jackson de Figueiredo e tinha como um dos seus principais representantes Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athaide.

As diretrizes do Departamento de História da UFPR, criado em 1959, podem ser identificadas na Ata de anamnese do Departamento, publicada em 2009, na revista *Questões & Debates*. Conforme é possível observar, os professores procuravam atender às orientações da então chefe departamental, Cecília Maria Westphalen, que havia regressado recentemente de um estágio na Alemanha e na França. As novas orientações deveriam ser adotadas nas pesquisas acadêmicas. Para constituir a atividade, foram instituídos os “Seminários de História”.

É finalidade do ‘Seminário de História’ promover e realizar sessões de Seminário sobre o ensino da História, a pesquisa histórica, a teoria da História, ou qualquer outro problema da ciência histórica; Artigo 3º.) - Para cumprir sua finalidade, o “Seminário de História” será composto por três Secções de Estudos: a) de Ensino da História; b) de Pesquisa da História; c) de Teoria da História. § único – Cada Secção será dirigida por um Diretor, cuja função é a de promover estudos e pesquisas históricas, como matéria preparatória para as sessões de Seminário (Ata, 2009, p. 286).

Esse posicionamento dos docentes em relação à historiografia norteou a prática dos acadêmicos, que passaram a aplicar métodos e técnicas atualizados de pesquisa em História. Ademais, o Departamento promoveu sessões de debate e publicações, incentivando os docentes a se dedicar à pesquisa em História (Ata, 2009). Além dos seminários, concentraram esforços em projetos de organização de fontes e arquivos de pesquisa, com ênfase em História do Paraná, e procuraram aproximar-se de centros de pesquisa no Brasil, principalmente com a Universidade de São Paulo e, fora do Brasil, com a *École de Hautes Études*, situada em Paris. (Ata, 2009).

A primeira sessão do Seminário foi realizada em 23 de setembro de 1959, na qual os professores empenharam-se em uma revisão da historiografia paranaense, buscando avaliar as produções e apontar os limites e, a partir disto, construir um ponto de partida (Ata, 2009, p. 290). Desta forma, o Seminário deveria cumprir com alguns objetivos, os quais destacamos: estabelecer linhas de pesquisa no Departamento; solicitar aos docentes aprofundamento nas perspectivas teórico-metodológicas da disciplina; consolidar um centro de pesquisas acadêmicas no Departamento de História da UFPR, que serviria de referência às demais universidades do estado (Marchi et al. 1993).

Pinheiro Machado influenciou a concepção de intelectual de Westphalen, que foi sua aluna; mas, teoricamente, foi ela quem direcionou as atividades do Departamento. A ele, restaria o lugar de mentor de um grupo, ao consolidá-lo como proponente de um modelo teórico de história regional no texto *Esboço de uma Sinopse de História Regional* (1953).

A partir da Ata e dos trabalhos elaborados pelos docentes da UFPR, a influência de Pinheiro Machado abriu espaço à historiografia de orientação francesa, na concepção da

chamada “segunda geração dos *Annales*”, sob a batuta de Fernand Braudel, concepção esta abraçada e defendida por Westphalen e por Balhana. Ao longo do próximo capítulo, em que analisarei as preocupações teórico-metodológicas de Pinheiro Machado, fica evidente que ele possuía outras preocupações para além da história regional, à qual foi associado.

Esse processo de organização do ofício deu-se com a separação, no Paraná, em 1959, entre os cursos de História e Geografia, o que indica que a consolidação do campo acadêmico historiográfico da UFPR. A produção historiográfica da UFPR procurava situar-se à margem do campo acadêmico, mas procurava se projetar e se consagrar em diálogo com os centros de produção europeus e brasileiros.

De acordo com o observado em correspondência, a ida de Westphalen à França foi um divisor de águas para a organização dos trabalhos no recém-fundado Departamento de História. Antes dela, em 1950, Balhana desenvolvera pesquisa na Itália, porém, para reunir documentações para sua pesquisa sobre imigração italiana, bem como se especializar na organização de arquivos a partir do estágio que realizou no Musée de l'Homme, em Paris. Conforme pesquisei em trabalho anterior, não é possível notar a influência da historiografia italiana nas pesquisas de Balhana, tampouco na produção dos demais professores. Westphalen assumiu a posição de liderança e conduziria as diretrizes do departamento. A liderança dela (para não dizer seu mandarinato), bem como seus interesses na historiografia dos *Annales*, ofuscaram a liderança de Pinheiro Machado.

No texto dos Anais da referida associação de professores, apesar de Pinheiro Machado e dos demais professores terem participado, apenas o nome de Westphalen foi mencionado, juntamente com o nome da professora Alice Piffer Canabrava (USP), mencionada como a liderança do evento. Tal momento demonstra o interesse da instituição em orientar a historiografia brasileira, juntamente a outros professores como Hélio Vianna²⁰, Padre Emílio

²⁰ Professor da cátedra de História do Brasil, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364675114_ARQUIVO_TextoANPUH2013NayaraGalenodValefinal.pdf Acesso em:

Silva²¹, José Roberto do Amaral Lapa²², Francisco Iglésias²³, Eduardo d'Oliveira França²⁴, entre outros.

A aproximação dos professores do recém-fundado departamento com outros nomes da historiografia brasileira tinha como objetivo estreitar as relações acadêmicas, estabelecer parcerias e possibilitar o reconhecimento da produção acadêmica paranaense no Brasil. Discutir as perspectivas teóricas e organizar arquivos para a pesquisa visava colocar em prática as atividades de pesquisa e produção de um conhecimento histórico na Universidade.

A partir de então os professores se mobilizaram em projetos de pesquisa, organização e arrolamento de arquivos de fontes primárias. Como podemos ver, em 1960 os professores propuseram os primeiros projetos de pesquisa com recursos da universidade:

1º.) – Pesquisa e levantamento, sob a direção do Professor Brasil Pinheiro Machado, a serem realizados em arquivos de família, arquivos paroquiais, arquivos judiciários, e outros, que possam constituir fontes para a história regional do Paraná; 2º.) – Pesquisa e levantamento do comércio importador e exportador do Paraná, através do pôrto de Paranaguá, no século XIX, sob a orientação da Professora Cecília Maria Westphalen. Neste ano de 1960 foram providenciadas as instalações da sala de seminário, biblioteca e leitura do Departamento de História. Em 1960 foi objeto da consideração e luta dos professores do Departamento de História em favor da separação dos cursos de História e Geografia, ainda unidos nesta Faculdade (Ata, 2009, p. 295).

Assim, ao mesmo tempo em que reduz toda sua obra a um texto fundador da historiografia paranaense, a nova organização do Departamento de História da UFPR visa produzir sentidos para essa produção, preocupada em compreender a “formação histórica paranaense”.

Segundo Roger Chartier (1988), as obras não possuem um sentido estático, mas são construídas a partir das relações que os leitores estabelecem com elas. O texto do *Esboço* é construído como um marco inaugural da História regional, o que contribuiu para conferir uma identidade à produção acadêmica da UFPR. Ou seja, a própria apreensão de Westphalen, que o apresenta como um marco teórico, nos permite compreender que as subjetividades que foram

²¹ Professor de Filosofia, catedrático da Universidade do Estado da Guanabara e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Disponível em: https://www.theoria.com.br/edicao0811/monsenhor_emilio_silva_e_os_modernos_pena_de_morte.pdf

²² Foi professor do Departamento de História e fundador da Universidade de Campinas (UNICAMP). Um dos responsáveis pela organização do curso de história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (atual Universidade Estadual Paulista – UNESP). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155852>

²³ Professor da Universidade de Minas Gerais, na Faculdade de Ciências Econômicas. Disponível em: PAULA, João A. Trajetória do historiador Francisco Iglésias. **Nova Economia, Economics Department, Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 5, n. 1, p. 9-19, 1995.

²⁴ Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018_12/1543864510_1ace46951b132a4a5fad499c09c225c5.pdf Acesso em: 12 out. 2023.

tecidas a partir desse texto extrapolaram as intenções do autor. Deste modo, a obra é pensada a partir das práticas que foram sendo construídas a partir dele, na organização de temas de pesquisa e da instituição, ou seja, a institucionalização da História disciplinar, preocupada com métodos e técnicas de pesquisa. Dali em diante, os processos de significação só se multiplicaram, construindo uma comunidade de leitores para esse texto tido como fundador da geração de primeiros historiadores formados por seu autor.

Westphalen foi a primeira a citar o texto do *Esboço* como referência no livro publicado por ela em 1953, *História do Paraná*, uma publicação de cunho didático direcionada a professores. Além disso, a proposição de seminários, modelo trazido por ela de sua experiência na França e na Alemanha, fez com que os professores do departamento (re)fizassem uma leitura crítica dos clássicos da historiografia paranaense. O primeiro seminário, realizado em 1959 pelos professores que compunham o primeiro quadro docente (Neusa de Castro Guimarães, Odah Regina Guimarães Costa, Oksana Boruszenko e Jayme Antonio Cardoso), procurou revisar a historiografia paranaense, organizando fontes e orientando pesquisas em História do Paraná.

A partir da proposição dos Seminários de pesquisa que visavam organizar a graduação e moldar sua estrutura curricular, elaboraram um *habitus*, bem como um conjunto de práticas e discursos na UFPR, o que pode ser verificado nos cadernos de preparação de aulas, acima analisados.

Os seminários possuíam seções de ensino e pesquisa, teoria da História e abertura para outros pesquisadores. A proposta foi aprovada no Conselho Técnico Administrativo da Universidade Federal do Paraná, em 04 de dezembro de 1959, e foi a partir desta ideia que o curso de História se separou do curso de Geografia, dando início ao Departamento de História (Cardoso; Westphalen, 1986).

O percurso de Pinheiro Machado é entrecruzado com o processo de consolidação e reconhecimento da FFCL-PR, tal qual foi o empenho dele e da primeira geração de professores do Departamento de História da UFPR ao encaminhar os historiadores recém-formados para desenvolverem pesquisas na Europa, investindo assim em titulação acadêmica e na proposição de projetos de pesquisa (Boni *et al.*, 1993).

De Boni *et al.* (1993) afirmam que este processo tinha como objetivo consolidar a produção do DEHIS-UFPR, reconhecendo os esforços dos professores que compunham este espaço entre 1959 e 1989. Os pesquisadores buscavam traçar os seus perfis historiográficos e

aprofundar as perspectivas teórico-metodológicas do conhecimento histórico, parte importante do processo de amadurecimento intelectual dos historiadores paranaenses da Universidade.

A organização de projetos de pesquisa e de seminários na estrutura curricular, a partir de 1960, manifesta os mecanismos acionados para o controle da produção do conhecimento e do quadro de pesquisadores que o produziram. Nos Seminários, os historiadores definiram as perspectivas a serem adotadas, além de realizarem um balanço sobre o que havia sido produzido até então sobre a História do Paraná. No registro da primeira reunião, que teria acontecido em meados de 1959, os historiadores procuravam formular as diretrizes e definir quais seriam os primeiros passos para a organização da historiografia acadêmica, como pode ser observado na ata abaixo, publicada em 2009 na Revista *Questões & Debates*.

Foi assim, marcada para 23 de setembro de 1959 a primeira sessão deste seminário, objetivando a análise da obra dos historiadores do Paraná, com a crítica das suas fontes, métodos e técnicas de trabalho e com a finalidade de realizar o levantamento da situação real da Historiografia Regional do Paraná, e dos problemas que nela restam por serem equacionados e resolvidos (Ata, 2009, p. 293).

O progresso científico foi compreendido tanto no desenvolvimento de projetos de pesquisa, quanto na organização de seminários, referindo-se à problemática da história do Paraná.

O primeiro Seminário, realizado em 1960, foi dirigido por Pinheiro Machado, no qual foi proposto o tema da História Regional, organização de fontes, conceitos e abordagens. Cecília Westphalen foi a primeira diretora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, entre 1959-1976. A relação dos intelectuais referidos acima se fortalecia também com a presença de Pinheiro Machado na direção do Conselho de Pesquisa da UFPR. (Cardoso; Westphalen, 2005).

Westphalen já indicava a preocupação dos historiadores acerca das metodologias da história, conforme é percebida no trecho a seguir:

Falou ainda sobre o estado atual da pesquisa histórica regional, onde tudo ou quase tudo resta por fazer, sobretudo no domínio da economia histórica. Disse, finalmente, da necessidade de serem reexaminadas as fontes da história paranaense, bem como da necessidade do emprêgo de novas técnicas quantitativas no tratamento das mesmas (Ata, 2009, p. 293).

Nessa passagem da Ata, quando Westphalen toma a palavra, notamos o tom de apreensão ao se referir à história regional, pois, a seu ver, havia muita coisa a ser feita, não só no que se referia à organização das fontes, bem como de instrumentos para a sua utilização.

Pinheiro Machado realizou a leitura do livro *História do Paraná*, de Romário Martins, publicado originalmente em 1899. Em sua análise, nos fornece indícios das preocupações que levantou em sua leitura, estabelecendo um conjunto de referência para História do Paraná.

a) – O conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil. b) – Cada uma dessas histórias regionais tem uma ‘ambientação’ que a diferencia das outras. c) – A possibilidade, no estado atual de pesquisas, de se escrever uma história geral do Paraná. d) – O estado atual da pesquisa histórica regional do Paraná. e) O meio geográfico como fator da história regional (Ata, 2009, p. 292).

Lançando as bases teóricas e metodológicas que norteariam a escrita da História do Paraná, Pinheiro Machado procurou, a partir da crítica da obra de Romário Martins, propor a necessidade de elaboração de uma História Geral do Paraná. Como destaca Nicodemo (2018), a primeira geração de professores universitários se notabiliza pela preocupação com o estatuto científico da História, buscando construir uma individualidade e um caráter científico para a disciplina.

Pinheiro Machado procurava relacionar as diferentes experiências temporais que compunham a História do Paraná, e o fio condutor dessa dita “História Geral” seria a história regional. Neste sentido, assumia uma orientação interpretativa para os estudos paranaenses, não como modelo teórico enfatizado por Westphalen.

A crítica de Pinheiro Machado aos cronistas e à obra de Romário Martins é de que a História do Paraná foi organizada a partir de fatos isolados e sua proposta seria relacionar esses fatos isolados comparando-os aos demais, que comporiam as etapas da formação da identidade regional. O livro *História do Paraná*, publicado em 1969 pela Editora Grafipar, escrito em conjunto com as historiadoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, tentou seguir o fio condutor proposto por Pinheiro Machado no Esboço.

Romário Martins foi apropriado pela primeira geração de historiadores da UFPR como o fio condutor da historiografia paranaense em outros momentos, mesmo que de forma anacrônica, ao procurarem associá-lo a uma preocupação quantitativista *avant la letre* e com a inserção do imigrante europeu no estado, presente no livro *A História do Paraná*, referido acima.

Para tanto, os historiadores não se detiveram apenas na análise da situação da historiografia paranaense, mas procuraram construir uma rede de sentidos que ligasse a produção acadêmica à produção anterior, demarcando a história regional como um interesse em comum. Além disso, foi enfatizada a necessidade de se escrever uma História Geral do Paraná.

De acordo com Albuquerque Júnior (2008), a história regional toma a região como um lugar *a priori*. Os intelectuais utilizam a ideia de região como um demarcador da fronteira acadêmica, que lhe conferiria legitimidade no campo acadêmico. Portanto, a atuação de Pinheiro Machado está na base da construção da identidade desta produção, como uma forma de saber em vias de institucionalização nos anos 50 e 60. Assim, o recorte regional pode ser entendido como prática discursiva, em que a região é tratada como referente, e da elaboração de um saber.

A estes historiadores se colocavam vários problemas: organizar uma história compreensível, ordenar as múltiplas temporalidades de forma coerente e elaborar uma pretensa identidade para essa produção, articulando a produção historiográfica paranaense à História (e à historiografia) do Brasil, sem perder de vista as individualidades e particularidades. Era necessário fazer aproximações e afastamentos, afinal em que a produção acadêmica diferiria da produção dos eruditos? Como relacionar as diferentes formas temporais e discursivas contidas no texto de Romário Martins?

No campo das particularidades, os docentes do Departamento foram se especializando no estudo de correntes imigratórias: Altiya Pilatti Balhana, em estudos sobre italianos; Oksana Boruszenko²⁵, sobre ucranianos e formando a segunda geração de docentes, alinhada às concepções teóricas da História Quantitativa e Demográfica; Ruy Wachowicz²⁶ em pesquisas sobre os imigrantes poloneses; e Sérgio Odilon Nadalin²⁷, sobre os imigrantes alemães.

No campo das diferenciações, a maioria dos professores se filiaram à Escola dos *Annales*, em especial à segunda geração, em grande medida incentivados pela principal idealizadora dessa relação: Cecília Maria Westphalen. Como pode ser observado em seu fundo documental, sob guarda do Arquivo Público do Paraná, a historiadora correspondia-se frequentemente com Fernand Braudel. Mais tarde, na consolidação do Programa de Pós-Graduação, o diálogo foi estabelecido com a História Econômica, de Frédéric Mauro, e a

²⁵ Oksana Boruszenko (1939-2020), nascida na Ucrânia no período entreguerras, migrou para o Brasil com a família em 1949. Graduiu-se em História na UFPR em 1963, ou seja, após a organização do Departamento. Fez doutorado na Universidade de Munique e tornou-se professora da UFPR entre 1967 a 1990. Especialista em estudos sobre imigração ucraniana. Disponível em: <https://ufpr.br/falece-em-curitiba-oksana-boruszenko-professora-aposentada-da-ufpr-e-historiadora-da-migracao-ucraniana/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

²⁶ Ruy Christovam Wachowicz (1939-2001), de origem polonesa, foi autor de diversas obras sobre imigração polonesa, História do Paraná, Universidade do Mate, História da UFPR, entre outros. Ingressou na UFPR como professor em 1966. Disponível em: <https://ciencia.ufpr.br/portal/universidade-do-mate-o-livro-faz-40-anos/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

²⁷ Sérgio Odilon Nadalin, ingressou na UFPR em 1963, na qual também se intitulou mestre em 1975. Nesse mesmo ano ingressou no doutorado da École des Hautes Etudes. Ingressou como professor na UFPR em 1967. Pode ser identificado como o continuador da História Demográfica na UFPR. Atualmente está aposentado da instituição, mas continua atuando como professor na pós-graduação. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/7542443/sergio-odilon-nadalin#profissional>. Acesso em: 10 dez. 2023.

História Demográfica, de Louis Henry. Desta forma, se verifica que, nos primeiros anos do Departamento, Westphalen procurava fortalecer os laços com a historiografia francesa, seja enviando estudantes para cursar mestrado e doutorado na Europa, como foi o caso de Jaime Cardoso, ou trazendo os pesquisadores franceses para darem cursos na UFPR.

Ao longo da sua produção acadêmica, é possível notar que Pinheiro Machado estabeleceu várias parcerias com os demais professores da UFPR, com destaque para as pesquisas desenvolvidas em conjunto com a professora Altiva Pilatti Balhana, como o projeto de pesquisa *Campos Gerais: Estruturas Agrárias*, publicado em 1968. Neste projeto, os historiadores propunham analisar as transformações ocorridas nessa região, compreendida como “Paraná tradicional”, a partir da problemática da imigração. A referida iniciativa contou com pesquisadores de diversas áreas, entre eles historiadores, economistas, geógrafos e biólogos. Tratava-se de um estudo de caso da fazenda Cancela, situada a cerca de 100 km de Curitiba, que foi transformada em núcleo colonial de imigrantes menonitas (Ata, 2009).

Dentre as preocupações estavam alguns insucessos coloniais do final do século XIX, como no caso das colônias teuto-russas que se fixaram na proximidade da cidade de Palmeira (PR). Também tentavam particularizar o sucesso das experiências holandesas nas proximidades da cidade de Castro e Carambeí, a partir da fundação de colônias holandesas. O referido sucesso se devia à agroindústria, modelo que viria a ser estudado nos anos seguintes pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Ou seja, o sucesso econômico do Paraná no século XX foi relacionado à inserção do imigrante europeu, ainda identificado como o portador de um projeto modernizador.

No caso da coletânea *História do Paraná* (1969), Pinheiro Machado e os demais historiadores tentaram elaborar uma obra síntese dos avanços das pesquisas realizadas no Departamento. Ao falar sobre a produção do departamento da UFPR, Mota conclui:

Se nos anos 50 temos uma produção de caráter sociológico como as obras de Martins e Linhares, nos anos 60 vamos ter, na Universidade Federal do Paraná, um núcleo de professores preocupados com a História do Paraná. Esse núcleo vai ser responsável pela produção de textos relacionados com a história regional do Paraná e também por uma linha de pesquisa desenvolvida no departamento de História, orientando ainda trabalhos de mestrado e doutorado nas décadas seguintes (Mota, 1994, p. 3).

A referida coletânea possuía quatro volumes, em que os historiadores procuraram entender quais seriam as especificidades socioeconômicas e demográficas do Paraná, analisando as transformações ocorridas na década 50 e 60, como os conflitos agrários da Revolta de Porecatu (1950) e da Revolta dos Posseiros (1957). O livro foi organizado por Altiva

Pilatti Balhana²⁸, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen²⁹ (1969), editado pela Gráfica Editora Paraná Cultural LTDA (GRAFIPAR).

Essas publicações demonstram os esforços de pesquisa dos historiadores da UFPR nos anos 60. Preocupados com o desenvolvimento econômico do estado, tentavam entender as nuances entre as regiões que o compunham, pois, segundo a proposição de Pinheiro Machado no *Esboço*, o Paraná era composto por duas regiões diferentes: o Paraná Tradicional (Curitiba e Campos Gerais) e o Paraná Moderno (Norte e Sudoeste). A dissonância entre as duas regiões, mais tarde convertida em três, pois o Norte identificava-se culturalmente com São Paulo, o Sudoeste com Santa Catarina, regiões que passaram a concentrar o maior desenvolvimento econômico, preocupava os historiadores, que culturalmente eram identificados com o Paraná tradicional.

A importância de Pinheiro Machado ainda era evidente no momento de sua aposentadoria compulsória, em 1977. A escolhida para representar o departamento na homenagem que lhe foi prestada, Cecília Westphalen, relatou como foi o seu primeiro contato acadêmico com o mestre, quando foi prestar o concurso de docência para a Faculdade de FFCL-PR, em 1947: “Acreditem todos, eu era uma adolescente em pânico, pois o Examinador era nada menos que Brasil Pinheiro Machado, homem público que ocupara as manchetes dos jornais curitibanos durante todo o ano de 1946”.³⁰

²⁸ Altiva Pilatti Balhana (1929-2009) formou-se bacharel e licenciada em História e Geografia em 1950, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. A historiadora foi pioneira nos estudos sobre a colonização italiana em Curitiba, sob o título: “Colonização italiana no Paraná e seu processo de assimilação”. Esta proposta foi alinhada à cátedra de História de América, da qual Bento Munhoz da Rocha Netto era o titular. Em 1958, Balhana defendeu sua tese de livre docência intitulada: “Santa Felicidade: um processo de assimilação”. Balhana consagrou-se como pesquisadora de imigração, sobretudo imigração italiana. Mobilizou o Departamento de História da UFPR para que promovessem a organização de arquivos para a pesquisa em História do Paraná. Disponível em: Currículo Vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível no Fundo Cecília Maria Westphalen. Arquivo Público do Paraná.

²⁹ Cecília Maria Westphalen (1927-2004), em 1950, tornou-se bacharel e licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e em Direito, em 1952. Foi Doutora, Docente-Livre e Professora Catedrática na Universidade Federal do Paraná, na cátedra de História Moderna e Contemporânea, em 1957. Entre 1958 e 1959 cursou pós-graduação na Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia, na 6ª Sessão da *École Pratique des Hautes Études*, em Paris, especializando-se em História Moderna e Contemporânea. Ao longo de sua trajetória como professora e pesquisadora, seguiu em parte os passos de Pinheiro Machado, atuando em diferentes funções administrativas na Universidade e no Ministério da Cultura durante a Ditadura Militar, então sob coordenação do ex-reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda. Foi uma das representantes da UFPR na organização da Associação dos Professores de História (ANPUH). Westphalen é uma das referências na organização da historiografia paranaense, correspondendo-se assiduamente com historiadores brasileiros e centros de produção cultural como a *École Des Hautes Études En Sciences Sociales*. Disponível em: Currículo Vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível no Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

³⁰ Sem título. Homenagem a Brasil Pinheiro Machado. Em 19 de Dezembro de 1978. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

A produção historiográfica de Pinheiro Machado oscila entre dois regimes historiográficos: um antigo, o dos Institutos Históricos Geográficos, da produção dos eruditos e ensaístas locais; e outro moderno, que buscava construir uma produção mediada pelos pressupostos teórico-metodológicos da ciência histórica, refletindo sua prática, para assim consolidar a produção acadêmica na UFPR. Assim como outros intelectuais do seu tempo, exercia cargos públicos, realidade vivenciada pela maioria dos pesquisadores do Brasil na primeira metade do século XX, como observou Nicodemo *et al.* (2018).

Como destaca Nicolazzi (2017), os historiadores visam legitimidade e reconhecimento no campo acadêmico, para tanto, elaboram uma consciência historiográfica que pode ser identificada na organização da identidade intelectual e de uma determinada cultura histórica.

Foi possível identificar, ao longo da pesquisa, que a historiografia dos anos 60 e 70 só passou a ser criticada a partir da descentralização acadêmica que se deu no surgimento de outras universidades nos anos 60, as Universidades Estaduais (UEL, UEM e, por último, UEPG). No que se refere a esta última, devido a sua proximidade com Curitiba, a influência se estenderia para além dos anos 2000, tendo em vista que a maior parte do seu corpo docente fez graduação ou mestrado na UFPR e desenvolveram estudos em história regional ou local³¹. Outro exemplo é a *Revista de História Regional* da Universidade Estadual de Ponta Grossa, fundada em 1996. Assim, mesmo após a aposentadoria de Pinheiro Machado, em 1977, a sua produção continuou sendo apropriada e ressignificada no campo acadêmico.

Confesso que, em um primeiro momento, foi difícil me desvencilhar dessa construção discursiva que sacralizou o seu texto como clássico. Mas, como parte do processo de construção do conhecimento também é pautado pela desconstrução, ao estudar mais profundamente suas reflexões nos cadernos, foi possível identificar que suas preocupações extrapolavam o recorte regional.

A partir do estudo sistemático de modelos teóricos e conceituais, o historiador paranaense refletiu sobre a sociedade do seu tempo e, ao tomar consciência dos limites do seu trabalho, organizou uma prática e um conjunto de critérios de produção historiográfica. Em seus cadernos pessoais se pode identificar as reflexões teórico-metodológicas que subsidiaram

³¹ Entre os primeiros professores do Departamento de História estão: Elisabete Alves Pinto, mestre e doutora pela UFPR (1992); Cirlei Francisca Gomes Carneiro, mestre pela UFPR (1975); Aida Mansani Lavallo, mestre pela UFPR (1973); Marco Aurélio Monteiro Pereira, mestre pela UFPR (1989); Edson Armando Silva (1993); Christiane Marques Szesz, mestre pela UFPR (1997). Apenas três professores não haviam feito mestrado na UFPR: Rosângela Wosiack Zulian, mestre pela UEPG (1998), Niltonci Batista Chaves, mestre pela UNESP-Assis (1998), Carmencita de Holleben Mello Ditzel, mestre pela UEPG (1998).

suas aulas e projetos de pesquisas, bem como os diálogos que estabeleceu com a historiografia contemporânea (brasileira e internacional), problema que aprofundarei nos próximos capítulos.

3 ENSAIOS SOBRE METODOLOGIA E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Neste capítulo percorrerei parte das preocupações de Pinheiro Machado em torno das questões teórico-metodológicas em História, os diálogos que estabeleceu com a historiografia brasileira, anglo-saxã e francesa, e como tratou a consolidação da profissão do historiador a partir dos anos 60. Ao analisar suas propostas, refletirei sobre sua problematização das relações entre teoria, fontes e métodos presente nos cadernos de 1960 a 1977, bem como nos escritos reunidos na coletânea *Três cadernos de História, Idéias e Reflexões*, publicado postumamente pela sua irmã Ismênia³².

A produção de Pinheiro Machado pode ser inserida na problemática dos intérpretes da primeira metade do século XX que buscavam respostas no passado para alguns dos problemas do estado-nação, como fizeram Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Ao analisar a sua própria construção como historiador, processo subjetivo mediado pelas interlocuções e diálogos com o pensamento social brasileiro e com a sociologia, Pinheiro Machado procurava demarcar as diferenças na abordagem da História, reforçando as relações com a temporalidade e com o método; a partir das suas leituras e reflexões, procurou identificar os pioneiros na abordagem da história sociológica no Brasil.

Pinheiro Machado dedicou vários cadernos à discussão da metodologia da História, caracterizando as particularidades da historiografia que se delineava na década de 60. Para ele, antes do estudo de qualquer ciência, faz-se necessário compreender a sua teoria e os seus métodos, definir limites entre os pesquisadores autodidatas e os historiadores-acadêmicos que ele mesmo contribuiria para formar. Dito isso, é preciso responder a algumas questões: Como Pinheiro Machado se posicionou diante das “novidades” teórico-metodológicas? Como a história, como disciplina científica, constituiria sua individualidade e se relacionaria com as demais ciências humanas?

Estas inquietações acompanharam diversos historiadores em outros momentos e lugares de enunciação. Assim, tanto para o historicismo alemão quanto para a escola metódica francesa, a angústia em definir um lugar para a História na Universidade, organizar fontes e propor categorias de pensamento se colocavam, *mutatis mutandi*, para o historiador paranaense na

³² A coletânea intitulada *Três Cadernos de História, Idéias e Reflexões*, foi publicado pela editora Arte e Letra. Como o próprio título sugere, os cadernos estavam sob posse da sua irmã Ismênia Pinheiro Machado Chelles, que os publicou com a autorização dos filhos de Pinheiro Machado. Estes cadernos trazem mais reflexões acerca da Historiografia Brasileira, métodos e formas de interpretação da ciência histórica. As discussões foram feitas a partir de suas leituras de Gilberto Freyre e Oliveira Viana.

segunda metade do século XX: a preocupação com a erudição, o uso de técnicas de pesquisa e o estabelecimento de fontes documentais como condição *sine qua non* da pesquisa.

Assim como a Escola Metódica francesa preocupou-se com o método e a técnica em História, Pinheiro Machado não mediu esforços para construir e delimitar o campo de estudos da historiografia paranaense. Conforme pontuaram Langlois e Seignobos (1946), o historiador deveria, antes de tudo, refletir sobre a escrita, ter clareza dos métodos utilizados e evitar apropriações indevidas dos métodos das outras ciências sociais. Era necessário constituir uma individualidade e aproximar esse campo de outros centros de produção no Brasil, Europa e Estados Unidos.

Um dos fatos relevantes ao estudar a escrita do historiador como fonte histórica é compreender que o seu posicionamento em relação ao campo muda ao longo do tempo. Assim, se percorre um caminho de constituição do sujeito, reconhecendo-o como testemunha de um processo. Como apontado por Antônio Cândido, a trajetória de um intelectual não pode ser dividida em “fases”, pois a relação que o autor estabelece com a sua produção não é linear, ao contrário, por vezes é marcada pela contradição, na medida em que o sujeito se depara com novas problemáticas; ou seja, faz-se necessário compreender o autor em movimento (Cândido, 2007, apud Frizon, 2007, p. 127)

A ciência histórica não é uma ciência de observação, mas os eventos só podem ser estudados a partir de vestígios, fontes de pesquisa e categorias conceituais; devido a isso, muitas vezes precisei lê-lo ou interpretá-lo nas entrelinhas. O capítulo foi organizado da seguinte forma: Historiografia e a História Sociológica: aproximações com Oliveira Viana e Gilberto Freyre; as tensões entre o ofício de professor e o de historiador (as demandas do trabalho docente e os possíveis impactos na pesquisa em História); confrontos entre objetividade e subjetividade na análise histórica; e, por fim, a análise de Pinheiro Machado sobre a historiografia brasileira.

3.1 HISTORIOGRAFIA E A HISTÓRIA SOCIOLÓGICA: APROXIMAÇÕES COM OLIVEIRA VIANA E GILBERTO FREYRE

Nesta seção abordarei as particularidades em torno do interesse de Pinheiro Machado pela discussão metodológica em História, visto que era advogado de formação e sua profissionalização em História se deu de forma autodidata.

Ao aprofundar algumas questões teórico-metodológicas da História, o historiador refletiu sobre a atualização das bases teórico-metodológicas da disciplina, sem perder de vista a história da historiografia brasileira e do pensamento social brasileiro. Além disso, busquei compreender a sua aproximação com a produção de Oliveira Viana, bem como as análises que fez sobre a obra de Gilberto Freyre. Utilizei como fonte a coletânea publicada, mencionada acima, e o caderno *Notas e apontamentos (1964-1973)*. A partir desses textos, busco compreender o que seria a “história sociológica”.

Pinheiro Machado foi aberto a outras referências historiográficas, principalmente aquelas advindas do pensamento social brasileiro a partir de Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Ele identificava, no início do século XX, a passagem de uma história historizante a uma sociologia historizante. A história historizante seria uma historiografia heurística que, no sentido tradicional, possuía um forte apego às fontes e à concepção de fato histórico; como a história sociológica seria “[...] o estudo das forças atuantes e, acima de tudo, das leis da evolução social. Conseqüentemente, pode ser descrita como uma teoria da história, ou uma história teórica, pois reconhecem que as únicas leis sociais universalmente válidas, são leis históricas” (Pinheiro Machado, 2002, p. 12).

Segundo Ferreira (2013), a década de 30 foi um divisor de águas para a historiografia brasileira, pois a História procurava repensar o seu papel dentro do Estado-nação e elaborar uma identidade para a disciplina. O momento exigia tal reflexão, devido à criação dos primeiros cursos universitários no Brasil: Universidade de São Paulo (1934), Universidade do Distrito Federal (1935-1939); curso de História e Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1935). Por conseguinte, a reflexão era acompanhada por uma preocupação:

[...] qual o lugar da disciplina como veículo de formação da identidade nacional brasileira? Que concepção de História deveria orientar os novos cursos? Que referências deveriam balizar o ensino de uma História científica? Enfim, que profissionais se queria formar? (Ferreira, 2013, p. 8-9).

Desta forma, é possível perceber que Pinheiro Machado compartilha essa mesma preocupação, a de formar um novo tipo de historiador, a partir de novos procedimentos metodológicos e referenciais teóricos, capazes de conceber, pesquisar e produzir uma História científica. Ademais, esse paradigma deveria estar presente também no ensino escolar e universitário da História, que formaria uma consciência histórica capaz de reconhecer a importância do passado na organização do presente.

Dito isso, a análise da produção historiográfica de Pinheiro Machado deve ser precedida pela leitura de sua compreensão da historiografia brasileira, pois, nos cadernos manuscritos, ele dedicou suas primeiras reflexões a compreender a produção historiográfica dos anos 50, como é possível perceber desde o título do caderno de 1959: *História da historiografia brasileira: a história sociológica*. Esse texto é o primeiro da coletânea reunida pela sua irmã Ismênia Pinheiro Machado Chelles, intitulada *Três cadernos de História, Idéias e Reflexões*, publicado pela editora Arte & Letra de Curitiba, em 2002. Nessa mesma produção, ele dedicou um item inteiro a analisar a contribuição de Oliveira Viana, o qual denominou “A historiografia de Oliveira Viana”. Na sua leitura, a novidade interpretativa dos autores da década de 30, como Viana, estava em romper com a historiografia tradicional que priorizava acontecimentos e personagens políticos, operando um deslocamento de perspectiva que se esforçava por captar o “povo” e o seu meio físico. Viana possuía uma preocupação excessiva com a erudição e a apuração dos fatos, ao invés de uma compreensão dos processos históricos. Pinheiro Machado é um dos primeiros intelectuais brasileiros a se dedicar a este tipo de reflexão “metahistórica”, circunscrevendo um tipo de análise denominando-a história da historiografia.

De acordo com Roiz (2013), tratava-se de uma nova forma de estabelecer as pesquisas e nada melhor do que fazê-las a partir do que já havia sido feito, isto é, analisando a produção anterior para, a partir dela, entender as diferenças e elaborar uma identidade. Os critérios de validação da pesquisa histórica universitária deveriam diferir dos estabelecidos pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), reconhecendo a importância da instituição para a pesquisa histórica, sem esquecer das expectativas que surgem em torno da Universidade, a partir das quais os historiadores procuravam corresponder e constituir uma nova cultura historiográfica.

Pinheiro Machado não apenas leu a produção historiográfica brasileira anterior à década de 30 sob um olhar retrospectivo, como procurou problematizá-la e, em alguma medida, preparar-se para os desafios que se colocavam aos historiadores no futuro. Diante das incertezas do lugar que a História ocuparia no cenário nacional, restava o esforço para instaurá-la no presente.

Esses projetos podem ser organizados em três orientações diferentes: a primeira delas trataria o passado a partir da tradição, enaltecendo-o; a segunda trataria principalmente das mudanças sociais e dos projetos políticos; e, por fim, uma última orientação substancialmente orientada para o futuro, para as utopias (Roiz, 2013). Identifico Pinheiro Machado sob a ótica

da segunda perspectiva, tentando entender as transformações do tempo presente e os projetos políticos que visavam conduzir a sociedade.

O primeiro texto que Pinheiro Machado identifica como oriundo de uma abordagem sociológica da História sociológica seria *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, publicado pela primeira vez em 1918. Como observou Faria (2002), Viana teve sua formação intelectual marcada pelas teorias evolucionistas e, assim como Pinheiro Machado, também havia estudado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde entrou em contato com outro nome importante do pensamento social brasileiro: Silvio Romero.

Talvez a atenção de Pinheiro Machado tenha se voltado a Oliveira Viana, pois o via como referência interdisciplinar de pesquisador em arquivos, um bacharel que se consolidara como um dos grandes nomes do pensamento social brasileiro. O livro *Populações meridionais do Brasil* teve uma repercussão significativa nos anos 30 e nas décadas seguintes; foi considerado uma abordagem de realismo político, reconhecia que os modelos de desenvolvimento que serviriam como inspiração eram os Estados Unidos e a Inglaterra, tanto no que se refere ao desenvolvimento econômico quanto na organização da democracia. Na obra, reitera que a célula de formação do Brasil foi o clã rural e que deveria ser entendido a partir das individualidades históricas (Faria, 2003).

A aproximação de Pinheiro Machado com Viana pode ser identificada no trecho a seguir:

Abrindo novos rumos à historiografia brasileira, com a sua obra, Oliveira Viana procura harmonizar o método histórico com os métodos das ciências sociais. Reconheceu que as ciências sociais não estavam armadas de dados suficientes para generalizações e conceituações e que, portanto, ainda por muito tempo deveriam trabalhar como disciplinas empíricas no campo da realidade imediata (Pinheiro Machado, 2002, p. 16).

A busca de leis gerais não dava conta da variedade brasileira, pois, para Pinheiro Machado, seria necessário haver uma construção sociográfica que identificasse a tendência da evolução geral dos povos.

A 'realidade brasileira' não é apenas o resultado, descritivo conhecido, de uma história genética ou evolutiva, mas é a pesquisa e interpretação das tendências que presidiram a formação e a evolução do povo brasileiro, suas mudanças e desenvolvimento, de modo que possam ser previstas suas possibilidades futuras, e as formas de intervenção e de controle do seu desenvolvimento (Pinheiro Machado, 2002, p. 17).

Pinheiro Machado identificou em Oliveira Viana um dos pressupostos que perseguiria ao longo de parte da sua produção: situar a história em relação às ciências sociais, utilizar seus métodos, mas sem descaracterizar a ciência histórica, isto é, sem perder de vista a particularidade da História a partir da temporalidade e da análise de fontes documentais. Reforçava a premissa da História como uma ciência empírica, isto é, que deveria buscar fontes históricas e não se deter em modelos teóricos abstratos.

Deste modo, Pinheiro Machado defendia que o historiador não deveria enquadrar a História do Brasil nas leis gerais da evolução dos povos, mas compreender a gênese e a evolução nacional a partir de suas próprias leis, delimitando o que seria o objeto dos “estudos brasileiros”. Ao entender a História como uma disciplina empírica, que se baseia em dados concretos da realidade, reitera o seu caráter pragmático:

A partir da História sociológica, o historiador elaboraria interpretações acerca das mudanças e do processo de desenvolvimento nacional, constituindo assim um quadro de referências próprias. Desse modo, compreenderia o processo de desenvolvimento e apresentaria possibilidades de ação política sobre o desenvolvimento nacional, que poderia subsidiar intervenções políticas.

Segundo Nicolazzi (2019), a abordagem sociológica tinha como objetivo elaborar reflexões por meio de ensaios, a partir do trabalho de interpretação e análise da realidade brasileira. Como observado, Viana foi exemplar nessa abordagem, ao propor o estudo dos fenômenos sociais de uma forma mais complexa, elaborando a partir dela uma síntese. Essa forma de interpretação também pode ser identificada na produção de Sérgio Buarque de Holanda, em que o estudo conciliaria a síntese conceitual e a análise elaborada dos acontecimentos.

Em diálogo com Karl Popper, Pinheiro Machado fundamentou que os cientistas sociais deveriam formular hipóteses sobre a evolução social, visando compreendê-la e explicá-la. A história sociológica se apresentaria como reação às demais propostas das ciências sociais: “Aí está demarcado o método da história sociológica. É historicista, no sentido de que o objeto é individualizado e com sua tendência de evolução específica” (Pinheiro Machado, 2002, p. 17).

A preocupação com o rigor metodológico interdisciplinar fez com que Pinheiro Machado dispusesse de um olhar retrospectivo crítico para a historiografia brasileira, visando entender como ela se constituiu na passagem do século XIX para o século XX. Tratava-se de uma abordagem inovadora em 1959, elaborando o processo de organização da preocupação teórico-metodológica no Brasil. Ademais, a historiografia brasileira não se desenvolveu no

mesmo ritmo que a europeia e seria Capistrano de Abreu³³ um dos pioneiros a se preocupar com a abordagem erudita das fontes:

Estava Capistrano dentro das consequências das premissas metodológicas da escola histórica do século XIX. Descrente de toda a filosofia, de toda a abstração, de todo o juízo de valor do historiador, a escola histórica acabou no ideal de ser simplesmente um método para comprovar fatos (Pinheiro Machado, 2002, p. 14).

As relações entre presente e passado foram reconfiguradas no início do século XX; ademais, assistia-se a uma nova possibilidade de futuro. Diante de uma nova forma de apreensão do passado, refletia-se sobre a história e tentava-se colocá-la em prática. Para Pinheiro Machado, a História deveria ir além de comprovar fatos. Por isso, procurou problematizá-la a partir de algumas questões: a primeira delas, em suas próprias palavras, era como “[...] harmonizar o método histórico com os métodos das ciências sociais” (Pinheiro Machado, 1959, p. 16).

Capistrano tornou-se referência para a História da Historiografia, definindo uma forma de análise historiográfica que se pautava em: definir o autor, entender o contexto de sua produção, refletir sobre os limites do pensamento, bem como entender como o historiador elaborou sua análise (Nicodemo; Santos; Pereira, 2018).

Pinheiro Machado concorda com a orientação de Capistrano e procura aplicá-la ao analisar Viana e Freyre, apesar de Capistrano não ter chamado o exercício de história da historiografia, mas de “estudos históricos”.

Nesse ponto, é possível associá-lo a um outro autor que mais tarde se consagraria como referência em teoria da História e história da historiografia brasileira: José Honório Rodrigues. Esse pesquisador também reconhecia Capistrano como mestre precursor de uma historiografia mais “interiorizada”, e, além disso, recomendava a necessidade de construção de um método anti-europeu para o estudo da história geral do Brasil (Rodrigues, 1965).

Como observado por Gontijo (2010), Capistrano de Abreu foi um dos pioneiros a apresentar a preocupação da História com a pesquisa empírica, atento às necessidades de tratamento de fontes e à delimitação de pesquisas em História do Brasil. Pinheiro Machado foi um grande historiador, mas não teve seu nome relacionado a uma “grande obra”. Assim como os clássicos da historiografia brasileira mencionados acima, estes historiadores se dedicaram ao

³³ Sobre Capistrano de Abreu, ver: GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. 2006. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/26982819/O_velho_vaqueano_Tese_de_doutorado Acesso em: 14 mar. 2023.

estudo das condições de elaboração historiográfica, atestando os limites e possibilidades de uma nova forma de escrita.

Assim, o exercício requeria identificar como a História era escrita antes das universidades, pois, diferentemente das demais áreas das ciências humanas (por exemplo, a Geografia), que não possuem uma produção que antecesse a acadêmica, a história tem atrás de si, na longa duração, uma vasta produção extra acadêmica. Para Fernando Novais (1990), Capistrano de Abreu seria o elo entre a produção do século XIX e a do início do século XX, relacionado ao problema das identidades. Como destacou Gontijo (2010), por muito tempo a produção anterior à década de 1930 era vista com desdém, genericamente rotulada como “positivista”.

Este tipo de análise pode ser identificado em outras reflexões de Capistrano, em especial no *Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen*, escrito em 1878, e a de Sérgio Buarque de Holanda, *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, escrito em 1951. Apesar de distantes temporalmente e com objetivos distintos (pois o texto de Capistrano de Abreu consiste em uma homenagem póstuma, como o de Holanda analisa a escrita da História em um determinado período), os dois autores também procuravam construir um quadro da historiografia brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda, ao analisar o percurso da historiografia brasileira, arquivos e possibilidades de pesquisa, discutiu o programa de Capistrano de Abreu tal como levado a efeito no livro *Capítulos da história colonial: 1500-1800*, publicado originalmente em 1907. Em sua análise, Capistrano apresentava uma abordagem inovadora em história, por meio do diálogo com a Geografia, a Sociologia e a Antropologia.

Esses exemplos possibilitam entender como os interesses teórico-metodológicos de Pinheiro Machado estavam em consonância com as preocupações da historiografia.

A visão de Freyre em relação à colonização era mais otimista do que a de Sérgio Buarque de Holanda, que por sua vez via que o desenvolvimento da sociedade brasileira só se daria a partir da superação das estruturas arcaicas ligadas à colonização. Além disso, na passagem dos anos 60 a 70, observa-se a relação da História com a Escola dos *Annales* e a chegada das tradições marxistas no Brasil, que dividiram em parte os historiadores (Nicodemo; Santos; Pereira, 2018). Por outro lado, naquele momento ainda havia a ressonância das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, que, a partir de edições revisadas, circulavam no ambiente acadêmico.

Em 1930, a reforma do ministro da educação Francisco Campos, instituiu o estatuto das Universidades Brasileiras, no qual para se constituírem como instituição, deveriam unificar no mínimo três Faculdades (Fávero, 2006). No Paraná, foram as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia que foram unificadas em Universidade. Já em 1945, representantes políticos se mobilizaram para a criação da Universidade do Paraná, o que incluía a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Para representarem a criação, escolheram alguns professores, e Pinheiro Machado foi escolhido como representante da Faculdade de Filosofia, juntamente a Bento Munhoz da Rocha Netto e Erasto Gaertner, representante da Faculdade de Medicina. Em 1945, foi aprovado o Estatuto da Universidade.

A partir de 1930, os objetos de estudo das ciências humanas foram mais delimitados. Apoiando-se em ideais de cientificidade em seus discursos, buscavam retratar a realidade brasileira a partir de conceitos como “democracia racial”, “cordialidade”, e, assim por diante. Este processo se relaciona à organização da metodologia das ciências humanas no Brasil e indica um novo regime historiográfico que, de acordo com Nicolazzi (2016), significa a proposição de modelos gerais e historiográficos que deveriam ser colocados em prática pelos historiadores profissionais mediante uma forma de escrita que procura atender à demanda por uma história, conciliando a síntese e a dimensão teórica.

Ao tomar contato com este novo regime historiográfico, Pinheiro Machado procurou, por assim dizer, colocá-lo em jogo (testá-lo) e o fez a partir da análise das produções de Oliveira Viana em *Populações Meridionais do Brasil; Populações Rurais do Centro Sul* – 1º volume; *O campeador Rio-Grandense*, 1952 – 2º volume; *Evolução do Povo Brasileiro* (1922); e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949).

As proposições de Viana vinham ao encontro às expectativas e preocupações de Pinheiro Machado, que identificava a gênese do Brasil na comunidade rural, para ele, o centro irradiador da economia, da formação social, da política e da cultura brasileira. Pinheiro Machado procurava definir uma modalidade de saber, que deveria orientar a historiografia a ser produzida na Universidade Federal do Paraná. Este saber seria organizado a partir de uma escrita, que deveria superar a forma anterior e tomaria como exemplo a produção de Oliveira Viana: “Assim, só o estudo monográfico de cada uma dessas histórias, dessas sociedades e desses tipos específicos, conduziria a um conhecimento da realidade histórica individualizada” (Pinheiro Machado, 2002, p. 19).

Para Nicolazzi (2016), a abordagem ensaística indica um momento de desorientação da experiência temporal, um descompasso entre o tempo histórico e o tempo social:

Assim, para dar conta de oferecer uma resposta pertinente para os impasses da experiência de tempo que caracterizou parte da produção intelectual brasileira no ambiente letrado da Primeira República, o ensaísmo de interpretação histórica enfatizou notadamente os princípios da síntese interpretativa, cujas raízes históricas parecem remeter, no Brasil, à noção oitocentista de história filosófica, deslocando os elementos definidores da erudição histórica, constituídos com muito custo desde a geração fundadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cerca de um século antes (Nicolazzi, 2016, p. 92).

A partir desse tipo de estudo, se obteria a interpretação da realidade brasileira: instituições, comportamentos e relações familiares, posse da terra e a formação histórica. A chave de leitura de Pinheiro Machado se concentraria na interpretação da formação histórica paranaense e sua relação com a formação histórica do Brasil. Relacionando os conceitos de latifúndio e poder político à organização das classes sociais, o historiador procurou construir uma análise das particularidades históricas:

O latifúndio, como historicamente se organizou no Brasil, não dá possibilidades ao desenvolvimento das vilas e cidades coloniais. Estas não têm função de mercado, porque os latifúndios têm uma economia fechada e autárquica. Não compra nem vende às cidades (Pinheiro Machado, 1959, p. 20).

Como destacou Bresciani (2005), o projeto teórico de Oliveira Viana estava atrelado a uma orientação política e identificava os autores que serviram de base para os argumentos do autor, principalmente Hypollite Taine (maior referência em seu trabalho), Gustave Le Bonn e Maurice Halbwachs. Os textos de Viana muitas vezes foram lidos como interpretações atemporais, o que demonstra o problema de não relacionar os autores aos seus lugares acadêmicos e compreender os diferentes posicionamentos como cientistas sociais. Viana foi rotulado como um intelectual conservador e autoritário, o que fez com que a historiografia o desqualificasse, dando-o como superado. Entre os autores responsáveis pelas críticas a Oliveira Viana podemos mencionar Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido. No prefácio de *Raízes do Brasil*, Cândido afirmava que sua geração havia aprendido a compreender o Brasil a partir dos clássicos (Freyre, Holanda e Caio Prado), apontados por ele como “Sopro de radicalismo intelectual” frente às já superadas interpretações de Oliveira Viana (Bresciani, 2005, p. 157).

Mesmo que tais produções possam ser identificadas como “conservadoras”, elas contribuíram para transformar o olhar sobre a sociedade brasileira, bem como influenciaram projetos de desenvolvimento. A produção de Viana foi um divisor de águas para a consolidação de uma intelectualidade brasileira, bem como para o desenvolvimento de uma cultura política no Brasil.

Uma diferença importante entre Pinheiro Machado e Oliveira Viana é que, para este último, a problemática da identidade nacional é central, o que o coloca no grupo dos intérpretes do Brasil que visaram construir justificativas para os problemas constatados na República. Pinheiro Machado não estava preocupado em construir uma identidade nacional e não é contemporâneo de Viana, ou seja, o historiador paranaense procurava, a partir de suas concepções, construir quadros de referência para a compreensão da história do Brasil e, a partir dela, situar a produção historiográfica paranaense. Para Pinheiro Machado, as questões teórico-metodológicas pareciam mais urgentes.

Pinheiro Machado buscava referências em Viana para entender a formação do Sul (o Brasil Meridional) em relação ao Brasil; diferentemente de outros autores que se pautavam em conceitos culturais, Viana propõe uma análise a partir de fenômenos geográficos e individuais. Segundo Brecciani (2005), Viana buscou na História do Brasil a solução para os problemas ainda não equacionados no (seu) tempo presente e que, segundo a sua leitura, impediam que o Brasil se organizasse como nação. Além disso, a sua interpretação histórico-sociológica se pautava na crítica aos procedimentos adotados pela historiografia do século XIX, pautada na narrativa acontecimental.

Alguns historiadores podem ser entendidos como “homens-pontes” entre gerações, pois abrem e fecham caminhos entre tradições historiográficas: a primeira vinculada ao IHGB e à produção de eruditos; a segunda, uma nova forma de escrever História a partir de métodos e técnicas de pesquisa que seria produzida na Universidade. Assim como é possível verificar em outros historiadores do período, questões como subjetividade/objetividade, monografia/obra de síntese, teoria e empiria se colocavam para estes pesquisadores (Nicodemo *et al.* 2018, p. 86-87).

A cultura brasileira está relacionada aos interesses das elites, que, diante das contradições do Brasil, procuraram elaborar uma noção abrangente de cultura (Mota, 2013). As universidades surgiram neste contexto, voltadas à problemática do desenvolvimentismo. Autores como João Cruz Costa, em *O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX* e *A Evolução Histórica Nacional* (1950); Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948); e Alice Piffer Canabrava em *O Desenvolvimento do Algodão na Província de São Paulo 1861-1875* (1951) (Mota, 2000, p. 34).

No contexto dos anos 50, observa-se o processo de consolidação da pesquisa universitária, a partir da criação de agências de fomento de pesquisa como o Conselho Nacional

de Pesquisas (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1951. Com o investimento estatal ampliaram-se as possibilidades de pesquisa.

As universidades brasileiras procuraram também participar da política, tornar-se um espaço de produção de soluções para os problemas brasileiros, ou seja, os pesquisadores tinham como objetivo produzir um conhecimento pragmático, que pudesse orientar os indivíduos e as políticas públicas, para que pudessem superar o “atraso” brasileiro e consolidar um projeto de nação. Tais condições, limites e desafios se colocavam aos primeiros historiadores universitários, o que pode ser identificado nos primeiros projetos de pesquisa, em que se evidenciam tanto as expectativas profissionais quanto o sistema de valores e ideias que possibilitam entender as contribuições desses historiadores para os estudos históricos.

O projeto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) era demarcar uma tradição de trabalho intelectual a partir de projetos acadêmicos e os professores formados pela FFCL-USP entre 1940 e 1950 atuarem na Universidade, incorporando atividades de pesquisa.

Em 1950, Eurípedes Simões de Paula e Alice Canabrava defenderam suas teses sob orientação do francês Jean Gagé. A organização da FFCL-USP como espaço de produção acadêmica, sob os auspícios da Escola dos *Annales*, refletiu na organização de uma escrita e a necessidade de maior diálogo entre as instituições universitárias brasileiras.

Segundo Martinez (2002), a produção historiográfica brasileira foi adquirindo um contorno mais universitário, presente na preocupação com instrumentos teóricos, metodológicos, bem como nas acepções do ofício acadêmico a partir da implementação das atividades de pesquisa em História na FFCL-USP, sob orientação da missão francesa. Nos anos 30, pesquisadores de renome internacional passaram pela FFCL-USP, como Émile Cornaert, Émile G. Leonard e Jean Gagé. O curso de história da USP foi fundado em 1934; muitos historiadores de renome, como Eduardo d’Oliveira França, tiveram aulas com Fernand Braudel, também participante da missão francesa. Sobre a relação dos professores da UFPR com a USP Westphalen destacou:

Estes contactos [sic] nós os estreitamos nos últimos dois anos e de saída do isolamento em que vivíamos, aqui no Brasil, os professôres [sic] de História, resultou um I Simpósio dos Professores Universitários de História, realizado graças aos colegas da Faculdade de Filosofia de Marília, em São Paulo. Por ocasião dêsse [sic] encontro, no ano passado, discutimos os problemas que afligem os cursos universitários de História

em nosso meio e aspectos metodológicos de História. Do I Simpósio surgiu a Associação dos Professores Universitários de História³⁴.

Dito isso, pode-se concluir que os professores do departamento de história da UFPR acompanharam a organização da comunidade acadêmica no Brasil. Nesse sentido, o papel da ANPUH era de promover um espaço de socialização das produções acadêmicas. Representados por Westphalen, a qual mantinha contatos frequentes com os historiadores dos demais centros de produção do país, o que pode ser verificado em suas correspondências, parte do seu fundo documental já mencionado anteriormente. Outro ponto que chama atenção é a preocupação metodológica, parte estruturação dos cursos de história nas universidades, que já havia sido apontado por Ferreira (2013), ao estudar a criação do curso de história na Faculdade Nacional de Filosofia em 1955, ou seja, fato que antecede à criação do departamento de história da UFPR, mas não que não é distante temporalmente.

Guimarães (2011) e Roiz (2013) concordam que a produção historiográfica das universidades não teve uma repercussão imediata na historiografia brasileira. No entanto, verifica-se que a partir de 1950 houve uma mudança de cunho institucional e epistemológico da historiografia, na tentativa de substituição do historiador autodidata pelo historiador acadêmico no Brasil. A imagem do historiador vinculado à Universidade e atrelado às atividades de pesquisa docente reivindicava maior autonomia para definir seus currículos e programas nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Nota-se o crescimento do público leitor da historiografia, a partir da proliferação de eventos especializados, com a criação de cursos de pós-graduação, consolidando grupos de pesquisa, adquirindo incentivos governamentais. Foram ampliadas as editoras (comerciais e universitárias) e revistas especializadas, o que implica em um aumento considerável de historiadores interessados em refletir sobre a história da historiografia brasileira (Roiz, 2013).

Pinheiro Machado se vê diante de uma nova experiência temporal que envolvia o progresso técnico da ciência histórica, o surgimento de novas comunidades, a experiência da industrialização e de novos sistemas políticos. Em resposta a isso, procurou realizar sua análise histórica e, em certa medida, propor prognósticos.

Estes autores produziram um tipo de interpretação, relacionando o desenvolvimento brasileiro ao desenvolvimento da economia mundial; tratando das especificidades brasileiras, autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre entrevistaram no

³⁴ WESTPHALEN, Cecília M. **Carta a Fernand Braudel**, 01 de outubro de 1961. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

social. Tomaram frente de um projeto modernizador que pudesse superar o subdesenvolvimento brasileiro na ordem capitalista que se instaurava. Para tanto, resolver as questões pendentes em relação ao passado colonial brasileiro parecia inevitável. Além disso, também pode ser relacionado à preocupação com um estamento social em crise: as oligarquias. Para tanto, contribuem as reflexões, tanto em *Casa-grande e Senzala*, de Freyre, quanto em *Raízes do Brasil*, de Holanda, ao procurarem entender as continuidades que o colonialismo luso imprimiu nas relações sociais no Brasil (Nicolazzi, 2016).

Dialogando com o ensaio *A hundred years after Ranke*, de Arnaldo Momigliano, Machado destacava que o trabalho do historiador requeria um diálogo maior com as demais ciências sociais e implicava em usar diferentes métodos. Para ele, os trabalhos dos primeiros historiadores do Brasil atendiam apenas à colonização do litoral, somente anos mais tarde, analisaram outros setores da organização brasileira, seja ela econômica, social ou institucional.

O texto escrito foi intitulado *História da Historiografia Brasileira: A História Sociológica*, no qual em diálogo com Momigliano, procurou avaliar o método histórico que havia se estabelecido nos anos 50: “O historiador, agora, precisa saber estatísticas, conhecer o desenvolvimento técnico, o consistente e o inconsistente, os selvagens e os primatas, as experiências míticas e os fatos da vida de uma *middle town*” (Pinheiro Machado, 2002, p. 34).

O historiador paranaense dedicou um tempo significativo ao aprofundamento das diferenças teórico-metodológicas entre as abordagens dos historiadores e das demais ciências sociais. Para tanto, continuou analisando Freyre no caderno *Notas e apontamentos (1964-1973)*:

Dessa conclusão a que chego neste momento, julgo me capaz de afirmar que o estudo de Gilberto Freyre sobre o ‘sistema casa grande-senzala’ está calcado apenas no sistema de relações existentes dentro da terra pertencente ao engenho que é, afinal, apenas uma parte do sistema do latifúndio. Considerando-se apenas essa parte em que o senhor de engenho parece não ter limitação na sua ação de poder (pois que se exerce exclusivamente sobre ‘seus’ escravos e ‘sua’ família), o quadro assume proporções irreais, pois que separando-se, para os outros estudos, uma parte do todo, e mesmo desprezando-se as relações que a parte tem com o todo, o quadro resultante é incompleto (Pinheiro Machado, 1967, p. 97-98).

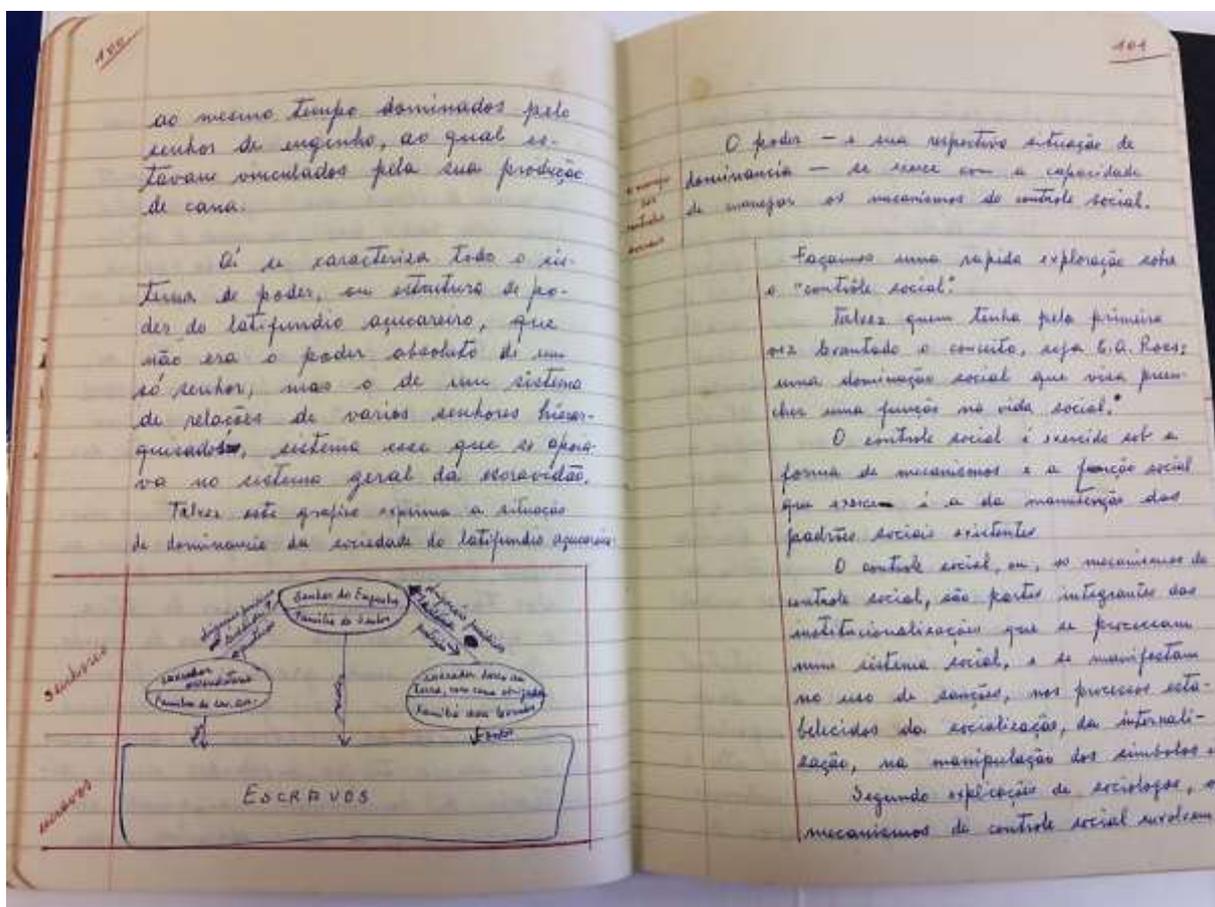
Neste ponto, Pinheiro Machado procurou testar os limites das análises elaboradas por Freyre sobre o latifúndio, que, segundo ele, não davam conta de construir um modelo teórico aplicável a toda a organização fundiária brasileira. Antes de tudo, era um estudo sobre uma realidade específica, isto é, a do sistema de relações da economia açucareira. Em contraposição a Freyre, Pinheiro Machado recuperou a abordagem de Oliveira Viana:

Voltando, então, ao modelo de Oliveira Viana, podemos fazer os seguintes comentários: não ha duvida [sic] de que, quer no plano sociológico [sic] como no

plano histórico, a relação senhor-escravo, com toda a sua seqüela, é a relação social dominante, no período da formação social brasileira. De certa maneira, também [sic] parece correto o modelo de Oliveira Viana: o peninsular pobre que viesse para o Brasil, no mundo do latifúndio [sic], não encontraria lugar: não poderia ser escravo. Não tinha lugar (Pinheiro Machado, 1967, p. 98-99).

Para Pinheiro Machado, em diálogo com Viana, o poder não residiria apenas no senhor do engenho, mas no sistema de relações, isto é, um conjunto de relações que possibilitaram o estabelecimento do poder fundiário no país. A fim de ilustrar esse sistema, elaborou o esquema evidenciado na Figura 10:

Figura 10 - Arquivo Professor Brasil Pinheiro Machado. "Notas, apontamentos e Sugestões". 2 de outubro de 1967, p. 100.



No esquema acima, ele procurou esboçar o sistema de relações que o senhor do engenho controlava, desde o sistema jurídico, nas Câmaras Municipais, o sistema de lealdade e proteção, às relações do senhor e sua família para com os empregados e arrendatários, ou seja, não exclusiva ao senhor, como indivíduo. Por fim, colocava na base da estrutura o sistema

escravista, indicando-o como esteio da sociedade açucareira. Ele priorizava uma análise social, reconhecendo o conjunto de relações que se estabeleceram a partir dele.

Conforme observou Pinheiro Machado, o controle social está relacionado a um conjunto de dispositivos que visam a manutenção social, que se manifesta nos processos de socialização e internalização das normas sociais, que sob uma perspectiva sociológica poderia ser identificada nas ações dos indivíduos.

Ao analisar Freyre, Pinheiro Machado procurou apontar a sua contribuição para a historiografia brasileira, reconhecendo-o como referência para uma análise sócio histórica, desde a primeira edição de *Casa Grande & Senzala* (1934), até o livro *Ordem e Progresso* (1959). Freyre teria aprofundado e refinado sua metodologia de análise, visando o aprofundamento da análise da formação do sistema sociocultural brasileiro. Para Pinheiro Machado, outro mérito de Freyre era tratar de outros contextos da composição da História do Brasil, para além da História tradicional que se detinha nos acontecimentos políticos, como explanou:

À medida que se desenvolviam as pesquisas e a meditação sobre o material histórico-social que colhia, e à medida que as ciências sociais se desenvolviam em todo mundo, G. F., em edições sucessivas e em publicações paralelas, ia consolidando sua experiência, apurando os métodos e as técnicas de avaliação do material e, principalmente, dando uma precisão objetiva ao assunto (Pinheiro Machado, 2002, p. 35).

Nesta perspectiva, o livro *Ordem e Progresso* (1959) refletia o amadurecimento e refinamento dos métodos de Freyre para as Ciências Sociais, o que confirmava a sua contribuição como referência para os estudos dos sistemas sociais organizados na sociedade brasileira. Além disso, Freyre operava um deslocamento da problemática racial para a formação cultural, o que ao seu ver contribuiu para a história social do patriarcado brasileiro:

Não é, evidentemente, uma história do método tradicional. 'Há uma história – diz o autor – que não é só a de texto, mas é também sociológica, antropológica e psicológica não apenas em seus objetivos mas em suas técnicas, como em suas fontes'. O objeto dessa historiografia não é propriamente o acontecimento, mas as formas e os processos sociais, não como conceitos, mas como se manifestaram na realidade brasileira (Pinheiro Machado, 2002, p. 37).

Pinheiro Machado se interessava na renovação metodológica das ciências sociais, a partir de outras abordagens, para além do político e do econômico, enfoques que possibilitariam a compreensão das particularidades dos processos culturais no Brasil.

Na leitura que Pinheiro Machado fez da obra de Freyre, fica evidente a preocupação com o método histórico que, segundo ele, deveria partir da realidade social, não tomando os conceitos *a priori*. Isto é, a realidade não deveria ser apreendida apenas conceitualmente, mas a partir de uma investigação sociológica empírica, sem perder de vista a História do Brasil e suas mudanças socioculturais.

A formação da base da sociedade brasileira chegaria ao ápice no século XVIII. O sistema patriarcal teria sido um fator condicionante das mentalidades, dos costumes, valores e relações sociais no Brasil, esboçando um tipo específico de homem e mulher brasileiros, que, mesmo após a desestruturação da sociedade patriarcal e a organização da sociedade capitalista, persistia em muitas características residuais. De acordo com Pinheiro Machado:

O desenvolvimento histórico-social não pode ser periodizado em épocas cronológicas, nem localizado com precisão espacial em específicas regiões geográficas do Brasil. Deve ser compreendido como uma série de modelos históricos-sociais, caracterizados por sucessivos estágios culturais, cada vez mais próximos do estágio cultural europeu-ocidental de hoje. Este marca o tempo presente, como tempo social (Pinheiro Machado, 2002, p. 40).

Dito isso, para Pinheiro Machado seria indispensável analisar o sistema social que, segundo ele, seria o patriarcal. Assim, a contribuição de Freyre para a Historiografia seria a história social do patriarcado brasileiro:

Porque a sociedade brasileira se formou como uma sociedade fechada, sem contatos externos, sem coações governamentais, a estrutura do sistema patriarcal brasileiro teve um desenvolvimento auto-gerado que criou uma rotina social, econômica, mental, cultural, tendo a subordinar o indivíduo total dentro da estrutura (Pinheiro Machado, 2002, p. 52).

As categorias que mobilizou para a interpretação de Freyre foram: tempo social, espaço social, sistema e modelo. Pinheiro Machado realizou uma análise histórica da historiografia que o aproxima de autores como José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias. A expressão *história da historiografia*, segundo Guimarães (2011), foi utilizada pela primeira vez por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, em *Lições sobre a filosofia da história*, em que o filósofo alemão formulou três métodos para a escrita da história: original, reflexivo e filosófico. O método reflexivo, fazendo o conhecimento histórico voltar-se sobre si mesmo, conteria a categoria história crítica, como avaliação das narrativas dos historiadores e verificação de sua verdade e confiabilidade.

Assim, os grupos sociais podem estar em tempos sociais diferentes, que podem ser identificados nas instituições e grupos sociais. Em Freyre, o “espaço social” se refere à estrutura

patriarcal, que estaria presente em quase todas as regiões. Além disso, espaço social poderia ser compreendido como um conjunto de situações ligadas ao patriarcado, compreendidas em escala regional.

A história da historiografia foi por muito tempo tida como um campo de investigação com pouco crédito. Até o final do século XIX era vista como uma história eminentemente bibliográfica. Apenas no início do século XX, no bojo das tendências inauguradas por Benedetto Croce, pelo marxismo e pelo movimento dos *Annales*, evidencia-se a necessidade de reflexão em torno do ofício do historiador, acompanhando a transformação dos métodos históricos e dos diferentes modos ou paradigmas de escrita da história. Entre 1945 e 1946, Georges Lefebvre ministrou um curso de história da história na Sorbonne. No entanto, a disciplina só foi reconhecida formalmente pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas em 1980 (Guimarães, 2011).

Nessa perspectiva, além de definir métodos e técnicas, havia a necessidade de realização de análises críticas de obras, subsidiadas pelo novo regime de verdade (a)firmado na Universidade, que procurava se legitimar. Pinheiro Machado identificou a partir da leitura de Momigliano, que o processo de consolidação do método histórico era primordial para a história da historiografia:

Em 1950, a situação é diferente: academicamente falando, quase nada mudou em matéria de crítica das fontes. Os princípios firmados por Boeckl e Droysen ainda valem.

(...)

No conjunto, a técnica de pesquisa não difere essencialmente. Mas voltaram as interpretações *a priori* [sic] da história. Os marxistas, os racistas, os psicanalistas, os existencialistas, os teologistas trouxeram sua contribuição à construção *a priori* [sic] da história. A história não é mais predominantemente política e religiosa. As histórias das nacionalidades parece [sic] estarem fora de moda (Pinheiro Machado, 2002, p. 34).

O historiador procurava reafirmar alguns princípios básicos da ciência histórica, reiterando a importância das fontes para a análise do historiador, que, independentemente do método pudesse reafirmar a importância do documento na análise do historiador. Assim, ao citar o nome do alemão Johann Gustav Droysen, procurava reafirmar a história relacionado à história da historiografia.

Droysen, um dos principais nomes do historicismo, segundo Barros (2011), procurou definir os limites da historiografia, contrapondo-se ao Positivismo, reconhecendo a importância do historiador na produção do conhecimento histórico, bem como aprofundar a história

relacionado ao problema de pesquisa, isto é, analisando questões acerca da prática historiográfica (Barros, 2011).

Além do mais, significava reconhecer uma infinidade de objetos de estudo, sob diferentes abordagens.

Na sequência, Pinheiro Machado dialogou com José Honório Rodrigues a partir do livro “Teoria da História do Brasil”, segunda edição, publicada em 1957. Em sua análise, Rodrigues afirmava que a historiografia brasileira havia se desenvolvido a partir do processo de incorporação do regional ao nacional e de dilatação do nacional sobre o regional. Nesse sentido, ao analisar o texto de Rodrigues, é possível identificar a sua preocupação em torno das questões metodológicas da ciência histórica, abordando da historiografia positivista ao historicismo alemão no Brasil. O historiador deu ênfase à preocupação com a organização de arquivos para história do Brasil (Rodrigues, 1957).

A ciência histórica brasileira tentava naquele contexto dividir a história do Brasil em épocas, que deixava temas relacionados à história política, para desenvolver trabalhos a partir da história social e econômica, que, para Rodrigues, se destacariam os trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Para Pinheiro Machado, a análise freyreana dividiu a problemática em subtemas: “um quadro de referência”, “o modelo do patriarcado rural” e “o modelo do patriarcado urbano”. Percorrendo as reflexões dos cadernos, é possível identificar que a principal problemática investigada por Pinheiro Machado foi pensar o processo de desestruturação dos sistemas agrários, presentes no Brasil até o início do século XX, mas que estavam em processo de declínio e lenta mutação. Dito isso, procurou dialogar com autores que percorreram a mesma problemática: Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Ambos traziam uma abordagem histórico-social, procurando relacionar os diferentes elementos que compõem o sistema social, estabelecendo a partir das análises quais eram as proximidades e diferenciações verificadas nas pesquisas que vinha desenvolvendo.

Por fim, mencionamos que a preocupação de Pinheiro Machado pode estar relacionada a uma possível disputa memorial entre os intelectuais advindos de famílias de fazendeiros de gado dos Campos Gerais e os intelectuais oriundos de famílias ligadas à erva-mate: uma disputa pela hegemonia da memória histórica entre segmentos das classes dominantes. Entre os intelectuais paranaenses ligados às classes dominantes do mate estavam: Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo, Ermelino de Leão e Rocha Pombo. Amaral e Cairo estão entre os

fundadores da Universidade do Paraná³⁵, em 1912; o historiador Ruy Wachowicz, formado pela geração de Machado, chamou a UFPR de a “Universidade do Mate”. Os ervateiros também patrocinaram produções historiográficas, como o Movimento Paranista, do qual destacamos Romário Martins, também no início do século XX (L. Pereira, 1998). As disputas familiares entre os fazendeiros dos Campos Gerais e os proprietários de engenhos de erva-mate se estendiam ao campo político desde o século XIX. Como observou Alves (2014), mais de 96% dos deputados da província eram de famílias tradicionais, ora ligadas ao comércio de gado e ao tropeirismo, ora à produção ervateira.

Magnus Pereira (1996) atenta ao fato de que considerável parcela da burguesia fundiária dos Campos Gerais e a burguesia comerciante de Curitiba e litoral passou por um processo de transformação desde os meados do século XIX, tornando-se o que Pereira (1996) denominou de *burguesias letradas*. Estes muitas vezes monopolizaram cargos públicos e cargos de representatividade política desde a época da província³⁶.

Dito isso, é preciso reconhecer o lugar social de Pinheiro Machado como um intelectual em parte comprometido com a sua classe de origem, isto é, das famílias tradicionais paranaenses, que entre memórias afetivas, contradições, experiências acadêmicas, procurou conduzir e fundamentar a produção historiográfica na UFPR.

3.2 AS PARTICULARIDADES DA PESQUISA EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE: PREOCUPAÇÕES DO PROFESSOR E DO PESQUISADOR

Nesta seção apresento o processo de constituição do trabalho acadêmico a partir da relação entre pesquisa e ensino, bem como o aumento das demandas universitárias devido à institucionalização do campo acadêmico universitário. Analiso as anotações de Pinheiro Machado nos cadernos: *Notas para aulas (1960)*, *Notas e Apontamentos (1964-1973)* e a Ata

³⁵ A Universidade do Paraná foi fundada em 1912, organizadas através do sistema de faculdades independentes, possuía apenas cursos de caráter técnico-profissional, como Direito, Engenharia Civil, Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Comércio. Em 1938, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fomentada pelos intelectuais católicos que objetivavam formar uma elite dirigente para o Paraná e professores para o secundário e nível superior. A organização das faculdades em torno da Universidade do Paraná só aconteceu em 1945 e a sua federalização em 1950. Entre os intelectuais que participaram da organização da Universidade estavam: Brasil Pinheiro Machado (professor da Faculdade de Filosofia), Bento Munhoz da Rocha Netto (professor da Faculdade de Filosofia) e Erasto Gaertner (professor da Faculdade de Medicina). Sobre a organização da Universidade do Paraná ver: CAMPOS, Névio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade (1892-1950)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

³⁶ Sobre as relações das famílias paranaenses no poder, ver: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

de anamnese da constituição do Departamento de História UFPR de 1964, publicada em 2009 na Revista *História: Questões & Debates*.

A natureza da escrita da História aos poucos foi se modificando e Pinheiro Machado procurava a partir dela adequar seu trabalho como pesquisador e como professor do departamento de História, criado em 1959.

O historicismo alemão já vinha desde o século XIX refletindo sobre a natureza da escrita da História. É interessante notar como a historiografia alemã relacionava o trabalho do historiador ao do professor, como a historiografia francesa buscava reforçar a postura do historiador como um erudito (Bentivoglio, 2014).

Pinheiro Machado tornou-se docente universitário ainda no modelo catedrático, assumindo a cátedra de História do Brasil na Universidade do Paraná, em 1939. Ou seja, ele viveu diferentes fases da Universidade.

Durante o início do regime Republicano, o Paraná apoiou-se no Positivismo e no Anti-Clericalismo. A identidade paranaense ganhou expressão no movimento Simbolista no final século XIX, representado por de autores como: Dario Vellozo, Domingos do Nascimento, Emiliano Pernetá, Emílio de Menezes, Rocha Pombo, Romário Martins, entre outros. Nota-se que essa construção da identidade nacional foi alicerçada na construção de símbolos que identificassem a região, como o pinheiro do Paraná (*araucaria angustifolia*), bem como os elementos que compõem o próprio brasão do Estado³⁷.

No início do século XX, os intelectuais curitibanos reuniram-se no Movimento Paranista³⁸, apontando como a “produção do mate” remonta a emergência de uma elite ervateira em detrimento da elite campeira dos Campos Gerais. Segundo Cordova (2009), esta elite apoiava-se na intelectualidade local, visando produzir uma identidade que correspondesse aos interesses dessa nova classe, ou seja, como suporte ideológico.

O papel do Ensino Superior no Estado do Paraná, em consonância com as transformações educacionais do período, se transformara. Este deveria convergir para o processo de modernização da nação, no qual a Universidade do Paraná ocuparia um papel indispensável. Nesse momento, a Universidade tinha por objetivo ser um espaço de formação

³⁷ Sobre a geração Simbolista, ver: BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

³⁸ O movimento Paranista pode ser compreendido como forma do Paraná encontrar sua brasilidade, tomando a identidade do paranaense como “natural” vinculando-a às “especificidades regionais” e ao nacionalismo vigente (Pereira, 1996, p. 9). Sobre o Paranismo ver: PEREIRA, Luís F. L. **Paranismo, o Paraná inventado**: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

de professores e formadora de uma elite que pudesse dirigir o Estado do Paraná (Campos, 2001).

Durante o processo de federalização da Universidade do Paraná, que só se efetivou em 1950, o Ensino Superior paranaense passou por mudanças significativas. Em 1945, então mantida por grupos particulares, as Faculdades tinham como pretensão a formação técnico-profissional e a Faculdade de Filosofia destinava-se à formação de docentes para o ensino secundário. Em 1950, quando a Universidade do Paraná foi federalizada, o Estado passou a ser o organizador e mantenedor da instituição (Campos, 2001).

A Universidade do Paraná buscava consolidar um ideário de saber para formação das elites dirigentes, que, conhecedoras dos problemas da sociedade paranaense, deveria dispor dos conhecimentos técnicos necessários que pudessem efetivar o projeto de modernização do estado (Monteiro, 2009).

O departamento de História da UFPR foi desmembrado da Geografia em meados de 1959. Devido a isso, procurou aprofundar a organização de quadros conceituais que possibilitassem novos projetos de pesquisa. Apesar de temporalmente situado na primeira geração de professores da Universidade, Pinheiro Machado não se acomodou, procurando manter-se atualizado dos principais debates e renovações teórico-metodológicas nos campos da história, em particular, e das ciências sociais, em geral.

A primeira sessão do Seminário de História, realizado pelo recém-criado Departamento ocorreu em 23 de setembro de 1959. A ressonância desse compromisso assumido por Pinheiro Machado, na construção de referências conceituais e o uso de técnicas de análise pode ser identificada em diversas reflexões ao longo dos anos 60: “Essa é a minha hipótese [sic] explicativa: a temática da historiografia de um grupo social é a problemática que esse grupo viveu [...]” (Pinheiro Machado, 1966, p. 27).

A escolha da palavra *hipótese* parece demonstrar uma certa tensão de Pinheiro Machado nestes primeiros anos do estabelecimento do Departamento de História, bem como os vários pontos ao final dessa reflexão indicavam que essa questão foi percorrida e testada outras vezes, dada a sua apreensão. As últimas linhas do trecho acima citado evidenciam uma letra trêmula, o que indica uma certa agitação diante desse dilema. Por fim, inseriu uma observação em vermelho: “Nada feito”, o que revela que esta preocupação não parecia resolvida ou que não se deu por satisfeito.

Como é possível identificar no caderno de 1960, intitulado *Notas para aulas*, Pinheiro Machado precisava sanar outra questão: a relação entre o ensino e a pesquisa, buscando colocar

em prática as diretrizes deliberadas na organização do departamento, em 1959. No primeiro seminário, ele indicou quais atividades eram mais urgentes, como a leitura e o reconhecimento da historiografia elaborada pelo Paranismo, a organização de fontes e a proposição de projetos de pesquisa (Pinheiro Machado, 1960).

Compreendendo a particularidade da constituição das Universidades brasileiras e o processo de consolidação das ciências sociais no Paraná, percebemos que a produção acadêmica universitária se legitima graças ao interesse que as elites possuíam no projeto de modernização do Estado. O esforço dispensado por Pinheiro Machado era de conciliar o regional ao nacional, trabalhar as especificidades sem perder de vista a unidade nacional, bem como adquirir um espaço junto ao campo político.

Era mais fácil para os intelectuais encontrarem espaço junto às atividades do funcionalismo público, pois, a elite não era tão numerosa entre 1960 e 1970, facilitando o estreitamento das relações entre os intelectuais e o governo. A estratégia tinha como objetivo manter as atividades acadêmicas, obter apoio e financiamento em projetos de pesquisa, além do reconhecimento acadêmico. Conforme apontado por Vilhena, em estudo sobre os folcloristas, a partir do conceito de *intelectual regional*, a autonomia do campo intelectual em relação ao campo político era reduzida, devido ao fato destes dependerem de uma política local e regional, a partir de jogos de favores (Vilhena, 1997).

Os professores do Departamento de História procuravam colocar em prática um projeto de desenvolvimento e modernização, por meio da relação entre a Universidade e a política paranaense. A título de exemplo dessa relação destacam-se os seguintes professores da UFPR: Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen.

Pinheiro Machado é notadamente influenciado pela geo-história de Vidal de La Blache, apesar de não fazer menção ao autor, pode ter influenciado sua concepção de pesquisa ao procurar interpretar o processo de inserção do Brasil na economia capitalista e como o regional se inseriria no sistema nacional e global. Pierre Monbeig foi um dos autores que atualizou a influência de La Blache e esteve no Brasil na década de 1930, integrando a missão francesa que ajudou a organização do primeiro curso de História e Geografia na USP. Assim como La Blache, Monbeig adotou uma linha de pensamento que relacionava o regional ao processo de regionalização. A partir disso, visava compreender as relações homem-meio como dinâmicas, ou seja, históricas (Lira, 2017).

Pinheiro Machado mobilizou a memória dos viajantes, que constituem os primeiros relatos sobre a paisagem do Paraná e explica que estas memórias o inspiraram a olhar para as mesmas paisagens, mobilizando outros interesses e novas preocupações:

Como muitas outras vezes, atravessamos esses Campos Gerais com os olhos maravilhados pela beleza da paisagem. Cada vez mais achamos que Saint-Hilaire tinha razão: se tivesse existido um paraíso terrestre, a paisagem ideal para ele seria a dos Campos Gerais do Paraná (Pinheiro Machado, 1966, p. 22).

As pesquisas de Pinheiro Machado podem ser relacionadas às inquietações de uma memória afetiva, que ligava o historiador a um espaço geográfico, o “paraíso terrestre” aos olhos de Saint-Hilaire³⁹. Essa paisagem foi idealizada e mobilizada diversas vezes na narrativa de Pinheiro Machado, mas não sem antes construí-la como objeto que compunha a História do Paraná e que, por isso, precisava ser estudada por meio da pesquisa historiográfica, relação que também pode ser exemplificada em Fernand Braudel, no projeto de pesquisa intitulado inicialmente “Filipe II, a Espanha e o Mediterrâneo”. O trabalho tinha como objetivo confrontar as experiências humanas às particularidades geográficas, ou seja, compreender como os homens se relacionaram com a paisagem, aproximando a História das Ciências Sociais. O diálogo com a Geografia de Vidal de La Blache⁴⁰ aproximava a experiência humana ao meio ambiente (Rocha, 1995). Para Pinheiro Machado:

Os sistemas sociais estão em constante processo de institucionalização no espaço do presente. Mas esse processo tem o seu ponto de partida nas normas cristalizadas no passado e nos costumes institucionalizados às vezes num passado remoto. Normas e costumes que habitam o inconsciente coletivo e que se constituem em elementos de persistência, em obstáculos às transformações sociais, e que perduram pesando no subsolo do sistema social, naquela constante “dialética das durações” a que se refere Braudel (Pinheiro Machado, 1976).

A dialética das durações, com ênfase na longa duração das estruturas, seria uma das chaves do pensamento histórico de Braudel, mediante a relação estabelecida com a Geografia de Vidal de La Blache e por meio dessa o reconhecimento da multiplicidade dos tempos

³⁹ August de Saint-Hilaire foi um naturalista cronista francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, passando pelos estados do Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ele construiu uma narrativa mítica sobre a natureza do Paraná, em especial a dos Campos Gerais; uma construção discursiva que aparece como uma paisagem relacionada à invernagem de gado entre os séculos XVII e XVIII. Em seu livro *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, o naturalista descreveu as relações familiares, a população e a cultura regional. Estabeleceu algumas particularidades para o referido Paraná-tradicional (Curitiba, Campos Gerais, até a cidade de Castro), comparando-o com a Europa, devido ao clima e às semelhanças com sua terra natal na França. Ver: SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução de Regina Reis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

⁴⁰ Vidal de La Blache (1845-1918) compreendia a região na relação entre elementos físicos e naturais, partindo da ideia de uma individualidade geográfica, que seria estabelecida pelo homem na sua ação sobre a natureza. A perspectiva de La Blache analisava a escala regional (Haesbaert, 2014).

históricos, além da importância da escala espacial. A História, em Braudel, era movimento, e, em sua obra *O Mediterrâneo*, ele discutiu a Filosofia da História, na construção do conceito de um tempo geográfico, quase imóvel, constituído em três planos, o geográfico, o social e o individual, problema debatido em relação à antropologia de Claude Lévi-Strauss, a qual “anulava” o conceito de tempo histórico.

Em Pinheiro Machado, a preocupação na sistematização de conceitos, métodos e técnicas de pesquisa em História o acompanhava em suas viagens, como nas *Notas de viagem*, de 25 de janeiro de 1966, escritas no caderno de 1964 a 1973⁴¹. Nesta anotação, ele analisou o papel da Teoria na pesquisa em História:

A História do Paraná é a história da população que habita a região geográfica-administrativa [sic]. Mas a história de um grupo humano precisa de quadros conceituais por meio dos quais possa abordar sistematicamente o seu assunto. Todo o conhecimento deve ser estruturado.

Desses quadros conceituais é que pode surgir a temática. No tratamento dos temas dessa forma ordenados num quadro de referência [sic] conceitual, é que aparecem os problemas que o historiador deve resolver com base na pesquisa histórica (Pinheiro Machado, 1966, p. 22-23).

No trecho acima, na concepção de Machado, a ordenação dos elementos concretos de um determinado grupo social constitui o princípio e a partir dele faria um recorte temático na pesquisa histórica. Dito isso, colocou a seguinte questão: “[...] como é que o historiador escolhe os temas que compõe o seu assunto? Ou, o que é que legitimiza [sic] os temas que compõe, por exemplo, a História do Brasil, tradicionalmente?” (Pinheiro Machado, 1966, p. 24).

As preocupações teórico-metodológicas lhe acompanhariam ao longo da vida acadêmica, como pode ser identificado em outros cadernos do seu arquivo pessoal. Contudo, marcadamente influenciado por uma concepção positivista de ciência, Pinheiro Machado, em um diálogo consigo mesmo, apresentou uma certa relutância em reconhecer a presença da subjetividade na constituição dos problemas de pesquisa e, por isso, se questionava:

Afinal: toda a historia tem uma temática. Porque tem essa tematica e não outra tematica? [sic]

Com todas essas perguntas, perguntas tartamudeadas, estou tentando enunciar um problema, ou enunciar o problema (Pinheiro Machado, 1966, p. 25).

Para Pinheiro Machado, a saída para resolver o tal “problema” era dedicar-se ao estudo da metodologia e de referenciais teóricos, o que manifesta sua posição crítica e autocrítica em

⁴¹ É importante notar que Pinheiro Machado escrevia ao mesmo tempo em diversos cadernos, sobretudo no recorte temporal dos anos 60, momento em que se concentra a maior parte de suas atividades acadêmicas.

relação às escolhas efetuadas pelo historiador. Diante disso, buscava uma solução, pois, o uso da palavra “*tartamudear*”⁴², indica um certo embaraço, uma dificuldade para falar sobre isso. Ao dar ênfase ao problema que o historiador deveria responder, tentou ensaiar algumas respostas a essa reflexão:

Cada grupo humano, em épocas [sic] determinadas, enfrentou problemas determinados. Pensou sobre os problemas, agiu para resolvê-los. Classificou os problemas. Considerou uns mais importantes e prementes do que os outros. Um problema só é um problema quando ele é compreendido pelo grupo social que ele é um problema. Assim, cada grupo social em cada situação tem uma problemática [sic].

A problemática [sic] dos homens que viveram a história [sic] – é a temática dos historiadores que estudam a história (Pinheiro Machado, 1966, p. 26).

Neste ponto, evidencia a relação que o historiador estabelecia com o tempo presente, tentando corresponder aos anseios da sua contemporaneidade, em conformidade com suas experiências vividas e suas preocupações. Reconhecia que o problema de pesquisa era uma forma de o historiador externalizar suas inquietações diante dos problemas sociais que ele também experienciava.

A organização de objetos de pesquisa em História do Paraná e o desenvolvimento da metodologia, visavam conferir autenticidade e legitimidade à produção historiográfica paranaense, consolidando um conjunto de mecanismos que pudessem regular as práticas dos historiadores. Desse modo, como figura central na organização deste espaço acadêmico, Pinheiro Machado buscava testar os procedimentos, pois, precisava garantir um entendimento pleno dos recursos teórico-metodológicos que seriam apresentados aos estudantes. Esse processo visava assegurar que o campo acadêmico reconhecesse não somente a sua produção própria, mas a de todos os docentes e discentes do Departamento de História da UFPR, seus pares.

Na minha leitura, Pinheiro Machado sentia-se responsável pela primeira geração de professores, muito provavelmente por ter sido professor deles; tentava elaborar novos sentidos para estas relações que agora se configurariam não mais entre o professor e seus alunos, estudantes, mas entre colegas de profissão. O capital cultural e simbólico do historiador o colocava em uma posição diferenciada no campo, mesmo que mais tarde seus ex-alunos obtivessem mais titulação e até maior prestígio acadêmico do que o dele. Ademais, o seu

⁴² Tartamudear: falar com dificuldade, gaguejando, de forma atrapalhada. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/tartamudez>. Acesso em: 25 mar. 2023.

reconhecimento e prestígio pendiam entre a sua atuação como político, desembargador e professor da UFPR.

Restava a Pinheiro Machado atuar nos bastidores da produção acadêmica, assumindo cargos na gestão da Universidade, procurando garantir que os historiadores e historiadoras graduados pela UFPR tivessem uma formação fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da ciência histórica moderna, em diálogo interdisciplinar com as ciências sociais, mediante a formulação de problemas, métodos, possibilidades de pesquisa e conceitos que conduziriam às atividades acadêmicas.

Como enunciado por Hartog (2015), desde o final do século XIX a História ansiava pelo reconhecimento como ciência social. Qual relação os historiadores estabeleceriam com o passado? Como tomariam decisões e tratariam do seu passado? Como primeiro passo, Pinheiro Machado juntamente aos demais professores do departamento de História da UFPR, procurou definir o caminho da estruturação desse campo de produção:

1º) - O conceito de estrutura; 2º) - necessidade de reexame e estudo comparativo das fontes; 3º) - necessidade de um sistema de referências para a construção da História do Paraná; 4º) - necessidade de desenvolvimento de maiores pesquisas com bases em fontes primárias e consequente elaboração de monografias especializadas; 5º) - a contribuição que o emprego de novas técnicas metodológicas poderá trazer a ampliação dos conhecimentos de História do Paraná (Ata, 2009, p. 294).

Como explicitado por ele, o reexame das obras referenciais era primordial, o que hoje seria facilmente identificado com o “estado da arte”, isto é, identificando quais pesquisas já haviam sido desenvolvidas e quais ainda restavam ser feitas. Notadamente vinculado às orientações de João Ribeiro, o trabalho de erudição deveria ser mantido, o que indica que ao mesmo tempo que se apresentam rupturas com as tradições anteriores, possuem continuidades como na importância dada ao trabalho de pesquisa histórica (Rodrigues, 2013).

Os debates não ficaram restritos aos professores, mas podem ser identificados na proposição do I Congresso Brasileiro de Universitários de História, de 1960. Os estudantes reivindicavam maior relação da História com as demandas do tempo presente. As demandas objetivavam principalmente a cátedra de História do Brasil, de História Moderna e Contemporânea (Ferreira, 2013).

Após o golpe militar, o Ministério da Educação realizou modernizações nas universidades, tentando conter a insatisfação do movimento estudantil, sem obter êxito. Com a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, as Universidades foram alvo de perseguições, prisões e cassações de professores. Além disso, as divergências teóricas começaram a se colocar

entre professores e acadêmicos. As tensões se apresentavam no posicionamento ideológico diante dos encaminhamentos do regime militar e o interesse teórico dos acadêmicos na leitura de autores marxistas, como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré (Ferreira, 2013).

Pinheiro Machado procurava dar sentido às novas exigências de seu presente;   medida em que avançamos na leitura dos cadernos, foi possível identificar outros dilemas, desde a sua tomada de consciência como historiador, até os limites entre a produ o historiográfica universitária e a produzida em outros pelos espaços letrados. O historiador ainda estava se adaptando às novas exigências da Universidade, provavelmente sem tempo para se dedicar às suas pesquisas, tomado pelos compromissos com a docência no Ensino Superior. Diante disso, buscou reforçar seu marco zero, lembrar a si mesmo dos motivos que o levavam a dedicar seu tempo   História:

Qualquer questão científica é uma questão de conhecimento da realidade que nos envolve. A história nos interessa não como uma ciência, mas como a história de alguma coisa real. O que procuramos e o de que temos sede [sic]   do conhecimento da realidade e não de como se conhece a realidade (Pinheiro Machado, 1967, p. 106).

Pelo que indicam as fontes, o tempo que Pinheiro Machado estava dedicando aos estudos de teoria e metodologia e a própria organiza o da disciplina lhe fadigava; e, diante disso, procurava relembrar o que o movia em dire o à pesquisa. A necessidade de informar-se das diferentes formas de produ o do conhecimento histórico, lhe deixava cada vez mais distante de suas pesquisas e isso se intensificaria no início da década de 1970, a partir da cria o do Programa de Pós-Gradua o em História. Visto como um indivíduo proveniente das classes dominantes do Paraná, possuía outras possibilidades para além da carreira docente, como a carreira política ou a atua o como jurista⁴³.

Ao refletir sobre o interesse do historiador pela apreensão da realidade e não sobre os procedimentos adotados na compreensão dessa mesma realidade, indica que a epistemologia não era uma área de seu interesse, mas antes de tudo uma necessidade do ofício pragmático do historiador. Tendo isso em vista, procurava testar sua capacidade teórico-metodológica, demonstrando que a sua preocupa o também envolvia o campo acadêmico, com o qual precisaria se corresponder.

O caderno referido acima fornece indícios do percurso da pesquisa em História para Pinheiro Machado, na elabora o do projeto, hipóteses e de métodos de análise que deveriam partir da realidade factual, não de doutrinas. Ou seja, para Pinheiro Machado, o historiador

⁴³ Ver Memorial do Ministério Público do Paraná. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/memorial>. Acesso em: 23 abr. 2024.

poderia relacionar as fontes do período proposto e identificar práticas. O autor critica a metodologia que vinha sendo empregada nas pesquisas em História:

Os historiadores do mercantilismo se preocupam mais com a história das ideias do tempo do mercantilismo. Aqui no meu caso, isso não vale. E não vale por isto: por exemplo, Portugal não tem nem teóricos do mercantilismo que, na época mesmo do mercantilismo, como os ingleses e franceses, tivessem debatido ideias e práticas, e nem historiadores econômicos (há exceção, sim, mas muito magra). Então, como estudar o mercantilismo português? Como ele foi na realidade histórica? Mas como? Em primeiro lugar, catalogar as medidas governamentais referentes ao comércio internacional, ordenados pelo governo português durante a era mercantilista (Pinheiro Machado, 1960, p. 19, grifo do autor).

O trecho acima evidencia o processo de organização do trabalho historiográfico de Machado, que, entre leituras e críticas, buscava definir o caminho da pesquisa, a partir das escolhas metodológicas, análise de fontes primárias e aprofundamento de referências teóricas que embasassem suas reflexões. Novamente, ele se preocupa com as generalizações teóricas acerca da História do Brasil, além de apresentar uma crítica à historiografia ao salientar que muitos pesquisadores reproduziam determinados discursos, sem confrontá-los com outros estudos ou outras fontes.

Desde o final dos anos 50, José Honório Rodrigues pontuava quais seriam as novas exigências do ofício do historiador. Para ele, a História deveria corresponder às transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial e sugeria a necessidade de superação da História factual, a partir da proposição de uma história teórica, que aproximaria o passado e o presente, mas que não deveria estar restrita somente ao campo acadêmico (Rodrigues, 1965).

Para Pinheiro Machado, o conhecimento histórico deveria ser um conhecimento objetivo da realidade, pois, segundo ele, a História não se valeria de fundamentações ideológicas⁴⁴. Neste âmbito, fica evidente a concepção de ciência histórica para Machado, neutra e objetiva, que não se fundamentava em “doutrinas” e “doutrinações”. O caminho escolhido por ele diante de alguns recursos teóricos que ele denominou de “doutrinadores” seria o de afirmar uma ciência histórica neutra. Ele procurou não nomear quais seriam as perspectivas doutrinadoras, mas podemos deduzir que pode ter sido um recurso linguístico caso fosse investigado pela censura, dado à especificidade do cenário político brasileiro entre 1960 e 1970.

No relatório do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, de 1964, e mesmo na Ata de anamnese da organização do Departamento, os professores não

⁴⁴ Essa discussão será retomada no item 3.3 intitulado “Pinheiro Machado: Exercícios Teórico-Metodológicos e a Geohistória”.

mencionaram o golpe militar de 1964, mas procuraram ressaltar as atividades acadêmicas desenvolvidas no período (Ata, 2009).

Conforme orienta Orlandi (2013), o silenciamento pode indicar um recuo diante da realidade imposta, pois, entre o dizer e o não-dizer temos várias possibilidades de posicionamentos e significações. Conforme observamos em outros trabalhos de historiadores paranaenses ao longo dos anos 60, as pesquisas se detinham em períodos recuados, com exceção da pesquisa *Campos Gerais: estruturas agrárias*, orientada por Pinheiro Machado e Balhana, na qual buscaram compreender a integração econômica de uma determinada região do Paraná após a chegada de colonos menonitas nos anos 1950⁴⁵.

A História poderia ser vista como uma disciplina perigosa, o que pode ser verificado na organização das disciplinas que seriam ministradas pelo corpo docente, e, assim, os docentes da Universidade do Paraná não correriam riscos e garantiriam a autonomia da disciplina universitária. Como observado por Ferreira (2013, p. 77), logo no início da ditadura militar foi instaurada uma comissão de investigação para apurar possíveis “infiltrações comunistas” nas universidades.

Para além das influências do historicismo e da metodologia weberiana, que analiso mais adiante, esta aversão a uma História “ideológica” pode ser entendida como um posicionamento do historiador em meio à Ditadura Militar. Então, qual seria o papel da História diante das mudanças que se operavam nos anos 70? Segundo ele, era necessário que uma produção de História do Brasil pensasse as ações do Estado brasileiro entre o Império e a República, buscando compreender como as forças políticas concorrem, declinam, mudam e até mesmo desaparecem. Um Estado que pudesse ser estudado a partir das ações concretas dos indivíduos. De acordo com ele:

Penso que a História da República deve ter uma metodologia que, num primeiro momento pelo menos, esqueça as ‘ideologias’ dos historiadores de hoje, para se ater aos fatos e analisá-los. [sic]

Classes sociais e grupos de interesse que não desenvolveram ação política visando o poder político, não tem qualquer valor na história concreta, mas apenas na cabeça de certos escritores.

Só quando essas classes sociais ou esses grupos de interesse ‘amadurecem’ e sentem necessidade de agir, organizando-se, em relação ao poder político, é que passam a ter existência na história [sic] (Pinheiro Machado, 1969, p. 352).

⁴⁵ Os colonos de Witmarsum eram refugiados da Rússia e inicialmente optaram pelo Rio Grande do Sul, no entanto, devido aos preços elevados das terras superiores, decidiram migrar ao Paraná. Porém, devido ao crescimento urbano e as dificuldades decidiram migrar. Na procura de terras, inicialmente optaram pelo Rio Grande do Sul, no entanto, devido aos preços superiores, decidiram migrar ao Paraná. Em 1951 chegavam os primeiros colonos à sede da antiga fazenda Cancela, nas proximidades da cidade de Palmeira – Paraná. Essa fixação foi problematizada no projeto de pesquisa multidisciplinar coordenado por Machado e Balhana nos anos 60 (Almeida, 2016, p. 95-96).

A resposta de Pinheiro Machado era de que o historiador deveria se ater aos fatos e analisá-los. Contudo, como apontei em outros momentos, isso partiria de um recorte, temático e de interesses, além do arrolamento de fontes documentais. Para ele, as classes sociais que não desenvolvem ações concretas no campo político, não possuiriam valor, apenas adquiriam esse valor para compor a análise de certos cientistas.

Não se pode perder de vista que os institutos estaduais se configuraram como instituições distintas do IHGB, pois, além de diferentes formas de se escrever História, se modificaram ao longo do tempo, assim como os membros eram indiferenciados. Outro elemento importante é reconhecer a importância do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná na criação tanto da Faculdade de Filosofia, quanto do curso de graduação em História da UFPR. Os professores da UFPR eram membros assíduos do instituto paranaense, reconhecendo sua importância como precursores da pesquisa em História do Paraná.

Nesse contexto, conforme observado por Ferreira (2013), alguns cursos de História procuravam formar profissionais para o ensino básico. Assim como é observado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), as atividades de pesquisa envolviam os professores e não os estudantes. Neste ponto, mesmo diante do cenário desfavorável à pesquisa, entre a tarefa de professor e a de pesquisador, Pinheiro Machado se sentia mais realizado com a última. Ela seria legitimada como uma necessidade do ofício de professor universitário. No entanto, ao aprofundar os critérios metodológicos do conhecimento, ele podia exercer a atividade como pesquisador.

De acordo com Rodrigues (1965), entre as demandas que se colocavam aos historiadores nos anos 60, era a de elaborar quadros de reflexão que servissem de orientação para os historiadores no futuro e recomendava algumas diretrizes: 1º) a teorização da disciplina; 2º) a elaboração de sínteses que pudessem ser lidas para além da academia; 3º) a organização de centros de pesquisa em História e, por fim, reformar o ensino superior para que conhecessem a organização das culturas não-europeias.

A passagem do homem de letras ao pesquisador profissional lhe exigia tais reflexões e posicionamentos, pois Pinheiro Machado tornou-se pesquisador ao mesmo tempo em que precisou ajudar a definir o campo, sistematizar o ofício e, estreitar relações com outros centros de produção acadêmica. As tarefas relacionadas às demandas do campo acadêmico, provavelmente lhe geravam certa angústia.

Como pode ser identificado no trecho a seguir, do caderno Sugestões:

O meu problema de professor, no momento, é o de descobrir, não, procurar um caminho para fundamentar de maneira mais realista o processo de história da industrialização no Brasil. Acontece que sou orientador de alguns alunos de mestrado em história, cujas dissertações tem como objeto a historia de uma industria particular, no Paraná. São muitas dissertações, e a sua feitura consiste apenas no levantamento de dados quantitativos para organização de séries. Aplicação mecanica dos canones da historia serial dos franceses (Pinheiro Machado, 1976).

Pois, além de suas próprias pesquisas precisaria conciliar as aulas na graduação e pós-graduação, a orientação de dissertações, acompanhar as discussões que eles propunham nos trabalhos. O método da história quantitativa havia se consolidado na UFPR, o que implicava na construção de séries documentais, que conseqüentemente acarretava em uma grande quantidade de fontes para análise.

Pinheiro Machado evidencia que na sua perspectiva, um trabalho de fôlego requeria mais tempo e profundidade, no entanto, os objetos de pesquisa estavam cada vez mais delimitados:

Mas como historiador, tenho sentido insuficiencia nesse metodo para o estudo da industrialização no Brasil, principalmente porque o metodo é dificil de ser aplicado em termos de pesquisa, como as dos meus alunos que se referem ao estudo de uma indústria particular num determinado tempo, tudo geralmente sobre a influencia da ‘escola francesa’, tipo historia quantitativa ou historia serial (Pinheiro Machado, 1976).

Desta maneira ele estivesse receoso de que a metodologia empregada nos estudos historiográficos estava demasiadamente quantitativa, particularizando demais o objeto de estudo, ao mesmo tempo que tentavam recorrer a processos complexos como “industrialização” e “capitalismo”. Na continuidade do pensamento, recorreu ao “Verbete Industrialism da Encyclopedia of Social Sciences, assinado pelo economista George Douglas Howard Colle⁴⁶, Pois, na sua avaliação:

O que pertence á história, seja qual o método que se adote, é a determinação das formas da atividade industrial num certo grupo humano, num determinado lugar e num determinado tempo. Usando linguagem hegeliana, poderíamos dizer que o mediador entre o homem e sua atividade industrial é o instrumental, isto é, a técnica que possa desenvolver. A tecnica ou a tecnologia, constitui também o limite da atividade industrial (Pinheiro Machado, 1976).

Ou seja, o historiador se contrapunha à abordagem quantitativa para análise econômica, que procurava associar-se a uma concepção generalista do desenvolvimento econômico que configuraria o chamado “capitalismo”. Pois, para ele o historiador poderia historicizar o processo de organização do trabalho, a transformação da natureza e o aperfeiçoamento de

⁴⁶ George Howard Colle (1889-1959) foi um historiador inglês, ligado ao movimento Socialista Disponível em: **Modernist Journals | Cole, G. D. H. (George Douglas Howard) (1889-1959)**. Modjourn.org. Disponível em: <https://modjourn.org/biography/cole-g-d-h-george-douglas-howard-1889-1959/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

técnicas. Ao empregar esta abordagem, Pinheiro Machado argumenta: “Por fim, todas as sociedades humanas conhecidas por antropólogos e historiadores, no passado e no presente, desenvolveu essa atividade de transformação de objetos da natureza. Nós, podemos construir um “tipo-ideal” que é o artesanato” (Pinheiro Machado, 1976).

Ao acompanhar o desenvolvimento do trabalho acadêmico, não poderia perder de vista a legitimidade da historiografia. Reconhecia que o objeto de pesquisa do historiador era compartilhado pelas ciências humanas, por isso deu atenção à pesquisa em história. Pinheiro Machado se aproximou do que havia de mais atual em produção historiográfica. Foi leitor de revistas acadêmicas latino-americanas, internacionais e transnacionais como a *Hispanic American Historical Review*, a *Economia y Sociedad* e os *Comparatives Studies in Society and History*. Dito isso, não se tratava apenas de aprofundar suas bases teóricas, mas também de comparar o desenvolvimento brasileiro aos países da América Latina, pós Peronismo, Vargasismo e o Socialismo na Revolução Cubana (1959).

Em suas *Notas de viagem*, em janeiro de 1966, Pinheiro Machado relatou algumas preocupações:

Tratava-se de uma viagem pelos Campos Gerais, passando por Ponta Grossa, até Telêmaco Borba, Londrina, Ibiporã, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu, Guarapuava (entre 16 e 23 de janeiro).

As observações que aqui são feitas são observações de um historiador, um professor de História que se tem dedicado à História do Paraná. São, portanto, notas de viagem, orientadas no sentido de ‘ver’ a história de um povo, história que está se processando (Pinheiro Machado, 1966, p. 21).

A preocupação do historiador em ver e compreender a “história de um povo”, significava entender como se constituiu a sua própria história. Ao afirmar que as anotações foram elaboradas pelo “historiador e professor”, Pinheiro Machado demonstrava que o seu olhar para a composição da História do Paraná, como preocupação acadêmica, o instigava a observar de perto as mudanças que se operavam no estado e em sua população no seu povo. A sua identidade, constituída entre o historiador e o professor, ilustra como ele se deslocava constantemente de um polo ao outro. Para garantir que o programa de pesquisas em História do Paraná fosse desenvolvido, precisava indicar fontes, orientar projetos, enfim, acompanhar as urgentes demandas do ofício. Para tanto, realizou diversos exercícios teórico-metodológicos que pudessem atestar que o conhecimento histórico produzido na UFPR seguia orientações científicas e não “doutrinações ideológicas”.

Como observou José Honório Rodrigues (1965), o que um historiador pode oferecer à sua geração?

Como dar conta das angústias do presente em relação à organização do próprio ofício? O futuro que se colocava como possibilidade não se assemelhava ao passado. O presente, acelerado, colocava sobre tensão as experiências até então vividas como necessária à compreensão do futuro. Os métodos e técnicas das ciências humanas estavam sendo cada vez mais incorporados pela História. Pinheiro Machado não era contrário a essas aproximações, apenas desejava reconhecer e apontar os limites.

3.3 PINHEIRO MACHADO: EXERCÍCIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E A GEO-HISTÓRIA

Nesta seção, analisarei os exercícios teóricos de Pinheiro Machado como historiador em questão. Busco demonstrar de que modo ele relacionava conceitos e testava os limites de determinadas formulações teórico-conceituais. O autor visava reafirmar a concepção da História como ciência neutra, aproximando-se de algumas premissas do Positivismo e do historicismo, sem falar na sociologia de matriz weberiana. As fontes utilizadas constam nos cadernos *Notas e apontamentos* (1964-1973) e *Tradição e modernidade numa perspectiva de desenvolvimento* (1971-1975).

Um dos recursos utilizados por ele era estabelecer diálogos e pode ser que os exercícios aqui expostos fossem uma forma de transpor didaticamente os pressupostos teóricos e metodológicos do conhecimento histórico. Em vista disso, Pinheiro Machado construiu um diálogo hipotético entre dois personagens, que ele denominou de A e B, estratégia utilizada por ele em outros momentos neste mesmo caderno. No trecho reproduzido abaixo, ele explica a respeito da observação e da natureza de uma laranja, tentando comparar o conhecimento científico ao conhecimento do senso comum:

A – Então vejamos. Pelos conhecimentos e critérios do ‘senso comum’, nós poderíamos primeiro examinar o aspecto visível. Digamos: a semente da laranja tem uma forma pela qual, dada nossa experiência, nós logo a identificamos como semente de laranja. Tem uma cor característica. Essa forma e essa cor fazem parte da ‘natureza’ da semente da laranja? Parece que sim, na nossa crença. Se o geneticista obtiver uma laranja com forma redonda e de cor preta, por exemplo, nós não reconheceríamos como semente de laranja, se não nos provassem. Ofenderia o nosso ‘senso comum’. Iria nos parecer contra a natureza.

B – É possível. Mas atente a isso. O nosso ‘senso comum’, como estamos encarando nesta conversinha, agora, está baseado em certos conhecimentos científicos, isto é, não de senso comum, como Descartes pensava no seu tempo. É que certos conhecimentos científicos se vulgarizaram desde o tempo de Descartes até hoje, e o nosso ‘senso comum’ de agora não é o mesmo ‘senso comum’ do tempo de Descartes.

A – E o que tem isso com o nosso assunto? Não desvie a discussão para as linhas laterais ...

B – Tem muito a ver, sim senhor, pois que, como estamos vendo, o ‘senso comum’ não é comum, isto é, não é o mesmo para as gerações antigas, não é o mesmo para culturas diferentes (Pinheiro Machado, 1971, p. 257).

No trecho supracitado, Pinheiro Machado trouxe uma acepção do método, exemplificando como se organizam determinados procedimentos de análise dos fenômenos, através da formulação de hipótese, da observação, da contextualização para a compreensão e a aplicação das teorias sociais. Deixa transparecer uma certa preocupação com a possibilidade de “vulgarização” de certos conhecimentos, tomados sem a devida reflexão.

A respeito da natureza da produção científica, Pinheiro Machado a entendia como um conhecimento objetivo. Ao discorrer sobre os estudos desenvolvidos nos anos 60 sobre o capitalismo, Pinheiro Machado afirmou:

Ora, os estudos sobre o capitalismo se desenvolvem atualmente em dois níveis: o teórico e o histórico [sic].

Naturalmente, o desenvolvimento dos estudos nesses dois níveis está infestado de fundamentações ideológicas, reveladas hoje, na indisfarçada e voluntária participação do escritor no escrito. Noutras palavras, estes estudos estão baseados em doutrinas e doutrinações (Pinheiro Machado, 1971, p. 273).

Tendo em vista essa afirmação, havia, para ele, uma cisão entre os conhecimentos produzidos: históricos e teóricos, pois, os históricos não se valeriam de fundamentações ideológicas e não trataria de “doutrinas” e “doutrinações”. Nesse ponto, ao desqualificá-las como “ideológicas”, questionava o caráter científico de algumas análises elaboradas no mesmo contexto. Ao seu ver, ao historiador restava interpretar a realidade social. Assim, o caminho escolhido por ele diante dessas “doutrinações”, seria o de afirmar uma ciência histórica objetiva.

Em um outro texto, de 1972, Pinheiro Machado voltou a utilizar o recurso da discussão e aprofundamento teóricos mediada pelo diálogo entre os personagens A e B. No entanto, neste trecho ele não deixou evidente se fazia parte de um plano de aula, mas explicitou uma preocupação em constantemente revisitar conceitos e teorias, mesmo que suficientemente trabalhadas por ele, para verificar possíveis lacunas. Esta recorrência evidencia a preocupação de Machado em historicizar o pensamento, antes de categorizá-lo, relacionando conhecimento objetivo *versus* crítica do conhecimento. A respeito da relação entre teoria e o conhecimento histórico, recomendava:

De modo que, todas as nossas considerações giram em torno dessa esfera do conhecimento, temos que trazer para a arena do debate os conceitos usados por essa

gente que inventou a palavra ‘coisificação’ (no sentido da problemática de nossos dias e não na velha palavra de hipóstase.) (Pinheiro Machado, 1972, p. 290).

Ponderamos que neste trecho o historiador demonstrou um certo temor pelos rumos que a produção do conhecimento estava tomando, pois Pinheiro Machado, ao longo de suas divagações, deixava evidente uma tradição intelectual bastante erudita, com forte diálogo com a Filosofia e a Sociologia. Assim, os rumos da “nova” ciência, que se colocavam diante dele, indicavam uma formação mais compartimentada, era o tempo dos especialistas, que ele buscava compreender antes de criticar. No caso do conceito de reificação:

É um falso conhecimento. Mas não para mim e nem para todo mundo. É um falso conhecimento para um determinado grupo de pensadores, que deduzem a falsidade do conhecimento das próprias premissas que eles próprios escolheram, dentro dum contexto que eles próprios ornaram (Pinheiro Machado, 1972, p. 291).

De acordo com o *Dicionário de Filosofia*, de Abbagnano (1971), o conceito de reificação advém da tradição marxista, no qual o trabalho se torna um atributo, uma mercadoria, ou seja, a objetificação do trabalho. Pinheiro Machado procurava alertar para o perigo das generalizações e do conhecimento superficial. A saída apontada por ele para evitar esses falsos conhecimentos, era aprofundar a epistemologia da História, novamente utilizando o recurso do diálogo entre os personagens A e B:

B- um momento! Essa filosofiazinha está ficando muito complicada. Mas me deixa interpreta-la com minhas palavras. O que você quer dizer, ou melhor onde você chegará com ela, será o seguinte esquema: o conhecimento é uma operação de consciência por meio do pensamento; cada uma dessas operações termina cristalizando um produto que é o que você, à maneira dos linguistas, está chamando de epistema; toda a consciência produz uma infinidade de epistemas. Depois, o pensamento, em vez de se dirigir para as ‘coisas’ externas à consciência, fica ricocheteando de epistema em epistema e construindo teorias e explicações não mais com base na realidade externa a ser explicada, mas com base na multidão de epistemas cristalizados dentro da própria consciência (Pinheiro Machado, 1972, p. 292).

Em outros termos, o historiador advertia para os perigos da teoria tomada por ela mesma, pois, o conhecimento, como operação da consciência, deveria ser relacionado a outros conhecimentos e a realidade não podia ser reduzida à teoria. Assim, defendia um conhecimento que partisse do contexto, ao invés de ficar “ricocheteando” entre teorias e conceitos, ou seja, também se tratava de um problema disciplinar.

Essa preocupação está relacionada com a formação dos historiadores, que poderiam fazer parte de disciplinas de teoria e metodologia. Como observado por Janotti (2018), o estudo da historiografia compreende o confronto entre as tentativas de explicação das sociedades e a definição de uma identidade para a produção. O conhecimento histórico não é um processo

mecânico, mas é mediado pelas posições ideológicas dos historiadores e a preocupação com a formação de um saber.

Entre os anos 60 e 70 observa-se diferentes estudos que procuravam entender o porquê do insucesso da revolução burguesa no Brasil. Entre eles destacam-se Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Raimundo Faoro. Somado a isso, ainda se verifica o desenvolvimento do projeto *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB)⁴⁷, dirigido por Sérgio Buarque de Holanda, o qual procurava construir uma identidade para a cultura brasileira, ao mesmo tempo que reivindicava uma dada interpretação, procurando estabelecer as diretrizes de como se deveria escrever a História do Brasil, definindo periodizações e concepções metodológicas (Venâncio; Furtado, 2013).

Ao longo dos cadernos, Pinheiro Machado não menciona Holanda, tampouco outro nome do pensamento social brasileiro, Caio Prado Júnior. Mesmo que possuam interpretações divergentes, ao tratarem os problemas do presente, ambos os autores se assemelhavam quanto à abordagem histórico-social. Ademais, abriam espaço para a discussão teórica e para a metodologia (Rodrigues, 1965).

Os anos 70 foram marcados por uma onda revisionista, a partir dos estudos monográficos. Nesse contexto, estudos de caso e abordagens interdisciplinares se multiplicaram em diferentes estados brasileiros. Conforme observado por Janotti (2018), as pesquisas históricas buscavam atestar as novas teorias, procurando conferir às pesquisas maior caráter científico, bem como visavam superar as análises elaboradas pelos intérpretes do Brasil da década de 30.

Pinheiro Machado acompanhou dois contextos acadêmicos, com o sentimento de pertencer a duas eras: entre um passado que não está abolido ou esquecido, mas onipresente, e um futuro incerto. No plano profissional, em 1970, Pinheiro Machado estava em crise, diante da possibilidade de não compreender o futuro acadêmico, um entremeio de coisas que já não podem ser e de coisas que viriam a ser.

Procurando responder isso, se dedicou ao aprofundamento das orientações teórico-metodológicas da História, porém, ao rejeitar uma tradição historiográfica, se posicionava de forma crítica e cuidadosa, buscando apresentar as fragilidades de determinadas proposições,

⁴⁷ A História Geral da Civilização Brasileira (HGCB) foi inicialmente dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e mais tarde por Bóris Fausto. A coletânea foi publicada em 17 volumes que contaram com diferentes autores, trataram a História do Brasil a partir de uma ordem cronológica. Sobre isso ver: VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasília & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972)*. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.

nesse caso em particular, a marxista, demarcando teoricamente suas escolhas metodológicas. Para o historiador, era preciso antes de tudo assumir uma posição diante dessas transformações disciplinares, mas com clareza e levando em consideração a natureza e as particularidades. Essa problemática epistemológica continuou sendo analisada em abril de 1972:

Mas de tudo que conversamos, e enquanto o pensamento ia percorrendo caminhos sem rumo como um busca-pé jogado a esmo e sem alvo nem compromisso – uma sensação me ficou marcada no espírito: na teoria do conhecimento o que procuramos não é a certeza lógica do conhecimento, mas uma base lógica dos compromissos que estamos querendo assumir. Queremos assumir uma posição. Uma posição em face do mundo que vivemos. E esse mundo que vivemos nos oferece vários caminhos (Pinheiro Machado, 1972, p. 294-295).

Segundo Pinheiro Machado, a tomada de decisão nem sempre é lógica, mas um ato de vontade, orientada por uma base sólida sob a qual os historiadores desenvolveriam suas análises, que exigia dele um posicionamento. Não fica claro o que ele estava precisando decidir nesse contexto, mas lhe trazia uma certa angústia e um certo medo de arrependimento. Após alguns dias ele chegara a uma conclusão: “É a de que a consciencia conhecedora não é a mesma em todos os atos de conhecimento. Isso é uma ideia hegeliana e não faz mal. A ideia é de que a consciencia é histórica. Primeiro, no princípio dos tempos, a consciência é ingênua” (Pinheiro Machado, 1972, p. 296).

O historiador reconhecia que a sua concepção de História que havia sido tecida em outros tempos, mas que diante da maturidade não era mais ingênua. Talvez parte desse exame de consciência tenha sido provocado no momento de organização do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, em 1972. Pinheiro Machado pretendia ter clareza dos objetivos a serem percorridos na academicização desse novo nível acadêmico. Não podia ser apenas uma continuidade do curso de graduação, mas um aprofundamento dos componentes teóricos e metodológicos que compunham a disciplina.

A partir da leitura de Wilhelm Friedrich Hegel⁴⁸, Pinheiro Machado aprofundou a sua análise em Teoria da História. Hegel, em a *Fenomenologia do espírito*, buscava superar a separação entre sujeito e objeto. Entre as contribuições de Hegel para a teoria da História está compreender se a História, além da pesquisa, possui um sentido. Além disso, conforme descrito por Hegel, a escrita da História pode ser feita de três formas: a primeira chamada de original, seria escrita por intermédio de fatos vividos ou testemunhos; a segunda, a reflexiva, ultrapassa

⁴⁸ Georg Wilhelm Friedrich Hegel pertenceu ao chamado idealismo alemão, juntamente a Johann Fichte e Friedrich Schelling. Conforme Mauad, Grinberg e Caldas (2010), a contribuição de Hegel para a metodologia da História é imensurável.

a temporalidade em que o historiador escreve; e por fim, a filosófica, na qual nenhum evento pode ser compreendido sem relação a uma totalidade. Hegel era um filósofo de tradição cristã e contribuiu para a aceitação de História de Pinheiro Machado, ao relacionar conhecimento histórico e razão.

No processo da consciência, o sujeito se encaminharia para a elaboração de um conhecimento verdadeiro. Para Hegel, é necessário investigar a verdade do saber, no movimento entre consciência (saber em si) e do saber do objeto (o ser para nós); nisso consistia a experiência da consciência, entre a defesa da racionalidade e um *telos*. A História, orientada pela razão, alcançaria a liberdade (Hegel, 1992).

Ao buscar em Hegel o embasamento para sua fundamentação teórica, Pinheiro Machado realizou um exercício que considerava parte do ofício do historiador: uma atividade reflexiva. Como processo de autoanálise, buscou limites para a produção do conhecimento, relacionando a objetividade e a subjetividade. A construção de um campo historiográfico na UFPR requeria conhecer profundamente os limites da historiografia.

Pinheiro Machado continuou aprofundando a relação entre teoria e o conhecimento histórico, momento em que participou de um Colóquio sobre História do Paraná, único texto nesse caderno em que ele examina questões de História Regional, o qual ele intitulou: *Sobre Historia e sobre métodos*, o que nos ajuda a compreender todo o percurso teórico-metodológico feito nos textos anteriores e dos embates acerca da produção do historiador:

No estado atual dos meus estudos sobre as comunidades históricas da história, brasileira, estou chegando a uma conclusão genérica de que nenhum desses grupos (grupos do açúcar, do gado no Nordeste, etc) chegou a ser um grupo auto-suficiente economicamente. Estou concluindo que a força mais penetrante da história brasileira foi o mercado. Isto significa dizer que todos os grupos que se formaram na história brasileira, formaram-se para fornecer ao mercado e, concomitantemente, comprar do mercado (Pinheiro Machado, 1972, p. 301-302)

O questionamento surgiu a partir do conceito de comunidade histórica, desenvolvido por ele, no qual reconhecia que a interdependência era uma característica presente no sistema de relações da economia brasileira. Diante do exposto, conseguimos identificar que parte das preocupações de Pinheiro Machado ao pesquisar os sistemas de produção da economia brasileira, estava em como conjugar a experiência histórica paranaense à História do Brasil. Segundo ele, o mercado seria dividido entre internacional e o mercado interno, este último como suporte da economia internacional. Essa dinâmica deu origem a grupos que ele denomina de ecológicos, que, mediante as relações econômicas, estabeleceram suas identidades regionais e organizaram a sociedade, conforme enuncia: “Enquanto esses grupos ecológicos contavam com

o mercado de abastecimento, fortaleciam sua organização, aprofundavam suas tradições e contavam com uma identidade que assegurava a estabilidade social” (Pinheiro Machado, 1972, p. 304-305).

No século XX, essas estruturas se desagregaram e, como em outros momentos, o texto do historiador também tentava, em alguma medida, traduzir os anseios das estruturas familiares tradicionais que se deterioravam no século XX, da desagregação das atividades pastoris, para a expansão capitalista. Nesse processo, ele não era apenas intérprete, mas também partícipe, como membro de família tradicional ligada aos negócios agropastoris desde o século XVIII.

Pinheiro Machado demonstrava uma certa angústia ao tratar dessa ruptura, de como compreender as novas organizações econômicas, políticas e sociais. Ele se via entre duas temporalidades, ora difusas, ora congruentes. Se colocava diante dele um tempo entremeado entre suas experiências pessoais (familiares, políticas) e profissionais, que exigiam dele um exercício crítico de reflexão, conforme percebemos no trecho abaixo:

Essa é uma fase dramática que se traduz num sentimento de frustração grupal, caracterizado por uma perda de status. Num nível que poderia dizer ‘literário’, eu acrescentaria que nessa fase dramática da frustração, que os indivíduos invocam com mais romantismo as velhas tradições, numa tentativa de reconstituir sua identidade partida (Pinheiro Machado, 1972, p. 305).

Dito isso, como traduzir em termos teóricos e metodológicos anseios particulares se a sociedade em que ele vivera estava em vias de desconstrução? Como se desvencilhar desse sentimento de “frustração”, enunciado por ele desde 1964, por uma decadência moral da classe à qual ele pertencia? Nesse momento, ele demonstrava uma tentativa de fugir de uma idealização romântica desse passado, que era parte substancial da sua identidade: tentava confrontá-lo a partir da historiografia. As identidades são apresentadas como construções flexíveis e complexas, mas pensadas como parte do cimento social, que, como observamos ao longo das reflexões desses quase dez anos de anotações, neste caderno, partiam de uma preocupação de Machado com o ordenamento social.

Ainda sobre o colóquio referido anteriormente, ele foi indagado por uma professora da Antropologia, que o questionou acerca das relações estabelecidas no seio das famílias tradicionais paranaenses. A respeito da situação comentou o seguinte:

Nesse ponto da exposição, uma professora de antropologia me perguntou se o grupo tinha organizado um sistema de relações de vizinhança. Eu respondi que sim e que, justamente isso é que lhe alicerçava o aspecto ecológico. Mas esse mesmo aspecto ecológico desaparece quando desaparece o mercado. Desaparece o sistema de relações de vizinhança. Há a dispersão.

Quando eu afirmava que esse grupo econômico-social-ecológico deteve a liderança política no sistema político-administrativo da Província do Paraná, no período

principal do Império, dois cultores negaram que a liderança política tivesse sido exercida pelo grupo da ‘família fazendeira’. Invocavam o seguinte: o grupo economicamente mais ativo, e que gerava a maior parte da renda da Província, inclusive a renda orçamentária, era a dos grupos produtores, industrializadores e exportadores de mate (Pinheiro Machado, 1972, p. 307).

O que podemos inferir sobre o exposto é que, apesar de toda bagagem historiográfica e do seu capital simbólico e cultural, Pinheiro Machado não estava imune a questionamentos de suas análises. Do excerto acima, podemos extrair alguns pontos:

- 1) a História paranaense estava sendo tratada por outras áreas do conhecimento, com outras problemáticas e aportes teóricos;
- 2) o peso das tradições e das memórias nas reflexões dele, ao responder sobre as relações de proximidade entre as classes dominantes, pois ele poderia ter mencionado as suas experiências, conforme fez em 1967, quando mencionou as tensões entre as famílias dos Campos Gerais, tanto diante da modernização como no caso da construção da estrada, mas também nas disputas das eleições municipais, temas dos quais era profundo conhecedor. Talvez tenha hesitado a partir do seu embasamento cientificista do conhecimento, no qual sua experiência poderia ter sido invalidada ou até mesmo colocada em xeque a sua produção fundada, segundo ele mesmo, na objetividade;
- 3) o principal questionamento não teria vindo de um pesquisador acadêmico, mas de pessoas que ele denominou de “cultores”. Em uma breve pesquisa no dicionário Michaelis, a palavra cultor se refere à “àquele que se dedica a determinado assunto, área de conhecimento ou personalidade”⁴⁹, o que podemos interpretar como uma forma de distanciamento entre os sujeitos naquela ocasião, como aqueles que não são especialistas, mas apenas eruditos que se interessariam pela História, para os quais ele não se esforçou em responder, apenas mencionou e deu por encerrada a questão.

As análises de Pinheiro Machado, por vezes, eram marcadas pelas memórias pessoais; no entanto, ele procurava construir sua argumentação em termos teórico-metodológicos, visando, assim, demonstrar uma forma impessoal de tratar a questão. A sua formação autodidata como pesquisador de História, ao que tudo indica, era muito exigente, provavelmente procurando se precaver dos questionamentos que pudesse receber como docente.

Na sequência desse caderno, ele tratou da História da Primeira República e nos primeiros parágrafos ele manifestou parte do processo de organização do seu trabalho docente ao organizar o curso de História do Brasil, que seria ministrado por ele no segundo semestre de

⁴⁹ Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultor/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

1972: “Propusemo-nos um levantamento da literatura sobre o assunto, para aprendermos a tematica [sic] adotada pelos estudiosos da materia [sic]. É grande o numero de estudos, feitos por historiadores, sociologos [sic], economistas, políticos, jornalistas, etc.” (Pinheiro Machado, 1972, p. 309).

Deste modo, é notório o esforço do historiador em organizar um programa de disciplina que dialogasse com as outras áreas de conhecimento. Admitia não ser um especialista em História do Brasil e, por isso, buscou entender quais eram as formas de explicação presentes na literatura selecionada. Nesse processo, explicitou que o historiador está sujeito a escolhas, desde o levantamento bibliográfico até a formulação do problema de pesquisa.

Diante disso, Machado procurou refletir sobre a organização política, econômica e social da História do Brasil, tanto como parte do exercício docente quanto para construir bases referenciais para interpretar a estrutura da sociedade, que se desenhava na segunda metade do século XX.

Nas anotações analisadas acima, percebemos que Pinheiro Machado não se contentava com estudos superficiais, então, muitas vezes em seus textos, recorria às mesmas problemáticas, como é observável nos títulos que atribuía: “Observações sobre o tema tratado acima” (Pinheiro Machado, 1971, p. 251), “Ainda sobre os temas aflorados acima” (Pinheiro Machado, 1971, p. 268). O seu rigor crítico revela diferentes fases do seu processo interpretativo, mobilizando o método e a teoria, como observamos no seguinte trecho:

Todas essas considerações feitas no artigo anterior constituem uma exploração das bases conceptuais das teorias sociais. Quero apenas firmar as bases de meu pensamento ou criar, para mim mesmo, os instrumentos críticos com que eu posso analisar logicamente as teorias (Pinheiro Machado, 1971, p. 269).

Pinheiro Machado temia que a História se perdesse na relação com as demais ciências humanas, por isso, procurava reforçar a análise das fontes, a metodologia e a temporalidade. Como parte do seu exercício reflexivo, visou aprofundá-la a partir do diálogo filosófico entre dois personagens, conforme apresentamos anteriormente e novamente a seguir:

A – O positivismo filosofico, de maneira geral, e o positivismo histórico, de maneira particular, foram historicamente uma reação contra o idealismo filosofico alemão e, em particular, contra o idealismo historico de Hegel.
[...] as razões do positivismo estão colocadas dentro da historia, como genese, e não dentro da objetividade do conhecimento. Isto é, foram razões historicas e não razões teoricas que levaram os historiadores, a se tornarem positivistas, da mesma forma que foram razões historicas, e não puramente teoricas, que levaram os filosofos idealistas a se tornarem idealistas (Pinheiro Machado, 1972, p. 277).

O historiador reconhecia que as culturas estavam em constante transformação, o que requeria uma atualização constante das perspectivas científicas, como é possível observar no excerto a seguir:

Ora não nos interessa, no momento, saber se realmente, quer dizer no plano objetivo, a natureza é uma ordem e uma ordem compreensível. O que nos interessa é esclarecer a noção que pelo senso comum temos de natureza. Essa noção parece que estamos agarrando nesta comparação entre a noção de natural e sobrenatural. Não vamos perder o fio da meada. A questão agora é esta: a natureza de uma coisa é a realidade objetiva dessa coisa, ou uma razão ideal que a consciência usa para explicar essa coisa? (Pinheiro Machado, 1971, p. 261).

Nesse trecho identificamos como ele percebia a estruturação do conhecimento histórico, como uma análise objetiva, ou seja, a partir dos acontecimentos por meio dos quais os historiadores visavam explicar os fenômenos, mediados por conceitos e teorias. Segundo ele, os fenômenos mais facilmente observáveis não são as continuidades, mas as discontinuidades. Ele exemplifica essa relação entre continuidades e discontinuidades, usando uma analogia entre o pesquisador e o aviator:

B- Deixa-me fazer uma observação fora de foco. Contou-me uma vez um piloto de avião que, voando sobre uma paisagem de planalto, paisagem igual, uniforme, monotona não distinguia bem as coisas que estavam lá embaixo, umas das outras, mas que, de repente, um animal correu e, pelo movimento, ele pôde distinguir um objeto dos outros.

A – E o que tem isso?

B – Simples associação de ideias, de minha, parte.

A – Mas como processar essa associação de ideias?

B – Pelo seguinte: parece que você deu a entender que o que realmente podemos conhecer é o movimento da coisa e não a própria coisa. Ou como eu elaborei em divagação, só o movimento da coisa nos possibilitou o conhecimento da ‘existência’ da coisa que se movimentou. Ora, o desenvolvimento de uma coisa é o ‘movimento’ dessa coisa (Pinheiro Machado, 1971, p. 263-264).

Nesse excerto, ele reinterpreta como o historiador analisa o passado. Para Pinheiro Machado, o pesquisador só poderia distinguir os objetos quando os observassem em movimento, ou seja, por meio da temporalidade o historiador poderia entender o desenvolvimento social. Outrossim, constrói uma analogia da observação dos fenômenos históricos, a partir dos quais os historiadores podem construir seus objetos, pois, em uma “paisagem” aparentemente monótona, são capazes de reconhecer as discontinuidades e movimentos quase que imperceptíveis ao senso comum. Neste exercício de abstração, ele testa sua capacidade de interpretação, a partir de “associação de ideias”. Parece um exercício simples para a historiografia atual, mas naquele momento significava problematizar o processo pelo qual os historiadores interpretam o passado.

Este exercício pode ser entendido a partir da reflexão de Michel de Certeau em *A escrita da História*, publicado pela primeira vez na França, em 1975. Conforme pontua Certeau, ao falar sobre a relação entre a crítica e a História, o historiador constantemente examina sua prática, procura identificar possíveis desvios, se coloca em uma posição de expectador do seu próprio fazer. Um trabalho que procura estabelecer seus limites, tenta construir um distanciamento do seu próprio objeto, no nível teórico (Certeau, 1982).

Ainda no caderno de *Notas e Apontamentos*, em 1971, ele continuou tentando responder a essa problemática. Em vista disso, em setembro de 1971, ele continuou:

Quero apenas firmar as bases de meu pensamento ou criar, para mim, mesmo os instrumentos críticos com que eu possa analisar logicamente as teorias. Daquele dialogo figurado acima, por mais quebrada que esteja sua lógica, eu reexamino, dentro de minhas condições, a aceitabilidade ou não de muitas proposições ideológicas [sic]. É um mero exercício escolar através [sic] do qual, muito mais eu verifico minha capacidade de pensar do que a fundamentação lógica das teorias (Pinheiro Machado, 1971, p. 268-269).

Neste exercício de aprofundamento da capacidade teórica, ele refletia sobre os pressupostos metodológicos da História; pois, conforme destacou, o recurso ao diálogo lhe permitia analisar com melhor clareza a capacidade explicativa das teorias sociais. Além de tudo, por meio deste exercício procurava demonstrar que parte do trabalho do historiador não era apenas utilizar teorias, mas aprofundá-las e colocar em xeque as prerrogativas científicas, “Testar modelos”, como diria Certeau.

Outro de seus temores era utilizar determinados conceitos enviesados pela ideologia. Isto é, notadamente marcados por uma concepção de ciência. Para ele, o historiador só obteria um conhecimento científico se pudesse fundamentá-lo, procurando identificar a natureza dos fenômenos sociais: “Concluo, também [sic], que a “natureza” não existe somente nos fenomenos [sic] físicos, mas também nos fenomenos [sic] sociais e culturais, isto é, nos não físicos” (Pinheiro Machado, 1971, p. 270).

Em nota à segunda edição do livro *Os Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*, de autoria do historiador Francisco Iglesias, o professor Hélio Gravata procurou ressaltar a contribuição de Iglesias, então recém-falecido (1999). Destacando quais seriam as qualidades a serem apreciadas em um professor universitário e demonstrando parte das expectativas que cercavam a atuação dos historiadores nas universidades. Ao afirmar que Iglesias foi importante historiador do campo da história da historiografia, transcendendo os “recortes regionais”, nos remete a um certo estigma em relação às produções acadêmicas fora do eixo Rio-São Paulo (Vilhena, 1997).

Pinheiro Machado dedicou boa parte do seu tempo ao aprofundamento dos métodos e técnicas do historiador, para que, a partir deles, pudesse elaborar um conhecimento sólido sobre a realidade paranaense. Ao testar sua capacidade explicativa, definia os critérios que garantiriam legitimidade e reconhecimento à produção historiográfica da UFPR, parte das responsabilidades que foram adquiridas por ele ao decidir tornar-se professor universitário. Morreu consagrado como o mestre de uma geração de historiadores universitários.

O historiador receava que as relações que a História estabelecia com a Sociologia e a Economia acabaria por descaracterizá-la. O furor causado pela história quantitativa se estendeu pela década de 70, mas uma orientação teórica lhe causava outra preocupação: o materialismo histórico-dialético.

4 PINHEIRO MACHADO E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

Neste capítulo proponho pensar como Pinheiro Machado lidou com as transformações do regime historiográfico, em especial em contato com a Sociologia e a Economia, visando entender como o historiador se atualizou diante dos encaminhamentos teórico-metodológicos da disciplina histórica em diálogo com a historiografia brasileira, sem recair nos modismos e tampouco abandonar o que ele denominou de “velhos historiadores”. Pinheiro Machado indicava uma certa apreensão com um possível afastamento dos historiadores, que, ao incorporarem as inovações teórico-metodológicas do Materialismo Histórico-dialético e da Nova História, pudessem descartar a produção dos historiadores mais tradicionais, o que provavelmente implicaria em descartar também a sua produção.

Entre as fontes que utilizarei estão quatro cadernos de anotações pessoais, dois deles com fichamentos e notas de leitura sobre Historiografia, Economia e Sociologia, o primeiro, *Notas e apontamentos*, datado de 1964 a 1973 e o segundo, *Apontamentos – notas*, de 1970 a 1977. Somado a eles, utilizarei o caderno de 1972 a 1977, intitulado *Sugestões*, no qual ele dispôs de alguns temas para aprofundamento de pesquisa, como objetividade e metodologia da História. Por fim, no último caderno escrito por ele, entre 1976 a 1988, *Notas e apontamentos*, intitulado, é possível acompanhar o processo de distanciamento das atividades acadêmicas e o amadurecimento do pesquisador.

4.1 DIÁLOGOS E DIFERENCIAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA

Uma das principais chaves de leitura de Pinheiro Machado, que já aparecia nas análises de Cordova (2009, 2018) e Marchette (2013), era acerca da sua proximidade com a Sociologia. A sua preocupação na leitura dos clássicos da Sociologia era, sobretudo, no campo metodológico. A partir da Escola dos *Annales*, os historiadores procuraram estabelecer um maior diálogo com as ciências humanas e, de certa forma, Pinheiro Machado procurava cautelosamente entender as particularidades da relação da História com as demais ciências humanas. Desse modo, nesta seção procurei entender as relações que Pinheiro Machado estabeleceu com a Sociologia, visto que ambas procuravam se estabelecer como campos de conhecimento.

A Sociologia surgiu como uma ciência na passagem do século XIX para o XX e sua chegada ao Brasil se deve em parte à preocupação das elites com as mudanças sociais do país, como o início da urbanização, a chegada de doutrinas sociais e correntes filosóficas, como o

Darwinismo, o Positivismo e, assim como a História, foi conduzida por autodidatas. A História e a Sociologia têm como um marco importante o desenvolvimento do pensamento social brasileiro, preocupação dos bacharéis em direito, jornalistas e escritores que procuravam refletir e propor soluções aos problemas sociais brasileiros.

Entre os autores que se dedicaram ao desenvolvimento da Sociologia no Brasil podemos mencionar Euclides da Cunha (1866-1899), Oliveira Viana (1883-1951), Tobias Monteiro (1866-1952), Sylvio Romero (1851-1914), com destaque à Escola do Recife. Conforme propõe Silva (2007), a trajetória da Sociologia como disciplina pode ser dividida em três fases principais: as duas primeiras convergem com a da História, nos anos finais do Império e início da República, até a criação dos primeiros cursos de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a última, pode ser entendida a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo (USP), em 1933.

Na primeira metade do século XX, História e Sociologia já se preocupavam com o processo de diferenciação e os pesquisadores começaram a estruturar as bases de cada campo de estudo, definindo quais seriam os pressupostos científicos que deveriam ser colocados em prática nas pesquisas que mais tarde passaram a ser desenvolvidas nas universidades.

Entre os anos de 1930 e 1950, a temática do desenvolvimento brasileiro foi aprofundada e a preocupação foi direcionada para os processos de integração ao sistema capitalista, que no caso da América Latina pode ser percebida na criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Os intelectuais brasileiros pretendiam desenvolver um projeto modernizador que pudesse superar a condição de subdesenvolvimento apontada pelas nações “desenvolvidas”, que ditavam as bases da ordem capitalista. Para tanto, tratar das consequências do passado colonial brasileiro parecia inevitável⁵⁰. O conceito de subdesenvolvimento teria sido desenvolvido por Raul Prebisch (Azevedo, 2016).

Conforme observou Ricupero (2005), a CEPAL propunha que o desenvolvimento econômico da América Latina fosse pensado a partir da sua organização econômica desde o sistema colonial.

Diante desse cenário, como delimitar e diferenciar o trabalho desenvolvido pelo sociólogo e pelo historiador? No campo acadêmico, partilhavam a preocupação com a interpretação da organização social, política e econômica do Brasil, cada qual com suas metodologias e conceitos. No contexto após os anos 50, podemos mencionar os esforços de

⁵⁰ Sobre a CEPAL, ver: AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert de. Uma Leitura Cepalina das Relações Econômicas Sino Brasileira. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, número especial RP3 - CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), 2016. DOI: 10.18829/rp3.v0i08.19400.

Florestan Fernandes, na Escola Livre de Sociologia e Política, a partir da proposição de projetos de pesquisa, como o da Unesco junto a Roger Bastide, e orientando trabalhos de destaque como o de Octávio Ianni em *Metamorfoses dos Escravos*⁵¹ (1961) e Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão*⁵² (1962). Nos anos 1960, somavam-se as produções de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*⁵³ (1959), Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1958), trabalhos que demonstram parte das concepções das Ciências Sociais no Brasil (Mota, 2000).

Ou seja, desde os anos 60 haviam muitas referências sobre o estudo da formação econômica brasileira, alguns sob perspectivas da Sociologia

No caso do Paraná, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) em 1938, não se distanciava da preocupação das elites brasileiras, pois, desejavam formar intelectualmente uma elite dirigente e professores para o secundário e nível superior⁵⁴ (Campos, 2006).

Como mencionado, Pinheiro Machado era membro do Centro de Estudos Bandeirantes (CEB⁵⁵) e em 1939, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi mantida pelo grupo católico representado pela União Brasileira de Educação e Ensino, sob coordenação dos Irmãos Maristas (Fressato, 2003).

O ensino superior da Universidade Federal do Paraná estava em consonância com as transformações educacionais do período e deveria convergir para o processo de modernização da nação, o qual atribuía à Universidade parte da missão do projeto modernizador. Portanto,

⁵¹ O trabalho de Octavio Ianni, em especial, procurava desmistificar a ideia de que a escravidão no Paraná não havia sido significativa. No entanto, em *As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*, publicada em 1962, pela editora Difusão Européia do Livro, foi resultado de sua pesquisa de doutorado. No livro, Ianni explica as particularidades da escravidão em Curitiba, desde a escravidão de indígenas ao de negros escravizados. Em sua pesquisa procurava rebater parte das produções de autores vinculados ao Movimento Paranista dos anos 1950, como Wilson Martins em “Um Brasil diferente” e “Paraná vivo” de Temístocles Linhares.

⁵² A obra de autoria do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, procurava desmistificar a concepção da democracia racial no sul do Brasil, também sob orientação de Florestan Fernandes. Sobre isso ver: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/613-berenice-corsetti>

⁵³ A abordagem socioeconômica de Celso Furtado em a *Formação Econômica do Brasil*, é uma das obras do chamados interpretes do Brasil, isto é, autores que procuravam responder o porquê do atraso econômico do país. Sobre isso ver: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro50AnosdeFormacao_Salvador_WEB.pdf

⁵⁴ A Universidade do Paraná, em 1912, que possuía apenas cursos de caráter técnico-profissional, como Direito, Engenharia Civil, Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Comércio.

⁵⁵ O Círculo de Estudos Bandeirantes perdurou de forma mais ativa até 1960, a partir da atuação dos referidos intelectuais em diferentes setores da vida pública paranaense, revistas e eventos. A partir de 1988, o CEB passou a encargo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC).

como instituição educacional, a Universidade do Paraná procurava dar embasamento científico para o discurso de modernização do estado (Campos, 2001).

Posto isso, destaca-se o envolvimento de Pinheiro Machado na organização da Universidade paranaense. O processo de federalização da Universidade do Paraná só se efetivou em 1950 (Campos, 2001).

Até 1950, as universidades não desenvolviam pesquisas científicas, pois essa atividade era exercida pelos círculos literários e academias, como o CEB e o IHGEP. Como indica Campos:

O processo de federalização das universidades estava imbuído de um novo projeto societário, no qual as instituições de ensino de grupos particulares foram sendo incorporadas pelos poderes públicos. Havia, naquele movimento, uma preocupação em controlar os propagadores do pensamento comunista, pois o grupo paranaense postulava que a universidade devia estar comprometida com a constituição da democracia integral, portanto, de fundo cristão, o que a habilitava a se contrapor ao projeto materialista, cuja expressão era a sociedade soviética (Campos, 2001, p. 216).

A Universidade do Paraná procurava instituir um ideário de saber estabelecido pelas elites, que procuravam desenhar um projeto de modernização para o Estado. A constituição da UFPR abriu o caminho para a consolidação das ciências sociais no Paraná, como parte do esforço dispensado pelos intelectuais ao tentar conciliar o regional ao nacional, bem como adquirir um espaço junto ao campo político e construir interpretações sobre as particularidades históricas do estado.

De alguma forma, como observou L. Pereira (1997), o projeto referido acima, refletiu na maioria das análises historiográficas que trataram o Paraná no século XX, divididas em três recortes: o primeiro relacionado ao papel das elites no projeto de modernização; o segundo compreende os processos de organização da República, apontando as dificuldades na consolidação do regime; e o terceiro, que atravessa boa parte da produção de Pinheiro Machado, é o de como integrar o Paraná no desenvolvimento capitalista.

Em 1951, Pinheiro Machado publicou o *Esboço de Uma Sinopse de História Regional*, que mais tarde o consagraria como autor do modelo de história regional, texto que fez parte das atividades de comemoração do primeiro centenário da emancipação política paranaense, que aconteceu no governo de outro professor da UFPR, Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1955).

Segundo Marchette (2005, p. 19), as festividades faziam parte do projeto de consolidação da História que congregasse um passado comum para um território que ora se identificava com São Paulo, no caso do Norte, o Sudoeste com os gaúchos e catarinenses e o

Paraná Tradicional (Campos Gerais e Curitiba). O esboço também estava alinhado ao modelo de História proposto pelo IHGB e visava atualizar a História a serviço da política, assim, forneceria diretrizes para a historiografia local interpretar a formação histórica paranaense.

No entanto, conforme propus nos demais capítulos, Pinheiro Machado produziu além do texto do Esboço, porém, a maioria das publicações que tiveram circulação acadêmica foram escritas com os professores da UFPR, em especial com as historiadoras Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen.

Após a leitura aprofundada da produção de Pinheiro Machado e compará-la com a de Westphalen e Balhana, é possível reconhecer de forma implícita, houve uma divisão de tarefas no campo acadêmico. Enquanto elas foram incumbidas pelas renovações metodológicas, organizando projetos de pesquisa de arrolamento de fontes para análise através da História Quantitativa, Pinheiro Machado assumiu a responsabilidade de apropriar-se do arcabouço teórico, fundamentar as escolhas do Departamento de História e mais tarde do Programa de Pós-Graduação.

Conforme é possível verificar nas dissertações e teses orientadas pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, Pinheiro Machado orientou 11 dissertações entre 1974 e 1981 e participou de 14 bancas de defesa, entre 1974 e 1985⁵⁶. Não orientou nenhuma tese de doutorado, pois, o Programa de Doutorado foi aprovado apenas em 1982.

No entanto, a partir da leitura dos cadernos de anotação, é possível reconhecer o aprofundamento de Pinheiro Machado e não se tratava apenas de deixar claro sua posição diante da Historiografia, mas aprofundar questões relacionadas ao desenvolvimento nacional, regional e local, visando refletir sobre as transformações teóricas e metodológicas do seu trabalho. Ao ter contato com outras obras, Pinheiro Machado pretendia definir sua identidade teórica e apontar possíveis fragilidades na sua interpretação, o que nos permite afirmar que ele era bastante crítico em relação à sua bagagem teórica e à sua capacidade explicativa.

Em diálogo com a Sociologia, procurava refletir como as fronteiras entre os grupos se constituem, sejam elas religiosas, psicológicas ou econômicas, a partir de uma orientação assumidamente funcionalista. No trecho intitulado *Fronteiras da comunidade*, ele diz: “Cada sociedade, entendida como um sistema social, (e aqui eu estou assentado sobre o funcionalismo) é um conjunto de sub-sistemas sociais que são ao mesmo tempo, sub-sistemas funcionais” (Pinheiro Machado, 1967, p. 28). Ele referencia o seguinte texto: *Wayward Puritans: a study in the Sociology of deviance*, de Kai T. Erikson, de 1966. O texto fazia parte do

⁵⁶ Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/ind/560>. Acesso em: 21 abr. 2024.

aprofundamento do projeto de pesquisa *Campos Gerais: estruturas agrárias*, sobre a colônia menonita de Witmarsum.

Portanto, é possível identificar o trabalho de Pinheiro Machado para se atualizar teoricamente acerca da organização social da segunda metade do século XX, a partir de novas correntes de imigração de um grupo bastante fechado mas que tentava organizar uma cooperativa de produtos agropecuários.

Mais uma vez procurou referências na Sociologia, a partir de Ferdinand Tönnies⁵⁷, co-fundador da sociedade alemã de Sociologia. Segundo Brancaleone (2008), a principal obra do autor *Comunidade e Sociedade* (*Ge-meinschaft und Gesellschaft*), foi publicada em 1887. Nesta obra, Tönnies procura entender a relação entre comunidade e sociedade, buscando compreender como os sujeitos, interpretados como agentes, se organizam a partir de laços de consanguinidade e afinidade e tentava percorrer como estas relações poderiam sofrer rupturas nas sociabilidades. Tönnies contribuiu para o entendimento da preocupação que assolava Pinheiro Machado, de como as comunidades rurais seriam integradas à vida cidadina.

Pinheiro Machado também demonstra como o estudo da organização político-econômica do pós-guerra em países colonizados contribuiria para compreensão das particularidades históricas do Brasil que, na Ditadura Militar, abandonaria uma política econômica nacional desenvolvimentista para se abrir à economia de mercado e ao capital estrangeiro.

Ao propor uma tomada de consciência metodológica para a pesquisa em História, em diálogo com as Ciências Sociais, Pinheiro Machado trataria do problema da “objetividade científica”, que ainda assombrava as Ciências Sociais:

No entanto, se fizermos uma análise das relações entre a história e as outras ciências, verificaremos que as outras ciências só podem fornecer ao historiador sugestões metodológicas com que tratar a realidade e não conceitos acabado, individualizados e reificados que tendem a substituir a realidade (Pinheiro Machado, 1971).

Em outras palavras, o historiador argumentava que as ciências sociais poderiam sugerir aplicações metodológicas e diante disso recomendava que, primeiramente, o historiador deveria partir da realidade e depois buscar referenciais para tratar os fenômenos verificados.

Pinheiro Machado reconhecia que a contemporaneidade do pós-Segunda Guerra Mundial não dava conta de explicar a realidade:

⁵⁷ Sobre Tönnies ver: BRANCALEONE, C. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista De Ciências Sociais*, v. 39, n. 2, 98–104, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511>. Acesso em: 21 abr. 2024.

O conceito de desenvolvimento, entendido primeiro como simples crescimento econômico, mostrou-se logo ineficiente para cobrir os problemas que surgiram com o aparecimento das chamadas ‘nações novas’, problemas esses que se radicavam muito mais numa construção da sociedade do que no simples crescimento de uma economia (Pinheiro Machado, 1971, s.p).

Na compreensão do historiador, o problema do desenvolvimento não era simplesmente econômico, mas um processo social global. Ele deixa evidente a crítica às abordagens metodológicas que se constituíam no tempo presente. Ele busca explicar a partir de um exemplo hipotético o percurso metodológico pelo qual o historiador trataria o funcionamento das relações econômicas no Brasil, sem recair no materialismo histórico.

Dito isso, Pinheiro Machado partia de uma concepção de que a mudança social era interna e decorrente da divisão social do trabalho e que governo e estado eram produtos dessa estrutura. Isto é, deveria primeiro analisar o processo de diferenciação e o processo histórico, relacionando-o à estrutura das relações internacionais, segundo: refletir sobre o desenvolvimento de teorias sociais, econômicas e políticas, que visavam explicar as causas do subdesenvolvimento e por fim, identificar os modelos de desenvolvimento, programas políticos. O reconhecimento de que tais nações estivessem atrasadas, se referia às nações colonizadoras e a organização de planos que quebrassem a dependência internacional. Nesse sentido, a organização desses planos de desenvolvimento se diferiria da lógica do funcionamento internacional.

Na sequência, no dia 19 de junho de 1971, sob o título *Afinal, se eu falasse*, no qual relata sua participação em uma reunião de sociólogos, ele demarcou seu lugar social:

Numa reunião de sociólogos [sic], cuja formação e trato diário da matéria e alicerçados numa experiência vivida – que é o critério pelo qual podemos chamar alguém de especialista – ousei aceitar o convite para dela participar não como sociólogo, que não sou, mas como professor de história, cujo interesse profissional coincide com aquele dos cientistas sociais quando se preocupam com as sociedades humanas dentro de uma dimensão temporal (Pinheiro Machado, 1971).

Na afirmação do historiador, a particularidade da análise histórica residiria em partir do que era concreto, real, não de generalizações conceituais. Na sua leitura, os estudos sociais sobre o processo de modernização procuravam efetivar a modernização dos países dito “desenvolvidos”, movidos por: “O interesse do cientista, a que estou me referindo, é o interesse ideológico, isto é, o desejo que ele, como cientista partidário de uma ‘visão’, tem de ver a sua visão implantada na realidade” (Pinheiro Machado, 1971). Segundo ele, diferenciar o processo sociológico do histórico seria uma vereda “cheia de buracos”. Na próxima seção

aprofundaremos suas inquietações teóricas acerca do desenvolvimento social e econômico nas sociedades tradicionais.

4.2 PROBLEMAS SOCIAIS E A LEITURA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Nesta seção procurei compreender a leitura de Pinheiro Machado sobre o materialismo histórico e as ideologias presentes no caderno de 1960 intitulado *Notas para as aulas*.

O historiador acreditava que a análise materialista procurava entender o social como algo estruturalmente organizado. O objetivo era entender as transformações sociais que ocorriam no Brasil no século XX, sem romper com as suas bases político-ideológicas, desde a sua filiação ao Partido Social Democrático, à vinculação ao Centro de Estudos Bandeirantes de tradição católica, seu capital familiar, decorrente das famílias tradicionais paranaenses ligadas à economia agrária, precisava em termos acadêmicos atualizar-se diante das novas tendências teórico-metodológicas e também instrumentalizar-se no caso de uma análise do Materialismo.

A saída encontrada para as inquietações foi munir-se com as obras mais recentes publicadas por historiadores, sobretudo no que se referia à história econômica, sem perder de vista as práticas que cercavam o ofício do historiador. Por isso, visou compreender a organização econômica brasileira, comparando as dificuldades enfrentadas por países que passaram para a economia nacional sem a integração mercantilista. Para tanto, ele propôs investigar os historiadores das economias da América do Norte e hispano americana. No texto, Pinheiro Machado diz: “Pretende o ‘materialismo histórico’ ser a ciência das leis gerais que regem a evolução da sociedade, o que quer dizer que tem como objeto o processo histórico” (Pinheiro Machado, 1960). O materialismo procurava o encadeamento de nexos causais, pensados a partir de quatro aspectos: a) os aspectos da cultura se referem ao sistema social; b) a cultura como todo inter-relacionado está em constante transformação; c) as transformações estão relacionadas ao modo de produção econômica.

Pinheiro Machado pontua que o marxismo entendia as relações de produção independentes dos indivíduos. Para o historiador, essa análise não compreendia o capitalismo como sistema de produção, que deveria ser entendido a partir da sua dimensão histórica, ou seja, defendendo o capitalismo como objeto da pesquisa histórica, na medida em que: “Um sistema econômico é um processo histórico, portanto, tendo realidade existencial em determinada época [sic] e lugar. O conhecimento de um sistema econômico na sua realidade, é conhecível pelo método histórico, isto é, pela pesquisa histórica” (Pinheiro Machado, 1960).

O posicionamento do historiador fica mais claro quando ele propõe organizar um seminário de pesquisa sobre Mercantilismo, defendendo que o método de análise mais apropriado era a realidade factual, não as doutrinas, visto que, para ele, o historiador só poderia identificar as práticas ao relacionar as fontes do período proposto.

Outra observação de Pinheiro Machado era em relação ao predomínio do fato econômico sob as demais análises, conforme observa:

d) Tanto a transformação do todo inter-relacionado, como o tipo de cultura de uma sociedade num determinado tempo, são causados pelo modo de produção econômica. O modo de produção econômica em uma sociedade determina a estrutura econômica da sociedade, que quer dizer: o conjunto total das relações sociais da produção (Pinheiro Machado, 1960).

Dito isso, procurava afirmar que apenas a partir da pesquisa histórica seria possível compreender a organização da sociedade capitalista, não com referências teóricas, mas a partir das fontes e da pesquisa.

No caderno *Notas e Apontamentos*, de 1964-1973, Pinheiro Machado fichou, em 1969, o artigo de Reinhardt Bendix⁵⁸, publicado na *Revista Comparative Studies in Society and History*⁵⁹, de abril de 1967. A partir dos escritos do autor, examinou as relações sociais, políticas e econômicas que se configuraram após a Revolução Industrial, visando aprofundar seus estudos acerca da modernização da sociedade capitalista e de novas estruturas de poder:

Por outro lado, surgem as ideologias, fugindo da história, como uma antecipação de futuro. Tanto a história como a ideologia eram formas de controlar os rumos daquelas mudanças e transformações. Daí o pensamento conservador e o pensamento ideológico (Pinheiro Machado, 1969, p. 122-123).

O estudo histórico precisava se desvencilhar da ideologia, isto é, reforçando a sua concepção de uma ciência neutra e objetiva. Conforme enunciamos, esses estudos e aprofundamentos estão relacionados à organização da linha de pesquisa em História Econômica do Programa de Pós-Graduação da UFPR, fundada em 1972. Assim, Pinheiro Machado

⁵⁸ Reinhard Bendix (1916-1991) é considerado um dos sociólogos mais influentes do século XX. Alemão erradicado nos Estados Unidos, cursou Mestrado e Doutorado na Universidade de Chicago, foi professor da Universidade da Califórnia. Bendix foi o responsável por levar Max Weber para os Estados Unidos, através do livro, *Max Weber an Intellectual Portrait* (1960). Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/reinhard-bendix-e-um-classico-da-sociologia/>. Bendix é autor recorrente nos fichamentos de Machado, ao discutir as relações entre tradição e modernidade. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/reinhard-bendix-e-um-classico-da-sociologia/>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁵⁹ A Revista *Comparative Studies in Society and History* foi criada em 1958, como um fórum de estudos interdisciplinares que reúne estudos em História, Sociologia, Ciência Política e Antropologia, publicada na Universidade de Michigan, Estados Unidos. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history>. Acesso em: 10 set. 2021.

apresentava uma postura teórico-metodológica que pudesse se opor ao materialismo histórico-dialético que se espalhava nas universidades brasileiras. Bendix, segundo ele, partia de uma abordagem da História das Ideias, por meio de autores como Ferguson⁶⁰, Millar⁶¹, Moser⁶² e Goethe, os quais procuravam compreender as diferenças sociais a partir da divisão do trabalho e da oposição entre agricultura e indústria. Para sua reflexão, ele extrai uma citação do texto *An Essay on the History Civil Society*, de 1782:

Aí Ferguson já percebia que a personalidade humana se cristalizava sob a pressão do lugar que ocupava na sociedade. Diferentes posições na sociedade, diferentes interesses, diferentes formas de compreensão da vida. Por aí se vê, também, que muitos dos descobrimentos de Marx não originais, vem de pensadores anteriores, e que esses pensadores anteriores, ao se impressionar com os problemas que emergiram em seu tempo, não criavam nada, apenas invocavam ideias já correntes na história de sua civilização, e davam a essas ideias um novo tratamento que coubesse aos problemas de seu tempo (Pinheiro Machado, 1969, p. 124-125).

Ao falar que os historiadores “se impressionavam com os problemas que emergiram no seu tempo”, Pinheiro Machado reconhece que as apropriações do método visavam responder os problemas que, na época, eram atuais, utilizando como referências um método considerado por ele pouco científico, nesse caso, o marxista. Ele procurava afirmar que o cientista social precisava ser neutro e o materialismo não possibilitaria uma análise objetiva da realidade, mas ideológica. A sua visão de mundo estava bastante marcada pela sua crença no progresso econômico e industrial, que pode ser reconhecida no trecho de Bendix que ele selecionou:

Diz Bendix, após todas essas investigações nas obras dos pensadores: ‘O custo humano do trabalho manual nas modernas condições de produção é um tema constante desde o princípio da sociedade industrial. Nesse tempo, e desde então até agora, argui-se que esse custo humano é inevitável. As cargas que pesavam sobre as classes trabalhadoras nas novas condições de produção, eram simplesmente uma nova forma da antiga divisão da sociedade entre senhores e escravos’ (Pinheiro Machado, 1969, p. 125).

⁶⁰ Adam Ferguson (1723-1816) foi um filósofo escocês, que juntamente à David Hume e Adam Smith buscava analisar a organização da sociedade capitalista a partir da divisão social do trabalho. Sobre Ferguson, ver: JUSTO, Tainá. Adam Ferguson: uma apresentação. **Revista Sem Aspás**, v. 4, p. 80–92, 2015.

⁶¹ John Millar (1735-1801), considerado um dos discípulos de Adam Smith, foi professor de Direito na Universidade de Glasgow. O filósofo desenvolveu estudos sobre desigualdades sociais, na obra *Observations Concerning the Origin of the Distinction of Ranks in Society*. Sobre a importância de Millar para a Sociologia, ver: WENCES, Isabel. Observations Concerning the Origin of the Distinction of Ranks in Society. **Revista Internacional de Sociología**, v. 68, n. 1, jan./abr., p. 37-56, 2010.

⁶² Justus Möser (1720-1794), jurista e historiador alemão, buscava compreender a organização de uma comunidade política e sobre o sentido universal de indivíduo. Um dos primeiros escritores a abordar aspectos do social na obra *History of Osnabruck* (1768). Existem poucas referências sobre este historiador, mencionado de *an passant* no texto de Catroga (2006).

Com isso, Pinheiro Machado procurava defender que a submissão das classes mais baixas ao sistema de produção já estava presente desde a sociedade colonial, apontando-a como um problema estrutural, mesmo que ao longo do tempo as relações de trabalho tenham mudado consideravelmente. Para embasar as críticas ao pensamento de Marx, Bendix apontava que outros autores já haviam construído referências para o estudo da organização da sociedade de classes, tanto em Johann Wolfgang von Goethe, Justus Möser, Proudhon e Louis de Bonald. Ao expor sua crítica à organização do sistema capitalista, Pinheiro Machado escolheu um viés de decadência moral, que pode ser explicada em parte pela sua formação cristã católica:

Nessas críticas da indústria, o enfoque sobre as capacidades resultantes da especialização são atribuídos [sic] ao trabalhador industrial e sua família. Para conseguir subsistência, os membros da família se dispersam, trabalham isolados e não tem relações humanas com seus empregadores. A indústria, como seu todo, abusa da criança e não dá atenção ao velho (Pinheiro Machado, 1969, p. 130).

Nesse ponto, Pinheiro deixa evidente uma memória carregada de nostalgia em relação à decadência das atividades agrárias, pois, para ele, a atividade agrária havia sido alicerçada em uma estrutura familiar que parecia diluída na lógica capitalista. Alegava, assim, que a estrutura capitalista não permitiria relações humanas entre patrões e empregados, desprezava o idoso e explorava o trabalho da criança. Diante disso continuou:

Na terra, dizia De Bonald, as diferentes classes trabalham juntas nas mesmas tarefas, não havendo, portanto, isolamento social entre elas. Crianças e velhos são cuidados e trabalham em tarefas compatíveis com sua condição. O trabalho agrícola, não só é mais saudável que o da indústria, como permite o desenvolvimento da inteligência (Pinheiro Machado, 1969, p. 130).

Pinheiro Machado fundamenta sua análise a partir de uma visão bastante idealizada do trabalho no campo, como se fosse menos agressivo que o trabalho fabril, visão em parte elaborada pelo menino que nasceu na fazenda e foi para a “cidade-grande” estudar. No entanto, é sabido que o trabalho do campo desde há muito tempo utilizava trabalho infantil e era bastante exploratório nas suas múltiplas dimensões.

Pinheiro Machado demonstra apego pela sociedade tradicional, apego às tradições, à família e às relações de proximidade. Como havia registrado nas reflexões anteriores, compartilhava uma visão funcionalista de sociedade que, com a expansão da maquinofatura, destituía aos poucos as potencialidades individuais em nome do aumento da riqueza material.

Pinheiro Machado dedicou um texto inteiro ao que ele denominou de *A Perspectiva Marxista*:

Os homens não podem viver sem o trabalho; eles também propagam a sua espécie e, portanto, se prendem em relações sociais de famílias.

[...]

Numa sociedade complexa, os indivíduos se diferenciam uns dos outros, mesmo quando eles pertencem á mesma classe. Assim, indivíduos que dependem inteiramente do trabalho assalariado, podem diferir grandemente em termos de renda, de padrões de consumo, de atributos de educação ou de ocupação (Pinheiro Machado, 1969, p. 131-132).

Como observado, Pinheiro Machado tentava demonstrar os limites do conceito de classe social. Ao que tudo indica, para ele, não era suficiente para distinguir os indivíduos, pois colocava-os em dois grupos distintos: proletários e proprietários, perdendo de vista as distinções internas de cada um desses grupos e a complexificação da sociedade ao longo do tempo e suas particularidades locais e regionais. Deste modo, Pinheiro Machado procurava construir um embasamento teórico e metodológico que pudesse aplicar para análise da sociedade capitalista, sem recair no materialismo histórico-dialético. Ao dar ênfase nas condições históricas e sociais, que possibilitaram a organização das sociedades industriais, afirmava que os estudos poderiam utilizar outros indicadores como: urbanização, alfabetização, participação política e participação na comunicação de massa:

Mas, o exame precedente das ideias sobre mudança social, sugere que a modernização ocidental foi acompanhada, durante todo o seu curso, por uma particular construção intelectual daquela experiência, alimentada por impulsos morais ou por impulsos de reforma, quase sempre apresentados sob o disfarce das generalizações científicas (Pinheiro Machado, 1969, p. 140).

Ao adjetivar a perspectiva marxista como “generalização científica”, Pinheiro Machado procurava alertar para os riscos das apropriações teóricas na História. Para ele, toda construção intelectual ou teórica, antes de ser utilizada deveria ser previamente contextualizada, sem perder de vista as particularidades históricas.

Outro ponto que o incomodava eram os modelos que consideravam o desenvolvimento das sociedades sob uma perspectiva evolucionista, e, por isso, reivindicava um quadro teórico que desse conta das particularidades históricas do Brasil. A saída seria aprofundar o processo de modernização dos países colonizados, demonstrando os limites conceituais quando tratados como um modelo ideal, sem ter em conta o contexto.

No caso brasileiro, Pinheiro Machado argumenta que a ascensão do individualismo, um dos valores capitalistas, surgiu após o declínio dos laços de parentesco agrariamente constituídos. Questionava a produção intelectual que utilizava teorias de evolução social, para a partir delas, realizar suas interpretações. Buscou, amparado teoricamente em Bendix, alertar os novos pesquisadores dos perigos das “generalizações teóricas”:

O ímpeto para generalizar, mesmo onde a generalização é imprópria, decorre não apenas da tradição intelectual que eu tracei. Deriva, também, do desejo de colocar diretivas políticas sobre uma base ‘científica’, e da impossibilidade dos tipos ideais no estudo da mudança social (Pinheiro Machado, 1969, p. 149).

Portanto, a tendência generalizante, para o historiador, ameaçava o futuro da ciência histórica. O desejo de transformação, aliado a uma preocupação cientificista do conhecimento e de estabelecimento de construções teóricas, seria uma maneira de enfrentamento das novas tendências teóricas. Pinheiro Machado deixava transparecer suas preocupações acerca das transformações do seu tempo, fruto de suas inquietações pessoais e acadêmicas.

Na sequência, continuou a tratar o problema da modernização, procurando referências teóricas sobre o assunto e sua constituição:

À medida que as sociedades europeias penetravam na ‘era moderna’, os homens de letra iam pensando sobre as diferenças de rank social, conscientes de que estava formando uma nova sociedade. Embora suas ideias á [sic] respeito da nova sociedade, fossem mais políticas e ideológicas do que scholar, essas ideias influenciaram os conceitos com que os cientistas sociais abordaram o estudo da modernização (Pinheiro Machado, 1969, p. 153-154, grifo do autor).

Para Pinheiro Machado era necessário estar atento às condições sócio-históricas da elaboração das teorias. Uma das preocupações dele residia na diferenciação do “tradicional” e do “moderno”, fornecendo ferramentas para a análise e diferenciação das organizações sociais do Paraná. Em suas produções, ele denominou de “tradicional” a região paranaense que ia desde o litoral, Curitiba e Campos Gerais, e o “moderno” de ocupação mais recente, abrangendo as regiões Norte e Sudoeste do estado. Dessa forma, categorizou a experiência histórica paranaense, diferenciando-a social, política e, em especial, economicamente. Por isso, na continuidade da sua reflexão neste mesmo caderno, ele fez questão de grifar as aproximações entre estes dois conceitos:

Relacionando com este approach [sic], está a concepção de que cada um desses tipos de sociedade como sendo um sistema social, caracterizado pela interdependência funcional de suas partes componentes, e por um equilíbrio de forças entre elas. Desde então, as sociedades ‘Tradicional’ e ‘moderna’ aparecem como dois tipos de sociedade, cada uma delas possuindo suas próprias tendencias, endógenas [sic], para a auto-manutenção [sic] e equilíbrio (Pinheiro Machado, 1969, p. 155, grifo do autor).

Por mais que eu me esforce não posso encontrar na historia concreta – que a que vale fundamentalmente – as classes sociais, como a conceituam os teóricos e os historiadores marxistas, na historia brasileira.

Admito-as, como conceitos teóricos perfeitamente definíveis dentro de uma configuração teórica e lógica, discerníveis como categorias lógicas da historia. Mas quando lido com a historia concreta, não consigo colocar esses grupos aqui ou ali, no cenário de ações his-tóricas que estejam se desenvolvendo num momento dado (Pinheiro Machado, 1972, p. 341-342, grifo do autor).

Isto é, para ele, a realidade concreta brasileira não poderia ser analisada. Tratava-se de um embate teórico entre o pensamento filosófico e o materialismo histórico-dialético, que ele tentou explicitar a partir do conceito de classe social. Na sequência, utilizou Hegel para fundamentar sua rejeição teórica ao marxismo: “Na linguagem mítica de Hegel, as classes sociais, para o historiador positivo como eu, são apenas ‘figuras de uma consciência’ e não ‘figuras de um mundo’” (Pinheiro Machado, 1972, p. 343).

Mais do que confrontar o pensamento dos anos 70, Pinheiro Machado procurava justificar a sua crítica ao materialismo histórico-dialético:

O caminho seguido por alguns escritores é muito vulgar. Consiste em atribuir a cada ‘classe’ uma ideologia e depois procurar, na realidade histórica, se a revolução abrigou essa ideologia.

Para o historiador, porém, o que é concreto são os grupos atuantes e a história [sic] de sua ação e não de sua ideologia. Aliás, é preciso também resolver-se pela pesquisa empírica (e não apenas pela teoria previa) se os grupos existiam como grupos e se tinham ideologia e qual ideologia (Pinheiro Machado, 1972, p. 357).

A desqualificação que o historiador faz para a produção marxista se evidenciou no trecho acima, pois os chama de “escritores”, uma forma de instituir uma separação para esta produção, além de chamar a abordagem de “vulgar”. Para ele, a abordagem marxista na História do Brasil era falaciosa ao tentar encaixar a realidade social numa perspectiva teórica e isso deveria ser combatido pela historiografia positiva.

Não me parece possível fazer história partindo-se de postulados como estes: o proletário é revolucionário; a burguesia é modernizante; a classe média é ambígua, moralizante, indecisa entre os polos proletários e burgueses; os latifundiários são conservadores.

Essas afirmações são ‘mitos’ no verdadeiro sentido da palavra, e o pensamento decorrente desses mitos constitui o pensamento mitológico, ao qual o historiador tem que opor um pensamento positivo (Pinheiro Machado, 1972, p. 358).

Em 1930, a reforma do ministro da educação Francisco Campos, instituiu o estatuto das Universidades Brasileiras, no qual para se constituírem como instituição, deveriam unificar no mínimo três Faculdades (Fávero, 2006). No Paraná, foram as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia que foram unificadas em Universidade. Já em 1945, representantes políticos se mobilizaram para a criação da Universidade do Paraná, o que incluía a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Para representarem a criação, escolheram alguns professores, e Pinheiro Machado foi escolhido como representante da Faculdade de Filosofia, juntamente a Bento Munhoz da Rocha Netto e Erasto Gaertner, representante da Faculdade de Medicina. Em 1945, foi aprovado o Estatuto da Universidade.

Apesar de não citar os autores marxistas, podemos supor que sua crítica fosse direcionada aos historiadores da década de 70 como Ruy Mauro, Nelson Werneck Sodré e quem sabe, Boris Fausto, pois a tese de doutorado de Boris Fausto *A Revolução de 1930* foi publicada em 1970. Outro ponto importante é que nos anos 70, começava a se consolidar o que ficou conhecido como “marxismo acadêmico”, que também procurava analisar os sentidos da industrialização brasileira.

Como é possível notar, Pinheiro Machado estava atento aos embates do presente, de crítica a uma história desencarnada, fortemente veiculada às tradições europeias e, para tanto, a sua compreensão da História como uma ciência empírica encontra em Max Weber uma forma de divulgar uma acepção de ciência objetiva.

4.3 AS APROXIMAÇÕES COM MAX WEBER

Nesta seção procurei refletir sobre as apropriações do sociólogo Max Weber e como ele influenciou a concepção de História de Pinheiro Machado, a partir dos cadernos de anotação: *Notas para aula*, de 1960; *Notas e Apontamentos*, de 1964 a 1973; *Tradição e modernidade numa perspectiva de desenvolvimento*, de 1971 a 1975 e *Sugestões*, de 1972 a 1977.

Desde as minhas primeiras leituras sobre Pinheiro Machado, tinha consciência de que a concepção dele era fortemente influenciada por Max Weber. Uma das aproximações aparece no caderno de 1960, intitulado *Notas para aula*. Como o próprio nome sugere, nele Pinheiro Machado organizava suas aulas, colocando alguns títulos como: *Ponto de vista culturalista*, *Pontos de partida do liberalismo*, *Apontamentos para o seminário de História*, *Anotações sobre os Métodos de Pesquisa* e *Anotações do livro de Gunnar Myrdal – Asian Drama – desemprego, subemprego, desemprego disfarçado*. Tratava-se das reflexões dele como professor responsável por disciplinas como História do Brasil, História Econômica e ele procurava se manter atualizado acerca dos debates sobre o desenvolvimento do capitalismo (Ferreira; Salles, 2022)

Outra aproximação de Weber que poderia ser observada em Pinheiro Machado é de como o materialismo atribuía um valor gnosiológico a artefatos conceituais. Para Weber, o marxismo propõe um tipo ideal de desenvolvimento, ao invés de admitir que a informação empírica não corresponde à hipótese. Weber reafirmava que a Sociologia e a História eram ciências empíricas que se dedicam ao estudo de indivíduos reais, suas ações e condições (Colliot-Thélène, 1995).

Na continuidade da análise, Pinheiro Machado dialogou com um autor de influência weberiana, Werner Sombart, sociólogo alemão da Escola Historicista Alemã, o qual ele parafraseia: “Uma época econômica é um espaço de tempo durante o qual um sistema econômico é realmente realizado na história (Sombart)” (Pinheiro Machado, 1960).

A discussão ajudaria Pinheiro Machado a entender como o sistema econômico poderia ser entendido a partir de elementos da cultura e ser historicamente identificado. Segundo Gláucia Villas Bôas (2001), Sombart teria sido deixado à margem da Sociologia alemã, pois, assim como Weber, teria também estudado a importância do sistema religioso na organização do capitalismo, sua análise não se detinha apenas no protestantismo, mas também no judaísmo. Conforme aponta Villas Bôas (2001), em diálogo com Gunther Roth e Hartmut Lechmann, os ensaios de Weber sobre a organização do *ethos* seriam uma resposta à Sombart (Villas Bôas, 2001).

Na continuidade de suas pesquisas, Pinheiro Machado procurava outros fatores que fossem significativos para o desenvolvimento capitalista nos trópicos, procurando elementos que fossem de natureza religiosa e até psicológica, visando entender como elas refletiam na organização da sociedade, o que pode ser evidenciado em outro trecho:

Assim, por exemplo, se o pesquisador pressupõe que o indivíduo e que é a realidade social e a fonte dos fenômenos sociais, seu estudo e sua pesquisa se apoia nesse pressuposto, isto é, o seu foco de estudo e a ação e as razões da ação desse indivíduo num dado momento ou contexto. Isso o pesquisador dá como pressuposto, não tenta testar (Pinheiro Machado, 1967, p. 31).

Ao procurar sistematizar sua análise a partir do indivíduo e de suas ações, Pinheiro Machado evidenciou que, antes de tudo, o pesquisador precisa encontrar evidências empíricas, o que pode ser relacionado ao conceito de ação social de Weber. A ação social é definida como o objeto elementar das Ciências Sociais, justamente, pelo seu caráter, em um certo sentido, real.

Como mencionamos, a única coisa que realmente existiria no mundo social seriam homens agindo segundo um sentido visado e tendo como referência os outros agentes. Esse, portanto, seria o único objeto passível de ser analisado por uma “Ciência da Realidade” (Nogueira, 1999).

Para exemplificar, Pinheiro Machado criou uma situação hipotética de análise de pesquisa sobre padrões de liderança. No exercício metodológico, o historiador discorreu sobre o processo de reflexão que nortearia a pesquisa, a partir de uma hipótese, análise de fontes, alternando a análise da estrutura social até as ações individuais:

Por essas considerações, eu me convenço que a teoria é apenas um sistema ordenativo do pensamento; um sistema que fornece ao pesquisador um conjunto de conceitos e de hipóteses explicativas. Conceitos e hipóteses que o pesquisador também deve testar no seu trabalho concreto. Esses conceitos e hipóteses que a teoria fornece, geralmente são de uma determinada natureza: estruturais ou individualistas; de racionalidade ou de irracionalidade; de causalidade ou de sistema etc. (Pinheiro Machado, 1967, p. 35).

A aproximação de Pinheiro Machado com Weber pode ser identificada na concepção do sociólogo que rejeitava o estabelecimento de um referencial teórico homogeneizante nas ciências da cultura. Na visão de Weber, o pesquisador deveria partir das individualidades históricas concretas, que não podem ser deduzidas por um sistema de leis.

No entanto, isso não significa a rejeição do estabelecimento de referenciais teóricos abrangentes nas Ciências Sociais. Segundo Weber, esses referenciais podem ser instrumentos utilizados na interpretação dos fenômenos concretos. No entanto, não seriam capazes de substituir e tampouco dispensavam a análise empírica dos próprios fenômenos. Dito de outra forma, isso significa que havia a preocupação com a análise empírica dos fenômenos sociais e suas particularidades históricas, sem recair em generalizações.

Ao final dos anos 60, os textos do caderno de 1964 a 1973 passaram a dialogar mais com as problemáticas de História do Brasil, provavelmente como parte das reflexões que Machado fazia para as aulas. A respeito das estruturas de poder no Brasil colonial, procurou entender como se configuravam os sistemas de relações, a partir de outro conceito de Weber, o de situação de dominação:

No plano histórico: a formação do poder político local; - a predominância histórica do poder político local – as lutas do poder local – as lutas do poder político local com o poder político do Estado – a persistência do poder político local com o seu sistema funcional em relação à comunidade enquanto o poder do Estado não adquiriu o papel funcional – a acomodação do poder político local – a acomodação do poder político local com a organização do poder do Estado – o modelo de poder da sociedade tradicional (Pinheiro Machado, 1967, p. 44-45).

O historiador procurou entender como o poder local se estabelecia em relação ao Estado. Para Weber, a dominação é essencial para compreensão do poder e de como ele se configurou em vistas do capitalismo. Na obra *Ciência e política: duas vocações*, é possível compreender melhor a concepção weberiana de Estado por meio da dominação e, conseqüentemente, o que justifica e legitima tal dominação (Weber, 1972).

Se o Estado só existe à medida que os dominados se submetem à autoridade dos dominadores, quais seriam os fundamentos que justificariam tal dominação? Pinheiro Machado procurava entender como se constituiria um Estado racionalizado no Brasil. O presente texto aponta de maneira breve alguns pontos importantes desta obra de Max Weber, que é dividida

em duas partes: *A ciência como vocação* e *A política como vocação*, duas atividades que são analisadas a partir do desenvolvimento interno de cada área, expondo o processo da prática científica e da racionalidade humana. Dessa compreensão, resulta pistas para o entendimento da funcionalidade do Estado Moderno, conforme será explicitado (Weber, 1972).

Dito de outra forma Weber construiu o modelo interpretativo do “tipo-ideal”, a partir do qual o intérprete organizaria os aspectos da realidade social, para compreendê-los, já que não é possível um conhecimento “perfeito” da realidade. O “tipo-ideal” seria, então, uma projeção sobre a realidade, buscando compreender seus fins e as características que lhe conferem sentido (Ramos, 2006).

A estrutura de poder colonial no Brasil estava concentrada nas mãos do senhor do Engenho, por meio das relações de dependência com os não-proprietários ou com núcleo familiar. A estrutura social brasileira foi estratificada a partir da família patriarcal. Sendo assim, o historiador explana:

A minha tese [sic] consiste no seguinte, a forma de estratificação social que se configurou no latifúndio açucareiro dos primeiros tempos do período colonial – constitui o modelo geral do sistema de estratificação da sociedade brasileira. Esse sistema serve como base para os estudos da mudança social no Brasil, isto é, constitui o quadro de referencia [sic] para os estudos de história estrutural do Brasil (Pinheiro Machado, 1967, p. 52).

Pinheiro Machado elaborava um quadro de referências que pudesse servir de análise para outras realidades históricas no Brasil, que, mesmo que não tivessem todas as características do regime de *plantation*, possuíam algumas similaridades quanto à organização da estrutura social do patriarcado e da economia agrária. A contribuição do tipo-ideal auxiliaria o estudo da formação histórica da realidade brasileira, do qual ele afirma:

O período mais típico, que estamos tomando como o modelo de estrutura do sistema social do latifúndio – é evidentemente, tomado num sentido do tipo-ideal weberiano, isto é, escolhido de uma maneira abstrata e lógica, no seu sistema ideal de funcionamento. Não é identificável, esse momento, com qualquer momento temporalmente dado (Pinheiro Machado, 1967, p. 54-55).

Como uma generalização, o tipo-ideal poderia caracterizar a lógica de funcionamento do sistema social brasileiro, a partir da organização fundiária, característica que poderia ser identificada em outras regiões do Brasil, inclusive no Paraná. Conforme Pinheiro Machado observou, a estrutura social no Paraná demonstrava ter tido pouca modificação ao longo do tempo, pois mesmo diante de mudanças conjunturais, procuravam manter as relações de poder.

Uma das preocupações da teoria de Weber, conforme destacou Nogueira (1999), foi que a formulação de certos instrumentos metodológicos permitisse ao cientista investigar os fenômenos particulares sem se perder na infinidade disforme dos seus aspectos concretos. Os tipos ideais cumpririam duas funções principais: selecionar explicitamente a dimensão do objeto a ser analisado e apresentar essa dimensão de uma forma pura, sem as nuances concretas. Nas palavras de Weber, a construção de tipos permitiria operar uma espécie de abstração que converteria a realidade em “objeto categoricamente construído” (Weber, 1993, p. 137).

Ao analisar Weber, Colliot-Thélène (1995) enfatiza como os indivíduos utilizam construções abstratas para elaborar seus pensamentos, visto que, nenhuma sociedade funciona de forma irrestrita, segundo leis racionais, o que permite compreender como um complexo de representações influenciam os comportamentos dos indivíduos.

Os tipos ideais recriam, de modo acentuado, vários aspectos da realidade empírica e, valendo-se do conhecimento de certas regularidades da ação humana - associadas, principalmente, ao seu caráter racional - Weber pode construir, para cada situação social analisada, um quadro das possibilidades objetivas de ação. O quadro funcionaria como um recurso metodológico complementar que permitiria avaliar a influência de modificações mais ou menos abrangentes dos componentes de uma situação social sobre a escolha por parte do sujeito do seu curso de ação.

Dessa forma, Weber reconhecia a importância do sujeito como passível de escolha, não determinado por estruturas sociais, assim, torna possível simular vários cenários. Por meio da modificação virtual de determinado componente da situação, pode-se imaginar, segundo as regras da experiência, como o ator reagiria às modificações, e, avaliar o peso causal que cada componente da situação desempenharia – ou efetivamente desempenhou, no caso histórico - na definição do curso de ação.

Tendo isso em vista, a partir do conceito de tipo-ideal, o universal e o particular poderiam ser apreendidos. Contudo, para Pinheiro Machado, o conceito precisaria ser cuidadosamente diferenciado, pois, temia que recaísse em generalização, já que muitas vezes as análises se detinham no uso de exemplos, com o fim de ilustrar os tipos-ideais. Para tanto, destacou os tipos-ideais mais utilizados:

Tipos ideais mais conhecidos:

Durkheim: solidariedade mecânica, solidariedade orgânica.

Maine: sociedade estatutária, sociedade contratual.

Toennies: comunidade, sociedade.

Redfield: sociedade de folk, sociedade complexa (?) (Pinheiro Machado, 1967, p. 142).

A partir do tipo-ideal, Pinheiro Machado deixou evidente como os conceitos poderiam ser apropriados, reconhecendo que as relações sociais possuiriam algumas características semelhantes entre si. Assim, os tipo-ideais não seriam generalizações conceituais, mas ferramentas metodológicas de análise que requeriam um estudo minucioso das particularidades e da ação dos sujeitos.

Outro fator que possivelmente aproximou Pinheiro Machado dos escritos de Max Weber, foi a teoria da ciência, isto é, as análises sobre método e teoria do conhecimento. Assim como a História, a Sociologia também havia passado por uma situação de crise em que se verificou: a procura de leis gerais, a preocupação com a objetividade, a regularidade e a reivindicação científica (Colliot-Thélène, 1995).

Weber se recusou a responder questões formuladas apenas em abstração. Os problemas levantados por ele só foram tratados na medida em que pudessem ser traduzidos para o plano da análise concreta das ações sociais. Weber não pretendeu formular uma teoria abstrata da relação entre agentes e situações, sujeitos e estruturas. Não estava disposto a produzir uma teoria geral sobre os fundamentos da ordem social, mas questionou com que sentido e quais são as consequências de os sujeitos agirem em situações históricas concretas, em média e no caso típico.

Em *A "objetividade" do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política*, Weber (1993) defende a tese segundo a qual é impossível estabelecer um referencial teórico único a partir do qual se possa abordar cientificamente toda a realidade histórico-social. Weber parece utilizar o seguinte argumento na sustentação dessa tese. Primeiro, o de que não existiria um, mas vários referenciais teóricos, normalmente associados a diferentes sistemas filosóficos. Cada um deles significaria, na verdade, apenas mais uma perspectiva, mais um ângulo a partir do qual é possível recortar e analisar o real. A seleção de um entre esses ângulos como referencial privilegiado seria, em um certo sentido, sempre arbitrária.

Pinheiro Machado entendia que a ciência deveria abordar a realidade histórica a partir de um referencial teórico embasado, evitando assim recair em generalizações. Ao apropriar-se dessa concepção de ciência entendia que: “ (...) nós, historiadores, temos como norma de nossa própria ciência [sic], levantar os fatos, os acontecimentos, os episódios [sic], os números, as correlações, a positividade, antes de fazermos as afirmações doutrinárias e as possíveis generalizações” (Pinheiro Machado, 1972, p. 350).

Para o historiador, era necessário analisar a História do Brasil de modo a pensar as ações do Estado brasileiro entre o Império e a República, buscando compreender como as forças

políticas concorrem, declinam, mudam e até mesmo desaparecem. Nessa perspectiva, ele vislumbrava um Estado que pudesse ser estudado a partir das ações dos indivíduos.

Na sequência, no caderno *Tradição e modernidade numa perspectiva histórica*, em 1971, ele novamente recorreu a Weber para analisar o desenvolvimento de sociedades colonizadas entre o século XVIII e a Segunda Guerra Mundial. Como pontuou:

Um ramo dessa abordagem, não polariza as situações de tradição e de modernidade, isto é, não considera antagônicos esses dois momentos, mas pressupõe uma situação final como modernidade, no sentido Weberiano de racionalização, para cuja consecução cooperam funcionalmente elementos conceituais componentes da tradição e da modernidade (Pinheiro Machado, 1971).

Para Pinheiro Machado, apenas opor conceitos e demonstrar seus antagonismos não dariam conta de entender o processo histórico complexo, isto é, o processo de racionalização da sociedade capitalista no Brasil. O caminho escolhido por ele era de que, a partir do estudo do processo histórico, relacionando-os às estruturas das relações internacionais e do aprofundamento das teorias sociais, econômicas e políticas, poderia explicar as causas do “subdesenvolvimento” brasileiro.

Nos anos 70, o campo da historiografia aparecia bastante consolidado, como pode ser observado na produção de Nilo Odália, José Roberto Amaral Lapa e José Honório Rodrigues. Como observado por Nicodemo *et al.* (2018), não havia um consenso metodológico entre os historiadores, mas o pluralismo teórico e metodológico, em constante disputa, pois, enquanto alguns historiadores como Lapa, aproximavam a História da Economia, Odália procurava aproximar a História da Filosofia.

4.4 DIÁLOGOS COM A ECONOMIA

Nesta seção exponho parte do diálogo que Pinheiro Machado estabeleceu com a Economia, a partir da sua compreensão acerca da História Econômica e a História do Brasil, com base nos cadernos de anotações: *Notas para aula*, de 1960, e *Notas e Apontamentos*, de 1964 a 1973.

Um dos carros-chefes da História nos anos 60 e 70 era a aproximação da História com a História Econômica, a História Quantitativa e a História Demográfica. O charme quase irrecusável do dado quantificável fez com que se multiplicassem diversos trabalhos no Brasil.

O contexto de desenvolvimento capitalista implicava analisar o processo de organização do sistema no Brasil, que, ao ser estudado na longa duração, poderia fornecer interpretações

que pudessem servir de base para que os pesquisadores das Ciências Humanas apresentassem soluções para o dito atraso econômico, pois, se fazia necessário entender como o Brasil se integraria nessa lógica, visto que ainda restavam alguns problemas ligados à colonização para serem resolvidos.

Tal preocupação não era exclusiva da História, mas compartilhada por outras Ciências Sociais, como a Sociologia e a Economia. O ponto de vista do historiador se diferenciaria no tratamento do problema, a partir da análise do processo histórico, reconhecendo as suas nuances ao longo do tempo, como caracterizou Pinheiro Machado: “Um sistema econômico é um processo histórico, portanto, tendo realidade existencial em determinada época e lugar [sic]. O conhecimento de um sistema econômico na sua realidade, é conhecível pelo método histórico, isto é, pela pesquisa histórica” (Pinheiro Machado, 1960).

A afirmação de Pinheiro Machado pode estar relacionada à preocupação dele em entender o desenvolvimento das economias em países que não passaram pelo mercantilismo. Para completar seu raciocínio e compará-lo com o desenvolvimento mercantilista português, investigou historiadores das economias inglesa, da América do Norte, francesa, holandesa e hispano-americana, conforme pode ser lido no trecho abaixo:

Os historiadores do mercantilismo se preocupam mais com a historia das ideias do tempo do mercantilismo. Aqui no meu caso, isso não vale. E não vale por isto: por exemplo, Portugal não tem nem teóricos do mercantilismo que, na época mesmo do mercantilismo, como os ingleses e franceses, tivessem debatido ideias e práticas, e nem historiadores econômicos (há exceção, sim, mas muito magra). Então, como estudar o mercantilismo português? Como ele foi na realidade histórica? Mas como? Em primeiro lugar, catalogar as medidas governamentais referentes ao comércio internacional, ordenados pelo governo português durante a era mercantilista [sic] (Pinheiro Machado, 1960, grifo do autor).

Considerando o que o historiador afirma, como seria possível entender o processo de organização capitalista no Brasil sem a passagem do feudalismo? Na sequência, Pinheiro Machado abre um parêntese para apontar algumas similaridades com a organização latifundiária no Brasil: “Parantesis: (o que é notável nessa descrição da formação dos latifúndios medievais, é a semelhança dos processos da formação dos latifúndios brasileiros da época colonial)” (Pinheiro Machado, 1960). O historiador analisou a permanência do latifúndio na formação da cultura ocidental, a partir dela desenvolver o estudo das particularidades históricas e das estruturas sociais.

Além disso, outra questão precisava ser aprofundada, isto é, entender a organização do mercantilismo luso e suas implicações na colonização, refletindo sobre as suas práticas. Desse modo, Pinheiro Machado procurava analisar como as sociedades agrárias e suas estruturas de

poder autossuficientes e ensimesmadas se desenvolveram na Europa, tentando tecer algumas aproximações com a formação da estrutura agrária no Brasil, o que particularmente o interessava.

A hipótese central do historiador seria o processo de desestruturação da economia agrária paranaense e como ela se conjugaria à economia nacional, indicando que o estudo seria realizado a partir do aprofundamento sistemático de fontes, do diálogo com a historiografia, a partir dos quais o historiador trataria o problema e suas variáveis.

Em 1960 Pinheiro Machado procurou testar as abordagens em História Econômica, os conceitos e referenciais sobre a organização do sistema capitalista no Brasil. Na continuidade do pensamento, Pinheiro Machado testou algumas abordagens da História econômica, conceitos e referenciais sobre a organização do sistema capitalista no Brasil. Assim, definiu a abordagem da História econômica seguiria a seguinte ordem: seleção de obras → análise de conceitos teóricos → quadro de referências (Pinheiro Machado, 1960).

A partir dessa reflexão, Pinheiro Machado elaborou sua crítica aos estudos que tratavam das economias não ocidentais ou não ocidentalizadas, seguindo o modelo de organização da economia europeia e da Revolução Industrial. Entretanto, ao propor uma crítica, precisaria apresentar quadros conceituais da História econômica que pudessem servir para as análises. Como observou: “Noutras palavras: operam, mesmo ‘forças’ que determinam tendências, ou a economia é, fundamentalmente, uma criação cultural dos grupos humanos, inserida num contexto cultural maior? (Pinheiro Machado, s/d, p. 111).

Isto posto, Pinheiro Machado procuraria defender que a história econômica era uma dimensão da formação cultural, pois, o historiador, ao tomar como objeto de estudo a organização de uma referida estrutura econômica, deve relacionar a lógica do seu funcionamento a partir do contexto em que se insere. Ele criticou a abordagem que tratava das economias não ocidentais ou não ocidentalizadas como objeto de estudo, levando em consideração o desenvolvimento da economia europeia a partir da Revolução Industrial.

Conforme observou Mondêgo (2013), desde a década de 1930, o Brasil vivia um período desenvolvimentista, pois, a classe dominante tomava o capitalismo industrial como verdade absoluta. Desde a Revolução de 1930, parte das oligarquias estava em crise, o que levou a uma problemática, que tentou ser respondida pelos intérpretes da década de 30, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, além de esse período de reflexões teóricas passar por Celso Furtado.

Não obstante, ao analisar a obra *Formação Econômica do Brasil*, Pinheiro Machado indicou uma tensão com a interpretação do autor, como pode ser observada no trecho que antecede a referência ao autor, escrito no caderno *Notas e Apontamentos* (1964-1973), em que o historiador elaborou a crítica à Economia: “Chamo especialmente a atenção para este ponto: a realidade histórica [sic], que é o que estamos tentando explicar, não se coaduna com as formas teóricas pelas quais o pensamento tenta sistematizar, simplificando a realidade” (Pinheiro Machado, 1967, p. 69).

Para o historiador, as formas de explicação precisavam apresentar evidências históricas. Ao analisar a formação da estrutura agrária da economia açucareira, destacou como esta permaneceu constante em pelo menos três séculos, mesmo diante das mudanças conjunturais e do comércio internacional. Para ele, a estrutura social do latifúndio mantinha-se em função do consumo e da manutenção do prestígio da classe dominante.

A sugestão de Pinheiro Machado era reconhecer algumas reflexões consideradas “fora de moda”, como Oliveira Viana: “Foi ele quem revelou esse fato, e sem esse pressuposto ainda hoje não se consegue um modelo explicativo da formação social brasileira” (Pinheiro Machado, 1967, p. 67). O modelo de explicação poderia ser inspirado no de Oliveira Viana, elaborado no livro *Populações Meridionais do Brasil*, do qual referenciou a 5ª edição.

Pinheiro Machado procurava reforçar que a base da estrutura social brasileira era o latifúndio, em torno do qual toda a estrutura de poder havia sido configurada, baseada em relações de interdependência entre os estratos sociais. Para o historiador, o modelo proposto por Celso Furtado indicava que a base do sistema social era a escravidão e não a propriedade privada. Provavelmente isso tenha sido uma forma de correlacionar a economia brasileira na lógica capitalista, pois, conforme sugere o Marxismo, a escravidão pode ser relacionada à acumulação primitiva do capital, e, por isso, uma forma de integrar o Brasil à economia capitalista.

Outros autores foram utilizados para confrontar a perspectiva de Furtado, como a obra de Antonil, *Cultura e opulência no Brasil*, publicado no século XVIII, havia sido reeditado em 1967. Para Pinheiro Machado, isso poderia ser verificado a partir da permanência da sociedade colonial brasileira, revelada a partir de condições sócio-históricas do funcionamento dessa estrutura, como ressaltou:

Ou, como uma hipótese [sic] de trabalho: as mudanças sociais, por acaso ocorridas em qualquer dos setores externos ou internos à estrutura, não exigiram a mudança funcional, ou porque os velhos papéis continuaram a preencher as funções que lhe competiam, ou porque foram substituídos por outros itens que desempenharam as mesmas funções (Pinheiro Machado, 1967, p. 74-75).

O objetivo foi apresentar como a partir da economia açucareira, as outras economias complementares foram surgindo. Segundo Pinheiro Machado, a análise elaborada por Canabrava rebatia a de Furtado. Pois, ao seu ver, a estrutura social conseguiu se manter ao longo do tempo, mesmo após várias crises econômicas do capital global, conforme observou:

Considerando que o sistema social do latifúndio foi o formador da sociedade brasileira tradicional; e que o sistema social criado no latifúndio teve uma duração tão longa no Brasil, de modo a marcar tão profundamente a sociedade brasileira, pela própria persistência no tempo; e considerando que, num contexto histórico já diferente, como o foi do século XIX e primeiras décadas do século XX, o sistema social do latifúndio aparece com grande força no Sul do Brasil, com as fazendas de café e com a economia cafeeira; o meu interesse estratégico primeiro, nesta pesquisa, não é o de procurar os fatores sociais da mudança social visível na década de 1930 em diante, mas o de encontrar os fatores de persistência do sistema latifundiário, socialmente entendido (Pinheiro Machado, 1967, p. 83).

Pinheiro Machado reiterava como o estudo sistemático da estrutura fundiária do Brasil, ainda vigente em parte do Sul, ainda no século XX, indicava a persistência da estrutura agrária. Neste ponto, faz todo o sentido a referência a Freyre na sequência do caderno, pois este corroboraria para seu argumento de que era necessário construir um quadro próprio para análise de História do Brasil, visto que sua reflexão tentava esmaecer seu posicionamento de combate às abordagens economicistas em História do Brasil: “Desde o início devemos fixar um ponto que, parece, é muito simplificado nas considerações que os teóricos [sic] dão do assunto (Pinheiro Machado, 1967, p. 88).

Na continuidade das suas reflexões, não hesitou em “alfinetar” os outros intérpretes do período:

Seria, pois, da maior utilidade, o estudo dessas transferências institucionais da península ibérica para o Brasil, das formas de vida, das concepções de mundo etc. Um estudo assim positivo, livraria a historiografia brasileira desses discursivos e explicadores estratosféricos da realidade nacional (Pinheiro Machado, 1967, p. 94).

Pinheiro Machado não mencionou quem seriam os autores, mas na sequência desse pensamento, dedicou um tópico inteiro para o que ele chamou de *Problemas e rumos da Historia Economica* [sic], que falarei mais adiante.

Consequentemente, eu diria que o objeto da história econômica seria, primeiro, a descrição e explicação da formação da estrutura socio-econômica de uma dada sociedade.

Naturalmente, a história, de uma maneira ostensiva ao menos, não é uma ciência conceptual. Na realidade, porém, o trabalho histórico é feito sobre quadros conceptuais quase sempre não explícitos (Pinheiro Machado, 1967, p. 109).

O historiador procurava enfatizar a importância das heranças coloniais portuguesas no Brasil e o processo de organização das instituições que foram transplantadas ao país. Apesar de não fazer menção, dialogaria muito bem com a produção de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.

Pinheiro Machado criticava a apropriação de modelos de desenvolvimento econômico internacionais aplicados à História Brasil e, por meio de definições, buscava construir um modelo que levasse em conta as diferenças entre modernidade e modernização. Tal recurso é uma constante na sua elaboração científica, conforme se observa:

No estudo da mudança social usaremos duas abordagens. A retrospectiva, que emprega o modelo de sociedade ‘antes-e-depois’, isto é, variantes do contraste entre tradição e modernidade. A outra abordagem é a prospectiva, que não empregar aquele modelo diretamente, porque se procura lidar com contingências futuras, e não com mudanças que já ocorreram. Esta segunda abordagem pode ainda empregar os modelos disponíveis ‘antes-e-depois’, mas sua ênfase [sic] será na diversidade das sociedades modernas, á procura de indícios para o processo de transformação (Pinheiro Machado, 1969, p. 160, grifo do autor).

Novamente opta-se por manter os grifos originais da fonte, destacando a importância dada por ele às palavras retrospectiva, “antes e depois”, o que indicava a sua apreensão diante dos desdobramentos destes processos de modernização. O modelo, como instrumento teórico, visava construir uma abordagem que fornecesse prospecções. Conforme observado por Koselleck (2014), os modelos estão relacionados às condições meta-históricas: que não podem ser controladas pelos seres humanos (a terra, as condições geográficas e climáticas), ou seja, os indivíduos podem influenciar, mas não dominar. A partir da ideia de recorrência, que, estabelece referências temporais, delimitadas geograficamente, que podem ser ritualizadas pelos indivíduos, possibilita que o modelo se relacione a um estrato temporal que remete às condições anteriores, ou seja, expressa uma continuidade.

O historiador se questiona se o esforço acima valeria a pena, dado que, para ele, a ciência histórica partia de coisas reais e não de conceitos escolhidos a priori:

O historiador Frederic Mauro, por exemplo, embora usando o quadro conceptual da teoria economica capitalista, procura construir, atravez da pesquisa quantitativa, a teoria economica das economias coloniais do período do capitalismo comercial, ou seja, do período 1500-1800 (Pinheiro Machado, 1967, p. 112).

Tendo isso em vista, o problema da História Quantitativa em Frédéric Mauro, poderia ser resolvido a partir de uma análise minuciosa dos dados quantitativos, ou seja, relacionando as fontes à teoria.

Como é possível observar em suas análises, entre as atividades que requeriam sua atenção nos anos 60, está a organização do programa de Pós-Graduação em História, com linha de Pesquisa em História Econômica, inaugurado em 1972. Para Pinheiro Machado, os estudos de História Econômica deveriam partir do surgimento do capitalismo, deixando de lado a organização econômica das sociedades ditas primitivas.

Para ‘análise dos metodos que estão sendo usados na História Economica’. trabalho que empreendi por estes dias para preparar os programas dos cursos de pós-graduação da UFP. A primeira e fundamental constatação a ser registrada, é que todos os historiadores da História Econômica caminham sobre este pressuposto: “a evolução ou o desenvolvimento economico é a evolução ou o desenvolvimento do capitalismo”. Ficam de fóra da disciplina moderna de Historia Economica, tanto os relatos antropologicos da economia das sociedades ou povos primitivos, como os estudos sobre a economia feudal (Pinheiro Machado, 1971, p. 270).

O que lhe chamava atenção era o fato de que a organização do capitalismo não poderia ser tomada como uma chave de leitura única, a partir da organização das classes e das relações de trabalho. O percurso do Brasil apresentava elementos culturais e isso só poderia ser efetivado a partir de uma análise da história agrária no Brasil e o processo de expansão.

Pinheiro Machado sugere que o historiador tenha cuidado ao trabalhar com a História Econômica, não se esquecendo de refletir sobre as particularidades históricas do desenvolvimento econômico, que, por vezes, não se encaixavam nos moldes do desenvolvimento capitalista. Como observado por Florestan Fernandes no livro *A revolução burguesa no Brasil*, as classes sociais responsáveis pela introdução do país na economia capitalista não eram as mesmas observadas nos países considerados de “primeiro mundo”. Uma das particularidades seria que, no Brasil, houve uma reconfiguração econômica movida pelas mesmas classes dirigentes no desenvolvimento colonial, isto é, as elites agrárias. Nesse sentido,

Naturalmente, o desenvolvimento dos estudos nesses dois níveis está infestado de fundamentações ideológicas, reveladas hoje, na indisfarçada e voluntária participação do escritor no escrito. Noutras palavras, estes estudos estão baseados em doutrinas e doutrinações (Pinheiro Machado, 1971, p. 270).

Ao qualificar os estudos generalizantes como doutrinas e doutrinações, Pinheiro Machado procurava reafirmar o papel da metodologia e da teoria na pesquisa em História, o que para ele garantiria um conhecimento científico válido. As razões históricas possibilitariam uma dimensão concreta para a compreensão da relação entre teoria e objeto.

Na sequência do pensamento, procurou analisar o desenvolvimento capitalista estadunidense, a partir de Douglass C. North⁶³ no livro *Growth and Welfare in The American Past, a new economic history*. Os dados permitiriam levantar objetos concretos para a análise, o que para Pinheiro Machado impediria de recair na produção “ideológica”:

Afinal, quais são os fundamentos da ‘nova história econômica’?

São apenas estas:

a análise econômica de um período histórico, ou de um item econômico no plano da história concreta - deve versar sobre os dados quantitativos da economia daquela época ou do item da economia da época histórica considerada.

Da mesma forma como não é possível a análise econômica de uma economia, ou de uma conjuntura econômica do presente sem os dados quantitativos, também não é possível a análise econômica de um período histórico sem os dados quantitativos [sic] (Pinheiro Machado, 1972, p. 285).

Neste caderno ficou evidente que a preocupação de Pinheiro Machado com as teorias econômicas de desenvolvimento avançou os anos 70, dialogando com autores contemporâneos, traçando possíveis aproximações com as interpretações de economistas. Por outro lado, tenta tratar as particularidades do desenvolvimento econômico para além da Europa, reconhecendo os limites das interpretações dos economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, ao tratar dos problemas em países latino-americanos. Pinheiro Machado reconhece as heranças decorrentes da colonização mercantilista, mas temendo as generalizações, buscou reforçar uma análise que fosse pautada nas particularidades do processo histórico brasileiro e as repercussões disso no tempo presente.

Esses debates faziam parte do contexto em que as Ciências Humanas se esforçavam para que a produção acadêmica fosse reconhecida no Brasil. Pinheiro Machado estava atento às novas exigências do campo e isso pode ser identificado em suas preocupações teórico-metodológicas até o final da década de 1980.

Além disso, como é possível perceber nas entrelinhas de suas reflexões, Pinheiro Machado não se rendeu à abordagem quantitativista que predominava na UFPR entre os anos 60 e 70. Ao seu ver, estas abordagens perdiam de vista as particularidades históricas em cada região. Preferia analisar os fenômenos sociais a partir da Sociologia do conhecimento histórico, como demonstra:

⁶³ Douglass C. North (1920-2015) era uma referência para os estudos de desenvolvimento econômico a longo prazo. Ele reconhecia que o desenvolvimento da sociedade estava relacionado à organização de instituições bem-sucedidas e como as economias ocidentais consideradas desenvolvidas, transitaram do feudalismo para o capitalismo (Gala, 2003). A primeira edição do livro *Growth and Welfare in The American Past, a new economic history*, era de 1966.

Pois bem, é preciso que a historiografia brasileira faça essa distinção nas pesquisas históricas, e conclua o que for plausível.

Proponho-me, se tiver forças, de pesquisar nos nossos historiadores da escravidão, se essa distinção foi percebida [sic] (Pinheiro Machado, 1971, p. 207).

O interesse pela escravidão na *plantation* está associado à sua forma de apreensão da organização do capitalismo no Brasil, outra preocupação presente neste caderno em outros textos, a partir da leitura de bibliografia de autores estadunidenses do final dos anos 60, que tratavam da organização da *plantation* nas Américas, como o texto de Sidney N. Greenfield, que, em uma tradução feita pelo historiador, seria: *A escravidão e a “plantation” no Novo Mundo*, publicado na Revista *Journal of Inter American Studies*, january, 1969, volume XI, número 1.

Em 31 de janeiro de 1971, Pinheiro Machado continuou problematizando a escravidão no Brasil, ainda sobre a análise de Gilberto Freyre.

Ora, o levantamento das matrículas de escravos feito pelo Departamento de História da U.F.P., mostra que os escravos matriculados para efeitos de Fundo de Emancipação (1870 em diante) eram todos organizados em família. Isso desmente as considerações de Degler e de todos os historiadores brasileiros e americanos sobre os quais Degler se apoia. Ninguém vai às fontes ... ficam discutindo opiniões ... (Pinheiro Machado, 1971, p. 203).

Degler, o historiador que foi criticado, se baseava substancialmente na obra de Freyre. De acordo com Pinheiro Machado, o problema residiria na tentativa de generalizar a categoria de escravo, que seria o doméstico e não do *plantation*, que decorreria em um problema apontado por ele ao longo desse caderno em específico: o das generalizações. Pinheiro Machado analisou o texto escrito por Carl O. Degler *Slavery in Brazil and United States: an Essay in Comparative History*, publicado na Revista *The American Historical Review*, número 4 de abril de 1970. Segundo Pinheiro Machado, a análise possuía um problema em sua abordagem da história da escravidão no Brasil e o objetivo dele ao analisar essas referências seria a partir da Sociologia do conhecimento histórico, compreendendo como os pesquisadores mobilizam seus interesses e realizam escolhas, como demonstra:

Pois bem, é preciso que a historiografia brasileira faça essa distinção nas pesquisas históricas, e conclua o que for plausível.

Proponho-me, se tiver forças, de pesquisar nos nossos historiadores da escravidão, se essa distinção foi percebida (Pinheiro Machado, 1971, p. 207).

Ao que tudo indica, Pinheiro Machado não compreendia a escravidão apenas conjugada aos empreendimentos capitalistas, mas como um sistema de relações complexas e com uma lógica interna. Assim, é possível relacionar as preocupações de Pinheiro Machado às das classes

dominantes, procurando se adequar aos pressupostos capitalistas, mas sem perder de vista os interesses de classe e a preservação do seu *status quo*. Isso nos possibilita entender que esta jornada metodológica foi uma maneira encontrada para tentar se desvencilhar da sua subjetividade e elaborar uma crítica mais fundamentada para as novas abordagens.

4.5 VELHOS HISTORIADORES *versus* NOVOS HISTORIADORES

Nesta seção me proponho a analisar os escritos de Pinheiro Machado quanto a preocupação com a superação de alguns autores considerados clássicos. Conforme tratado por Ramos (2023), em sua dissertação de Mestrado, havia uma maior repercussão para a produção historiográfica elaborada entre o Rio de Janeiro e São Paulo, que por muito tempo qualificou a produção fora do eixo como regional e periférica. Além disso, conforme notado por trabalho elaborado por Carlos Fico (1994), havia uma tendência de tratar as produções regionais como menos relevantes na historiografia.

Identifica-se o esforço das produções acadêmicas que visavam relacionar o regional ao nacional, sem perder de vista as suas particularidades históricas, fato observado por Vilhena ao analisar a missão folclórica no texto *Os intelectuais regionais*, publicado em 1997. Além disso, é possível notar que o movimento também procurava referências na interpretação de Gilberto Freyre, que, a partir de uma análise da cultura, tratou da estrutura agrária e patriarcal da sociedade brasileira, parte que interessou Pinheiro Machado ao tentar tratar das especificidades do desenvolvimento econômico no Paraná.

As referências para estudo da História do Brasil quase sempre partiam dos clássicos da Historiografia brasileira: Antonil, João Ribeiro, Oliveira Viana. Em uma das anotações de Pinheiro Machado encontramos:

O velho Oliveira Viana, que está fora de moda para a *'intelligentsia'* atual, que quer partir do presente imediato como se realmente tivesse havido uma insuperável ruptura na história – o velho Oliveira Viana ao analisar as fontes da formação brasileira, colocou-as na propriedade rural. Foi ele quem revelou esse fato, e sem esse pressuposto ainda hoje não se consegue um modelo explicativo da formação social brasileira (Pinheiro Machado, 1967, p. 67).

No trecho acima é possível reconhecer alguns posicionamentos. O primeiro é a ideia de ruptura com a tradição historiográfica, pois a geração dos anos 1960 procurava conter o avanço de outras referências teóricas na Universidade. Esta preocupação pode ser observada no uso do adjetivo “velho”, atribuído ao menos duas vezes a Oliveira Viana, o que pode ser relacionado à semântica de um autor que estava sendo visto como superado e a ideia de superação de um

autor tido como clássico provavelmente lhe gerou um certo desconforto, na medida que os historiadores que embasaram o pensamento social brasileiro e foram importantes para sua construção como pesquisador estavam sendo tratados como “defasados”. Em segundo lugar, a concepção do presente imediato como ponto de partida para a análise histórica deixava de lado a aceção de uma história como uma ciência do passado, entendida na relação temporal entre presente e passado. Por fim, mas não menos importante, a ideia de que a explicação histórica deveria ser capaz de elaborar modelos explicativos. Ou seja, Pinheiro Machado marcava um posicionamento diante das “novas” aceções acerca da escrita da História, tanto no Departamento de História da UFPR quanto na Historiografia.

Conforme pontuou Nicodemo *et al.* (2018) havia um intenso debate nas Universidades acerca da historiografia, bem como da definição da historiografia brasileira. Quais seriam os autores básicos? Quais conteúdos seriam importantes? Qual seria a bibliografia? Dentre os autores que trataram desse problema estão Alice Piffer Canabrava, José Roberto Amaral Lapa, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Moacyr Campos e José Honório Rodrigues (Nicodemo *et al.*, 2018).

O processo de exame da produção dos historiadores e a definição da historiografia estava também relacionada às mudanças no campo, pois, conforme ressalta Ferreira (2013), os cursos de História que inicialmente se preocupavam com a formação de professores, passaram a se direcionar à formação de pesquisadores.

Desta maneira, a preocupação de Pinheiro Machado pode ser verificada em autores do mesmo período, como Nilo Odália. O esforço em pensar uma forma de escrever História do Brasil como uma experiência particular, conforme mencionou Anhezini ao citar Odália: “[...] experiência passível de ser pensada por si mesma, e não por suas vinculações, estruturais, sem dúvida, com fenômenos gerais como o capitalismo, o imperialismo etc.” (Odália, 1997, p. 13 *apud* Anhezini, 2013, p. 14). Além disso, tecia críticas a algumas produções da década de 1970, como Nelson Werneck Sodré, a partir da metodologia marxista. Ou seja, diferentemente de Pinheiro Machado, Odália deixou evidente a sua recusa pelo marxismo, pois, identificava que as produções dos marxistas procuravam defender suas teses e realizavam uma leitura simplista do Marxismo (Anhezini, 2013).

O retorno aos considerados “primeiros historiadores” era um percurso necessário para definir o campo teórico-metodológico da disciplina e, ao propor o retorno aos clássicos, Pinheiro Machado deixava implícita uma preocupação com o lugar da tradição historiográfica na Historiografia em vias de formação. Ademais, esse ato de recordação de Oliveira Viana pode

ser entendido como um processo de reafirmação de sua consciência, que procurava se posicionar diante das lutas do presente. Como pontua Catroga (2001), ao discutir sobre a relação entre memória e historiografia, a memória pode assumir uma forma de legitimação e atualização do seu discurso, ao mesmo tempo em que pode demonstrar a preocupação com a degradação dessas memórias históricas ao longo do tempo.

Como pode ser observado em um texto de 1967, após discutir algumas particularidades da propriedade rural no Paraná, Pinheiro Machado deu destaque à produção de Alice Canabrava e esboçou uma crítica à historiografia brasileira dos anos 1960: “É, ainda, no erudito e lucido [sic] trabalho da professora Alice Canabrava, já antes citado, que vamos buscar os elementos para esclarecer o sistema de propriedade” (Pinheiro Machado, 1967, p. 89-90). Tal afirmação indica uma certa apreensão acerca das transformações no campo acadêmico, na dita “superação” dos autores considerados clássicos. Ao qualificá-lo como derivado de erudição, propõe demarcar um distanciamento entre as produções que estavam sendo elaboradas naquele contexto, como se não tivessem tanto aprofundamento.

Se de um lado levantava as discussões metodológicas da História, por outro colocava em pauta a questão do produtivismo. Pinheiro Machado se definia como um historiador do concreto e, para ele, a tentativa de explicar a história do Brasil a partir de algumas categorias, lhe provocava certa apreensão, como é possível perceber nos estudos realizados acerca da primeira República:

Por mais que eu me esforce não posso encontrar na historia concreta – que a que vale fundamentalmente – as classes sociais, como a conceituam os teóricos e os historiadores marxistas, na historia brasileira.

Admito-as, como conceitos teóricos perfeitamente definíveis dentro de uma configuração teórica e lógica, discerníveis como categorias lógicas da historia. Mas quando lido com a historia concreta, não consigo colocar esses grupos aqui ou ali, no cenário de ações históricas que estejam se desenvolvendo num momento dado (Pinheiro Machado, 1972, p. 341-342).

Para Pinheiro Machado, assim como para Odália, os historiadores estavam procurando enquadrar a realidade brasileira em conceitos que haviam sido elaborados para a compreensão do sistema capitalista europeu e conforme continua:

Eu, porém, sou um historiador ‘positivista, entendo a realidade como coisa positiva e o pensamento dialético me parece um pensamento mítico. Não me satisfaz. Não me explica. As ‘determinações’ dialéticas da historia, a mim, me parecem como se fossem ‘mitos’, e mitos construídos pelo historiador erudito.

Na linguagem mítica de Hegel, as classes sociais, para o historiador positivo como eu, são apenas ‘figuras de uma consciência’ e não ‘figuras de um mundo’ (Pinheiro Machado, 1972, p. 341-343).

Ao se referir à história positivista, Pinheiro Machado se utilizava da ideia de que a fonte poderia possibilitar o acesso a uma realidade empírica. Além do mais, propunha entender a sociedade sob uma acepção funcionalista, em que o corpo social possuía uma realidade a priori. Outro aspecto importante no trecho é a referência à Fenomenologia de Hegel, no qual, conforme tratou Pedro Mauad (2023, p. 19), as teorias revelariam parte da consciência de um saber, que pode ser entendida como uma forma de intuição rememorada pelo indivíduo. Assim, o conhecer é tratado como instrumento e não como um fim em si mesmo.

Ou seja, entender a realidade como uma condição objetiva que poderia ser analisada pela ciência histórica a partir dos documentos e que o pesquisador poderia manter uma posição de neutralidade em relação aos objetos de estudo. A preocupação com a objetividade na pesquisa fez com que Pinheiro Machado olhasse com certa desconfiança a chegada de novos paradigmas como veremos a seguir em relação à Nova História.

4.6 A CRÍTICA À *NOUVELLE HISTOIRE*

Por fim, nesta seção analisarei como Pinheiro Machado refletiu sobre a chegada da *Nouvelle Histoire* na historiografia, a partir de novos objetos e novos problemas de pesquisa. Ele apresentou desconfiança em relação à apropriação dos métodos das ciências sociais, bem como leituras e reflexões a partir de dois autores: Jacques Le Goff e Pierre Nora.

Em 1970, no caderno *Apontamentos, notas*, Pinheiro Machado tomou contato com novas perspectivas teóricas no campo da História, exemplo disso foi a *Nouvelle Histoire*, nome dado inicialmente à coletânea de três volumes organizada por Jacques Le Goff, que, como o nome de cada volume explicita, propunha tratar de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”, em parte uma forma de reação ao paradigma de Leopold Von Ranke, também chamado de “Rankeano”⁶⁴ ao refletir sobre a maneira de como se escreve a História. Influenciada pela antropologia cultural, a terceira fase dos *Annales* ampliava o número de objetos de pesquisa, uma História em que haveria espaço até para ausência dos seres humanos.

⁶⁴ O paradigma de Leopold Von Ranke tratava da História tradicional, que acreditava ser possível que os historiadores pudessem tratar os fatos sociais como eram na realidade. A escrita da História era compreendida a partir da narrativa de acontecimentos, sob um ponto de vista de ciência objetiva. Desde o início do século XX, a proposta já havia sido criticada pelo Materialismo e entre as discussões destacamos a respeito da concepção da História como ciência, aprofundada por Jacques Le Goff no livro *História e Memória*. Para aprofundamento, ver: **Uma reflexão sobre a História**. Disponível em: http://www.assis.pro.br/public_html/hcomp/ReflexaoSobreHistoria.html. Acesso em: 14 mar. 2024.

Nesse contexto observa-se a ampliação da demanda editorial, tanto de produtores como de consumidores da historiografia.

Para Barros (2013), este fenômeno gerou um certo mal-estar nos historiadores tradicionais, pois, em caminho inverso, sentiam que o programa dos “antigos *Annales*”, isto é, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, havia se perdido. A proposta de recorte de objetos particulares e temas de pesquisa, recebeu diversas críticas, por isso Le Goff tratou de responder parte delas no texto manifesto de 1987, prefácio da obra *Nova História* (1987). No campo das críticas, uma delas foi de François Dosse, *História em migalhas*, de 1992⁶⁵.

Os ditos clássicos dos *Annales*, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel começaram a ser criticados pela Historiografia francesa a partir dos anos 1970, momento em que, no Brasil, ainda vigorava a História Quantitativa. Jacques Le Goff propunha que os historiadores elaborassem mais análises qualitativas do que quantitativas, ou seja, a História Econômica passava a ser substituída pela História das Mentalidades e a Nova História Política. A aproximação da História com a Antropologia, , como referido anteriormente, vai se somando à interdisciplinaridade com a Linguística e com a Literatura (Barros, 2013).

Sob influência de Braudel, os historiadores se voltaram para a economia, principalmente em estudos sob o desenvolvimento do capitalismo, reforçando as teses do desenvolvimento europeu. A reflexão a partir da Nova História procurava esmiuçar o método e aprofundar como estava sendo tratado pelos historiadores, além disso, visava reafirmar a relação entre o passado e o presente, ao enfatizar como os problemas de pesquisa surgiam a partir de demandas contemporâneas, o que exigia todo um movimento de atualização por parte dos historiadores. A análise de Pinheiro Machado sobre a Nova História teria partido da leitura de uma *review* feita por Elie Kedourie⁶⁶ no *The time Literary Supplement*, de 07 de março de 1975. Para Kedourie, os historiadores dos *Annales* criticavam uma ideia que eles mesmos não conseguiam definir e essa concepção só ficaria mais clara nas outras gerações seguintes. De acordo com Pinheiro Machado:

⁶⁵ A Nova História pode ser identificada como um movimento que pode ser identificado com a publicação do livro “Nova História”. Em meio ao processo de crítica ao racionalismo, para a Nova História, os historiadores deveriam observar as discontinuidades e em contrapartida, realizar alguns retornos, como a História Política (em parte abandonada desde os *Annales*, principalmente pelo que Dosse definiu como o efeito “Braudel”. Tratava-se de um contexto em que os historiadores franceses passaram a ser convocados para juris, programas de TV, além disso, os historiadores, recusavam o título de uma nova escola, bem como rejeitavam as filosofias de História (Dosse, 1992).

⁶⁶ Elie Kedourie (1926-1992) foi um historiador nascido em Bagdá. Desenvolveu pesquisas na Inglaterra sobre o Oriente Médio. Foi uma referência importante para o pensamento político e para a Ciência Política. Disponível em: **Elie Kedourie**. Martin Kramer on the Middle East. Disponível em: <https://martinkramer.org/reader/archives/elie-kedourie/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Ao leitor de hoje, por isso mesmo, parece claro que o que os novos historiadores atacavam eram os velhos historiadores e não propriamente o *événement* na historiografia. Digo isso porque ninguém conseguia saber o que é o fato histórico. Só hoje, com uma nova geração de ‘novos’ historiadores do grupo dos ‘*Annales*’ é que se empreendeu a tarefa de conceituar o fato histórico [sic], o *événement*, na ‘*nouvelle histoire*’ e compara-lo com o fato histórico usado pela velha história [sic] (Pinheiro Machado, 1970, p. 44).

Assim, Pinheiro Machado explicita que, para ela, as novas tendências na historiografia não definiam um programa teórico consistente para que propusessem uma “nova história”. A partir do jogo de palavras entre o “velho” e o “novo”, procurava entender em que consistia a dita “Nova História”. Para Pinheiro Machado, o pensamento histórico francês buscou, por meio da historiografia, compreender as derrotas francesas do final do século XIX e início do XX, indicando uma certa tensão entre a escrita da História e o tempo presente. Na sua leitura, a Nova História possibilitaria aos historiadores se “desligarem” dos acontecimentos contemporâneos, reforçando o papel do método como garantia de objetividade,

Nessa linha, é interessante notar-se que a geração de ‘novos historiadores atual’, procurando definir o seu conceito de fato histórico [sic], procura alijar da ciência histórica o seu objeto de compreender a mudança social, para consagrar como principal objetivo da história profunda, não superficial, a compreensão dos elementos de inércia, de permanência das situações resistentes às mudanças. Desligando o pensamento histórico dos acontecimentos e dos problemas do homem contemporâneo francês, e dirigindo-o para o permanente, o inerte – estar-se-ia levando a ciência histórica para um nível do *savoir*, de saber, e retirando-o do seu vezo de comentador pessoal dos acontecimentos do dia [sic] (Pinheiro Machado, 1976, p. 45).

Ao usar a palavra *savoir* e depois repetir a sua tradução como saber, Pinheiro Machado enfatizou a preocupação científica dessa abordagem, pois a ciência histórica procurava estabelecer um novo status ao historiador, não mais de comentador dos acontecimentos do dia. O trecho acima pode ser compreendido a partir da sua leitura da coletânea organizada por Jacques Le Goff.

Em 1968, a Revista *Annales* passou a ser dirigida por Jacques Le Goff, Le Roy Ladurie e Marc Ferro. A Nova História foi interpretada como uma tentativa dos *Annales* em se manter “jovem”; essa geração recebeu inúmeras críticas, sendo uma delas a de não ter o mesmo rigor metodológico das gerações antecessoras. De certa forma, Pinheiro Machado lia a proposta dos “Novos *Annales*” com certa desconfiança, isso porque o peso do econômico se dissipava nos anos 1960, diante das novas demandas, a partir de novas técnicas, relação com outras ciências, como a Semiótica, a Psicologia, a Antropologia, a Linguística. A geo-história que ele tinha mais familiaridade nos anos 60, foi substituída pela História Antropológica, a História Cultural. Conforme observou:

Um dos ‘novos’ historiadores, acrescenta que a inercia [sic] é que é a grande via da História e não a transformação, e que a preocupação com a mudança social é um legado morto da historiografia do século XIX.

A essa preocupação de fugir á contemporaneidade do contemporâneo [sic] e a se abrigar na in contemporaneidade do contemporâneo – é que eu estou denominando de fuga (Pinheiro Machado, 1976, p. 46).

Para Pinheiro Machado, o passado também poderia ser estudado a partir das mudanças, sem necessariamente recair em uma perspectiva superada. Na sequência, ao refletir sobre a *Nouvelle*, termo usado por Pinheiro Machado ao se referir à Nova História, pontuou que a sua pretensão não seria problematizar a crise no pensamento histórico, mas entender como foi esse processo de deslocamento na História:

Certamente a crise perdura. Um dos sinais dessa crise é o deslocamento da História, do centro do campo científico, em que estava colocada no século XIX, para uma periferia cada vez menos significativa. Porque a história? Será que ele deixou de ter raízes nos problemas que afligiam os contemporâneos e se dirigiu para gratuita apologia de indivíduos vitoriosos e de identificações morais de situações? Em resumo, aperreada pelas ciências sociais que lhes arrebatavam com racionalidade o campo das explicações científicas, a História passou a ter tendência de se subordinar ao quadro teórico das ciências sociais. Cada vez mais passava a um segundo plano. Perdia a autonomia e a própria dignidade científica, com o ramo que ficava a fazer a crônica dos indivíduos, principalmente na história política (Pinheiro Machado, 1960, p. 46).

Interessante notar o deslocamento do uso em maiúsculo e depois em minúsculo, tal uso revela que a questão o afligia, ou seja, o que restaria ao campo de atuação da História? Na sequência, o uso da palavra História em maiúsculo e depois Ciências Sociais em minúsculo, que indica uma possível subordinação da História em relação aos quadros teóricos das outras ciências sociais.

Diante da ampliação temática dos “*Novos Annales*” e das novas metodologias, Pinheiro Machado receava que a fase documental ficasse em último plano, submetida às demais ciências, o que decorreria ao seu ver, na redução do caráter analítico da ciência histórica, uma vez que se tornaria uma narrativa dos indivíduos. Para o historiador, os historiadores franceses da *Nouvelle* teriam construído “moinhos de vento”, para depois combatê-los, conforme pontuou:

O primeiro D. Quixote combatente foi Lucien Febvre. Grande parte da sua obra é obra de combate. ‘Combate pour l’Histoire’. Diz o cronista do Times literário, citado acima ‘Foi de Berr, Lacombe e Simiand, que Febvre parece ter tomado a expressão pejorativa de ‘história historicizante’ e de ‘história événementielle’ (Pinheiro Machado, 1976, p. 47).

Ao compará-los a Dom Quixote, Pinheiro Machado atesta uma certa ingenuidade por parte dos historiadores que alegavam existir “novos problemas” e novos objetos. Em alguma

medida, como apontou Barros (2013), a terceira geração dos *Annales* foi acusada de ter “defenestrado” o legado de Fernand Braudel ao propor novas abordagens, reivindicavam a tradição dos primeiros Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre. Não tratava-se apenas de uma disputa interna no campo acadêmico, mas os “novos tempos” traziam também alguns retornos, como o retorno da narrativa, da história política e da biografia (Barros, 2013, p. 310).

Nos anos 70, os textos da primeira geração passaram a ser criticados e relidos, a história cultural que se estabeleceria a partir do diálogo com a Antropologia adquiria lugar de destaque. A ampliação das temáticas, não era acompanhada de grandes mudanças teóricas ou metodológicas.

Para entender melhor o movimento, Pinheiro Machado analisou o texto *Faire de l’Histoire, I – Nouveaux Problèmes*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974), do qual Pinheiro Machado leu a edição em francês. Para o historiador, Pierre Nora não possuía o mesmo quixotismo de Le Goff, isto é, já parecia ter definido os problemas que visava combater:

Pierre Nora, já nos dias de hoje, sem o quixotismo dos moinhos de vento, caracteriza a história do acontecimento, da seguinte forma: ‘Animados pela ambição de transferir para o domínio [sic] da ciências [sic] sociais os métodos das ciências experimentais (os historiadores positivistas) procuraram (primeiro) atestar cientificamente um fato, reconstruindo pacientemente para aprender todo o passado através [sic] de uma série [sic] de acontecimentos, estes próprios [sic] constituídos [sic] por uma ajuntamento de fatos e a religar a discontinuidade [sic] dos acontecimentos unicos [sic] á cadeia de uma causalidade contínua (Pinheiro Machado, 1976, p. 48).

O primeiro da coletânea de três volumes, organizada por Nora e Le Goff, *Faire de l’Histoire* trata dos novos problemas, sobre o quantitativo, o marxismo, novas abordagens com a Arqueologia, Economia, Literatura. Segundo Reis (2000) isso significou um movimento de aprofundamento epistemológico, como uma aproximação qualitativa.

O subsolo da História seria a história econômica, dinâmica de preços, salários, taxas intercambiais e isso garantiria precisão e clareza nos dados. Pinheiro Machado mencionou a proximidade de Febvre com a Psicologia, incentivando estudos dos sentimentos humanos como amor, morte, piedade, crueldade e felicidade. Para ele, a Nova História estabelecia uma nova relação da disciplina com a cientificidade e a realidade: “Faço, aqui, uma suposição para discuti-la depois: o acontecimento, o fato histórico, para a ‘nouvelle histoire’, é a modalidade com que o conceito de outra ciência se revela no nível concreto da história vivente, observável” (Pinheiro Machado, 1970, p. 50).

Como aponta Burke (1992), a mudança também continha um teor paradigmático, que tratava o fato a partir da imobilidade. As críticas eram a falta de definição de métodos e

problemas de pesquisa, na medida que precisaria incorporar conceitos de outras áreas de conhecimento, como o conceito de cultura da Antropologia ou abordagens do cotidiano a partir da Sociologia. A aproximação da História com a Antropologia e o afastamento do documento escrito fizeram com que Pinheiro Machado olhasse com certa preocupação para as abordagens da Nova História. Ele compreendia que, a partir dessa tentativa de renovação metodológica, não seria inesperado que a nova geração passasse a questionar os seus antecessores, assim como o Historicismo já havia feito com a História clássica, a partir da referência aos estudos de Johan Gustav Droysen em *Geschichte des Hellenismus* (1843), historiador alemão que contribuiu para os estudos de Teoria da História. Desse modo, desconfia que não precisa tudo ser destruído, isto é, deixado de lado, para dar espaço à Nova História.

Na sequência da análise sobre a Nova História, Pinheiro Machado discutiu os conceitos de acontecimento e de fato, a partir da discussão com François Furet, do qual faz uma longa citação do livro *L'historien entre l'ethnologue et le futurologue*, de 1971, publicado pela Mouton Editeur, em Paris⁶⁷. Para Furet, os acontecimentos seriam escolhidos a partir da relação que mantinham com a estrutura, e, até o século XIX, essa estrutura possuía uma orientação voltada ao futuro, em uma perspectiva teleológica. O acontecimento era constituído pelo fato histórico e seu sentido seria dado a partir de fatores externos ao acontecimento, na busca de um sentido, que podia ser manchesteriano, marxista ou hegeliano.

Para Pinheiro Machado, soava repetitivo problematizar o conceito de *événement*, representado na escolha da palavra tartamudear:

Esta aí nesse tartamudear que o teórico [sic] não consegue conceituar o 'événement'. E como se não soubessem o que está errado ou depassé na velha historiografia que precisar ser destruída para dar lugar a 'nouvelle histoire' [sic] (Pinheiro Machado, 1976, p. 52).

Certamente o que incomodava Pinheiro Machado era a ideia de superação de um modelo historiográfico por outro, pois, segundo ele, os historiadores da "*nouvelle histoire*" possuíam os mesmos objetivos dos *Annales*, no que se refere à preocupação da História em se situar em relação aos debates atuais e às demais Ciências Sociais. No entanto, esse movimento se dava a partir de novos objetos, novas fontes e novas técnicas de análise. Outro ponto importante debatido por ele foi o deslocamento da fonte para o método:

⁶⁷ *L'historien entre l'ethnologue et le futurologue* - Séminaire international, Venise, 1-8 avr. 1971 - Dominique Moïsi (Autor), Jérôme Dumoulin (Autor). É nesse livro que foi publicado pela primeira vez o texto do Le Goff "História e Memória".

Houve por parte dos historiadores de toda a Europa, um medo maior de ver seu trabalho dificultado pelo excesso de documentos do que pela antiga magreza de fontes. A vida inteira de trabalho de um pesquisador, então, não bastaria para dominar a história moderna (Pinheiro Machado, 1976, p. 53).

Além do mais, em diálogo com Lord Acton, uma das preocupações do historiador não deveria ser apenas o de reunir fontes para pesquisa, mas aprofundar as técnicas de análise das fontes, isto é, operando um deslocamento da organização para a teoria. O ofício estaria mais relacionado à análise crítica das fontes do que aos fatos e acontecimentos, ou seja, Pinheiro Machado reafirma que nisso consistia uma análise objetiva das fontes.

A fase que a UFPR viveu entre os anos 1960 e 1970 era a da organização das fontes e do estabelecimento de temas, preocupação que Pinheiro Machado identificava no historicismo do século XIX. Nesse ponto, indica a preocupação com a objetividade, que só poderia ser alcançada a partir de uma análise sistemática do documento, não da teoria pela teoria.

Esse deslocamento da importância dada ao método na História, em contraposição às fontes pode ser analisado a partir de Ricoeur (2007). A fase documental constituiu a base da cultura histórica que se estabeleceu na Universidade e foi tida como a garantia da objetividade do historiador, o qual teria uma competência para interrogar as fontes. O estatuto do arquivo como testemunho estava no cerne de sua identidade como historiador profissional. A primeira geração dos *Annales* havia tratado o problema de pesquisa como chave da investigação histórica e criticado os historiadores que partiriam apenas das fontes ao invés dos problemas.

Dito isso, a Nova História operava um deslocamento da acumulação de fontes para as técnicas, e, diante dessa nova Epistemologia, Pinheiro Machado demonstrava notória apreensão, pois qual seria o papel da crítica das fontes na ciência histórica? Notadamente, desde os anos 1960, ele demonstrava o apreço do historiador com os arquivos e lamentava que esta fase importante da operação historiográfica parecia ter sido negligenciada pela “nova” preocupação cientificista. Assim, ele comenta:

Esse é o sentido da imparcialidade do historiador. Não valiam as opiniões, valiam os fatos, os acontecimentos. E estes estavam apenas nas fontes. A crítica da fonte construiu [sic] a objetividade da história. Diz Lord Acton que um historiador estaria na sua mais perfeita forma quanto menos aparecesse nos seus escritos. Fustel de Coulanges dizia à [sic] sua audiência: ‘não pensem que estão me ouvindo, é a própria história [sic] que está falando!’. Michelet afirmava que o historiador devia ter ‘le désintéressement [sic] des morts’ e Ranke desejava se dissolver nas suas narrativas (Pinheiro Machado, 1976, p. 54).

Nesse ponto, procurou reafirmar seu argumento de que a metodologia possibilitava ao historiador extrair a verdade das fontes. Para ele, o historiador deveria elaborar a análise da fonte de forma mais objetiva possível.

A abertura dos arquivos nacionais possibilitaria aos historiadores vislumbrarem a evolução da sociedade. Visava, com isso, reafirmar a fase documental para a elaboração da pesquisa histórica, fase consolidada pelos historiadores historicistas. À fase documental atribuía um sentido de prova, uma forma de verdade histórica que poderia ser acessada a partir da operação historiográfica.

Pinheiro Machado entendia que o documento possibilitava ao historiador encontrar a verdade, comprovando um fato, um acontecimento. O fato histórico seria constituído a partir de uma série de documentos, que poderiam ser extraídos a partir de procedimentos, isto é, mediante um procedimento documental complexo, o que pode ser associado a uma concepção positivista de produção do conhecimento histórico.

Conforme observou Le Goff (2011), o documento não é apenas uma escolha do historiador e não deve ser analisado a partir dele mesmo. O historiador opera uma forma de deslocamento que pode ser relacionada às condições de sua produção, considerando os objetivos que o historiador possui na elaboração da narrativa. A partir da concepção da relação “documento-monumento”, é possível entender como o historiador produz silenciamentos e lacunas (Le Goff, 2011).

Para Pinheiro Machado, o acontecimento designaria a objetividade da História, a partir de operações científicas que, no seu entendimento, independeriam do historiador, pois partiriam do rigor científico. A análise realizada por ele foi conduzida a partir de uma reflexão de Lord Acton na *Inaugural Lecture on the Study of History*, em Cambridge, em junho de 1895.

Para o historiador paranaense, a escrita da História possibilitava o entendimento da manifestação humana por meio do movimento dos acontecimentos. Visando reforçar a particularidade histórica, procurou entender as particularidades do método:

Em face de perguntas como essas, e outras da mesma natureza, é que nasce logicamente a ciência histórica. E nasce, primeiro, como um método. E esse método tinha como preocupação primária a conceituação do acontecimento. A corrente contínua é inapreensível na sua inteireza. A história não podia ser uma ciência de síntese. A análise histórica era metodologicamente a operação fundamental para a captação da realidade (Pinheiro Machado, 1970, p. 56).

Ao afirmar uma ideia de natureza histórica a partir do método, o historiador procurava construir um posicionamento diante das renovações teórico-metodológicas. Esta preocupação

pode ser relacionada ao problema da representação historiadora, isto é, de como a História se relaciona com os eventos e acontecimentos e como os narra. Assim sendo, procurou discutir o fato histórico na pesquisa em História

Pinheiro Machado continuou sua reflexão em um segundo caderno intitulado: *A fuga* – 3. O caderno, sem paginação, foi escrito em 1976, no qual Pinheiro Machado avaliou o livro *Écrits sur l'Histoire*, de Fernand Braudel. Em uma breve pesquisa, constatamos que o livro só chegou ao Brasil em 1978, a partir de uma tradução da editora Perspectiva, ou seja, mais uma vez o historiador acessou às edições originais em francês. Conforme observou Pinheiro Machado, o livro era uma coletânea de artigos de Braudel e reunia parte do que foi escrito ao longo de décadas sobre a natureza da História. Para início da reflexão, ele problematiza se haveria um mundo novo, com novos significados e novas formas simbólicas, que requeria novas reflexões:

Nessa linha, um mundo novo apareceria quando a realidade existencial tomou novas formas, pela modificação do modo de compreensão da vida cotidiana, pela alteração do sistema simbólico pelos quais os homens do mundo do senso comum comunicam os significados desse mundo e pelos quais constroem seus projetos de ação e de conduta.

Pois bem, é sobre esse mundo do senso comum que se estabelece o mundo do senso científico [sic]. Como se a ciência [sic] fosse a forma de explicação lógica da realidade do mundo do senso comum.

A história é uma dessas ciencias [sic] que visam explicar logicamente o mundo comum.

Sera discutível que não seja assim? É possível [sic]. Diante dessa dificuldade de se determinar um objeto para a ciência histórica, um corifeu da 'nouvelle histoire' declarou: 'Personne n'est plus capable de donner une bonne définition, même approximative, de l'histoire' (François Furet, em intervenção em seminário, in 'L'historien entre l'ethnologue et le futurologue' – Mouton Editeur Paris – La Haye – 1972 – p. 41) (Pinheiro Machado, 1976).

Na citação, o que fica evidente é que o historiador não acreditava que fosse necessário recorrer a novos métodos para se escrever História, isto é, acreditava que a ciência deveria corresponder às transformações da realidade. Para Pinheiro Machado, não havia um novo sistema simbólico que requeria novos conceitos. Além disso, o que estava sendo questionado era uma pretensa indefinição do objeto de estudos da História. Em uma breve pesquisa no dicionário, corifeu é a denominação dada ao regente de coro do antigo teatro grego, pessoa de maior destaque do grupo, nesse caso, Pinheiro Machado se refere a François Furet.

Peter Burke (1992), ao analisar a Nova História, identifica que ela propunha um novo caminho, a História Nacional e História Regional passavam a competir com a História Mundial. Isto é, de alguma forma reconhecia que a globalização havia afetado as formas de compreensão da relação entre passado e futuro. Para o historiador, esse movimento pode ser relacionado à

preocupação dos historiadores que, ao se aproximarem de forma excessiva à Economia, criaram uma fissura com a História Cultural. Nos anos 90, Burke ainda se questionava o que haveria de novo na “Nova História”, se ela era um modismo ou se conseguiria se manter a longo prazo.

Dessa maneira, os questionamentos de Pinheiro Machado dialogavam com o debate acadêmico daquele contexto. O historiador fazia questão de escrever em francês *Nouvelle Histoire*, ou seja, reforçando sua vinculação à historiografia francesa, a partir da publicação da coletânea de ensaios, publicados em três volumes, a respeito das consideradas “novas abordagens”, “novos objetos”. Conforme pontuou Burke, a Nova História também pode ser entendida como uma reação ao paradigma científico da História, identificado pelo paradigma Rankeano (Burke, 1992).

A Nova História propunha uma análise da História da cultura, bem como uma História vista de baixo, das pessoas comuns. Esse movimento aconteceu não apenas na França, mas na América Latina, na Índia, nos Estados Unidos. Além disso, Burke reconhecia algumas dificuldades, tanto na imprecisão de alguns conceitos como a “história vista de baixo” ou “cultura popular” (Burke, 1992). Ademais, o historiador precisaria de mais fontes para responder às novas perguntas, bem como novas ferramentas para compreensão das formas pelas quais os indivíduos entendem o mundo. O senso científico tinha como base o senso comum, e era a partir dele que a ciência se tornaria uma forma de explicação lógica da realidade, bem como a História.

Na continuidade do pensamento, ele se questiona por que não seria possível identificar a História pelos seus objetos e técnicas de trabalho. Os objetos de História estariam sempre variando, tanto pela expansão do campo como pela especialização. Outra vez, discute acerca da pretensa novidade da Nova História, a partir de novas abordagens e novos objetos:

A ‘nouvelle histoire’ ampliou o campo de interesse histórico [sic]. Incorporou “novos objetos” ou novos objetivos. Esses novos objetivos, decorrentes de novos campos, exigiu novos métodos [sic] para atacar os problemas surgidos daquela incorporação. E com novos métodos, novas técnicas de pesquisa (Pinheiro Machado, 1976, grifo do autor).

De todo modo, Pinheiro Machado entendia que a Nova História havia construído novos problemas de pesquisas e, para tal, precisou mobilizar novos métodos. Para ele, a proposta estabelecia uma nova relação com as Ciências Sociais, o que mudava o objetivo da História. Tal fato lhe gerou uma certa apreensão com os desdobramentos da relação entre teoria e metodologia na historiografia, pois as ditas “novas” abordagens pulverizariam a diferença da

História com as demais Ciências. Após isso, ele tentou reafirmar ao problema incitado por Braudel, se um “novo” mundo requeria uma nova História, para o que afirma:

A historia é ciência [sic] da realidade e não filosofia ou ciência do conceito. Este é um postulado básico [sic]. Abandona-lo, seria abandonar a historia, como corpus de conhecimento. Não é, evidentemente, a realidade total que é objeto básico da historia [sic]. É a realidade social. E a realidade social é o mundo do senso comum.

O mundo do senso comum mudou. Ha, no presente, um novo mundo do senso comum, no sentido de que este já se diferenciou de um mundo de senso comum, que já é passado, ou – como diria Hegel – há [sic] uma realidade que já cumpriu seu processo de formação e que, por isso, já se realizou. Esta é o mundo novo. Mas é um mundo novo humano, social, que o observador só pode captar através [sic] do senso comum dos homens e das sociedades que o estão modelando (Pinheiro Machado, 1976).

O caminho escolhido por ele era o de reafirmar o estatuto epistemológico do conhecimento histórico, como uma ciência autônoma em relação às demais Ciências Sociais. Enquanto uma ciência que estuda a sociedade, deveria partir da realidade que já cumpriu o seu processo, ou seja, de processos já encerrados. Com vistas a buscar uma solução ao problema discutido acima, recorreu a Braudel:

Numa leitura de Braudel, posso compreender que um dos traços talvez mais significativos do ‘mundo novo’ é a verificação do apagamento do indivíduo diante do peso da sociedade, e da inanidade do acontecimento individual que se perde e desaparece rapidamente na velocidade do processo de formação da realidade. Certamente, Braudel não disse isso, mas sim foi minha leitura (Pinheiro Machado, 1976).

Na apreensão de Pinheiro Machado, havia duas realidades: a primeira seria a do senso comum, das pessoas que vivem a vida cotidiana; a segunda seria das pessoas que vivem no mundo científico. O mundo do senso comum estaria em processo inacabado e, conforme observou o historiador, nele, o indivíduo e o acontecimento perdiam força. Ele chama a sociedade de rebanho, em uma paráfrase de Nietzsche, pois seria por meio dela que a Nova História se propunha a analisar a realidade. Para o historiador, com o apagamento do indivíduo, a partir da predominância dos estudos da História Social e Econômica, a historiografia ficava sem sentido. Desse modo, ele critica tanto a produção historiográfica alemã quanto a francesa:

Em um Seminário [sic] sobre historia politica [sic], um historiador alemão fez notar que os modernos historiadores estudavam todo o período [sic] das décadas de 1920 a 1930 sem fazer a minima referencia a Hitler. Como se a ‘hipotese Hitler’ [sic] não fosse necessaria a explicação. Disse aquele historiador: ‘Ha [sic] um a forte tendencia a descrever a historia da Alemanha dos anos vinte e trinta em termos de evolução puramente social e economica (Pinheiro Machado, 1976).

O pesquisador alemão que ele citou era Karl Dietrich Bracher⁶⁸, no Seminário de Veneza, de 1971. Tratava-se de um caminho conceitual – novamente combinando teoria e a produção do conhecimento, visto que, na interpretação de Pinheiro Machado, os historiadores estavam se rendendo ao contemporâneo e perdendo sua particularidade, e isso faria com que a História perdesse seu “status” de ciência, tornando-se ciência auxiliar. Na compreensão de Pinheiro Machado, a atividade do historiador consistiria em reconstruir a realidade, mesmo que esta às vezes não fosse um fenômeno recorrente, como nas ciências naturais. Diante disso, Pinheiro Machado afirma que, para a *Nouvelle Histoire*, a reconstrução dos acontecimentos seria uma interpretação pessoal do historiador:

Na realidade, não há certeza de que as reconstruções históricas dos historiadores sejam realmente reconstruções. Não há um ponto de referência, um critério, pelo qual possamos afirmar que o historiador narrou as coisas como elas realmente aconteceram. Assim, pois, as reconstruções históricas seriam interpretações dependentes do *pathos* do historiador. Seriam verdades ideológicas e não verdades científicas – se é que há uma coisa e outra (Pinheiro Machado, 1976, grifo do autor).

Pinheiro Machado enfatiza o conhecimento histórico como produto de interpretação, que derivaria da articulação teórica, e utiliza o conceito de *pathos*, ligado à retórica, isto é, à capacidade de sistematizar argumentos, reconhecendo que elas são construídas a partir de sentimentos, mas que originalmente se refere à capacidade de mobilizar provas lógicas ou psicológicas. O *pathos* também é relacionado às emoções que são provocadas nos telespectadores em uma apresentação teatral⁶⁹. Assim como no uso da palavra “corifeu”, Pinheiro Machado mobilizava conceitos filosóficos para entender o processo de engendramento da Nova História, o que em parte revela sua compreensão de que os historiadores procuravam corresponder às expectativas do público, neste caso, do campo acadêmico.

Pinheiro Machado lamentava que o estágio documental do trabalho historiográfico fosse relegado a segundo plano e procurava alertar para o fato de que a *Nouvelle Histoire* estava “jogando a criança com a água do banho”, visto que, até mesmo os arquivos deveriam ser repensados, a partir dos novos interesses e novos conceitos. Tal inquietação remete a um sentimento de apreensão de que a historiografia que ele ajudou a construir pudesse ser renegada e tida como superada, como evidencia:

⁶⁸ Karl Dietrich Bracher (1922-2016) foi um historiador especialista na Alemanha nazista. Disponível em: [https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/february-2017/karl-dietrich-bracher-\(1922-2016\)](https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/february-2017/karl-dietrich-bracher-(1922-2016)). Acesso em: 01 nov. 2023.

⁶⁹ Dicionário de termos literários. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/pathos>. Acesso em: 01 nov. 2023.

A historiografia clássica foi construída a partir de arquivos elaborados e tratados segundo as regras críticas que nos legaram os Beneditinos mauristas do século XVIII e os historiadores alemães do século XIX. A historiografia serial de hoje deve reconstituir seus arquivos em função da dupla revolução metodológica e técnica, que transformou os procedimentos e as regras da disciplina (Pinheiro Machado, 1976).

Nesse ponto, o historiador procurou enfatizar o processo de constituição do campo historiográfico a partir do Historicismo, reconhecendo o percurso de consolidação da ciência histórica a partir da renovação metodológica historicista e da renovação teórica dos *Annales*.

A história historicista compreendia que o objeto de estudo do historiador era o passado, estudado a partir do seu próprio sistema de valores. Conforme observado por Reis (2002) o historicismo possuía um valor pedagógico, isto é, como suplemento aos valores nacionais que se opunham ao Socialismo, a partir de uma história que analisasse o passado de uma forma científica, valorizando as diferenças ao invés das continuidades, como propõe os *Annales* e a Nova História.

Parte da Nova História buscava seriar os fenômenos, ou seja, a escolha dependeria da sua repetição em uma unidade de tempo, para que o historiador pudesse compará-lo. Pinheiro Machado fez uma citação de François Furet – *Le quantitatif em histoire*, in *Faire de l’histoire*, (Ed. Gallimard – Paris, 1974), o que para ele significava retomar o problema em torno do fato histórico. Esse fato deixa claro que uma das críticas à Nova História era em parte dirigida às reminiscências do historicismo na Historiografia e, por isso, procurava construir uma concepção de ruptura com a abordagem historicista, pois os fatos que antes o historiador levantava para dar sentido ao contexto poderiam ser estudados em si mesmo. Para Pinheiro Machado, a História deixava de problematizar o contexto, uma abordagem mais próxima da Sociologia.

Para Burke (2005), a extensão realizada pela Nova História exigia que o historiador repensasse o acontecimento, dialogasse com outras áreas do conhecimento, como a Psicologia e a Linguagem. Tal articulação provavelmente faria com que houvesse uma subdivisão interna, para dar conta dos métodos e, cada vez mais, os novos historiadores procuravam aproximar as estruturas dos acontecimentos, visando, assim, tratar os fenômenos sociais em uma perspectiva mais ampliada, a partir de novos olhares.

Pinheiro Machado tentou relacionar a abordagem da Nova História com Braudel: “A ‘nouvelle histoire’ se rebela contra esse procedimento. Braudel procura, primeiro, redefinir o que é a realidade social que deve, primeiramente, ser captada pelo historiador” (Pinheiro Machado, 1976). Interessante notar que a menção à Nova História sempre aparece escrita em minúsculo na fonte.

Segundo Hunt, o enfoque da história total passava a ser substituído por estudos cada vez mais delimitados, em diálogo com a Antropologia, a Psicologia, fizeram com que os historiadores propusessem uma história social da cultura em meio ao processo de declínio da História Econômica e Demográfica, por volta da década de 1980.

Pinheiro Machado procurava assim entender o processo de mudança de interesse dos historiadores a partir dos quais o pesquisador delimitaria suas pesquisas. Conforme pontua, esse corte poderia ser feito a partir de diferentes interesses, dos quais listou alguns: relação que estabelecem entre os acontecimentos; acontecimento que se destaca em comparação aos outros; cronologia; enfim, de diferentes formas. Além disso, visava reafirmar a relação entre passado e presente como fundamento da pesquisa histórica:

Assim, no pensamento de Droysen, a essência da ciência histórica [sic] está na compreensão e na interpretação do acontecimento construído [sic]. A ciência histórica, pois, ainda segundo o pensamento de Droysen, não tinha como base a crítica, mas uma epistemologia que tratasse cientificamente da crítica [sic] da interpretação e da compreensão (Pinheiro Machado, 1970, p. 60, grifo do autor).

Deste modo, procurava reafirmar que o trabalho do historiador consistia em compreender como as mudanças aconteciam através do tempo. Em diálogo com Troeltsch, o historiador salienta que os objetos propostos pelos historiadores são sempre novos, destacando a relação que os indivíduos estabeleceriam com as estruturas:

Esse fato histórico, assim entendido, tomou o nome de ‘totalidade individual’ ou ‘individualidade histórica’, na linguagem dos historiadores que os construíam como unidades de acontecimento histórico. Aquela ‘totalidade individual’ poderiam ser - diz Troeltsch ‘os chamados indivíduos ou homens particulares no sentido ordinário’, mas, continua a crítica do historicismo, acrescentando ao fato criticado os processos de compreensão e da interpretação – ‘como toda a análise mostra, tal indivíduo só pode ser entendido dentro de uma totalidade maior, de uma família, de uma linhagem, de uma classe, de uma época, de uma situação espiritual geral, em conclusão, de uma revelação humana (Pinheiro Machado, 1970, p. 62).

Para Pinheiro Machado, os historiadores não deveriam pesquisar as individualidades biográficas, particulares, mas as individualidades coletivas. Ao buscar como base metodológica o historicismo, o evento seria uma totalidade orgânica, pensada na sua relação com o todo. Para os historicistas tudo se move, não há uma natureza humana. O historiador lamentava que essa não era a definição de fato adotada pelos historiadores da Nova História:

Para o historicismo não há uma natureza humana. O homem, a sociedade são produto da história [sic]. Como diria Ortega y Gasset mais tarde: ‘o homem não tem natureza, tem história’, e a história [sic] é uma transformação contínua, real e potencial, onde o

mesmo homem não atravessa o mesmo rio duas vezes (Pinheiro Machado, 1970, p. 64).

Pinheiro Machado prosseguiu no aprofundamento das atualizações historiográficas dos anos 1970, neste momento, a partir da natureza do problema de pesquisa:

A existencia (e oposição) de duas correntes nas ciencias humanas e nas ciencias sociais [sic], de que o estudo seja feito por meio de problemas ou seja um estudo sistematico [sic] do objeto em questão - não é nova. São dois pontos de vista muito antigos e viveram sempre em antagonismo, um procurando destruir o outro (Pinheiro Machado, 1976).

Pinheiro Machado mencionou uma questão que eu havia identificado quando analisei a História Demográfica na produção da historiadora Altiya Pilatti Balhana: os historiadores paranaenses procuravam, a partir das pesquisas de longa duração, se desvencilhar de questões políticas e sociais, ou seja, o que também possibilitava uma forma de autopreservação acadêmica. Ele escreve:

Seriam os problemas humanos e sociais, os problemas políticos, economicos? Não, não são esses, porque esses problemas exigiriam 'posições' do historiador e é justamente contra o engajamento que a 'nouvelle histoire' luta. Então que especie de problemas? Pelo que tenho lido nas obras da 'nouvelle histoire', os problemas que servem de base às suas construções são os proprios problemas tecnicos de procedimentos do historiador. Por exemplo, a construção das longas séries de preço numa certa unidade de tempo, apresenta apenas os problemas tecnicos da pesquisa, do tratamento das fontes e dos dados e da construção do grafico, afinal, a série, que tem de ser feita com dados homogeneos e contínuos nada mais abrange do que, por exemplo, o preço. Não tem referencia nenhuma com a politica, com a propria atividade economica, com as outras 'realidades sociais'. É um simples 'événement', que dispensa interpretação, que não tem significação, e que vai para as prateleiras dos arquivos para completar, junto com outras séries, aquela história 'em miettes' a que se referia Furet. (Pinheiro Machado, 1976).

Para ele, o historiador havia se rendido à organização das fontes e o estudo das séries e isso não possibilitava um estudo mais aprofundado, relacionando às fontes a outros indicadores como a política, a economia, enfim com a realidade social. No entanto, é importante ressaltar que como um historiador já estabelecido academicamente, com vários capitais acumulados, lhe era permitido tratar de certos temas com mais liberdade. Nos anos 70 Pinheiro Machado possuía uma bagagem teórica bastante ampla, já era reconhecido no campo acadêmico.

Haveria uma ruptura na abordagem entre o Historicismo e a Nouvelle Histoire, pois, os fatos que antes o historiador levantava apenas para dar sentido ao contexto, devem ser estudados em si mesmo. Uma abordagem muito semelhante a da Sociologia, pois, a História deixava de problematizar o contexto.

Na sequência, questiona para que serviria a tal da “História-picadinho” (em seus termos). Será que ela possibilitaria uma melhor apreensão da realidade ou não seria este o seu objetivo? Ele cita um trecho de François Furet, do livro *Faire de l’Histoire*, de que a pesquisa em História decompunha a atividade humana, a partir de orientações científicas, pois, a seu ver, a Nova História rejeitava a ideia do período histórico, da Idade Média, do Renascimento, o Iluminismo, como os historicistas compreendiam. Conforme aponta Pinheiro Machado, se isso fosse aplicado à História do Brasil acarretaria em:

(...) não ha um periodo colonial, nem um periodo monárquico, nem um periodo republicano. Ha sim, uma evolução em ritmos muito diferentes dos fenomenos economicos, sociais, politicos, mentais etc, desde a formação da sociedade brasileira, continuamente, até hoje [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

De acordo com Barros (2013), a nova perspectiva tinha as “bênçãos” de Fernand Braudel, o que mais tarde levaria à compreensão de que se tratava da terceira geração dos Annales. François Dosse e Josep Fontana elaboraram críticas à história em “migalhas”. O que ainda fica evidente na compreensão de Braudel e de Pinheiro Machado, de como os “novos historiadores” lidariam com as heranças do campo, que, no caso de Braudel, expressaria uma forma de se manter viva a herança de Marc Bloch e Lucien Febvre. Para Barros, os “novos tempos” traziam algumas incertezas quanto à natureza do conhecimento histórico, bem como o papel da História no tempo presente (Barros, 2013).

Pelo que Pinheiro Machado expõe, ele também temia que o projeto da História Total fosse abandonado em detrimento a uma História cada vez mais compartimentada. Além disso, como observou Barros (2013), a Nova Escola “defenestrou” Braudel da Revista *Annales* e mais tarde da terceira geração. De certa maneira, a forma como os historiadores estavam lidando com as tradições historiográficas levou com que a historiografia que Pinheiro Machado ajudou a fundar também fizesse um movimento semelhante.

A Nova História, para Pinheiro Machado, tratava a evolução social a partir de diferentes ritmos temporais, com diferentes velocidades, atrasos e descompassos. Estas diferentes velocidades poderiam ser apreendidas em séries contínuas, em que cada série deveria ser tratada a partir da particularidade da sua natureza, o que demonstra uma certa apreensão de que a História estava perdendo sua especificidade, a questão temporal:

Na construção das séries, cada nivel da Historia é tratado com os conceitos da ciencia social que corresponde à natureza do nível. Por exemplo, as series correspondentes ao nivel economico da historia são ordenadas pelos conceitos e pela metodologia da ciencia economica; as series correspondentes ao nivel social são ordenadas pelos conceitos da Sociologia; as series correspondentes ao nivel das mentalidades são

ordenadas pelos conceitos da psicologia social, e assim por diante [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

A partir de sua análise, Pinheiro Machado compreendia que o uso de diferentes referenciais teóricos para dar conta dos novos objetos pulverizaria a análise. Fica evidente que, para ele, antes o historiador escolhia sua metodologia e seus referenciais de forma mais integrada, ou seja, se fosse uma análise econômica, a Economia, se fosse as relações sociais, a Sociologia. Ademais, chamou a atenção para a nova relação que os historiadores estabeleciam com a fase documental, ou seja, a relação com os arquivos. Mencionou o posicionamento de Albert Soboul, no Seminário de Saint-Cloud, de que a História não podia ser uma ciência da síntese. Ademais, o método monográfico também não seria aplicado à História serial:

Isto porque a base documentária só pode ser alcançada pela quantificação dos dados e sua organização serial. E por ser serial, a base documental tem que ser organizada com dados homogêneos e contínuos. A continuidade do homogêneo é a própria conceituação técnica da série [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

No trecho acima é possível identificar que a concepção historiográfica de Pinheiro Machado ainda guardava profunda relação com o modelo monográfico que havia sido introduzido no Brasil a partir do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Além disso, deixava transparecer o pensamento de que o historiador ideal seria um profundo conhecedor das fontes, com forte erudição e com uma relação particular com o presente, ou seja, fundamentado na combinação entre empiria e teoria, necessariamente nesta ordem.

Como dito anteriormente, outra divergência era a concepção de tempo que a Nova História propunha e como esta refletia na compreensão do espaço e da duração:

Na historiografia clássica, o tempo era uma categoria da história. A sua categoria principal. Não tivéssemos uma noção de tempo, não teríamos uma noção de história. A 'nouvelle histoire' mudou o ângulo do entendimento. O tempo não é simplesmente uma categoria importante, subjacente a toda construção historiográfica. O tempo é o próprio objeto da história [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

Para Pinheiro Machado, a multiplicidade de objetos deixaria de lado a especificidade da História como uma ciência que tratava das ações humanas no tempo. Ao problematizar a categoria de tempo, o tratou como um problema de ordem filosófica, além disso, se via diante de um novo regime de historicidade, que, como um instrumento teórico, propunha uma forma de tratar o tempo muito particular. Como destacou Hartog (2015), o mundo ocidental havia caminhado rumo ao futuro, por isso, passava a ser confrontado diferentemente. Ao retomar a

Certeau, Hartog reconhece que o tempo se tornou um objeto taxonômico da História e a escrita se configurou como uma forma de tratar a experiência temporal (Hartog, 2015).

No final do século XX, os seres humanos se vêem diante de uma fenda, um passado que não está abolido ou esquecido, que não possibilita imaginar um futuro. Ao historiador, se coloca a apreensão de não conseguir mais compreender o mundo, uma experiência de tempo desorientada.

Ainda tentando responder essas inquietações acerca do tempo, Pinheiro Machado procurou historiar o conceito de temporalidade de Braudel, a partir da Filosofia de Bergson:

O conceito de duração, Bergson usa para caracterizar os estados psíquicos, enquanto esses estados se sucedem sem justaposição, mas resolvendo-se uns nos outros. Diz ele: a duração pura é a forma que toma a sucessão de nossos estados de consciência, quando nosso eu se deixa viver, quando se abstem de fazer uma separação entre o estado do presente e os estados anteriores (Pinheiro Machado, 1976).

Em diálogo com Bergson, Pinheiro Machado define que a duração não seria especializada, mas uma clareza onde não existem estados de consciência, como um exercício de compreensão da relação entre tempo, duração e espaço. Ao problematizar a categoria de tempo a partir do francês Henri Bergson (1859-1941), o historiador afirma que o tempo dos cientistas sociais seria um tempo esquematizado, incompatível com o tempo real. Nesse sentido, ele recorre a exemplos práticos, procurando dar inteligibilidade a conceitos difíceis, o que evidencia a sua didática ao tratar de temas tão complexos como a questão da temporalidade na História:

Suponhamos que um indivíduo está preso numa cela escura no porão de um navio, que está fazendo um percurso qualquer. O prisioneiro não percebe o espaço que o navio está fazendo nem o tempo que o navio levou para cobrir o espaço no qual se deslocou. Ele percebe, sem dúvida, o navio em movimento, sente a situação no escuro, a sua própria situação, mas a realidade é aquela em que se encontra sem referência à passagem do tempo e do espaço [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

A sua exemplificação traz o espaço da cela em que o tempo é quase parado. Ou seja, o espaço é capaz de modificar a apreensão que o indivíduo tem do tempo, neste sentido, pensado como experiência. As realidades sociais só poderiam ser estudadas por elas mesmas e, para Pinheiro Machado, isso faria com que o historiador deixasse o tempo especializado e passasse a deslocar seu olhar para as situações em que estão os homens.

Conforme pontua Coelho (2004), Bergson procurava se desvencilhar da ideia de tempo como abstração, pois nem mesmo a Matemática tratava de um tempo real. O tempo no qual a mesma causa gerasse o mesmo efeito seria o tempo da matemática e da física, isto é, um tempo

reversível, através do qual se pode medir as coisas; para Bergson o tempo estava repleto de espacialidade. A partir da concepção de tempo psicológico, procuraria os estados de consciência como coisas materiais, o que ele denomina de temporalidade psíquica (Coelho, 2004).

Na continuidade do aprofundamento sobre a Nova História, Pinheiro Machado afirma que os historiadores não ousaram conceituar teoricamente a longa duração. Em sua leitura, o conceito oculta diferentes realidades, que podem estar relacionadas a diferentes níveis do desenvolvimento social.

Ao que tudo indica, uma problemática também se colocava a Pinheiro Machado, a de refletir sobre a categoria de tempo, que havia sido naturalizada pelo historiador. Além disso, ele havia vivenciado outras ordens do tempo, antes analisadas sob o ponto de vista das sucessões. A quebra com uma visão da História Universal, diante das novas experiências temporais em um período de crise, torna-se presentista. O historiador procura compreender os novos pontos de vista e quais seriam as suas implicações epistemológicas.

Ao investigar a singularidade da ciência histórica a partir da *Nouvelle*, Pinheiro Machado se deparou um problema da teoria da História, a partir do qual procurou entender como se daria o processo de construção do conhecimento histórico, através da ótica fenomenológica, procurando atribuir um sentido.

Pinheiro Machado tenta entender quais seriam as intenções dos historiadores da Nova História e como ficaria o status científico da disciplina. Ele não quis continuar a pensar esse problema da História com a Filosofia e voltou à questão do tempo e da duração:

Todos esses entendimentos não se distanciam muito do senso comum. Os historiadores da 'nouvelle histoire' tem uma repugnância declarada pela filosofia, com medo de contaminações com a filosofia da historia ou, talvez, de voltar a aquilo que Braudel chama de 'humanisme retrograde'. Parece, porem, que o motivo principal de repulsa á filosofia, é o perigo de a historia voltar aos seus quadros não-científicos quando todo o esforço da 'nouvelle histoire' é, como diz François Furet, 'la constitution de l'histoire comme savoir' [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

Esse afastamento da Nova História em relação à Filosofia recaía em uma querela antiga, dos quadros relacionados à filosofia da História. Conforme problematizado no capítulo anterior, Pinheiro Machado procurava entender a organização social sob uma perspectiva filosófica, na qual o pesquisador analisaria as experiências a partir de um saber científico. A partir da concepção da Filosofia, a História partia de uma racionalidade, o que reforçaria o seu estatuto metodológico e contribuiria para tornar mais objetiva a relação entre sujeito e objeto.

Para Pinheiro Machado, a Nova História não utilizava o conceito de todo, pois, construir uma história global era uma pretensão do historicismo. Conforme observou, a Nova História

não pretendia se limitar ao microscópio, mas reagrupar muitas séries e propor a interpretação de um sistema:

Ela vem sendo elaborada e não conseguiu ainda um quadro conceitual. Em oposição dialética à velha historiografia (sempre presente, embora oculta, nos trabalhos da ‘nouvelle histoire’ a nouvelle histoire parte dos quadros conceituais, dos métodos e das ambições das outras ciências do homem e das ciências sociais – a economia, a sociologia, a antropologia, a psicologia social – para reencontrar o velhíssimo acontecimento, o ‘événement’, violentamente colocado entre parentesis nos procedimentos atuais dos historiadores da ‘nouvelle histoire’ (Pinheiro Machado, 1976).

O jogo de palavras entre o “novo” e o “velho”, reflete uma forma de reconhecer que a “velha historiografia” tornou possível o desenvolvimento dos métodos e garantiu o reconhecimento da História como disciplina. Além disso, Pinheiro Machado tentava apontar para os limites do programa assumido pela Nova História, ao tentar substituir a “velha historiografia”, sem ao menos delimitar um quadro conceitual próprio. Isso o leva a questionar os limites de aplicabilidade dos conceitos das Ciências Sociais em História, conforme pontua:

A ‘nouvelle histoire’ inverte o processo. A cadeia de realidades que o historiador antigo vai levantando e escolhendo para firmar a prioridade do acontecimento é, nessa velha historiografia, na expressão de Braudel, apenas um ‘pano de fundo’ no palco do acontecimento. Mas esse pano de fundo é a própria realidade. Deve ser estudado em si mesmo. Sem esse estudo, o acontecimento não teria sentido (Pinheiro Machado, 1976).

Pinheiro Machado embasou sua argumentação a partir de Braudel, enfatizando a relação entre o indivíduo e o acontecimento. O indivíduo é uma abstração, não é isolado em si mesmo, e suas experiências se fundamentam em uma realidade mais complexa. Ao citar Braudel, o historiador enfatiza a necessidade de entender quais forças que atuam sobre o indivíduo:

Invocando Lucien Febvre, dizia Braudel: ‘(A história) sempre lhe apareceu como uma explicação do homem e do social a partir desta coordenada preciosa, sutil e complexa – o tempo – que apenas nós, os historiadores, sabemos manejar, e sem o que nem as sociedades nem os indivíduos do passado ou do presente não retornam a presença e o calor da vida (Pinheiro Machado, 1976).

De alguma forma, Pinheiro Machado visava reafirmar o reconhecimento da ciência histórica a partir da relação com a temporalidade, ou seja, de como os indivíduos poderiam ser estudados a partir da relação entre o passado e o presente. A sua análise mobiliza as três dimensões das estruturas temporais: o modo de narrar, a representação escriturária e a elaboração metodológica. A Nova História advogava para si o estatuto de inovação, algo que notadamente incomodou Pinheiro Machado.

Como observou Koselleck (2014), o processo de reformulação da concepção da História está atrelado a uma mudança de experiência. A arma argumentativa do historiador é o desencantamento, como havia feito Tucídides, ao adotar a perspectiva diacrônica. Ou seja, há uma contradição entre a história factual, as interpretações e a sua construção linguística. Nesse ponto, ao analisar a Nova História, o historiador reivindicava uma fórmula que garantiria o rigor científico na análise em História por meio de três operações: a crítica textual, a explicação e a interpretação. Dito isso, Pinheiro Machado reconhecia que essa operação estaria relacionada à subjetividade do historiador ao tratar destas temporalidades:

E como o historiador manipula esses tempos, pois, que são partes de um ‘temps revolu’? O historiador constrói o tempo histórico. Essa capacidade de construir o tempo ‘revolu’, como diz Furet, ‘Tout dépend au fond du Talent d l’historien’ (Pinheiro Machado, 1976).

Para Pinheiro Machado, o historiador elaboraria o tempo histórico e sua habilidade residia em tratá-lo a partir de técnicas e conceitos, situando-os no espaço e no tempo:

Metodologicamente, o historiador capta a duração (longa ou curta) pela construção de series contínuas de indicadores que tenha escolhido. Por exemplo, na historia economica a série de preços. Segundo as regularidades quantitativas dos indicadores na série, pode demarcar a duração de qualquer das formas das realidades medidas e contadas. Demarcada, no tempo cronológico a presença da duração, o historiador suspende o tempo cronológico para estudar a realidade em si mesma [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

O deslocamento do tempo cronológico para a duração seria um dos fundamentos da História que se desenvolve em camadas, em que cada uma dessas possui a sua própria forma. Um exemplo que ele utiliza para elucidar é de que na História Moderna estuda-se a conjuntura do Renascimento, assim como na análise da História do Brasil relaciona à conjuntura da Independência. O tempo da conjuntura é o tempo da ruptura, que tem uma duração particular e que deve ser estudada.

Na continuidade do exercício de apontar os limites teórico-metodológicos dos *Annales*, Pinheiro Machado analisou um trecho de Braudel no livro *Écrits sur l’Histoire*. Um exemplo dado por Braudel seria dos quadros geográficos, realidades biológicas, coerções espirituais, que revelavam como o tempo possui uma duração e um espaço, que balizam a experiência humana. Procurando enfatizar o seu raciocínio, qualificou o texto de Braudel como manifesto:

Na ordem do raciocínio que estou desenvolvendo, a partir das premissas dogmatizadas pelo que estou chamado de ‘Manifesto de Braudel’, a ‘nouvelle histoire’ suspende o tempo cronológico, ou melhor, usando a expressão de Husserl, a ‘nouvelle histoire’ coloca entre parentesis o tempo cronológico. Evidentemente não o nega, mas trabalha

o fluxo histórico como se o tempo cronológico não existisse, para retorná-lo mais tarde, numa ulterior etapa do trabalho. Mas, como a metodologia da ‘escola’ está em plena elaboração, ainda não houve a oportunidade de retirar os parenteses do tempo cronológico [sic] (Pinheiro Machado, 1976).

Para Pinheiro Machado, a *Nouvelle* ainda estava construindo o seu suporte teórico-metodológico e o exercício constituir-se-ia a partir da fase de verificação e da refutabilidade das proposições teóricas, processo que só poderia ser concluído após a organização de procedimentos e de um *corpus* de conhecimento acumulado. Na sua leitura, os autores da Nova História pretendiam, primeiramente, constituir um saber histórico, que derivaria “A marcha dos trabalhos para a reconstrução interna do campo histórico” (Pinheiro Machado, 1976). Ao observar o processo de transformação metodológica do campo pela segunda vez, Pinheiro Machado o analisa a partir de sua experiência acumulada. Como historiador experiente, procurava se posicionar diante das transformações procedimentais do campo, às vésperas de sua aposentadoria compulsória, em 1978.

Como enunciado por Koselleck (2014), a experiência, ao ser mobilizada na interpretação, também faz parte da metodologia. Existem condições que são específicas de cada geração, remetem a um espaço de experiência. Diante disso, uma possibilidade é compreender a produção do conhecimento em ascensão e outra é pensar a mudança da experiência histórica. Ambos os posicionamentos se referem ao modo de compreensão da mudança de método a partir de fatores externos ou internos, mediante os quais os conceitos de experiência e método são articulados, a partir da relação entre a dimensão da escritura e a realidade (Koselleck, 2014).

Na sequência, Pinheiro Machado utilizou uma citação de Michel de Certeau, no livro *Faire de l’Histoire*, em que o autor corrobora com seu ponto de vista sobre a relação da História com as demais Ciências Sociais. A partir da experimentação crítica, Certeau põe à prova, testando os limites dos conceitos: “A história é o limite real das possibilidades teóricas das ciências sociais e humanas. A história se revela como a única forma da verificação da falsificabilidade e da refutabilidade das teorias sociais [sic]” (Pinheiro Machado, 1976). Isso posto, reafirma o estatuto da História como disciplina maestra das Ciências Humanas, que, a partir das fontes, poderia construir explicações que colocavam sob tensão os conceitos, tratando-os a partir das transformações ao longo tempo.

A crítica de Pinheiro Machado à Nova História baseava-se no Historicismo, procurando alertar que a realidade era um fluxo contínuo: “A ‘nouvelle histoire’ me parecia assim um club de tricot, onde senhoras respeitáveis trabalhavam ao redor da mesa de chá, tricotando roupas para os pobres” (Pinheiro Machado, 1976). Assim, desqualifica as ações desses historiadores

ao alegar que o posicionamento deles estava mais relacionado ao lugar que ocupariam na Historiografia e menos com problemas de ordem teórico-metodológica. Ou seja, de certa forma, afirmava que o grupo não se preocupava com o contexto, tampouco com o processo de organização e sistematização da ciência histórica. Para ele, a nova vertente procurava apenas legitimar-se academicamente.

Conforme apontou Barros (2010), o conceito de *Nouvelle Histoire* no Brasil, adquiriu um sentido de sinônimo à Escola dos *Annales*. Desta maneira, ao analisar as primeiras interpretações sobre a chegada da *Nouvelle* ao Brasil como: o artigo de José Carlos Reis “*Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*” de 1994, ao livro Escola dos *Annales* – a inovação em História”, Ciro Flamarion Cardoso “*História e Paradigmas Rivais*” de 1986; até as reflexões de Le Roy Ladurie, François Dosse em “*L’histoire en miettes – dès Annales à La Nouvelle Histoire*” de 1987 e Peter Burke em “*A Escola dos Annales*”, de 1990.

O que indica que não havia um consenso sobre as diferenças e contribuições da *Nouvelle Histoire* em relação aos “antigos” *Annales*. Para Barros (2010, p. 6), muitos historiadores não reconheciam a pretensa novidade divulgada por eles, tendo em vista que, como destacou Dosse (1987) a estratégia utilizada pela *Nouvelle* para se consolidar foi de reafirmar os laços com os antigos *Annales*, reafirmando um elemento importante para a historiografia naquele contexto: as continuidades.

No entanto, o que aproximaria os novos *Annales* da preocupação de Pinheiro Machado? Em alguma medida, ele também procurava ressignificar as formas de se escrever História e compreender a relação da História com as demais Ciências Sociais.

A partir das suas análises, Pinheiro Machado evidencia as tensões do campo acadêmico, as disputas entre os estabelecidos e os recém-chegados. Pois, na sua opinião: “As “vanguardas”, em qualquer setor do pensamento, não eram somente a tentativa de ultrapassar a barreira do som das estruturas mentais assentadas. Os movimentos de vanguarda se apoiam também em instintos polemicos “pour épater les bourgeois [sic]” (Pinheiro Machado, 1976).

Tal posicionamento pode ser relacionado à querela entre os antigos e os modernos (para lembrar Chartier, na história da leitura). Ao usar a expressão em francês “pour épater le bourgeois”, que numa tradução livre significa “chocar os burgueses”, remete à frase dita pelos poetas franceses do século XIX, como Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire.

Desse modo, em sua crítica, Pinheiro Machado compreendia que a *Nouvelle* tentava substituir a produção anterior sem ao menos superá-las, pois, segundo ele, as questões teórico-

metodológicas utilizadas não traziam novidades instrumentais, por isso, acusava-os de não conhecerem profundamente a historiografia que buscavam criticar ou superar.

Dessa maneira é importante ressaltar que nem a historiografia internacional tinha uma reflexão elaborada em 1970, pois, no campo das críticas mais aprofundadas, foi só em 1987 que François Dosse publicou o clássico “L’histoire en miettes – des Annales à La Nouvelle Histoire”. Uma forma de crítica à tal história em “picadinhos”, que segundo ele teria se perdido no meio do caminho da interdisciplinaridade com as demais ciências sociais.

Pinheiro Machado havia acompanhado a implementação do modelo de *Annales* na UFPR e provavelmente tenha entendido a estratégia utilizada pelos historiadores paranaenses ao se filiar a essa tradição da historiografia francesa. Pois, os *Annales* haviam dominado os meios de comunicação na França, o que lhe permitiu um status privilegiado dentro do campo acadêmico. Lembrando que entre os esforços da primeira geração de historiadores da UFPR estava o de pertencer e serem reconhecidos como historiadores de renome internacional.

Desta maneira, nos anos 70 novamente assistia à chegada de outras vertentes historiográficas, e no caso da “Nouvelle Histoire”, dúvida das tais “novidades”. Pois, a identificava como uma continuidade da proposta dos *Annales*, que acabaria pulverizando a pesquisa historiográfica, e provavelmente tenha se precavido da aproximação. Além disso, desconfiava dos critérios de novidade, só mais tarde aprofundado por um dos grandes nomes da historiografia como François Dosse e que só no início dos anos 90, 2000 ressoou na historiografia brasileira.

De alguma forma, isso poderia ser lembrado por Pinheiro Machado, quando no momento de renovação teórica-metodológica do Departamento de História, recém-fundado em 1959. Ao proporem uma nova historiografia paranaense, antes de elaborarem seus programas de pesquisa, os historiadores realizaram leituras e aprofundamentos das produções anteriores, a partir dos seminários de pesquisa. Além disso, procuraram estabelecer algumas aproximações e continuidades entre os problemas tratados pelos “antigos” historiadores e pelos “modernos”.

Para Pinheiro Machado, a *nouvelle* pretendia reposicionar a História no *hall* das Ciências Sociais, no entanto, na busca de validação do grupo, apropriava-se dos seus métodos e perdia a sua particularidade. Ou seja, apresenta certo receio de que a partir dessa nova abordagem, a História ocupasse a margem das Ciências Sociais, conforme salienta: “Nesse mercado comum, agora, todas as ciências sociais estão controladas pela história, quanto à sua possibilidade de realidade. Essa é, na minha opinião, o projeto fundamental da “nouvelle histoire [sic]” (Pinheiro Machado, 1976).

Na sequência da discussão, Pinheiro Machado demonstrou interesse em tratar da evolução do pensamento social no Brasil, a partir de um projeto de pesquisa. A primeira parte do trabalho pretendia analisar os trabalhos publicados a partir do final da Segunda Guerra Mundial (historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas), reconhecendo as linhas temáticas em cada uma das obras. Repetidamente, se perguntou: qual seria a relação entre as antigas produções e as novas? Haveria grandes diferenças entre as temáticas propostas pelas novas gerações? Quais seriam as aproximações possíveis entre as antigas e as novas gerações? Conforme esboçou, Pinheiro Machado pretendia fazer um estudo dos intelectuais brasileiros e sua consciência social. No entanto, o trabalho ficou inacabado, visto que o seu último caderno foi escrito até 1988, em que deixou notas sobre *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault.

A partir de suas anotações, é possível inferir que Pinheiro Machado e os demais historiadores da UFPR buscavam transcender o estigma de história regional. Confesso que, por muito tempo, foi difícil separá-lo e pensá-lo além desta categoria, até porque o processo de sua consagração como autor perpassou o conceito de história regional. Nos cadernos, foi possível perceber que Pinheiro Machado enxergou o mundo através de um espelho bipartido, parafraseando Mario Benedetti⁷⁰, entre as experiências emocionalmente constituídas desde a sua infância e memórias familiares, até a sua relação com o Paraná. Essas experiências constituíram a sua identidade como historiador e, provavelmente, temendo as implicações da sua subjetividade, se preocupou em definir os métodos e categorias da ciência histórica. A partir desse processo, pensou sua atividade e produção, além de contribuir para a consolidação da ciência histórica paranaense.

⁷⁰ BENEDETTI, Mario. **Primavera num espelho partido**. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2009.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o gesto de arquivamento de Pinheiro Machado, pude perceber o cuidado do historiador com seus materiais de pesquisa, bem como o tempo de estudo que dedicou ao ofício do historiador. Mais do que fundamentar sua prática como historiador, suas preocupações contribuíram na fundamentação teórico-metodológica dos primeiros historiadores acadêmicos do Paraná.

Pinheiro Machado possuiu uma trajetória semelhante aos letrados do início do século XX, viu a Universidade ser idealizada e acompanhou os historiadores em pelo menos quatro grandes guinadas teóricas. A primeira em relação à chegada dos *Annales* e as suas duas primeiras gerações, a segunda em relação à entrada do Materialismo Histórico-Dialético, a terceira a partir da Nova História com novos objetos de pesquisa e por fim, a chegada de Michel Foucault na historiografia.

Ademais, acompanhou diferentes “ondas” historiográficas e talvez por isso não tenha se rendido a nenhuma delas. A chegada das vanguardas sempre revela disputas de campo, uma verdadeira economia de trocas que envolvem desde posições dos sujeitos no campo, até disputas políticas por reconhecimento e legitimidade. Por outro lado, ter vivido diferentes contextos de produção, do erudito ao universitário, oferece para nós uma visão quase que em retrospectiva de como o ofício da História foi se delineando na UFPR, na medida em que a sociedade mudava também.

Em suas anotações pessoais, é possível evidenciar a responsabilidade com que ele procurou conduzir suas atividades como historiador. As tensões entre as atividades assumidas pelos diferentes cargos políticos e o trabalho como pesquisador que o acompanharam ao longo do processo de constituição da ciência histórica, ao mesmo tempo, que tentava conquistar um lugar para si na formação regional.

Sua documentação possibilita vislumbrar parte do processo de construção da sua identidade historiográfica, como um sujeito forjado no seio das elites paranaenses, ou seja, portador de um vasto capital cultural e econômico, que lhe possibilitou estar atualizado dos principais debates na historiografia internacional ao longo do século XX.

Nesse íterim da pesquisa, me confrontei com as minhas bases teóricas e como a história se relacionou com as demais ciências humanas no século XX. Assim como Pinheiro Machado, a minha aproximação com a Sociologia contribuiu imensamente para que eu pudesse entender o movimento do seu pensamento, principalmente a partir da Sociologia histórica. A Sociologia

de Max Weber forneceu subsídio para a sua análise da formação histórica do Brasil como os conceitos de ação social e dominação.

Pinheiro Machado foi um professor catedrático de História do Brasil e mesmo que até ele brincasse com o título de discurso regional, sua produção se estabelece em pleno diálogo com o pensamento social brasileiro do século XX. Ou seja, uma escrita que privilegiou uma dada visão de História a qual de forma muito problemática foi elaborada a partir de alguns ausentes como: negros, indígenas, caboclos, mulheres, trabalhadores, etc.

Desde o início da pesquisa, me desvencilhar das seduções do arquivo e do seu “natural” discurso regional foi bastante desafiador. Pensar Pinheiro Machado fora do Paraná, tentar desnudá-lo da sua construção simbólica e da sua representatividade para a História do estado, refletir sobre o processo de consagração do autor, que se tornou referência a partir de um único conceito, o de história regional, não poderia ser feito sem a abundante documentação doada ao Centro de Documentação e Pesquisa em História, muito menos sem as pesquisas desenvolvidas previamente pelas historiadoras que vieram antes de mim, principalmente Helena Isabel Mueller, Maria Julieta Weber e Tatiana Marchette.

A UEPG, universidade a qual tenho filiação, entre os anos de 2009 e 2014 viveu sob forte influência da história regional, como pode ser visto na sua revista acadêmica e nos programas de pós-graduação em história regional. É possível identificar as reminiscências desse tipo de construção do passado no presente.

A história local e regional predominou nas pesquisas de outras universidades paranaenses, como na Unicentro. O que fez com que o elo com a UFPR pudesse ser mantido até o início do século XXI, diferentemente das universidades do Norte e Oeste, em que os corpos docentes entraram em contato com outras correntes historiográficas e passaram por mudanças mais rapidamente, se comparado à UEPG.

Os cadernos manuscritos deixados por ele revelam as contradições da consciência sobre a História e das escolhas (conscientes ou não) que os historiadores fazem ao longo da sua trajetória político-acadêmica. Ou seja, deixam evidências da constituição de um campo disciplinar e como ele se movia dentro dele. Outro ponto importante da sua constituição como historiador como àquele que deixou registrado suas impressões de leituras em cadernos manuscritos, provavelmente uma prática em vias de desconstrução a partir de uma História que se torna cada vez mais digital.

Devido à sua tradição erudita, olhava com bastante receio para o processo de especialização do campo acadêmico, desde a organização de arquivos e fontes para a pesquisa,

até a definição de métodos e técnicas para análise. A sedução pelo “charme da ciência” parafraseando o título do livro de Maria Stella Brecciani, fez com que muitos historiadores se perdessem na relação com as ciências sociais.

Então em que residiria a particularidade da ciência histórica? Para Pinheiro Machado se daria a partir de um ponto de vista metodológico, reforçando as relações que os historiadores estabelecem com a temporalidade e de como o conhecimento histórico deveria ser produzido substancialmente a partir de fontes históricas. Ou seja, o historiador deu ênfase às transformações no tempo, não se tratava de uma história desencarnada, apoiada apenas em séries documentais, mas um exercício que deveria usar com mais cuidado os instrumentos teóricos disponíveis.

Outro aspecto que me surpreendeu nesse trabalho, foi de como seus cadernos revelam uma brecha do professor-pesquisador. Pois, Pinheiro Machado procurava atender às demandas desse ofício, desde o gesto de separação da bibliografia para elaboração de uma disciplina, os exercícios ao qual submetia a sua capacidade teórica, a definição de problemas metodológicos, enfim, exemplifica como o trabalho do pesquisador não pode ser pensado apenas a partir do que foi publicado. Mas compreende todo o processo de escrita, as demandas burocráticas, bancas de concurso, dissertações e teses, horas e horas de leitura imersiva. Uma parte ainda pouco valorizada do ofício do historiador-professor.

O historiador tinha consciência de que ser professor era uma atividade que lhe exigia muito. E nem por isso deixou de atuar nas estruturas administrativas universitárias, pois, provavelmente reconhecia a importância da representação política dos historiadores na organização da política universitária.

Os cadernos também indicam que mesmo após sua aposentadoria continuou lendo e escrevendo. Definia que o trabalho do historiador deveria partir primeiro das fontes, depois do método e só por fim a teoria. Demonstra a partir dos seus exercícios que não diferia o trabalho do professor, seja no ensino básico que foi onde começou, mas também na graduação e na pós-graduação.

Pinheiro Machado elaborou para si uma memória, que pode ser acompanhada em diferentes categorias de pensamento, do historiador que diante da aceleração temporal, acompanhou parte das principais mudanças do século XX.

A preocupação dele em entender a organização do sistema capitalista no Brasil a partir de uma abordagem histórica, identificando as particularidades do processo de constituição nacional que em nada se parecia com o capitalismo europeu. A historiografia acadêmica

buscava orientações teórico-metodológicas em modelos europeus, seja o francês pelos *Annales*, Nova História, alemão e inglês a partir da chave de leitura marxista. Porém, a problemática da colonização não era contemplada nestes paradigmas. Talvez por isso procurou na historiografia estadunidense alguma referência que lhe ajudasse, mesmo que reconhecesse diferenças entre as colonizações nas Américas. Ou seja, reconhecia que haviam outros centros de produção de pensamento para além da França, em geral adotado pela imensa maioria das Universidades brasileiras.

Não ter produzido uma obra tão volumosa pode ter contribuído para o seu possível esquecimento na historiografia paranaense. Até porque sua atuação pode ser mais facilmente identificada ao campo político e à burocracia da UFPR, do que ao campo acadêmico.

Algumas questões ainda poderão ser mais aprofundadas como a análise que ele faz sobre a historiografia da revolução de 1930, da escravidão, diálogos com a filosofia e com o pensamento social brasileiro.

No entanto, espero ter contribuído para entender o processo de construção de Pinheiro Machado como historiador, provavelmente uma das características que ele mais buscou reafirmar ao longo da sua trajetória. O trabalho não se esgota em si, até porque sempre existem outras nuances, outras problemáticas, enfim, outros olhares possíveis sobre o mesmo sujeito tão significativo na historiografia paranaense.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008, p. 107-126.
- ALMEIDA, Letícia. **Regionalismo paranaense: do esboço de uma história regional do Paraná à História do Paraná (1951-1969)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- ALVES, Alessandro C. **A província do Paraná (1853-1889): a classe política. A parentela no governo**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- ANHEZINI, Karina. Diálogos epistolares entre Nilo Odália e Amaral Lapa: para uma história da historiografia brasileira. *In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA*, 7 2013, Mariana. **Anais [...]**. Ouro Preto: EDUFOP, 2013. p. 1-10.
- ARAÚJO, Ricardo. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061> Acesso em: 09 jan. 2023.
- AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert de. Uma Leitura Cepalina das Relações Econômicas Sino Brasileiro. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, número especial RP3 - CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), 2016. DOI: 10.18829/rp3.v0i08.19400.
- BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BARROS, José. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, [S. l.], v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/953>. Acesso em: 4 ago. 2024.
- BARROS, José. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Diálogos**, v. 17, n. 3, p. 977-1005, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35976>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BARROS, José. Droysen: revisitando um perfil historiográfico a partir de uma metáfora musical. **Ponta de Lança**, v. 4, p. 25-45, 2010.

BEGA, Maria Tarcicia. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BELLOTTO, Heloísa. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos históricos**, v.11, n. 21, 1998.

BELLOTTO, Heloísa. Reconsiderando os arquivos pessoais. **Acervo**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 207–211, 2014.

BENATTE, Antonio; VAN KAN SAAD, Cesar (orgs.). **História da historiografia paranaense**: matrizes & mutações. 1. ed. Londrina: EDUEL, 2019. 275p.

BENEDETTI, Mario. **Primavera num espelho partido**. Rio de Janeiro: Editora Alfabeta, 2009.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 20–58, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28629>. Acesso em: 2 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.

BRANDI, Felipe. Arquivos privados e história dos historiadores: sobrevoo no acervo pessoal de Georges Duby. In: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU Joelle; TRAVANCAS, Isaber. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 101-128.

BRAUDEL, Fernand. **Écrits sur l'histoire**. Paris: Flammarion. 1969.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo em la época de Felipe II**. Tomo Segundo. México: Fondo de Cultura Económica (1987 [1966]).

BRESCIANI, Maria S. M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.

CAMPOS, Névio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade (1892-1950)**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CARDOSO, Jaime. Cecília Maria Westphalen e a criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. *In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA*, 24, 2004. **Anais [...]**. Curitiba, 2004, p. 15-24.

CARDOSO, Jaime; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas histórico do Paraná**. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da república no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CIACCIA, Paulo. **Árvore genealógica da família Pinheiro Machado**. Botucatu: Santana, 2000.

COELHO, Jonas G. Ser do tempo em Bergson. **Interface**, v. 8, n. 15, p. 233–246, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/HmdkZPcGBFCdF7QgBjn8fht/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2024.

COLLIOT-THÉLENE, Catherine. **Max Weber e a história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CORDOVA, Maria Julieta. **Pinheiro Machado: um estudo de história intelectual**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

CORDOVA, Maria Julieta. **Tinguís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CUNHA, Maria Teresa. **(Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2019.

CUNHA, Maria Teresa; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Arquivos Pessoais no radar do Tempo Presente: Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. **Cadernos de História da Educação/UFU**. v. 20, 2021.

DA MATA, Sérgio. Anos de aprendizagem de um jurista formado “numa perspectiva histórica”: Max Weber e o historicismo. **Revista história da historiografia**. Ouro Preto, n. 6, 64-80, 2011.

BONI, Maria de *et al.* Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26:133-141, set. 1992, ago. 1993.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05–22, 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>. Acesso em: 2 set. 2024.

FAGUNDES, Bruno. Especialistas e amadores da ciência histórica: a criação do curso de Mestrado em História da UFPR, em 1972. **História & Ensino**, Londrina, v.20, n.2, p. 07-29, jul./dez. 2014.

FARIA, Luiz. **Oliveira Vianna**: de Saquarema r Alameda Sao Boaventura, 41-Niterói: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

FERREIRA, Carolina. C.; SALLES, Alexandre. O. T. Uma análise além da renda: o pioneirismo de Gunnar Myrdal na abordagem econômica sobre as desigualdades sociais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 155–183, jan. 2022.

FERREIRA, Marieta de. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. **Anos 90**, v. 2, n. 2, 110–126. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6128>

FRESSATO, Soleni T. B. **Pela catolização da elite curitibana**. O projeto intelectual do Círculo de Estudos Bandeirantes – CEB, 1929 – 1945. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

FRIZON, Marcelo. **O Regionalismo na Literatura Brasileira**: o Diagnóstico de Antônio Cândido. 2007. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 23, n. 2, p. 276–292, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Szh6qfj6sfzHQ7KP7b4vPfM/#>. Acesso em: 13 mar. 2024.

GOMES, Aramis. formação de uma agremiação situacionista na Era Vargas: origens das carreiras políticas de dirigentes e candidatos do Partido Social Democrático do Paraná (1933-1937). **Revista Intersecções**, v. 25 n.1, p.51-82, jul. 2023.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. 2006. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Tal História, Qual Memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira. **Revista Projeto História**, v. 41 ago./dez., 491-526, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das *et al.* (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 19-35.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HEGEL, Georg. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

HEYMANN, Luciana; ROUCHOU Joelle; TRAVANCAS, Isabel. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 79-97.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBBSAWM, Eric; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

JANOTTI, Aldo. Historiografia brasileira e teoria da fronteira natural. **Revista de História**, [S. l.], v. 51, n. 101, p. 239-263,

JUSTO, Tainá. Adam Ferguson: uma apresentação. **Revista Sem Aspas**, v. 4, p. 80-92, 2015.

KOSELLECK, Reinhardt. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUNHAVALICK, José; SALLES, Jefferson. *In*: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná moderno**. Políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2011.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **Faire de l'histoire: nouvelles approches**. Paris: Gallimard, 1974.

LIRA, Larissa. A inserção do Brasil no sistema-Terra, na totalidade mundo e na economia mundial, segundo a geografia regional: de Vidal de la Blache a Pierre Monbeig (1911-1957). **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 3, p. 793-811, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

PEREIRA, Magnus. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense: 1829-1889**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

MARCHETTE, Tatiana. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARCHETTE, Tatiana. **Esboço para dois Brasis, um: a trajetória político-intelectual do historiador Brasil Pinheiro Machado**. Curitiba: Editora UFPR, 2023.

MARCHI, Euclides *et al.* Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 133-141, 1992/1993.

MARTINEZ, Paulo H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935- 1956): notas para estudo. **Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 146, p. 11-27, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i146p11-27.

MAUAD, Ana Maria; GRINBERG, Lucia; CALDAS, Pedro. **Teoria da História**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MAUAD, Pedro. **O inverso da finitude: um estudo sobre o conceito de experiência em Hegel**. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim. *In*: HEYMANN, Luciana; ROUCHOU Joelle; TRAVANCAS, Isaber. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 79-97.

MONDÊGO, Thiago. **As visões da crise econômica dos anos 60: as análises de Celso Furtado e Roberto Campos**. 2013. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MONTEIRO, Lorena. Estudo das elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.12, p. 25-32, jan./jun., 2009.

MOTA, Carlos. **Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974**. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

MOTA, Lúcio T. **A Construção do "Vazio Demográfico" e a Retirada da Presença Indígena da História Social do Paraná**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MUELLER, Helena Isabel. Memória e biografia entre a razão e a imaginação. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG – UNICENTRO: produção e circulação do conhecimento histórico no século XXI, 2, 2015. **Anais [...]**. Ponta Grossa, 2015.

MUELLER, Helena Isabel. **Tensão intelectual entre tradição e modernidade**: Curitiba 1920-1950. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, 2011.

NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro; PEREIRA, Mateus. **Uma introdução à história da historiografia brasileira** (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV, 2018. 232 p.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César. **Escrever História**: Historiadores e Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX. Vitória: Editora Milfontes, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 39, nº 73, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/HYkZWZRqVKHsCKP73xZmNTp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo; ÁVILA, Arthur. **A História (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

NOGUEIRA, Claudio. Considerações sobre a Sociologia de Max Weber. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas** - Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte, p. 12-20, 1999.

NOVAIS, Fernando. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. **Revista Estudos Avançados**, v. 8, p. 108-115, 1990.

OLIVEIRA, Nilo. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960. **Antíteses**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 267-289, 2011. DOI: 10.5433/1984-3356.2011v4n7p267. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/4750>. Acesso em: 19 mar. 2024.

OLIVEIRA, Ricardo. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930). Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PALMEIRA, Miguel. Arquivos pessoais e história da história: a propósito dos Finley papers. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.) **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

PEREIRA, Luís Felipe. **Paranismo, o Paraná inventado**: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Mateus Henrique; SANTOS, Pedro dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda,

revisitados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 50, p. 27-78, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34649>. Acesso em: 03 abr. 2017.

RAMOS, Guerreiro. A sociologia de Max Weber. **Revista de Serviços Públicos**, Brasília, 57, n. 2, p. 267-282, abr./jun., 2006.

RAMOS, Matheus Pinheiro da Silva. **Um lugar de produção e a produção de um lugar: a construção da centralidade do eixo Rio-São Paulo na historiografia Acadêmica Brasileira (1990-2021)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

REIS, José Carlos. O Historicismo: a redescoberta da História. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20551>. Acesso em: 28 abr. 2020.

REIS, José Carlos. Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. *In*: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados** v. 19, n. 53, 2005.

ROCHA, Antônio P. F. Braudel: tempo histórico e civilização material. Um ensaio bibliográfico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 3, p.239-249, jan./dez. 1995.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

ROIZ, Diogo. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ROUSSO, Henry. **A Última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Tradução de Regina Reis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preço de escravos na província do Paraná**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

SCHUTZ, Karla. **Um historiador entre-lugares: a historiografia catarinense e a trajetória de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1963-2010)**. 2020. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, Tânia Elias. Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas. **Cronos**, Natal, v. 8, n. 2, p. 429-449, jul./dez. 2007.

SOUSA, Reginaldo. Ditadura Militar: produção historiográfica e variáveis explicativas. **Uma reflexão sobre a História**. Assis.pro.br. Disponível em: http://www.assis.pro.br/public_html/hcomp/ReflexaoSobreHistoria.html. Acesso em: 14 mar. 2024.

VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.

VILHENA, Luís R. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 32, out. 1996.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Ascese e Prazer: Weber vs Sombart. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 52, p. 173-196, 2001.

WEBER, Max. A “Objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

WEBER, Max. **Ciência e política, duas vocações**. São. Paulo, Cultrix, 1972.

WENCES, Isabel. Observations Concerning the Origin of the Distinction of Ranks in Society. **Revista Internacional de Sociología**, v. 68, n. 1, jan. abr., p. 37-56, 2010.

SITES

CAMBRIDGE. A Revista *Comparatives Studies in Society and History*. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history>. Acesso em: 10 set. 2021.

MICHAELIS. Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultor/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ELIE KEDOURIE. Martin Kramer on the Middle East. Disponível em: <https://martinkramer.org/reader/archives/elie-kedourie/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ Memorial do Ministério Público do Paraná. Uma reflexão sobre a História, 2024. Disponível em: http://www.assis.pro.br/public_html/hcomp/ReflexaoSobreHistoria.html>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RENTFROW, Daphne. Cole, G. D. H. (George Douglas Howard) (1889-1959). **Modernist Journals**, 2024. Disponível em: <https://modjournal.org/biography/cole-g-d-h-george-douglas-howard-1889-1959/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

HERF, Jeff. Sobre o historiador Karl Dietrich Bracher (1922-2016). **Historians**, 1º de fevereiro de 2017. Disponível em: [https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/february-2017/karl-dietrich-bracher-\(1922-2016\)](https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/february-2017/karl-dietrich-bracher-(1922-2016)). Acesso em: 01 nov. 2023.

VIEIRA, Henrique. *In*: AMARELO. Intérprete Emicida. São Paulo: Sony Music Entertainment Brasil sob licença exclusiva de Lab. Fantasma, 2019. Spotify: (48min. 47s). Disponível em: <https://open.spotify.com/album/5cUY5chmS86cdonhoFdn8h>. Acesso em: 28 mai. 2024.

FONTES ORAIS

MUELLER, Helena Isabel. **Entrevista concedida a Letícia Leal de Almeida**. Curitiba, 28 de out. de 2022. Entrevista on-line.

FONTES MANUSCRITAS

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Notas, Apontamentos e Anotações]. 27 de outubro de 1964 a 18 de dezembro de 1973. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Jornal do Leitor]. 30 de junho de 1979 a 16 de janeiro de 1981. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Outros assuntos. Tese de concurso.]. 15 de outubro de 1971 a 12 de junho de 1974. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Tradição e modernidade numa perspectiva de desenvolvimento]. 10 de maio de 1971 a 03 de junho de 1975. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [História do Brasil]. 12 de julho de 1971 a 02 de julho de 1976. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Sugestões]. Janeiro de 1972 a 28 de janeiro de 1977]. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Apontamentos - Notas]. 13 de abril de 1970 a 09 de agosto de 1976. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Notas - apontamentos]. 06 de outubro de 1976 a 28 de janeiro de 1988. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Notas para o examinador do concurso]. 03 de julho de 1966 a 04 de março de 1976. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Funcionalismo/Outros]. 04 de outubro de 1969 a 13 de junho de 1974. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Economia]. 10 de maio de 1969 a 24 de outubro de 1970. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Notas para aulas]. Agosto de 1960 a 19 de novembro de 1970. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Sociologia, Direito, Economia. Notas - Apontamentos]. 27 de junho de 1947 a 01 de abril de 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. [Esboços. Apontamentos. Observações. Notas]. 08 de setembro de 1959 a 28 de outubro de 1963. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Historiografia paranaense**. 1983. Fundo Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Ofício a Fernand Braudel**. 05 de maio de 1964. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Sem título. Homenagem a Brasil Pinheiro Machado**. 19 de dezembro de 1978. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

FONTES IMPRESSAS

ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. **História: Questões & Debates**, Curitiba, UFPR, n.50, jan-jun., 2009.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, v. 8, n. 14/15, p. 177-205, jul./dez. 1987.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Três cadernos de história: ideias e reflexões. Curitiba: Arte e Letra, 2002.

WESTPHALEN, Cecília M. **Pequena História do Paraná**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.